

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ISABELE FOGAÇA DE ALMEIDA

A COMISSÃO DE CRIAÇÃO DA FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,
CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA: INTERSEÇÕES ENTRE
SOCIABILIDADES, EDUCAÇÃO E POLÍTICA

PONTA GROSSA
2026

ISABELE FOGAÇA DE ALMEIDA

A COMISSÃO DE CRIAÇÃO DA FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,
CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA: INTERSEÇÕES ENTRE
SOCIABILIDADES, EDUCAÇÃO E POLÍTICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Doutorado em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa: História e Política Educacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Julieta Batista de Almeida Weber.

PONTA GROSSA

2026

A447 Almeida, Isabele Fogaça de
A comissão de criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa: interseções entre sociabilidades, educação e política / Isabele Fogaça de Almeida. Ponta Grossa, 2026.
269 f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Julieta Batista de Almeida Weber.

1. Ensino superior - Ponta Grossa - Paraná. 2. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras. 3. Comissão de criação da FEFCL-PG. 4. História da Educação - Paraná. I. Weber, Maria Julieta Batista de Almeida. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 378.981



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO**ISABELE FOGAÇA DE ALMEIDA****COMISSÃO DE CRIAÇÃO DA FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA:
INTERSEÇÕES ENTRE SOCIABILIDADES, EDUCAÇÃO E POLÍTICA**

Ponta Grossa, 24 de fevereiro de 2026.

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Prof.^a Dr.^a Maria Julieta Batista de Almeida Weber - UEPG (Presidente)

Prof. Dr. Jefferson Mainardes - UEPG

Prof. Dr. Erivan Cassiano Karvat - UEPG

Prof.^a Dr.^a Monica Helena Harrich Silva Goulart - UFPR

Prof.^a Dr.^a Caroline Guebert - UNIRIO

https://sei.uepg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3485887&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110001269&infra_hash=e904cec1... 1/2



Documento assinado eletronicamente por **Maria Julieta Batista de Almeida Weber, Professor(a)**, em 25/02/2026, às 12:50, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Aparecida Guebert, Usuário Externo**, em 27/02/2026, às 20:47, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Helena Harrich Silva Goulart, Usuário Externo**, em 28/02/2026, às 15:45, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Mainardes, Professor(a)**, em 04/03/2026, às 09:10, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Erivan Cassiano Karvat, Professor(a)**, em 09/03/2026, às 13:53, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2988485** e o código CRC **E73B07D5**.

À minha mãe, Josiane Ribeiro Fogaça de Almeida, pelo amor,
pela generosidade e pelo apoio incondicional que sustentou toda
a minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me permitiu estar viva e ter essa experiência que é acadêmica, mas também é de responsabilidade, de resiliência e de resistência.

À minha mãe, Josiane Ribeiro Fogaça de Almeida, pela dedicação incansável que me formou para além da academia.

Ao meu pai, Jorge Fogaça de Almeida, que, em vida, sempre valorizou a educação e me ensinou a valorizá-la também; este trabalho é um dos frutos desse ensinamento.

Ao meu marido, Emerson Maurício Araújo Filho, por ser porto seguro e pela compreensão nos momentos de ausência e cansaço que marcaram o percurso desta pesquisa.

À minha orientadora, Maria Julieta de Almeida Weber, por acolher meu objeto de pesquisa, pela forma com que conduziu o processo de orientação e pela gentileza com a qual partilhou seus saberes e experiências.

À minha banca examinadora - Caroline Aparecida Guebert, Erivan Cassiano Karvat, Jefferson Mainardes e Mônica Helena Harrich Silva Goulart - pelo comprometimento com a minha pesquisa, pelas leituras atentas e pelo compartilhamento de conhecimentos e perspectivas que enriqueceram este estudo.

Aos funcionários da UEPG, Euclides José Valentim Sobrinho e Luciana Cristina Pinto, por serem sempre prestativos e atenciosos no apoio às minhas demandas, tornando a pesquisa nos acervos físicos mais leve.

Às mulheres que contribuíram com informações para a realização desta pesquisa - Cleide Defino Lopes, Josélia Maria Loyola de Oliveira Gomes, Maria do Rosário Knechtel e Marlou Santos Lima Pilatti, pela disponibilidade, confiança e colaboração.

Às minhas amigas do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG - Ana Flávia Barboza Garcia, Elaine Aparecida Mayer, Érica Dias Gomes, Felismina João Baptista Vantitia e Marieli de Oliveira Ávila, pela parceria, pelo acolhimento nos dias difíceis e pela amizade que ultrapassa as paredes da Universidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
pelo apoio financeiro concedido, sem o qual o desenvolvimento desta pesquisa não
teria sido possível.

RESUMO

ALMEIDA, I. F. de. **A comissão de criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa:** interseções entre sociabilidades, educação e política. 2026. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2026.

O objeto deste estudo é a comissão que projetou em 1948 a fundação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (FEFCL-PG); e tem como objetivo compreender a atuação dos cinco professores que integraram a comissão, relacionada ao ensino superior em Ponta Grossa (PR). O referencial teórico baseou-se nas contribuições de Norbert Elias sobre os conceitos de figuração, interdependência e *habitus*, e também a noção de linguagem autorizada a partir de Pierre Bourdieu. A pesquisa é documental e bibliográfica e foi utilizado o método prosopográfico para verificar as interseções entre os professores, identificar as características comuns ao grupo e de como se comunicavam com a ampla sociedade. Para contribuir com essa análise, foi feita uma busca em acervos físicos de Ponta Grossa e também em arquivos digitais (hemeroteca); que resultaram em um rol de fontes que incluem jornais, fotografias, atas, relatórios, cartas, entre outras de igual relevância. A partir disso, argumentamos que a criação da FEFCL-PG, que aconteceu em 1949, foi estabelecida em contextos fecundos para tal iniciativa, mas ainda assim, teve um processo que exigiu uma gama de articulações, sobretudo por ser a primeira Faculdade do interior do Paraná. O grupo de professores que participou da comissão, a saber: Faris Michael (1911-1977), José Pinto Rosas (1902-1980), Lourival Santos Lima (1914-1988), Mário Lima Santos (1905-1972) e Valdevino Lopes (1913-1988), tinham relações de interdependência e ocupavam posições de destaque nas estruturas de poder da sociedade. Foram salientados três espaços chaves que a maioria dos professores participou enquanto integravam a comissão - Colégio Regente Feijó, Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC) e Partido Social Democrático (PSD). A vinculação a esses espaços favorecia para que os membros da comissão fossem percebidos como locutores legítimos da causa de instalar a FEFCL-PG. Essas questões foram decisivas para a efetivação da Faculdade e, mesmo após a concretização desse objetivo, a aproximação dos professores estudados com o ensino superior não se interrompeu. Muito pelo contrário, no geral, eles atuaram posteriormente em instituições dessa modalidade de ensino, se envolveram na criação de Faculdades Estaduais de outras áreas que surgiram ao longo das décadas de 1950 e 1960 em Ponta Grossa: Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa (1952) – que foi desmembrada em 1966, na Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa, e Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa; Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa (1954) e Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa (1966); assim como, se engajaram para criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) que se efetivou em 1969, com a incorporação das Faculdades Estaduais existentes. Dessa forma, o recorte temporal da pesquisa vai da formação da comissão, que projetou a FEFCL-PG em 1948, até a integração da UEPG em 1969. Compreendemos que os professores além de terem projetado a FEFCL-PG, criaram espaços nos quais puderam atuar posteriormente, e também, colaboraram para expansão do ensino superior em Ponta Grossa; mas isso, graças às interseções entre sociabilidades, educação e política que possibilitaram as suas ações.

Palavras-chave: Ensino superior. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Comissão de criação da FEFCL-PG. História da Educação.

ABSTRACT

ALMEIDA, I. F. de. **The commission for the creation of the Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa**: intersections between sociability, education, and politics. 2026. 269 p. Thesis (Doctorate in Education) – State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2026.

The object of this study is the commission that planned the founding of the Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (FEFCL-PG) in 1948. The aim is to understand the work of the five professors who were members of the commission in relation to higher education in Ponta Grossa (PR). The theoretical framework was based on Norbert Elias' contributions on the concepts of figuration, interdependence, and habitus, as well as Pierre Bourdieu's notion of authorized language. The research is documentary and bibliographic, and the prosopographic method was used to verify the intersections between the professors, identify the characteristics common to the group, and how they communicated with society at large. To contribute to this analysis, a search was conducted in physical collections in Ponta Grossa and also in digital archives (newspaper library), resulting in a set of sources that includes newspapers, photographs, minutes, reports, letters, among others of equal relevance. Based on these sources, we argue that the creation of FEFCL-PG, which took place in 1949, was established in contexts that were fertile for such an initiative, nevertheless, the process required a wide range of coordination, especially because it was the first college in the interior of Paraná. The group of professors who participated in the Commission: Faris Michael (1911–1977), José Pinto Rosas (1902–1980), Lourival Santos Lima (1914–1988), Mário Lima Santos (1905–1972), and Valdevino Lopes (1913–1988), maintained interdependent relationships and occupied prominent positions within the power structures of society. Three key spaces in which most of these professors were involved during their participation in the commission are highlighted: Colégio Regente Feijó, Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC), and Partido Social Democrático (PSD). Their affiliation with these spaces helped commission members to be perceived as legitimate advocates for the cause of establishing FEFCL-PG. These factors were decisive for the establishment of the College, and even after this goal was achieved, the professors' involvement with higher education did not cease. On the contrary, in general, they later worked in higher education institutions and were involved in the creation of State Colleges in other areas that emerged during the 1950s and 1960s in Ponta Grossa: Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa (1952) – which was divided in 1966 into the Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa and the Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa; Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa (1954) and Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa (1966); they were also engaged in the creation of the Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), which became effective in 1969 through the incorporation of the existing State Colleges. Thus, the temporal scope of the research ranges from the formation of the commission that designed FEFCL-PG in 1948 to the integration of UEPG in 1969. We understand that, in addition to designing the FEFCL-PG, these professors created spaces in which they later acted and contributed to the expansion of higher education in Ponta Grossa; but this process was made possible through the intersections between sociability, education, and politics that enabled their actions.

Keywords: Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras. FEFCL-PG Creation Commission. History of Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fotografia tirada em 1947 na Conferência Regional em Ponta Grossa	47
Quadro 1 - Instituições escolares de ensino secundário, normal e técnico em Ponta Grossa em 1949	48
Quadro 2 - Características da trajetória dos diretores da Associação de Amigos de Ponta Grossa	56
Figura 2 - Fotografia de Faris Antônio Salomão Michaelle	69
Quadro 3 – Faris Antônio Salomão Michaelle	70
Figura 3 - Fotografia de José Pinto Rosas	71
Quadro 4 - José Pinto Rosas	72
Figura 4 - Fotografia de Lourival Santos Lima	73
Quadro 5 - Lourival Santos Lima	74
Figura 5 - Fotografia de Mário Lima Santos	75
Quadro 6 - Mário Lima Santos	76
Figura 6 - Fotografia de Valdevino Lopes	77
Quadro 7 - Valdevino Lopes	78
Quadro 8 - Interseções entre os membros da comissão de criação da FEFCL-PG...	81
Figura 7 - Acróstico da Associação de Amigos de Ponta Grossa em homenagem ao Moysés Lupion	101
Figura 8 - Fotografia tirada após a assinatura do decreto do governo do Paraná de criação da FEFCL-PG	103
Figura 9 - Mário Lima Santos cumprimentando Moysés Lupion	104
Figura 10 - Fotografia de Joaquim de Paula Xavier	105
Quadro 9 - Joaquim de Paula Xavier: o primeiro diretor da FEFCL-PG	106
Figura 11 - Ata de instalação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa	107
Figura 12 - Vista aérea de Ponta Grossa com destaque para a localização do Colégio Regente Feijó	110
Figura 13 - Prédio do Colégio Regente Feijó	110
Figura 14 - Sala de aula da FEFCL-PG nas dependências do Colégio Regente Feijó	111
Figura 15 - Biblioteca da FEFCL-PG nas dependências do Colégio Regente Feijó	111

Figura 16 - Notícia sobre a passeata de estudantes em comemoração a oficialização da FEFCL-PG.....	113
Figura 17 - Fachada principal do prédio da FEFCL-PG (1952)	124
Figura 18 - Sala de aula da FEFCL-PG	124
Figura 19 - Biblioteca da FEFCL-PG	125
Quadro 10 - Integrantes da comissão de criação da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa (1952).....	134
Figura 20 - Fotografia do Laboratório de farmácia química, química industrial e química tecnológica (1954)	139
Figura 21 - Fotografia da Clínica Dentária (1954)	139
Figura 22 - Notícia sobre a formatura da primeira turma da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa.....	143
Figura 23 - Notícia da campanha pró Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa	149
Quadro 11 - Características dos membros da comissão pró Faculdade de Direito de Ponta Grossa	150
Figura 24 - Notícia sobre processo de autorização do funcionamento da Faculdade de Direito.....	154
Figura 25 - Visão frontal esquerda do Edifício das Faculdades de Ponta Grossa em 1958	157
Figura 26 - Visão dos fundos do Edifício das Faculdades de Ponta Grossa em 1958	158
Figura 27 - Atestado de que Lourival Santos Lima era professor-fundador da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa.....	160
Figura 28 - Abaixo-assinado dos estudantes da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa	162
Figura 29 - Declaração de indicação de Lourival Santos Lima à cátedra de Teoria Geral do Estado	164
Figura 30 - Desfecho jurídico de um processo movido por Mário Lima Santos durante a Ditadura Militar	169
Quadro 12 - Integrantes da comissão de criação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração	174
Quadro 13 - Homenagens a Faris Antônio Salomão Michaelle	188
Quadro 14 - Homenagem a José Pinto Rosas	189

Quadro 15 - Homenagens a Lourival Santos Lima	189
Quadro 16 - Homenagens a Mário Lima Santos	190
Quadro 17 - Homenagens a Valdevino Lopes	190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPG	Associação de Amigos de Ponta Grossa
ABE	Associação Brasileira de Educação
ACP	Associação Comercial do Paraná
AJF	Associação Instrutora da Juventude Feminina
ALCG	Academia de Letras dos Campos Gerais
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCBE	Confederação Católica Brasileira de Educação
CCEC	Centro Cultural Euclides da Cunha
CDPH	Centro de Documentação e Pesquisa em História
CEB	Círculo de Estudos Bandeirantes
CEE	Conselho Estadual de Educação
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNE	Conselho Nacional de Educação
COCAP	Cooperativa Agropecuária Central do Paraná
COCB	Centro Operário Cívico e Beneficiente
DAJPX	Diretório Acadêmico Joaquim de Paula Xavier
DC	Diário dos Campos
DESU	Diretoria do Ensino Superior
DOAJ	Directory of Open Access Journal
DSI	Divisão de Segurança e Informações
FAFI	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FEFCL-PG	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
GPP	Grupo Paulo Pimentel
IES	Instituição de Ensino Superior
JM	Jornal da Manhã
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCG	Museu Campos Gerais
MJ	Ministério da Justiça
Ortepa	Organização Telefônica do Paraná

PG	Ponta Grossa
PL	Partido Libertador
PR	Partido Republicano
Proex	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais
PRP	Partido Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SCABI	Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê
UDN	União Democrática Nacional
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UP	Universidade do Paraná
USP	Universidade de São Paulo
URJ	Universidade do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 – POR QUE UMA FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS EM PONTA GROSSA?	33
1.1 ASPECTOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	33
1.2 FACULDADES DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS	40
1.3 REIVINDICAÇÕES PONTA-GROSSENSES.....	45
CAPÍTULO 2 – FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA	65
2.1 A COMISSÃO DE CRIAÇÃO.....	65
2.2 ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE LINGUAGEM AUTORIZADA.....	85
2.2.1 Colégio Regente Feijó	85
2.2.2 Centro Cultural Euclides da Cunha.....	87
2.2.3 Partido Social Democrático.....	93
2.3 A CRIAÇÃO	102
2.4 DISPUTAS POLÍTICAS EVIDENCIADAS NA FEFCL-PG.....	116
2.5 AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA FEFCL-PG	122
2.6 A COMISSÃO NA FEFCL-PG	126
CAPÍTULO 3 – FACULDADES DA DÉCADA DE 1950 EM PONTA GROSSA	133
3.1 FACULDADE ESTADUAL DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE PONTA GROSSA	133
3.1.1 O desmembramento.....	144
3.2 A POSSIBILIDADE DA CRIAÇÃO DE UMA ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA.....	146
3.3 FACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DE PONTA GROSSA.....	148
3.3.1 Lourival Santos Lima e a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa.....	159
3.3.2 Mário Lima Santos e a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa	166

CAPÍTULO 4 - DAS FACULDADES À UNIVERSIDADE.....	172
4.1 FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRAÇÃO DE PONTA GROSSA.....	172
4.2 UNIVERSIDADE: “A MÁXIMA REIVINDICAÇÃO CULTURAL”	177
4.2.1 A possibilidade de uma Universidade Federal.....	180
4.2.2 A concretização da UEPG.....	183
4.3 HOMENAGENS PÓSTUMAS AO GRUPO QUE PROJETOU A FEFCL-PG.....	185
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS.....	203
APÊNDICE A - REVISÃO DE LITERATURA.....	224
APÊNDICE B – FONTES.....	226
ANEXO A - TERMOS DE POSSE NO COLÉGIO REGENTE FEIJÓ ENQUANTO PROFESSORES CATEDRÁTICOS	231
ANEXO B - TERMO DE ENCERRAMENTOS DE INSCRIÇÃO DE EXAMES DO GINÁSIO REGENTE FEIJÓ DE 1934.....	236
ANEXO C - ATA DA PROVA ORAL DE EXAME DE INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA DE 1927.....	238
ANEXO D - CARTA DE RAUL GOMES PARA FARIS MICHAELE (1950)	239
ANEXO E - DECRETO ESTADUAL Nº 8837, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1949.....	241
ANEXO F - PORTARIA QUE DETERMINA QUE O PRÉDIO DO COLÉGIO REGENTE FEIJÓ SEDIARÁ A FEFCL-PG.....	242
ANEXO G - DECRETO FEDERAL Nº 28.169, DE 1º DE JUNHO DE 1950.....	243
ANEXO H - RELATÓRIO DO 1º SEMESTRE DE 1950 DA FEFCL-PG	244
ANEXO I - TERMO DE COLAÇÃO DE GRAU DAS PRIMEIRAS TURMAS DA FEFCL-PG (1952),.....	250
ANEXO J - PARECER Nº 348, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1952, QUE AUTORIZA O CURSO DE DIDÁTICA NA FEFCL-PG	253
ANEXO K - FICHA DE JOSÉ PINTO ROSAS PARA A CADEIRA DE FUNDAMENTOS BIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	255
ANEXO L - DECRETO ESTADUAL Nº 11.814, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1954	256

ANEXO M - REGISTRO DE VISITA DE JOSÉ HOFFMANN À FACULDADE DE DIREITO DE PONTA GROSSA	257
ANEXO N - PRIMEIROS PROFESSORES DA FACULDADE DE DIREITO DE PONTA GROSSA	258
ANEXO O - CENTRO DE CULTURA FARIS MICHAELE	259
ANEXO P - PRAÇA FARIS MICHAELE	260
ANEXO Q - BIBLIOTECA CENTRAL FARIS MICHAELE	261
ANEXO R - ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR FARIS ANTÔNIO MICHAELE	262
ANEXO S - PLACA DE UM EUCALIPTO EM HOMENAGEM A FARIS MICHAELE NO BOSQUE DOS ESCRITORES DA UEPG	263
ANEXO T - ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR JOSÉ PINTO ROSAS	264
ANEXO U - SOLENIDADE DE NOMEAÇÃO DA PRAÇA DOUTOR LOURIVAL SANTOS LIMA	265
ANEXO V - COMPLEXO ESPORTIVO LOURIVAL SANTOS LIMA	266
ANEXO W - PLACA DE UMA ÁRVORE DE PITANGA EM HOMENAGEM A LOURIVAL SANTOS LIMA NO BOSQUE DOS ESCRITORES DA UEPG	267
ANEXO X - RUA MÁRIO LIMA SANTOS	268
ANEXO Y - CMEI VALDEVINO LOPES	269

INTRODUÇÃO

O que pode ter levado um grupo de professores a se engajar na criação, em Ponta Grossa, da primeira instituição de ensino superior¹ do interior do Paraná, no ano de 1948? Interesses pessoais, necessidades educacionais, motivações políticas, busca por status social e/ou fomento cultural? Essas indagações motivaram este trabalho e tiveram origem ainda no Mestrado em História, realizado na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), quando a autora pesquisou a atuação da filial da Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê (SCABI) em Ponta Grossa, criada em 1949, portanto no mesmo contexto (Almeida, 2021). Os questionamentos passaram a ser formulados a partir do contato com edições impressas do jornal Diário dos Campos, disponíveis no Museu Campos Gerais (MCG)², a autora identificou, em 2019, referências à existência de uma comissão responsável por projetar a criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (FEFCL-PG)³.

Naquele momento, já era conhecido o êxito do engajamento do grupo de professores da comissão: em novembro de 1949 foi criada a FEFCL-PG. Contudo, o percurso do ensino superior na cidade remontava a um período anterior, iniciado em 1936 com a fundação da Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa⁴. Já na cerimônia de fundação dessa instituição, que aconteceu em 18 de dezembro de 1936, e foi noticiada pelo jornal Diário dos Campos; notamos indícios do desejo, de no futuro, a cidade ter uma Universidade: “Ponta Grossa passa a ter, daqui por diante, o seu primeiro estabelecimento de ensino superior. Oxalá seja ele o primeiro marco para a fundação de nossa Universidade” (Diário dos Campos, 1936).

Assim, abriu-se o caminho para o ensino superior em Ponta Grossa. Entretanto, de forma precoce, antes mesmo da formatura da primeira turma, a Escola

¹ Utilizamos neste trabalho a expressão ensino superior em vez de educação superior, em razão do recorte temporal da pesquisa (1948-1969). Naquele contexto histórico, o termo era o mais empregado em documentos oficiais e no discurso público. Apenas com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) que a denominação educação superior passou a ser adotada oficialmente, em consonância com uma concepção mais abrangente de formação, que interconecta os pilares ensino, pesquisa e extensão.

² O MCG atualmente é administrado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (Proex) da UEPG.

³ Essa Faculdade também pode aparecer na literatura com a sigla FAFI, nesta tese escolhemos usar a sigla FEFCL-PG, por ser a forma que mais aparece na documentação consultada.

⁴ Optamos pela nomenclatura Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, mas na documentação consultada também apareceu como Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa e Escola de Pharmacia e Odontologia de Ponta Grossa.

foi fechada por questões estruturais, pois não contava com instalações adequadas⁵. Vieira e Campos (2012, p. 26) mencionam que no Paraná era comum que se tivesse limitações financeiras em instituições de ensino superior; e dessa característica decorriam consequências, como problemas com instalações. Outra questão era que a Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa não contava com integrantes do corpo docente e discente com a formação exigida para estarem nessas atribuições. Esses elementos fizeram com que ela não fosse reconhecida pelo Conselho Nacional de Ensino (CNE), e assim foi fechada em 1939.

Essa situação, contudo, não extinguiu a ideia de implantação do ensino superior em Ponta Grossa e, alguns anos depois, ela voltou a aflorar, como se verifica no texto do professor Lourival Santos Lima, de 1948:

Sem dúvida que, de há muito, essa necessidade se vinha sentindo, tanto que, no ano de 1937, fundaram-se aqui duas escolas superiores, uma de Farmácia e outra de Odontologia, as quais foram forçadas a interromper o funcionamento, apenas por exigências de ordem regulamentar, oriundas da Divisão de Ensino Secundário do Ministério de Educação e Saúde. As mesmas causas, porém, que determinaram naquela época a organização dos mencionados cursos superiores continuam, hoje em dia com maior intensidade. Além das causas locais, como sejam o volume demográfico citadino e, particularmente, o da população estudantil [...], há, ainda, a considerar as causas regionais, decorrentes da situação geográfica de Ponta Grossa, maior centro rodo-ferroviário do Estado, que polariza a vida econômica, social e cultural do Oeste, do Sul e do Norte, abrangendo toda zona dos Campos Gerais (O Dia, 1948).

No referido texto, Lourival Santos Lima apresentou elementos que, naquele período, poderiam justificar a existência em Ponta Grossa, de uma instituição de nível superior, como a questão do volume demográfico, assim como o da população estudantil; e a localização geográfica da cidade. Entre esses elementos, a posição geográfica de Ponta Grossa constitui um argumento recorrente na historiografia local, sendo apontada como um dos motivos para o desenvolvimento da cidade (Petuba, 2023).

Ponta Grossa está situada no centro-sul do Paraná, na região dos Campos Gerais⁶, e teve sua origem ligada a atividade comercial denominada Tropeirismo.

⁵⁵ Os equipamentos da Escola Farmácia e Odontologia, que eram utilizados nos cursos, foram adquiridos de uma escola de Itapetininga que tinha encerrado suas atividades (Correio de Notícias, 1984).

⁶ Campos Gerais é uma expressão definida por Maack (1948) de acordo com sua vegetação, como uma zona fitogeográfica onde predominam campos, com cerrados e matas ciliares ao longo dos rios e arroios e também de capões isolados com a ocorrência do pinheiro Araucária; é localizada no Segundo Planalto Paranaense.

Nessa atividade que durou do final do século XVII ao século XIX, viajantes chamados de ‘tropeiros’, faziam o transporte de mulas criadas no Rio Grande do Sul para Sorocaba-SP em uma feira de muares, transportavam também alimentos e produtos para comercializar na feira. Pelas condições geográficas como disponibilidade de água e pasto, a região onde se situa Ponta Grossa fez parte das rotas dos tropeiros, e também serviu de ponto de parada para descanso e internada para as tropas (Guimarães; Monastirsky, 2016).

Por decorrência da passagem das tropas, começou a formação de um pequeno povoado, que inicialmente pertencia ao município de Castro, e por efeito do crescimento, em 1823 foi elevado à Freguesia, e em 1862 à cidade. Em 1948, Ponta Grossa já tinha 125 anos e passado por um processo de urbanização e aumento populacional expressivo⁷, evidenciando-se no estado como a segunda principal cidade. Podemos destacar como alguns fatores que favoreceram essa projeção, a diversificação da economia, com a produção de erva-mate e a indústria madeireira; a vinda de imigrantes para Ponta Grossa; e a integração da cidade ao sistema de transporte ferroviário⁸.

Ponta Grossa passou a ser um polo econômico e cultural regional, a vida cultural da cidade entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, era movimentada. Existia um carnaval de rua expressivo, vários clubes, teatros, bandas, cinemas, que atraíam inclusive um público de outras cidades. Havia também livrarias, jornais e associações culturais. Essas características tornaram-se símbolo de modernidade em Ponta Grossa, e estavam atreladas a euforia desenvolvimentista que ocorria em nível nacional visando mudanças de hábitos e sinalizando “[...] uma nova era, inaugurando um novo estilo de vida, mais urbano e por isso mesmo, mais moderno” (Xavier, 1999, p. 72).

Além da cultura, outro elemento primordial para a modernidade era a educação. E é também nesse sentido, que foi criada em 1948 uma comissão para projetar a fundação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa; formada por cinco integrantes, a saber, José Pinto Rosas (que tinha sido professor-fundador e último diretor da Escola de Farmácia e Odontologia), Faris

⁷ Passou de 20.171 habitantes em 1920, para 38.417 habitantes em 1940 (Ponta Grossa, 2023).

⁸ Foi instaurada a Estação Paraná em 1894, ponto de parada da estrada de ferro que ligava o litoral do estado a Curitiba e Ponta Grossa; e em 1899 a Estação São Paulo–Rio Grande, que trouxe também para a cidade, a sede do escritório central e a oficina de manutenção dos trens.

Antônio Salomão Michaelle, Mário Lima Santos, Lourival Santos Lima e Valdevino Lopes.

Alguns elementos comuns foram identificados nas trajetórias dos cinco membros da comissão: a maioria tinha formação superior, eram sócios do Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC), eram membros do Partido Social Democrático (PSD) e trabalharam na FEFCL de Ponta Grossa posteriormente; todos eram professores catedráticos no Colégio Regente Feijó⁹ no momento da criação da comissão e todos dão nome a instituições ou via pública na atualidade.

Um ano após a criação da comissão, no dia 8 de novembro de 1949, o Decreto nº 8.837 do governador Moysés Lupion, autorizou a criação de uma Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras em Ponta Grossa. Essa autorização representou não apenas o resultado da atuação articulada desses cinco professores, mas também o efeito das posições que ocupavam em redes de sociabilidade influentes no contexto paranaense.

Ressaltamos que a aproximação dos professores da comissão com o ensino superior não foi interrompida com a criação da FEFCL-PG. Muito pelo contrário, no geral, eles atuaram posteriormente em instituições dessa modalidade de ensino, se engajaram para a criação de Faculdades Estaduais de outras áreas de conhecimento, assim como da Universidade; e escreveram sobre o assunto. Considerando a trajetória anterior dos membros da comissão, as relações estabelecidas entre eles e a projeção social que tiveram após esse momento, o referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se nas contribuições do sociólogo Norbert Elias (1897-1990).

Esse autor rompeu com barreiras tradicionais entre os campos do conhecimento, a partir da compreensão de que os processos sociológicos estão intrinsicamente ligados a outros processos, como os históricos, psicológicos, educacionais; desse modo, não concebe as estruturas sociais como estáticas, nem interpreta como individuais as ações sociais, à medida que o indivíduo está inserido em uma rede de relações. Nesse sentido, Norbert Elias desenvolveu conceitos importantes como os de figuração (que também aparece na obra do autor como

⁹ A denominação dessa instituição mudou ao longo dos anos: começou em 1927 sendo chamada de “Ginásio Regente Feijó”; a partir do Decreto nº 4.244, de 9 de abril de 1942, com a reorganização do ensino secundário pela reforma de Francisco Campos, passou a se chamar “Colégio Regente Feijó”; e a partir de 2000 passou a se chamar “Colégio Estadual Regente Feijó” (Nascimento, 2012, p. 44-45).

configuração) e interdependência, que serão utilizados nessa pesquisa. Elias (2001, p. 213-214) afirma que

Uma das questões centrais da sociologia, talvez a questão central, seja saber de que modo e por que os indivíduos estão ligados entre si, constituindo, assim, figurações dinâmicas específicas. Só é possível seguir a pista de uma resposta para tal questão se determinarmos as interdependências entre os indivíduos.

Elias compreende que existe uma relação de interdependência entre a sociedade e o indivíduo. Uma figuração, então, é uma formação social em que indivíduos se ligam de formas específicas, por meio de dependências que são recíprocas. Cada figuração possui características que lhes são próprias, que foram socialmente construídas no decorrer do tempo, e que são dinâmicas. Escola, família, igreja, sindicato, time de futebol, cidade, país, são alguns exemplos com tamanhos variáveis de figuração.

Dentro de cada figuração há relações de interdependência que são móveis, e variam em cada sociedade, com as suas diferentes formas de autorregulação que atribuem determinadas “roupagens” aos indivíduos; de forma que o modo como esses se comportam, é determinado pelas relações estabelecidas com as outras pessoas. Elias (1994, p. 35) exemplifica:

Para ter uma visão mais detalhada desse tipo de inter-relação, podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca.

Essa perspectiva permite compreender a comissão como uma pequena figuração que teve o intuito de criar a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Entende-se que, nessa figuração, os participantes tinham uma relação de interdependência, e um *habitus* social, outro conceito trabalhado por Norbert Elias que faremos uso. Para o autor, é a partir do processo de socialização e da participação dos indivíduos nas figurações, que os *habitus* sociais são incorporados, sendo estes, resultado do equilíbrio das tensões existentes e das relações de poder. Elias afirma que *habitus* social é o que “[...] o indivíduo compartilha com outros e que se integra na estrutura de sua personalidade” (Elias, 1998, p. 16).

Assim, observa-se que os integrantes da comissão tinham seus

pensamentos e formas de atuação vinculadas a esse grupo e a outras redes de interdependência das quais faziam parte, e também, foram pressionados pelo molde dessas redes. As relações de interdependência do grupo foram fundamentais para a consolidação da FEFCL-PG; assim como, também foram importantes os vínculos institucionais que os integrantes tinham.

Entre as instituições às quais os integrantes mantinham vínculos, escolhemos destacar analiticamente, três, enquanto espaços de linguagem autorizada: o Colégio Regente Feijó, o Centro Cultural Euclides da Cunha e o Partido Social Democrático. A participação da maioria da comissão nesses espaços foi significativa para terem conseguido se fazer ouvir na ampla sociedade; em consonância com os estudos de Pierre Bourdieu sobre linguagem autorizada (1983), entende-se que essa vinculação possibilitava a construção de uma legitimidade social e linguística reconhecida, influenciava em como os seus discursos eram recebidos e também na quantidade de pessoas que esse discurso iria chegar, considerando tanto o momento de enunciação, quanto a posteridade.

Na revisão de literatura realizada, constatou-se que são poucas as pesquisas que trataram da FEFCL-PG, e dos membros que compuseram sua comissão. No primeiro semestre de 2023, efetuou-se um levantamento nas bases de dados dos seguintes repositórios acadêmicos e sites: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scielo Brasil, Educ@, Directory of Open Access Journals (DOAJ), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e no site Google Scholar.

Nesses bancos de dados, os descritores de pesquisa utilizados foram: “Colégio Regente Feijó”, “Centro Cultural Euclides da Cunha”, “Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa”, “Lourival Santos Lima”, “Faris Salomão Michael”, “Mário Lima Santos”, “José Pinto Rosas”, e “Valdevino Lopes”. Após a identificação dos poucos resultados, que estão concentrados nas áreas de História e Educação; foi realizada uma seleção de trabalhos (Apêndice A), na qual alguns trabalhos foram excluídos, mantendo-se oito ao total, que trazem elementos que contribuem na compreensão da trajetória do ensino superior na cidade, até ser concretizada a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Destacam-se a dissertação de Silva (2002b), “Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa/Universidade Estadual de Ponta Grossa: 50 anos do curso de História”, e o artigo da mesma autora (2002a), “O ensino

superior em Ponta Grossa no contexto da expansão e interiorização”, que abordam tanto a trajetória do curso de História quanto o processo mais amplo de expansão do ensino superior na região. Ainda nesse conjunto, inserem-se as teses de Stroparo (2017), “As motivações pela interiorização do ensino superior no Paraná”, e de Frasson (2002), “O ensino superior em Ponta Grossa: o tempo das faculdades”, que contribuem para a compreensão dos contextos históricos e das políticas de interiorização.

Além disso, o texto de Ditzel, Chaves e Zulian (2004), “Da faculdade de filosofia à Universidade Estadual de Ponta Grossa: meio século de ensino superior nos Campos Gerais”, aborda a transição das faculdades isoladas para a constituição da universidade em Ponta Grossa. No campo da formação docente, relacionado à FEFCL-PG, destacam-se a tese de Carvalho (2010), “A formação do professor de História na Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual de Ponta Grossa de 1950 a 1970: propostas curriculares e memórias docentes”, e a dissertação de Antoniacomi (2014), “O Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa: uma análise histórica, a partir dos aspectos legais e do papel dos coordenadores de curso”. Por fim, o artigo de Campos e Souza (2016), “Ensino superior nas páginas do Diário dos Campos (1947-1950)”, apresenta discussões relevantes sobre essa modalidade de ensino, publicadas entre 1947 e 1950 no jornal Diário dos Campos, com enfoque no texto intitulado “Precisamos de um ensino superior”, de autoria de Mário Lima Santos (1947).

Sobre os integrantes da comissão nos resultados da pesquisa, foram excluídos os trabalhos em que o nome de algum dos professores era apenas mencionado, ou alguns dos seus textos que não tinham proximidade com a temática pesquisada eram ligeiramente citados. No total foram considerados oito trabalhos. Uma pesquisa de referência para este estudo é a dissertação de Guebert (2018), chamada “Da intelectualidade princesina, o coração do Brasil: trajetória, sociabilidades cívico-letradas e a plasticidade do sertão imaginado no círculo euclidiano (Paraná, meados do século XX)”. A autora analisou a trajetória de Lourival Santos Lima, Mário Lima Santos, Faris Michael e José Pinto Rosas, já que eles foram sócios fundadores do Centro Cultural Euclides da Cunha, e ela construiu um quadro de análise das trajetórias de quarenta sócios fundadores do Centro, por meio do método prosopográfico, mapeando interseções entre os integrantes desse grupo. Dessa forma, trata-se de um estudo fundamental para a compreensão dos vínculos e

relações dos membros da comissão com outros indivíduos, e as características próprias de produção no CCEC.

Valdevino Lopes aparece de forma pontual, enquanto diretor do Grupo Escolar General Osório (1938-1939), no artigo de Carneiro e Oliveira intitulado “Edificações escolares em Ponta Grossa a partir da gestão da ‘coisa pública’ de Albary Guimarães” (2005). E José Pinto Rosas, no artigo de Chaves (2015) chamado “Intelectuais, médicos e educadores: inserções sociais, políticas e educativas em Ponta Grossa/PR em meados do século XX”, enquanto médico, integrante da comissão que negociou em 1936, a implantação da Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, e também enquanto docente nessa instituição. Assim como, foi mencionada a participação desse professor na elaboração do Museu do Centro Cultural Euclides da Cunha¹⁰.

Mário Lima Santos, além de ter tido um texto seu analisado no já mencionado artigo de Campos e Souza (2016), também teve textos seus sobre educação, explorados por Floriano (2019) na sua dissertação “‘Não me interessa mais esta profissão’: representações dos professores no Jornal Diário dos Campos (1932-1950)” e no seu artigo escrito juntamente com Cordova (2019), intitulado “Representações sobre professores nas páginas do jornal Diário dos Campos: a escrita de Mário Lima Santos”.

Dos cinco integrantes, Faris Michaelé certamente é o indivíduo que mais foi pesquisado. Dos muitos trabalhos realizados, selecionamos os dois de maior fôlego. A tese de Molar de 2014, “Faris Michaelé: cultura e modernidade no Centro Cultural Euclides da Cunha de Ponta Grossa - CCEC (1930-1983)”, na qual o autor faz uma análise das discussões e ações de Faris Michaelé através do CCEC, a partir de um projeto cultural, que continha concepções a respeito da modernidade. E a outra, a dissertação de Marchese (2014), chamada “O intelectual Faris Michaelé (1940-1977) e sua dimensão regional: questões da cultura e da educação”, em que a autora analisa aspectos do pensamento de Michaelé, com o objetivo de compreender o projeto moderno de sociedade idealizado por ele, no que tange a cultura e a educação.

Sobre Lourival Santos Lima, foi produzido apenas um artigo específico, com o título “Intelectuais, ideias e imprensa: a produção de Lourival Santos Lima”, de 2017, resultado de uma Iniciação Científica feita por Osga, orientada por Karvat. Os autores

¹⁰ Em 1983 o Museu do CCEC recebeu o nome que continua tendo até o presente momento: Museu Campos Gerais (MCG).

observaram a narrativa dele sobre política e sociedade presente nos recortes de jornais dos anos de 1948 (quando foi criado CCEC), e o ano posterior. Ainda, apontaram no artigo que não foram usados em pesquisas específicas, os escritos do professor doados ao Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH) da UEPG.

Tendo em vista que o conhecimento do passado não é um dado estático, consideramos um desafio, a partir de questões que são presentes, nos aproximar da comissão que projetou a fundação da FEFCL-PG e a sua atuação relacionada principalmente ao ensino superior. Concordamos com Lowenthal (1985) quando ele afirma que o passado é um país estrangeiro, muito diferente, que não conhecemos a língua e os costumes. Nesse sentido, para que tenhamos alguma inteligibilidade do passado e possamos construir algumas interpretações, nessa pesquisa, tornou-se necessário o contato com uma multiplicidade de fontes (Apêndice B).

No fundo documental do CDPH da UEPG foram consultados quatro acervos físicos: os de Lourival Santos Lima, de Faris Michael, do Centro Cultural Euclides da Cunha e do “Jornal da Manhã”. Além desses, foram examinados jornais digitalizados disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; o jornal Diário dos Campos em versão impressa, presente no Acervo Histórico Hugo Reis do Museu Campos Gerais; o repositório online Memórias Digitais atualizado pelo Museu Campos Gerais; o acervo do Colégio Regente Feijó; o Arquivo da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa; o Arquivo Nacional; e o Arquivo Permanente da UEPG.

No contato inicial com o acervo de Lourival Santos Lima, observou-se que se tratava de um acervo bastante completo, organizado (o CDPH manteve a organização deixada pelo próprio professor), e muito interessante. O vasto acervo físico conta com recortes de jornais (destacam-se entre esses, O Dia, Diário da Tarde, Correio do Paraná, Diário dos Campos e Folha do Oeste)¹¹, na maioria, escritos por Lima ou que mencionavam o seu nome; documentos pessoais, críticas literárias, artigos, obras não publicadas, discursos, comentários de outras pessoas sobre seus livros, correspondências, fotografias, homenagens, dentre outros itens. Ao longo da consulta desse acervo, foi possível notar que o tema ensino superior era recorrente na documentação. Entretanto, foi a partir do contato com a pasta intitulada *Faculdade de*

¹¹ Nem sempre esses recortes de jornais tinham a data específica, por este motivo, optou-se em ao longo do texto padronizar as referências apenas com as informações do nome do jornal e ano; quando se tem informações do dia e mês das publicações, elas estão no corpo do texto.

Filosofia 1947-1967, que se teve uma maior dimensão da atuação desse professor junto ao ensino superior em Ponta Grossa, enquanto jornalista, professor, membro do PSD e integrante de uma significativa rede de sociabilidades no Paraná.

Outro acervo que foi consultado no CDPH, e seus itens serão considerados, é o de Faris Michael; e também, o acervo da instituição que esse professor fundou, o Centro Cultural Euclides da Cunha, que é composto por um conjunto de mais de seis mil itens, dos quais, focamos principalmente nos recortes de jornais, nos discursos proferidos e nas correspondências recebidas de indivíduos do Brasil e do exterior.

Foi verificado o acervo do Colégio Regente Feijó, espaço institucional onde os integrantes da comissão foram professores catedráticos. Entre outros itens, o acervo conta com livros de termo de posse dos funcionários, atas de exames, relatórios anuais e registro de presença das reuniões do período em que o grupo estudado atuou nessa instituição.

Também foi consultado o Arquivo da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, que reúne, entre outros materiais, documentos administrativos, leis e decretos. Esse conjunto documental contribuiu para identificar aspectos legais relacionados à educação no município, permitindo observar como determinadas iniciativas foram regulamentadas ao longo do período estudado. Ainda, alguns registros possibilitaram localizar homenagens prestadas aos membros da comissão, evidenciando a permanência de suas trajetórias na memória da cidade.

Somando-se às demais fontes mobilizadas na pesquisa, foram consultados documentos pertencentes ao fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DS/MJ), integrante do acervo do Arquivo Nacional, com o objetivo de verificar registros produzidos no contexto da Ditadura Militar. A análise desse conjunto documental ampliou a compreensão desse contexto político, evidenciando as tensões entre educação, política e poder em um momento marcado por restrições às liberdades civis.

Além desses, consultamos o Arquivo Permanente da UEPG, observamos a documentação entre os anos de 1949 e 1969, que conta com relatórios das atividades didáticas e administrativas, atas e correspondências de todas as Faculdades Estaduais que existiram em Ponta Grossa, e também da UEPG. A partir dessa documentação, pudemos compreender aspectos internos das instituições estudadas.

Os acervos mencionados foram cuidadosamente examinados, e foi realizada uma análise inicial para seleção do que poderia ser utilizado na pesquisa, já que se trata de muitos itens. No geral, os itens selecionados apresentaram informações que pudessem contribuir para a melhor compreensão de Ponta Grossa, do ensino superior na cidade, da trajetória de algum dos integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG ou sobre algum indivíduo que participava das redes de sociabilidades do grupo. Os documentos selecionados foram fotografados para que depois se pudesse fazer uma análise mais aprofundada, e facilitasse o acesso quando fosse necessária uma nova consulta.

Acrescentamos a essas fontes, notícias pesquisadas que foram publicadas nos jornais O Dia (PR), Diário da Tarde (PR), Correio de Notícias (PR), Última Hora (PR), O Estado do Paraná, A Manhã (RJ), Jornal do Commercio (RJ) e O Jornal (RJ). Todos estão disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; utilizamos no geral, dos mesmos descritores da revisão de literatura. Além desses jornais digitalizados, foi também pesquisado no Jornal da Manhã (JM) que se encontra no CDPH da UEPG, e o Diário dos Campos (DC) disponível no Acervo Histórico Hugo Reis do Museu Campos Gerais, ambos em versões impressas. Salientamos que os jornais foram um importante meio de comunicação da época da comissão, e que era comum, os professores divulgarem muitas de suas ideias através desse suporte.

Após o levantamento das fontes documentais e da identificação de algumas características do ensino superior em Ponta Grossa, bem como dos integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG, foram elaboradas fichas individuais desses professores e selecionados textos por eles produzidos. Com esses dados organizados, procedeu-se à análise e à sistematização por meio da metodologia prosopográfica¹², que foi adotada como ferramenta central da pesquisa e dialoga diretamente com a teoria de Norbet Elias.

Essa metodologia, como destaca Heinz (2006, p.9), “[...] utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica”, permitindo ir além da abordagem biográfica tradicional ao compreender indivíduos não como singularidades isoladas, mas como

¹² Há um debate acerca da caracterização da prosopografia, se ela deve ser entendida como um método ou como uma técnica auxiliar de pesquisa. Segundo Monteiro (2014, p. 20), essa definição depende da forma como o objeto de investigação é construído. Nessa tese, optou-se por utilizar a prosopografia como método, por compreendê-la como eixo estruturante da análise e fundamental para a interpretação do objeto investigado.

parte de estruturas que estiveram inseridos e também como reprodutores dessas estruturas. Consideramos que essas estruturas não podem ser compreendidas, se as redes móveis de sociabilidade que ligam reciprocamente o grupo, não sejam pensadas. Segundo Stone (2011, p. 115)

A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões- sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, lugar de residência, educação, tamanho e origem das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional, etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostas e combinadas, e, em seguida, examinadas por uso de variáveis significativas. Estas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação.

Esse método tem sido amplamente utilizado na História da Educação pela capacidade de articular indivíduos com coletivos mais amplos. Segundo Bontempi Júnior, a aplicação desse método possibilita situar intelectuais e atores educacionais em seus “grupos profissionais, redes de sociabilidade e comunidades disciplinares”, cujas propriedades relacionais e “os jogos de interesse podem revelar tantos significados quanto os discursos” (2019, p. 57). Essa possibilidade de análise relacional foi essencial para a compreensão dos membros da comissão que projetaram a FEFCL-PG, uma vez que suas trajetórias individuais só podem ser devidamente apreendidas quando consideradas as posições sociais que cada um ocupava, bem como a articulação entre seus percursos profissionais, suas inserções políticas e seus vínculos institucionais.

Nesse mesmo viés, Miceli (2001, p. 347) aponta que, na análise prosopográfica, “[...] inferências devem ser lastreadas em evidências empíricas que abranjam uma quantidade representativa de casos cujas características sociais, escolares, profissionais, etc., possibilitam a reconstrução de uma trajetória [...]”. Desta forma, após identificar interseções entre dados das fontes documentais e informações obtidas mediante um levantamento exaustivo da documentação biográfica existente sobre os membros da comissão, foram estabelecidas categorias que contribuíram para a pesquisa e para a construção de quadros sobre cada indivíduo, são elas: ano e local de nascimento e morte; características sociais da família; formação superior; carreira; espaços de sociabilidade; vínculo com o Partido Social Democrático; atuação no Colégio Regente Feijó; participação no Centro Cultural Euclides da Cunha;

envolvimento com a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa; e homenagens póstumas.

Diante do exposto, o problema de pesquisa articula-se às seguintes questões: Por que uma Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras em Ponta Grossa? Como é que cinco indivíduos formaram uma comissão? Como essa comissão modificou a sociedade de forma singular? Argumentamos, como hipótese, que a criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (FEFCL-PG), em 1949, ocorreu em um contexto local, estadual e nacional fecundo para tal iniciativa, mas ainda assim, teve um processo que exigiu uma gama de articulações, sobretudo por ser a primeira do interior do Paraná.

A efetivação da FEFCL-PG esteve diretamente relacionada a alguns elementos centrais: (1) a posição de destaque ocupada pelos integrantes da comissão de criação nas estruturas de poder da sociedade ponta-grossense; (2) a inserção desses indivíduos em uma significativa rede de sociabilidades; e (3) a capacidade de mobilização junto a instâncias decisórias estaduais e federais. Além de participarem do processo de criação, a maioria desses integrantes atuou posteriormente na própria instituição e em outras faculdades fundadas ao longo das décadas de 1950 e 1960 em Ponta Grossa. De modo geral, mantiveram um engajamento contínuo com o ensino superior na cidade, inclusive na mobilização que resultou na criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), concretizada em 1969. Nesse sentido, é necessário considerar que os indivíduos estudados, além de terem projetado a FEFCL-PG, criaram espaços institucionais nos quais puderam atuar posteriormente e colaboraram para a expansão do ensino superior em Ponta Grossa, processo viabilizado pelas interseções entre sociabilidades, educação e política que possibilitaram suas ações.

Sob essa ótica, esta pesquisa insere-se na área da História da Educação ao investigar a constituição e a expansão do ensino superior em Ponta Grossa a partir da atuação de sujeitos historicamente situados, compreendidos em suas articulações com instituições e projetos políticos. O enfoque adotado privilegia a análise das práticas, estratégias e relações mobilizadas pelos indivíduos envolvidos na criação e no fortalecimento das faculdades locais, entendendo o ensino superior como uma construção social atravessada por disputas de poder e negociações institucionais. Ao considerar as especificidades do contexto local em diálogo com dinâmicas estaduais e nacionais, o estudo delimita como eixo central a trajetória dos integrantes da

comissão formada em 1948 e suas atuações ao longo do processo que culminou na criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar a atuação relacionada ao ensino superior em Ponta Grossa, dos cinco integrantes da comissão formada em 1948, que projetaram a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa; até a criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 1969. A partir desse objetivo geral, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: (1) identificar aspectos do ensino superior no Brasil e no Paraná que viabilizaram a criação da FEFCL-PG; (2) discutir elementos da figuração da comissão, bem como as relações de interdependência entre seus integrantes; (3) analisar a atuação dos integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG nas faculdades fundadas na década de 1950 em Ponta Grossa; e (4) explorar o processo de incorporação das faculdades estaduais existentes e a efetivação da UEPG.

Dessa forma, a tese será estruturada em quatro capítulos. No primeiro, denominado *Por que uma Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras em Ponta Grossa?*, serão traçados previamente alguns aspectos do ensino superior no Brasil, com enfoque na criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras do país. Depois, será pensada essa instituição no Paraná, e quais elementos Ponta Grossa tinha no período, que sustentavam a possibilidade de criação dessa Faculdade na cidade, como a primeira Instituição de Ensino Superior (IES) do interior do estado.

Já no segundo capítulo, chamado *de A comissão de criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa*, será inicialmente discutida a trajetória dos professores da comissão de criação da FEFCL-PF, com a construção de quadros de análise, para depois, serem consideradas as características em comum das trajetórias dos indivíduos do grupo, a exemplo das instituições de linguagem autorizada as quais pertenceram, como o Colégio Regente Feijó, o CCEC, e o PSD. Posteriormente, será abordada a criação da FEFCL-PG junto ao governo do estado e do Brasil, e as disputas políticas pelo governo estadual no processo de instalação da Faculdade, que também foram evidenciadas dentro da instituição, logo após a sua criação; assim como será explorada a ação da comissão na FEFCL-PG, depois que ela foi efetivada.

No terceiro, intitulado *Faculdades da década de 1950 em Ponta Grossa*, será analisada a atuação dos integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG nas outras Faculdades que foram criadas na década de 1950 em Ponta Grossa: Faculdade

Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa (1952) - que foi desmembrada em 1966, em Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa, e Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa; e Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa (1954). Além disso, serão discutidos aspectos da criação e funcionamento dessas instituições.

Por fim, no quarto capítulo, denominado *Das Faculdades à Universidade*, será abordada a criação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa na década de 1960, que estava diretamente vinculada ao projeto mais amplo de implantação de uma universidade estadual na cidade; assim como, serão explorados elementos do processo de incorporação das Faculdades Estaduais existentes, e a efetivação da UEPG em 1969. Para finalizar, iremos averiguar as homenagens póstumas feitas aos membros da comissão de criação da FEFCL-PG, por quem e quando foi efetuada; isso nos interessa porque a memória e os silêncios que existem em relação a esses indivíduos têm impacto nessa pesquisa, e estão sempre em disputa, funcionando como instrumentos de poder em nossa sociedade.

CAPÍTULO 1 – POR QUE UMA FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS EM PONTA GROSSA?

[...] Ponta Grossa, a maior e mais populosa cidade do Interior do Estado, pela importância social e econômica que desfruta, no conjunto da comunhão paranaense faz jús seja, também, a primeira a possuir o primeiro curso superior do Interior do Paraná.

(O Dia)

1.1 ASPECTOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O ensino superior no Brasil teve o início relacionado à chegada da família real portuguesa, em 1808. Antes disso, os brasileiros que desejassem e pudessem cursar o nível superior, tinham que ir para Portugal, especialmente a Coimbra (Carvalho, 2008, p. 23). Se compararmos com a América Hispânica, em que universidades católicas foram criadas ainda no século XVI¹³, o início do ensino superior brasileiro foi tardio, e isso correspondeu aos interesses da coroa portuguesa, que centrou a formação de nível superior na Metrópole, e não teve a pretensão de que em suas colônias tivesse a formação de quadros intelectuais (Durham, 2003).

Quando a família real veio para o Brasil, fugindo da invasão napoleônica a Portugal, a situação mudou. Pensando em formar profissionais liberais que fossem úteis ao Estado, e também, às necessidades da elite econômica; foram criadas no mesmo ano em que vieram, a Escola de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro), a Escola de Cirurgia e Anatomia da Bahia (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia) e a Academia de Guarda da Marinha no Rio de Janeiro. Fávero explica que “Se excluirmos algumas cadeiras que objetivavam oferecer estudos de caráter mais desinteressado, [...] a obra de D. João VI, em matéria de ensino superior, decerto, foi marcada pelo caráter utilitário e pragmático” (2000, p. 20).

O ensino superior no Brasil poderia propiciar a elaboração de novos ideais, inclusive o de independência, e isso era uma ameaça para Coroa portuguesa, então segundo Masetto “[...] havia uma preocupação muito grande da Coroa em relação à formação intelectual e política da elite brasileira, ela procurava de todas as formas manter o Brasil como colônia” (1998, p. 9). Essa política repercutiu diretamente no

¹³ Podem ser mencionadas a Universidade de Santo Domingo de 1538, San Marcos de 1551 e México de 1553 (Brandão, 1996, p. 47).

reduzido número de brasileiros com formação superior durante o período colonial. Carvalho (2008, p. 23) aponta que ao final do período colonial, na parte espanhola da América tinham sido formadas em torno de 150 mil pessoas; já na Universidade de Coimbra, entre 1772 e 1872, passaram apenas 1.242 estudantes brasileiros. Esses números dão indícios da grande diferença de administração das metrópoles relacionada à educação.

Entre o início da organização do ensino superior no Brasil e a criação, em 1948, da comissão responsável por projetar a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, foco deste estudo, transcorreu um longo e gradual processo histórico. No decurso do século XIX o ensino superior expandiu-se vagarosamente, mesmo com a independência do Brasil em 1822, pois foi mantida a dinastia de Bragança no poder do sistema monárquico, até o final do século. De forma geral, o grupo no poder não via benefícios na criação de universidades, e apenas foram criadas escolas e faculdades isoladas que formavam profissionais que poderiam contribuir aos seus interesses, como advogados, engenheiros, médicos e oficiais. Rossato (1998, p. 106) comenta:

Enquanto outros países como a Espanha e a Inglaterra, por exemplo, não se preocuparam em impedir a expansão do ensino superior nas colônias, de maneira que rapidamente surgiram universidades tanto nos domínios espanhóis como nos ingleses, Portugal adotou uma política muito diversa obstaculizando a implantação daquelas instituições de ensino. Essa política foi seguida tanto para as colônias do continente americano como para aquelas da África ou da Ásia, onde também se retardou o surgimento das universidades.

Entretanto, essa política não agradava a todos; cabe salientar que outros grupos brasileiros desse período pensavam de forma diferente o ensino superior, Campos pontua que: “[...] houve debate entre a intelectualidade brasileira em defesa da reforma do ensino superior, bem como no sentido de estabelecer outros modelos universitários no país”. Esse debate aconteceu nesse momento porque existia uma “[...] convicção de que era preciso reformar o ensino superior, pois torná-lo sólido e eficaz representava uma ação fundamental de intervenção no processo de formação de uma elite intelectual” (Campos, 2008, p. 22).

Outra questão fundamental que deve ser ressaltada, é que até esse momento no Brasil era negado às mulheres o ingresso no ensino superior. Os debates em favor da admissão das mulheres nas faculdades de medicina iniciaram-se nos anos de 1870 (Ribeiro, Vieira, 2023, p.6) e isso repercutiu em um dos

elementos que constituiu a reforma assinada em 1879 pelo então ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, Carlos Leôncio de Carvalho, que tinha entre os seus objetivos modernizar o sistema educacional.

A reforma foi oficializada pelo Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, e teve implicações no ensino primário e secundário do Município da Corte (Rio de Janeiro), bem como no ensino superior em todo o Império. Os dois principais elementos relacionados ao ensino superior referem-se à possibilidade de iniciativas privadas abrirem instituições seguindo os programas de curso oficiais (Artigo 21), e às exigências para inscrição em uma instituição (Artigo 20) que eram: “[...] Apresentar certidões de exame [...]; Provar a identidade de pessoa; Pagar a importância da matrícula na proporção dos exames requeridos” (Brasil, 1879); dessa forma, não existiam mais restrições relacionadas ao sexo dos estudantes, e foi permitido o ingresso de mulheres no ensino superior. Ainda assim, foi pouco representativa a participação das mulheres nessa modalidade de ensino, especialmente até o final do Império.

A partir da proclamação da República e da Constituição de 1891, ocorreram mudanças significativas que favoreceram a ampliação do ensino superior no Brasil. O artigo 35 afirmou sobre a incumbência do Congresso, mas não privativamente, na criação de Instituições de ensino superior e secundário nos estados (Brasil, 1891). Essa medida oportunizou a descentralização do poder federal na gestão do ensino superior - com a possibilidade de criação de instituições públicas estaduais e municipais, e também, de iniciativa privada.

No final do século XIX fortaleceu-se na elite letrada a convicção de que a razão fundamental da dedicação aos estudos era o exercício de uma atividade profissional específica (Sá, 2006, p. 6), e para essa especialização dos indivíduos, instituições de ensino superior eram centrais. De 1889 a 1918 foram criadas 56 escolas superiores, em sua maioria privadas; existiam instituições católicas interessadas em oferecer uma opção confessional ao ensino público e, sobre outra perspectiva, elites locais que se interessavam em trazer estabelecimentos de ensino superior para os seus estados (Durham, 2003, p. 5). Ainda assim, foram raras as iniciativas de criação de universidades, predominando as escolas autônomas.

Durante a década de 1920, o Brasil vivenciou um processo de modernização

que alcançou a educação em seus diversos níveis de ensino¹⁴. Esse período foi marcado pela complexificação da vida social, pelo crescimento das classes médias e pela intensificação do processo de urbanização; tudo isso exigia profissionais que fossem qualificados. Assim, o diploma de bacharel era tido como um símbolo de prestígio e também era uma forma de mobilidade social para as novas classes médias urbanas (Vieira; Campos, 2012). Nesse sentido, a década de 1920 foi central para o desenvolvimento do ensino superior que aconteceu posteriormente no Brasil, pois se discutia a possibilidade de uma universidade enquanto instituição mais ampla, pública, que abrangesse além da formação profissional, a formação cultural e o desenvolvimento das ciências básicas e da pesquisa.

A partir de 1930, com o início do governo provisório de Getúlio Vargas, houve um processo de centralização de políticas públicas no governo federal. Uma das primeiras medidas desse novo governo foi a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, cujo ministro escolhido foi Francisco Campos¹⁵, que em seu discurso de posse, em 18 de novembro de 1930, assim proferiu:

[...] O Brasil precisa, sobretudo, e com urgencia, de saúde e de instrucção. O programma para o Brasil está nas suas necessidades immediatas e inadiaveis. Não é falta de programmas que devemos a procrastinação dos nossos males mais agudos. A verdade é que, entre nós, si sobram os programas, parece que nelles se absorve e se esgota a capacidade de interesse e de acção dos nossos estadistas. A todos os nossos males já se apontaram remedios; falta apenas quem os prepare e ministre. Queremos ter professores sem cuidar de forma-los, hygienistas sem uma escola de hygiene, operarios qualificados e productores capazes, sem formação technica e educação profissional. Dahi em quase todos os ramos de actividade a improvisação de curiosos em competencias. [...] Nessa afirmação se traduz a necessidade de reorganizar os planos de estudo, de maneira a attender, satisfactoriamente, as varias tendencias, de cuja combinação resultará a harmonia do nosso systema de cultura. Em summa: sanear e educar o Brasil constitui o primeiro dever de uma revolução que se fez para libertar os brasileiros. É nesse pensamento, para cuja effecctivação pedirei os conselhos e as suggestões dos componentes, que assumo o Ministério da Educação e Saúde Pública (Campos, 1940, p 118-119).

Considerando essas críticas e a centralidade atribuída à educação, o governo passou a implementar reformas estruturais no sistema educacional

¹⁴ Nesse contexto está a criação em Ponta Grossa, do Ginásio Regente Feijó (1927).

¹⁵ Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968) nasceu em Dolores do Indaiá (MG), graduou-se em Direito na Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, foi professor e ocupou vários cargos políticos, tendo sido deputado estadual de Minas Gerais, deputado federal, secretário do interior do estado de Minas Gerais (na sua gestão foi criada a Universidade de Minas Gerais), ministro da Educação e Saúde Pública, consultor-geral da República, Ministro da Justiça (elaborou a Constituição de 1937), e em 1964, no regime militar, foi um dos redatores do Ato Institucional nº 1 (Santos, 2007).

brasileiro, em todos os níveis de ensino. Essa medida propiciou uma expansão significativa do ensino superior, impulsionada especialmente pelo Decreto-Lei nº 19.851, promulgado em 11 de abril de 1931, denominado *Estatuto das Universidades Brasileiras*, decretado por Francisco Campos. Rothen afirma que

Na mesma data, foram baixados mais dois decretos-lei: o n. 19.850, que criava o Conselho Nacional de Educação (CNE), e o n. 19.852, que tratava da Organização da Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Os três decretos estavam interligados: o estatuto definia o modelo de universidade a ser adotado no Brasil; a Organização da Universidade do Rio de Janeiro foi, por um lado, a primeira aplicação do modelo organizacional previsto no decreto, por outro, a definição dos “moldes” para o ensino nas diversas faculdades; e a “criação do CNE” apontava para a instalação de um “conselho técnico” com a atribuição de um órgão consultivo do ministério (Rothen, 2008, p. 143).

Salientamos que as mudanças ocorridas no governo de Getúlio Vargas, aconteceram após uma série de discussões e demandas de muitos anos. Como o próprio Francisco Campos (1940) apontou em seu discurso quando assumiu o Ministério, a partir de uma perspectiva higienista¹⁶: “A todos os nossos males já se apontaram remédios; falta apenas quem os prepare e ministre”. Para Fávero (2000, p. 39) havia uma maior conscientização dos problemas educacionais no início dos anos de 1930, e

A concepção de que a reforma da sociedade se daria pela reforma da educação e do ensino, assim como pelo espírito de 'criação' e de reprodução/modernização das 'elites', herdados na década anterior, adquiriram mais força e ampliaram suas perspectivas. Tais projetos de reconstrução da sociedade, no entanto, nem sempre convergiram na mesma direção (Fávero, 2000, p.39).

Ainda que a Reforma Francisco Campos, como ficou conhecida, tenha representado um avanço, ela não agradou a todos e não correspondeu às demandas de alguns movimentos dos anos 1920, pois permitiu instituições de iniciativa privada e o funcionamento de instituições que fossem isoladas. Dessa maneira, esse período foi marcado por expressiva disputa pelo controle da educação, entre lideranças

¹⁶ O movimento higienista surgiu na Europa e ganhou força no Brasil no final do século XIX e início século XX; o processo brasileiro de transformação político, econômico e social desse período, foi acompanhado pela medicina. Mansanera e Silva (2000, p. 118) afirmam que “A higiene, de maneira geral, entendia que a desorganização social e o mau funcionamento da sociedade eram as causas das doenças, cabendo à Medicina refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais, visando neutralizar todo perigo possível”. Nesse sentido, as práticas médicas higienistas visavam interferir na sociedade para melhor higienizá-la, organizá-la e ordená-la, de acordo com a modernização pretendida pelas elites dirigentes. Nessa perspectiva, era necessário modelar hábitos individuais e sociais, e a educação foi uma área essencial nesse processo.

católicas e laicas (Martins, 2002).

É importante considerar que a educação é uma fonte de poder, que sempre foi um campo de disputa, e nesse caso, a disputa tornou-se bastante evidente nas Conferências Nacionais de Educação (CNEs) a partir de 1927¹⁷, a primeira foi em Curitiba, e a partir daí foram realizados treze encontros nacionais em diversas cidades do país, até 1967. Esses encontros constituíram-se em “[...] espaços fundamentais para projetar uma intelligentsia autorizada a falar sobre os problemas e, sobretudo, sobre os projetos e as prioridades da educação nacional” (Vieira, 2017, p. 19).

As Conferências Nacionais de Educação eram organizadas pela Associação Brasileira de Educação (ABE), que foi criada em 1924 no Rio de Janeiro, e era segmentada entre um grupo de liberais e outro de católicos que divergiam quanto ao caráter público e laico da educação. A IV Conferência Nacional de Educação, realizada no Rio de Janeiro em dezembro de 1931, teve como objetivo a discussão das diretrizes da educação no Brasil, e também, a elaboração ao final do encontro de um documento contendo as demandas nacionais da educação. Pela acentuada divergência entre o grupo de liberais e de católicos, e a dificuldade de se chegar a um acordo, o objetivo final da IV Conferência Nacional de Educação não foi atingido:

Já não se podia alimentar a esperança, aliás ilusória, de se constituírem os educadores numa organização que fosse não um ‘partido’, mas uma ‘nacional’ em que se agrupassem todos, sem distinção de religião e de partido, para traçarem uma política escolar e cultural que fosse o programa do governo, na parte educacional, para a obra de reorganização do país (Azevedo, 1976, p. 174).

A partir dessa conjuntura, Fernando Magalhães - presidente da Conferência Nacional de Educação, solicitou ao educador e intelectual Fernando de Azevedo que recém tinha promovido uma ampla reforma educacional no Rio de Janeiro (1927-1930), para que redigisse um manifesto que servisse como uma diretriz para o governo, abrangendo os diferentes níveis e modalidades da educação. Fernando de Azevedo ao lado de outros 25 educadores e intelectuais concluíram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova já nos primeiros meses de 1932.

¹⁷ A primeira Conferência Nacional de Educação contou com oito comissões temáticas, incluindo uma de ensino superior (Vieira, 2024, p. 7), sinalizando que as discussões sobre essa modalidade de ensino estavam presentes desde o início. Vale ressaltar também, que nessa I Conferência, o higienismo foi o tema dominante, no que tange ao papel visto como estratégico da educação, para as práticas médicas higienistas (Abreu Júnior; Carvalho, 2012).

O texto do Manifesto começou apontando que o principal problema do Brasil estava relacionado à educação, que estava à frente inclusive da economia, pois não existia possibilidade de desenvolver as forças econômicas ou produtivas, sem que houvessem elementos primordiais para o aumento da riqueza de uma sociedade, como o preparo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões relacionadas à invenção e à iniciativa. Na sequência, critica que em 43 anos de regime republicano, as reformas econômicas e educacionais sempre foram dissociadas e “[...] não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país” (Azevedo et al., 2006, p. 188). Esses indivíduos através do documento defenderam um modelo de educação laico, obrigatório e gratuito¹⁸, pois o “Estado não pode tornar o ensino obrigatório sem torná-lo público” (Azevedo et al., 2006, p. 194), definindo o Estado como propulsor desse modelo.

A respeito do ensino superior, a proposição do Manifesto era a de que também fosse subsidiado pelo Estado, que superasse a acepção bacharelesca que vinha tendo até então, e atendesse as variadas demandas sociais formando pesquisadores em diversas áreas de conhecimento. A formação profissional de professores teve um lugar importante no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, como podemos observar na sequência:

A preparação dos professores, como se vê, é tratada entre nós, de maneira diferente, quando não é inteiramente descuidada, como se a função educacional, de todas as funções públicas a mais importante, fosse a única para cujo exercício não houvesse necessidade de qualquer preparação profissional. Todos os professores, de todos os graus, cuja preparação geral se adquirirá nos estabelecimentos de ensino secundário, devem, no entanto, formar o seu espírito pedagógico, conjuntamente, nos cursos universitários, em faculdades ou escolas normais, elevadas ao nível superior e incorporadas às universidades (Azevedo et al., 2006, p. 200).

Ao criticar a falta de preparo profissional dos professores, o Manifesto aponta o ensino superior como necessário na qualificação da formação, essa melhor preparação contribuiria em todos os níveis e modalidades de ensino, que eram vistos como interdependentes, já que melhores professores formariam melhores estudantes:

Os professores de ensino primário e secundário, assim formados, em

¹⁸ A partir disso, as lideranças católicas que faziam parte da Associação Brasileira de Educação, deixaram a ABE e criaram em 1933 a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), que em 1934 conseguiu garantir a inclusão do ensino religioso na Constituição Federal.

escolas ou cursos universitários, sobre a base de uma educação geral comum, dada em estabelecimentos de educação secundária, não fariam senão um só corpo com os do ensino superior, preparando a fusão sincera e cordial de todas as forças vivas do magistério (Azevedo *et al.*, 2006, p. 201).

A ação coordenada dessas instâncias subsidiaria assim, a formação de quadros docentes e também o preparo de uma mão de obra qualificada para exercer diferentes funções na sociedade de um país que requeria novos profissionais, pois estava passando por mudanças, entre elas os processos de modernização, urbanização e industrialização. O ensino superior que antes estava bastante ligado a aplicações imediatas na sociedade, com a formação de advogados, médicos e engenheiros, já não era mais suficiente, sobretudo de um ponto de vista que a educação deveria caminhar junto com a economia.

1.2 FACULDADES DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Um aspecto inovador decorrente das ideias do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e da Reforma Francisco Campos, estava ligado à criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), que ofertavam cursos em variadas áreas - Ciências Humanas, Biológicas e Exatas; e visava à formação de professores, e ainda, possibilitou que bacharéis também pudessem ser qualificados profissionalmente como professores. Da chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1808, até a organização que temos hoje de ensino superior, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras foram um passo importante nos mais de 200 anos de história dessa modalidade de ensino.

A primeira FFCL de iniciativa governamental¹⁹ foi fundada em 1934, como parte integrante da Universidade de São Paulo (USP), criada no mesmo ano. Foi a primeira vez no Brasil que a concepção de universidade se concretizou de uma forma diferenciada - antes era relacionada a escolas de ensino superior profissionalizantes; com a USP, passa a ser de um locus das ciências puras (Ferreira, 2009, p. 33-34), assim, a FFCL era central nessa concepção. Para entendermos a criação dessa instituição, é necessário pensarmos em alguns processos históricos, políticos e sociais. Concordamos com Revel (2010) quando ele afirma:

¹⁹ A primeira FFCL foi fundada em 1932, pelas Cônegas Regulares de Santo Agostinho, e era filiada à Associação Instrutora da Juventude Feminina (AIJF). Em 1946 esta instituição foi incorporada à Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo (Cytrynowicz; Cytrynowicz, 2006, p. 18).

[...] é em todos os níveis, desde o mais local até o mais global, que os processos sócio-históricos são gravados, não apenas por causa dos efeitos que produzem, mas porque não podem ser compreendidos a não ser que os consideremos, de forma não linear, como a resultante de uma multiplicidade de determinações, de projetos, de obrigações, de estratégias e de táticas individuais e coletivas.

Assim, variando as escalas nesse momento, no contexto internacional, os anos 1920/1930 podem ser vistos pelo viés da instabilidade econômica e da crise do capitalismo e dos valores liberais, após os impactos ocasionados principalmente pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), pela Revolução Russa (1917) e pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York (1929). Esse último evento provocou uma crise econômica mundial, onde as principais potências adotaram um novo modelo econômico e, buscando diminuir os efeitos da crise, passaram a priorizar o mercado interno e diminuir as importações.

O Brasil, por sua vez, com a economia em processo de internacionalização e uma produção voltada principalmente para a exportação, não tardou a sentir os efeitos da crise. Uma das principais atividades econômicas era a exportação de café e, como esse não era um produto essencial, ela diminuiu consideravelmente. A crise econômica também acabou interferindo na política do país. A “política do café-com-leite”²⁰ foi quebrada com a “Revolução de 1930”, comandada por Getúlio Vargas, que destituiu as oligarquias do poder²¹. Isso acabou por centralizar o poder na

²⁰ Que consistia no acordo de alternância do cargo de Presidente da República, entre São Paulo (maior produtor de café) e Minas Gerais (maior produtor de leite) - as oligarquias dos dois estados mais poderosos da época. Isso era possibilitado pela fraude nas eleições e a manipulação de votos que ficou conhecida como voto de cabresto. Mais sobre o assunto pode ser visto em: SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. Editora Companhia das Letras, 2015.

²¹ No Paraná, na chamada Primeira República, as oligarquias se mantinham no poder por meio de diversas formas de “[...] fraudes eleitorais, que envolviam diretamente os coronéis e, indiretamente, os governadores, na medida em que fechavam os olhos para as irregularidades locais ou, então, se sobrepunham, por meio do aparato policial, aos pretensos opositores” (Goulart, 2015, p. 31). Outra característica, é que algumas famílias revezavam no poder no sistema oligárquico, vejamos alguns exemplos: Carlos Cavalcanti de Albuquerque foi presidente do Paraná entre 1912 e 1916, seu vice foi Affonso Alves de Camargo. Carlos Cavalcanti de Albuquerque casou-se com Francisca Munhoz da Rocha, irmã de Caetano Munhoz da Rocha. O próximo vice-presidente do estado, no período entre 1916 e 1920, foi Caetano Munhoz da Rocha, e o presidente foi Affonso Alves de Camargo. De 1920 a 1928 Caetano Munhoz da Rocha foi presidente do Paraná e de 1924 a 1928, Marins Alves de Camargo foi vice-presidente, que era irmão de Affonso Alves de Camargo. De 1928 a 1930 Affonso Alves de Camargo foi presidente do Paraná, e em 1929 sua filha Flora Camargo casou-se com Bento Munhoz da Rocha Netto, filho de Caetano Munhoz da Rocha. Goulart (2016, p. 721) argumenta que um dos mecanismos usados pela classe dominante paranaense para se manterem ao longo de anos no poder, respalda-se nas relações familiares, e os casamentos “estratégicos”. Verifica-se um padrão de famílias controlando e atuando nos postos políticos do Estado, entretanto, conforme Granato (2017, p. 51), essas famílias foram alvos da “Revolução de 1930” tendo sido destituídas, exoneradas ou tendo os seus cargos cassados; mas algumas retornam posteriormente à cena política, como é o caso de Bento Munhoz da Rocha Netto que exerceu cargos de deputado federal e foi governador do Paraná.

Federação, diminuindo o poder dos estados; o que repercutiu logo depois da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, na “Revolução Constitucionalista de 1932” - um levante armado protagonizado por São Paulo, o estado que mais tinha perdido poder político e econômico.

A “Revolução de 1932” questionava a demora da promulgação da Constituição, já que Getúlio Vargas tinha anulado a Constituição de 1891 quando assumiu o poder em 1930 e vinha governando por meio de decreto-lei. Mas, conforme Ribeiro (1987, p. 95), isso foi mais uma estratégia de atribuir uma significação nacional ao movimento, a intenção mais efetiva era da elite paulista voltar ao poder. Após quase três meses, graças ao poderio militar federal, o governo saiu vitorioso, mas “[...] percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central” (Fausto, 2004, p. 350).

Nesse sentido, a “Revolução Constitucionalista de 1932” trouxe importantes consequências para o Brasil e para São Paulo. Como uma delas, podemos apontar a criação da USP em 1934, que por esse e outros motivos, encontrou terreno fértil para sua concretização. Charle e Verger (1996, p. 93) destacam que as Instituições de Ensino Superior ocupam uma posição de centralidade no alcance do objetivo de “[...] promoção social dos indivíduos, para a afirmação nacional, para o progresso científico e econômico nacional e internacional, para a formação das elites e, além disso, dos quadros sociais”.

A ideia da criação de uma universidade no estado de São Paulo esteve na pauta de diversos intelectuais ao menos desde o final do século XIX. A primeira tentativa, de iniciativa particular, aconteceu nos anos de 1910 (Roiz, 2009, p. 148). Após a Revolução, a luta pela universidade, dessa vez pública, ganhou novo fôlego, pois a intelectualidade entendeu que era necessário formar uma elite capacitada para liderar o país. Júlio de Mesquita Filho, um dos intelectuais que anteriormente havia sido signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, um dos fundadores da USP e proprietário do jornal O Estado de São Paulo, atesta que: “Vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da federação” (1969, p. 199).

Por outro lado, Getúlio Vargas também notou que não era bom ter São Paulo como inimigo do seu governo; assim, em linhas gerais, aconteceram circunstâncias

precisas para a criação da USP e a FFCL, como sua parte integrante. Segundo o anuário da FFCL da USP (1939-1949), a FFCL foi criada com as seguintes finalidades:

- a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício de altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário, normal e superior;
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituem o objeto do seu ensino (Universidade de São Paulo, 1953).

Bontempi Júnior (2015, p.145) argumenta que à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP “[...] caberia a tarefa de formar as elites ilustradas, único grupo social capaz de realizar positivamente a obra de regeneração política da sociedade brasileira, mas também de formar o professorado secundário e superior”. Esse modelo foi inspirado na estrutura de formação das faculdades de filosofia europeias, constituída por uma dimensão investigativa e outra pedagógica, com a formação voltada tanto para pesquisa como para o magistério:

[...] Fernando de Azevedo busca seu padrão de organização [...] na Europa e elabora um modelo que tem na USP o seu ‘lôcus’ de realização. É mais tradicional; põe a Faculdade de Educação [...] como parte da Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Educação, com a peculiaridade pragmática: formar quadros para o ensino secundário [...] pensava a Faculdade de Filosofia [...] como um Instituto de Estudos desinteressados de elevada cultura que teria, dentro dele, esta parte mais pragmática, destinada à formação de quadros para os outros graus de ensino. [...] A área da educação seria, pois, parte nuclear de um instituto onde as demais ciências, letras e filosofia estariam sendo estudadas. Imaginava este intelectual que haveria um convívio simbiótico entre as áreas. Assim a educação participaria dos estudos do nível superior, elevados, desinteressados e, também por sua parte mais pragmática, formaria professores para o mercado de trabalho, ou seja, a própria escola básica (Warde, 1994, p. 132).

A FFCL, com centralidade na educação e associada às letras e à filosofia, em linhas gerais, teve sucesso ao atingir seus objetivos, tanto é que serviu de referência para a instalação de outras instituições no Brasil. Em cada estado, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras tiveram características específicas. Na região Sul do Brasil, em especial em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, teve destaque a ação da iniciativa privada católica na criação de faculdades. Já no interior do Paraná, é possível observar a ação de forças político-econômicas, articuladas às forças políticas estaduais e federais, na criação de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (Carvalho, 2010).

No estado do Paraná, a primeira a ser instalada foi a Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras do Paraná (FFCL-PR), na capital Curitiba, que data de 1938. Campos (2008, p. 159) destaca que essa instituição foi criada como um primordial “[...] mecanismo de sistematização dos diferentes saberes estabelecidos pelas áreas científicas [...], cujo modelo universitário [...] priorizou o conhecimento científico em detrimento do saber especulativo [...]”. A Universidade do Paraná (UP) já havia sido criada em 1912, mas não tinha incorporado às áreas de humanidades, educação e ciências puras. Dessa forma, a FFCL-PR abriu os caminhos da investigação e ensino na capital do Paraná. Essa Faculdade foi a primeira instituição paranaense a formar professores de nível superior, para tanto, representou um espaço significativo de formação, enquanto uma instituição que poderia contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do estado.

Cabe salientar que o projeto da FFCL-PR estava ligado ao laicato católico, que em 1929, com a criação do Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB) em Curitiba²², havia iniciado uma reação à propagação do anticlericalismo e da perspectiva de mundo materialista. Dessa forma, a FFCL-PR poderia ser um meio de formar a visão de mundo das elites, em consonância com os interesses da igreja católica; o que explica a participação da igreja na administração da Faculdade e a presença de um número expressivo de padres e leigos católicos como professores da instituição (Vieira; Campos, 2012).

Depois da criação da FFCL-PR, outras cinco Faculdades Estaduais de Filosofia, Ciências e Letras foram criadas no Paraná: primeiramente em Ponta Grossa, em 1949; Londrina, União da Vitória e Paranaguá em 1956; e Maringá em 1967. A criação das Faculdades indica para a propagação dessa instituição no Brasil, a interiorização do ensino superior, o interesse do Paraná em investir nesse tipo de estabelecimento e a ação de grupos locais dispostos a se engajarem na projeção de Faculdades.

Com essa breve contextualização, é possível entender que a demanda pela criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras em Ponta Grossa não estava descolada de um panorama de escalas maiores, e a sua concretização foi possível, por conta desses processos. Silva comenta que o processo no Paraná de

²² Foi uma agremiação cultural da elite católica laica, movida pela revitalização dos valores do catolicismo na sociedade moderna. Caracterizou-se por ser um centro católico de debate sobre temas diversos, através de atividades como um programa semanal de formação intelectual dos seus sócios, a organização de uma biblioteca e a publicação da Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes (Hanicz, 2006).

interiorização do ensino superior “[...] resultou na criação de faculdades em cidades-sedes, consideradas pólo de abrangência geoeeducacional” (2002a, p.162). Veremos na sequência, que Ponta Grossa tinha essa característica.

1.3 REIVINDICAÇÕES PONTA-GROSSENSES

Evitaremos fazer uma leitura teleológica da criação da FEFCL-PG, ou seja, ler o processo, sabendo do resultado, sem considerar que a comissão que agiu para fundação da FEFCL-PG poderia não ter conseguido seu objetivo por inúmeros motivos, como, por exemplo, a falta de apoio político; pela experiência negativa anterior relacionada ao ensino superior - da Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa que não vigorou; ou por ainda não terem instituições dessa modalidade de ensino no Paraná, fora da capital Curitiba.

Aliás, nesse período, houve iniciativas para a criação de outras faculdades, como as de Medicina, Veterinária, Agronomia e a de uma Universidade Católica, que não se efetivaram (Frasson, 2002, p. 124). Lourival Santos Lima comenta que a ideia da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras foi a que, naquele contexto, em sua avaliação, “[...] vingou e generalizou-se, por ser inegavelmente a mais oportuna, absorvendo todas as demais, com plena receptividade, no seio do governo e dos políticos, que, em seguida louvavelmente a pleitearam, em memorável campanha” (O Dia, 1958).

Para ajudar na análise das reivindicações ponta-grossenses, utilizamos como corpus documental especialmente os jornais, que eram um influente meio de comunicação da época, e que foram um suporte para alguns integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG divulgarem suas ideias a respeito do ensino superior. Além de publicarem nos jornais, esse grupo tinha como características o engajamento em diversas causas, maneiras específicas de se posicionarem, escreviam diversos textos e publicavam, participavam de instituições, dentre outras ações. Nesse sentido, propomos pensar os indivíduos nos espaços que ocupavam (figurações) e nas alianças que formaram com outras pessoas (interdependência).

Essas alianças estabelecidas com outras pessoas formavam redes de sociabilidade, que de acordo com Sirinelli (2003), têm o cunho de inclusão, e também de exclusão. Inclusão no sentido de afinidades, aproximações, compartilhamento de ideias e gostos, relações familiares ou de amizades, frequência nos mesmos espaços

sociais, etc. E o de exclusão, na conotação de debates, divergências de ideias e dissidências. Foi dentro dessas redes de sociabilidade, que a produção dos professores foi possível. Foi onde houve troca de ideias, tomadas de posição, foram formadas relações específicas e criadas regras de expressão, de comportamento, de atuação, de linguagem e de comunicação com a sociedade mais ampla, ao que Norbert Elias chama de *habitus*; exemplificando com indivíduos pertencentes a uma tribo ou Estado, o autor explica:

Eles são herdeiros não só de uma linguagem específica, mas também de um modelo específico de civilização e, portanto, de formas específicas de auto-regulação, que eles absorvem mediante o aprendizado de uma linguagem comum e nas quais, então, se encontram: no caráter do *habitus* social da sensibilidade e do comportamento dos membros de uma tribo ou de um estado nacional (Elias, 2006, p. 23).

A partir dessas especificidades das redes de sociabilidades, podemos afirmar que as escolhas e atuações dos professores não foram neutras e despretensiosas; os seus próprios interesses foram organizados nessas ações, e sustentados pelos membros das redes de sociabilidades as quais se inseriam. Pensando-os nesse viés, favorece para que possamos compreender a atuação dos professores e, de igual maneira, as estruturas que permitiram as suas atuações dentro da sociedade.

As figurações que pertenceram e as interdependências que estabeleceram eram estratégicas no sentido de projeção de poder. Elias (2005, p. 80) afirma que: “O poder não é amuleto que um indivíduo possua e o outro não; é uma característica estrutural das relações humanas - de todas as relações humanas”. Considerando a posição ocupada pelos professores, o poder de enunciação que detinham e os seus escritos publicados principalmente em jornais, vamos pensar em algumas demandas que Ponta Grossa poderia ter para justificar a instalação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Mário Lima Santos, integrante da comissão que era professor e tinha sido diretor, em 1946, do Colégio Regente Feijó, portanto alguém que conhecia esse contexto, escreveu o artigo *Alguma coisa errada no ensino secundário*, publicado no jornal O Dia, de Curitiba, em 1949, pontuando o fracasso do ensino secundário - no qual dá exemplos de alunos que não conseguiram ser aprovados em exames de vestibular, e aponta como causa principal dessa situação a falta de preparo dos professores. Para Mário Lima Santos, isso serviria para justificar o movimento de jovens para requisição ao “Governo do Estado a instituição de uma Faculdade

Estadual de Filosofia, Ciências e Letras [...], para o preparo e recrutamento de mestre para os estabelecimentos de ensino secundário em nosso Estado” (O Dia, 1949).

Alguns anos antes, de 5 a 6 de julho de 1947, foi realizada uma Conferência Regional em Ponta Grossa que reuniu representantes de 37 municípios para discutir os problemas do Paraná com o governo estadual. Para isso, essa conferência contou com diversas comissões e subcomissões, de diferentes áreas²³, que debateram temas nos dois dias de encontro no Clube Pontagrossense, podemos observar isso na seguinte fotografia publicada na capa do jornal A Manhã (RJ), em 20 de julho de 1947:

Figura 1 - Fotografia tirada em 1947 na Conferência Regional em Ponta Grossa



Fonte: Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Uma das comissões foi a de Educação e Cultura²⁴, e teve como relator geral Mário Lima Santos. Outros mentores do que seria futuramente a FEFCL-PG, também

²³ Conforme noticiado em 8 de julho de 1947 no jornal O Dia, tinham as seguintes comissões: Viação e Transporte; Produção, Comércio e Indústria; Saúde e Assistência Social; Fazenda; Educação e Cultura; Justiça, Segurança Pública e assuntos diversos.

²⁴ O jornal O Dia de 6 de julho de 1947 registrou os seguintes nomes nessa comissão: Gaspar Veloso (presidente), Mario de Lima Santos (relator geral); subcomissão de instrução pública: Oscar de Paula Soares Filho e Ari Martins (relatores), Edgard Zanoni, Julieta Telier; Manoel Grott e Faris Salomão Michaele (membros); subcomissão de cultura e divulgação: José Muggiati (presidente), Lourival Santos Lima (relator); subcomissão de imprensa: Adalberto Carvalho de Araújo (presidente), Borell Du Vernay

estavam nessa comissão: Lourival Santos Lima como relator da subcomissão de Cultura e Divulgação, Faris Michaelle como membro da subcomissão de instrução pública e José Pinto Rosas como membro da subcomissão de Belas Artes e Patrimônio Artístico. No relatório dessa comissão publicado no O Jornal (RJ), em primeiro de junho de 1948, é possível identificar as seguintes considerações sobre o ensino secundário no Paraná:

A vulgarização bastante ampla de tal ciclo secundário, que, nas cidades mais importantes do Estado, já se vai fazendo um ponto obrigatório da formação de cada Jovem, representa um inegável progresso na conquista de níveis mais altos para a cultura geral popular. É certo que o rendimento, por vezes, de tais cursos, está abaixo do que devemos desejar (O Jornal, 1948).

Apesar de o relatório indicar certa aprovação referente a expansão do ensino secundário no Paraná, aponta também para o rendimento como abaixo do desejado, conforme o parâmetro dos indivíduos que compuseram essa comissão. Essas informações evidenciam uma dualidade a respeito do ensino secundário da época - por um lado o acesso estava sendo ampliado, por outro, isso não representava uma qualidade efetiva no processo educativo, pois não vinha acompanhado de um investimento em condições adequadas de ensino, resultando em uma “vulgarização” dessa etapa do processo escolar.

Essa perspectiva está em consonância com o que Mário Lima Santos escreve, em 1949, sobre Ponta Grossa no artigo mencionado anteriormente - *Alguma coisa errada no ensino secundário*. A denominação “ensino secundário” na formação escolar incluía duas etapas: 1) antigo curso ginasial, com duração de quatro anos; o que corresponde atualmente ao ensino fundamental II, ou seja, do 6º ao 9º ano. 2) antigo curso colegial, com duração de três anos; o que corresponde atualmente ao ensino médio. Em 1949, havia em Ponta Grossa as seguintes instituições de ensino secundário, bem como, escolas normais e técnicas:

Quadro 1 – Instituições escolares de ensino secundário, normal e técnico em Ponta Grossa em 1949

(continua)

NOME	CRIAÇÃO	TIPO
Escola Normal de Ponta Grossa (*)	1924	Escola Normal

(relator), José Hoffmann e deputado Bronislaw Ostoj Roguski (membros); subcomissão de rádio e divulgação: Abílio Holzmann (relator); Valentim Coelho (membro); subcomissão de cultura (biblioteca): José Daros; subcomissão de belas-artes e patrimônio artístico: José Pinto Rosas (relator).

Quadro 1 – Instituições escolares de ensino secundário, normal e técnico em Ponta Grossa em 1949 (conclusão)

NOME	CRIAÇÃO	TIPO
Colégio Regente Feijó	1927	Curso Ginásial
		Curso Colegial
Escola dos Trabalhadores Rurais Augusto Ribas (**)	1937	Escola Técnica
Academia Pontagrossense de Comércio (***)	1939	Escola Técnica
	1947	Curso Ginásial
Escola Ferroviária Cel. Tibúrcio Cavalcanti (****)	1940	Escola Técnica
Colégio Sant'Ana (*****)	1942	Curso Ginásial
	1946	Escola Normal

Fonte: A autora.

Notas: (*) MAINARDES, J.; MAYER, E. A.; STREMEI, S. Apresentação do Dossiê: Centenário da Escola Normal de Ponta Grossa - Instituto de Educação Prof. Cesar Prieto Martinez (1924-2024). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, p. 1-4, 2024. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/24439>. Acesso em: 26 jun. 2025. p. 3.

(**) Decreto Federal nº 7.782/38, de 13 de dezembro de 1937.

(***) OLIVEIRA, J. C. de. **Educadores ponta-grossenses: 1850 – 1950**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002. p. 125.

(****) BATISTA, M. I. Escola Profissional Ferroviária Cel. Tibúrcio Cavalcanti de Ponta Grossa: (1940 – 1973) um modelo de educação profissionalizante. **HISTEDBR**, Campinas, p. 1-14, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Maristela_lurk_Batista_artigo.pdf. Acesso em: 5 de jun. 2025. p.7.

(*****) OLIVEIRA, J. C. de. **Educadores ponta-grossenses: 1850 – 1950**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002. p. 61-63.

No total, eram seis instituições no período, que, de forma geral, vinham se expandindo; esse foi um número relevante no contexto paranaense, o que também legitimava a necessidade da formação de professores para atuar em Ponta Grossa. Sobre o ensino primário, Mário Lima Santos igualmente comentava em relação a alguns problemas no jornal, como na matéria intitulada *Menos ginásios e melhores professores*, na qual criticava o número crescente de escolas primárias que estavam sendo criadas, afirmando que “Para os estranhos a cousas do ensino, para os não ambientados ao magistério isso até parece um bem, pois, dá a impressão de que vai concorrer para a facilitação do ensino secundário [...]” (Diário dos Campos, 1949), mas, pela falta de qualificação dos professores, isso acabava sendo um problema, e, para ele, o dinheiro destinado à criação desses ginásios deveria ser aplicado “[...] a uma Faculdade de Filosofia, em Ponta Grossa, com o objetivo de formar o nosso magistério secundário” (Diário dos Campos, 1949).

Esses discursos foram feitos em um contexto que não estava descolado do panorama nacional, como abordou Teixeira (1989, p.91), que também havia sido, anteriormente, signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova:

[...] na década de 40, a pressão pela expansão do ensino era extremamente forte, e os modelos existentes para os campos novos de estudo em filosofia,

ciências e letras eram os do próprio Colégio Pedro II e alguns bons colégios secundários e o das grandes escolas normais ou institutos de educação estaduais de preparo do professor primário. Sob estes modelos é que se expandiram as faculdades de filosofia, ciências e letras [...].

Para a melhoria da qualidade do ensino em Ponta Grossa e para se ter profissionais qualificados para atuar no ensino primário e secundário, que tinha um público crescente, era necessário criar uma instituição de ensino superior para formar professores; isso também estava em consonância com a pressão pela expansão do ensino.

Lourival Santos Lima, em seu livro *Terra Coracional*²⁵, comentou sobre um desfile em Ponta Grossa no qual participaram crianças, adolescentes e jovens, e ao qual o então governador Moysés Lupion assistiu. Ao descrever a solenidade, o autor evidenciou como as práticas cívicas públicas, especialmente aquelas envolvendo a juventude, eram mobilizadas para reforçar vínculos entre o governo estadual e a comunidade local. Nessa perspectiva, a ocasião também serviu para reforçar, perante o governo, a reivindicação da instalação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Ponta Grossa:

Após o desfile da Mocidade de Ponta Grossa, ante o Governador Lupion, bem poderá verificar Sua Excelência o quanto certo estava ao pensar em criar em nossa cidade escolas superiores. Toda a juventude que desfilou, domingo passado, não pode continuar sem a oportunidade de elevar a sua cultura e o seu preparo profissional, de vez **que poucos e os mais abastados é que podem ir estudar na Capital**. Insistimos, outrossim, que **a Escola de Filosofia, Ciências e Letras deve ter a primazia, por ser de mais fácil instalação e de mais variedade de cursos, além de dar um diploma aos moços, com que, em qualquer ginásio, encontram exercício para a nobre profissão de educador**. [...] **O próprio Colégio Estadual “Regente Feijó” possui elementos e aparelhamento que bastam para a organização da Escola de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa**, a qual será alvo, brevemente, das primeiras providências, no sentido de sua criação, contando, como conta, com o pleno conhecimento e nossas necessidades e aspirações por parte do eminente Governador Lupion, que sempre tem demonstração a mais espontânea simpatia pelas causas justas de nosso povo (Lima, [19--], grifo nosso).

A partir dessas considerações, percebe-se que, além da argumentação de que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras auxiliaria na formação de professores, ela também ampliaria a oferta de cursos na cidade. Sua implantação seria menos onerosa para o governo do estado do Paraná, inclusive pela possibilidade de funcionar nas dependências do Colégio Regente Feijó. Além disso, favoreceria a permanência

²⁵Esse livro não foi publicado, encontra-se disponível no seu acevo situado no Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG, na seção de Produção Literária/Manuscrito não publicado (caixa 1).

dos estudantes em Ponta Grossa, evitando a necessidade de deslocamento para outras cidades em busca de formação superior, ao que parece, poucas pessoas tinham condições financeiras para tal.

Uma característica comum nas trajetórias de quem saía de Ponta Grossa para cursar o ensino superior em outras cidades era a de não retornar, depois de concluir a formação, para Ponta Grossa. Isso acabava, em alguma medida, selecionando esses profissionais vindos do interior para os grandes centros urbanos e tornando as cidades do interior carentes de profissionais com formação de nível superior. Uma Faculdade em Ponta Grossa atenuaria essa questão.

Dessa maneira, os estudantes ponta-grossenses desempenharam um papel ativo no processo de mobilização em torno da criação da Faculdade. Veremos, na sequência, que eles integraram atos públicos e celebrações organizadas e, dessa forma, não apenas legitimavam socialmente o projeto, como também contribuíam para dar visibilidade pública à demanda pelo ensino superior em Ponta Grossa. Essas mobilizações estudantis funcionavam como um importante elemento de pressão simbólica, ao demonstrar apoio popular e juvenil à iniciativa, reforçando a ideia de que a criação da Faculdade respondia a um anseio coletivo e não apenas a interesses restritos de pequenos grupos.

Ainda, uma instituição de nível superior, nesse contexto, estava atrelada à ideia de modernização e progresso visada por algumas cidades brasileiras, e Ponta Grossa, por sua vez, não ficou de fora. Especialmente entre 1940 e 1960, a cidade teve um expressivo crescimento no número de habitantes, a população mais que dobrou de tamanho, foi de 40.608 em 1940 para 90.899 em 1960, e, por decorrência, também teve um intenso crescimento da população urbana (Nascimento; Matias, 2011, p. 77). O processo de modernização urbana tinha características próprias, como sociabilidades, serviços, indústria e comércio. Pesavento (2004, p. 79) explica que a “[...] modernidade enquanto experiência histórica, individual e coletiva, faz da cidade mais que um lócus, um verdadeiro personagem. A emergência da cidade moderna [...] põe em cena uma gama de novas representações”.

Nestas novas representações, o ensino superior teve bastante peso. O argumento da modernidade pode ser percebido, em outro texto de Mário Lima Santos, publicado no jornal *Diário dos Campos*, intitulado *Precisamos de um Ensino Superior*:

Alguém deixará de concordar na afirmativa generalizada, de que Ponta

Grossa como principal centro demográfico do interior do Estado, pela sua importância comercial, industrial e agrícola, faz jus de há muito a um estabelecimento de ensino superior (Diário dos Campos, 1947).

A associação entre a cidade de Ponta Grossa e modernidade foi frequente nas notícias veiculadas pelos jornais nesse período. Holowate (2021, p. 162) pontua que na “[...] ‘cruzada progressista’, os jornais tiveram um papel central promovendo discursos, defendendo práticas e divulgando notícias e transformações que foram ocorrendo naquele período”. O artigo intitulado *Ponta Grossa, uma cidade moderna* do jornal Estado De São Paulo, transcrito no Jornal da Manhã no ano de 1954, pode contribuir para melhor compreensão desse contexto:

[...] Erguida no eixo de passagem obrigatória da indústria extrativa da madeira, tornou-se, por sua posição geográfica, o escoadouro natural do produto. [...] Comerciando com a madeira, [...] pôde florescer como **centro urbano de feição moderna**.

Quem visita Ponta Grossa fica surpreso, com o anseio da cidade; ruas calçadas, praças ajardinadas, boas casas comerciais e o grande número de veículos motorizados [...]. A presença do automóvel constitui expressivo índice de urbanização, em face das cidades do Oeste e Sudoeste, onde é tradicional o uso da clássica carroça [...]

Ponta Grossa é cidade moderna dotada de luz elétrica, água encanada, rede de esgoto, serviços de limpeza pública, telefone e radiodifusão. A energia elétrica satisfaz às exigências [...]; a força motriz é suficiente para o funcionamento de algumas indústrias que se instalaram no decorrer do século atual.

Todo um conjunto de elementos urbanos expressam a vitalidade de Ponta Grossa: bancos, associações culturais e de beneficência, hospitais, educandários, clubes, cinemas e outros centros recreativos.

Várias bibliotecas, tipografias, livrarias e seis jornais evidenciam a preocupação intelectual do povo pontagrossense. A existência de uma Faculdade de Filosofia é complemento de alto valor educacional (Jornal da Manhã, 1954, grifo nosso).

A partir do excerto, notamos vários indicativos de modernidade presentes na vida urbana de Ponta Grossa em 1954, e, entre eles, é apontada a FEFCL-PG. Entende-se que a luta pela criação da Faculdade, pode ser observada pelo viés da atuação de indivíduos em uma cidade que procurava evidenciar seu aspecto moderno, e que ter uma faculdade na cidade, a primeira estadual, ajudaria nesse sentido.

Isso ajudaria também o próprio grupo de professores a terem a possibilidade de atuar em uma instituição de ensino superior na cidade em que residiam, bem como pela possibilidade do ingresso nessa modalidade de ensino de suas próximas gerações e de indivíduos de suas redes de sociabilidades, sem que fosse necessário o deslocamento para outras cidades do país. Ter a formação em um curso de nível superior dentro da sociedade ponta-grossense não contribuiria apenas para os recursos culturais, mas também para os simbólicos, sociais e econômicos desses

indivíduos; sobretudo porque eram poucos os indivíduos, nesse período, que tinham esse tipo de formação, como podemos perceber na tabela a seguir:

Tabela 1 - Dados sobre o recenseamento de 1940 sobre a população que tinha curso completo ou diploma de estudos em Ponta Grossa

Categoria	Sexo	Nº absoluto	% da população total
Total de habitantes	Total	38.417	100%
	Homens	19.346	50,36%
	Mulheres	19.071	49,64%
Primário completo	Total	4.720	12,29%
	Homens	2.478	6,45%
	Mulheres	2.242	5,84%
Secundário completo	Total	582	1,52%
	Homens	315	0,82%
	Mulheres	267	0,69%
Superior completo	Total	206	0,54%
	Homens	183	0,48%
	Mulheres	23	0,06%

Fonte: Adaptado de: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Serviço Nacional de Recenseamento. **Recenseamento geral do Brasil** (1º de setembro de 1940). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

Em relação ao número total de habitantes de Ponta Grossa, é perceptível que tinham poucas pessoas com formação escolar em 1940, e que os números caem consideravelmente conforme o avanço dos níveis: apenas 12,2% com o primário, 1,5% com secundário e 0,5% superior. A formação em nível superior fazia parte do *habitus* da elite econômica e cultural, considerando os quadros de experiência socialmente produzidos. Dessa maneira, a FEFCL-PG favoreceria significativamente as redes de sociabilidade da comissão.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz do conceito de figuração, que, como afirma Elias, não é “uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um ‘sistema’ ou ‘totalidade’ para além dos indivíduos, mas a rede de interdependências por eles formada” (Elias, 1994, p. 249). No interior dessa figuração haviam disputas pelo poder, e por essas disputas perpassavam investidas para manter e/ou elevar o nível de escolarização formal do grupo. Dentro da própria figuração, os membros se supervisionam e desaprovam aqueles que não seguem os padrões de reconhecimento do coletivo, o que acaba ocasionando a reprodução do que é ou não considerado aceitável, pois fugir disso pode significar a perda de prestígio e até mesmo o rompimento com a rede de sociabilidades.

Nesse sentido, não é que necessariamente todos os integrantes da rede de sociabilidades da comissão quisessem cursar o ensino superior, mas existia uma pressão, por vezes implícita, para que se conquistasse essa formação, especialmente entre os homens. Compreender esse grupo como uma figuração ajuda a perceber que não se tratavam apenas de decisões individuais, como optar ou não pelo ensino superior, mas de pressões que emergiam da própria teia relacional.

A pressão interna por escolarização funcionava como uma regulação dos integrantes e se articulava à necessidade de manter distância social e assegurar posições de poder perante outros grupos da sociedade que não tinham as mesmas vantagens educacionais, em diálogo com Elias e Scotson (2000, p. 23): “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído”. Para esses grupos externos, a ausência de escolarização avançada funcionava como um marcador de menor valorização social, o que reproduzia fronteiras simbólicas e reforçava as hierarquias já existentes.

Outra questão que é possível notar a partir da tabela, é que apesar de haver certo equilíbrio entre o número de habitantes homens e mulheres em Ponta Grossa, as mulheres são uma minoria expressiva com formação em nível superior - somente 11,1% do total. Esse dado aponta para as demarcações de gênero nas quais as mulheres tiveram e ainda têm (com menor incidência) suas capacidades intelectuais desvalorizadas; e também reflete a possibilidade tardia das mulheres ingressarem no ensino superior no Brasil, apenas em 1879, como ressaltado anteriormente.

Rangel (2014, p. 46) comenta que, ao longo de todo o século XIX e de parte do século XX, entre os grupos sociais que dispunham de melhores condições econômicas, vigorava como regra o condicionamento feminino às tarefas domésticas e familiares. Então mesmo para aquelas que tinham recursos financeiros, sair de Ponta Grossa para cursar o ensino superior em outra cidade demandava uma ruptura significativa com expectativas sociais profundamente enraizadas. A ausência de instituições de ensino superior na cidade representava um obstáculo adicional à escolarização feminina; nesse sentido, a criação da FEFCL-PG aumentaria as possibilidades de acesso das mulheres ao ensino superior, sem tencionar de forma tão direta os padrões de gênero vigentes.

Pouco antes da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, em setembro de 1949, foi criado um grupo ocupado apenas por homens, a Associação de Amigos de Ponta Grossa (AAPG). A nota publicada no jornal O Dia traz informações sobre isso:

Estão inscritos no seu programa de ação, entre outras atividades, as seguintes diretivas gerais: a) Despertar um forte sentimento localista; b) Promover o estudo e conhecimento dos problemas locais; c) Mobilizar forças locais para a solução desses problemas; d) Organizar a documentação histórica e social (O Dia, 1949).

A AAPG foi inspirada em outras instituições já existentes no estado de São Paulo, conforme noticiado no O Dia: “[...] em quase todas as suas principais cidades, a começar pelo município da Capital, existem Associação de Amigos da terra. Desde muitos anos”. A notícia ainda acrescenta que o objetivo é o bem comum, existindo a cooperação com as autoridades em geral, nos exemplos mencionados de São Paulo “Entram governadores, saem interventores, exoneram-se prefeitos, elegem-se prefeitos e a Associação permanece, alheia aos agrupamentos partidários, apenas trabalhando pelo bem da comunidade em que age. Somos assim.” (O Dia, 1949). A diretoria eleita da AAPG, em 9 de setembro de 1949, era composta por:

1) Conselho Superior Sr. Abílio Holzmann, patrono; Dr. Joaquim de Paula Xavier, presidente; Snr. Daily Luiz Wambier, secretário e coordenador de publicidade; Drs. Orlando Moro, Lourival Santos Lima, Otoniel Santos e Paulo Bittencourt, membros. 2) Diretoria executiva - Dr. Olavo Carvalho, diretor administrativo; dr. Lauro Justus, secretário; Sr. Olegário Solano, tesoureiro; Dr. Ari Aires de Mello, assistente local; Prof. Alberio Salles e Francisco Matheus da Silva, assistentes distritais. 3) Secções Distritais - Sr. Lauro Nascimento, diretor administrativo; Prof. Altair Mongrue, tesoureiro; e Prof. Raul Pimentel, auxiliar. 4) Secções para Fins Específicos - Prof. Valdevino Lopes, educação; Dr. Ubirajara Sabatela, Social: Dr. Eurico Taques Guimarães, econômico; Prof. Daros (recreativo; e Dr. Jorge Silveira, esportivo) (O Dia, 1949).

Ao pesquisarmos sobre esses indivíduos, verificamos algumas interseções entre as suas trajetórias, nesse sentido, elaboramos o quadro na sequência com algumas características de cada um, como o ano e local de nascimento e morte, carreira, espaços de sociabilidade que frequentavam e as ligações que tinham com o Partido Social Democrático, já que essa foi uma característica frequente entre eles, começando por Abílio Holzmann, que foi o patrono da AAPG e também era presidente do PSD local.

Quadro 2 - Características da trajetória dos diretores da Associação de Amigos de Ponta Grossa

(continua)

DIRETOR	SEÇÃO E FUNÇÃO	ANO E LOCAL DE NASCIMENTO E MORTE	CARREIRA	ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	PSD
Abílio Holzmann	Conselho Superior - Patrono.	1906, Ponta Grossa - 1991 (?).	Bacharel em Direito. Criou a "Rádio Verde" (1937) - ligada ao integralismo; foi diretor da Rádio Clube Pontagrossense (PR-J2), da Rádio Cultura do Paraná e da Rede Paranaense de Emissoras. Participou da diretoria do Guarani Esporte Clube como tesoureiro, foi relator da subcomissão de rádio e divulgação da Conferência de Ponta Grossa (1947). Foi presidente do Sindicato das Empresas de Radiofusão (PR).	-SCABI-PG; -Clube Guarani; -Sociedade Filatélica Pontagrossense; -Sociedade pontagrossense de amadores de astronomia.	-Presidente do Diretório de Ponta Grossa; -Candidato à Deputado Estadual (1950, 1954); -Diretor do Serviço de Imprensa no governo de Moysés Lupion (1956-1957).
Joaquim de Paula Xavier	Conselho Superior - Presidente.	1903, Ponta Grossa - 1956, Ponta Grossa.	Médico, secretário e diretor geral de saúde pública (RJ), funcionário dos Correios, presidente da Sociedade Filatélica; tesoureiro do Clube Pontagrossense; presidente do Centro Médico Eurico Branco Ribeiro; diretor das festas de Nossa Senhora de Sant'Ana; professor no Colégio Regente Feijó, primeiro diretor e professor da FEFCL-PG, professor da Academia Pontagrossense de Comércio, professor-fundador e tesoureiro da extinta Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa.	-Centro Interamericano; -Sociedade Médica de Ponta Grossa; -Centro Médico Eurico Branco Ribeiro; -Sociedade Filatélica Pontagrossense; -Clube Pontagrossense; -CCEC.	-Membro (1949-).

Quadro 2 – Características da trajetória dos diretores da Associação de Amigos de Ponta Grossa

(continuação)

DIRETOR	SECÃO E FUNÇÃO	ANO E LOCAL DE NASCIMENTO E MORTE	CARREIRA	ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	PSD
Daily Luiz Wambier	Conselho Superior - Secretário e coordenador de publicidade.	1908, Ponta Grossa - 1965, Ponta Grossa.	Foi Diretor da sucursal do jornal O Dia (PG), do Correio do Paraná e do Jornal do Paraná; redator do Tapejara, Jornal da Manhã, Diário dos Campos, Gazeta do Povo e também escreveu comentários para Rádio Clube Pontagrossense. Teve diversas funções no CCEC, inclusive a de vice-presidente. Funcionário da Rede Ferroviária Viação Paraná e da chefia do tráfego da estação São Paulo-Rio Grande e secretário do Hospital Santa Casa de Misericórdia e da FEFCL-PG.	- Rotary Clube; - Associação Beneficente 26 de Outubro; - Sociedade Espírita Francisco de Assis; - Centro Espírita Paz, Amor e Caridade; - Sociedade Ponta-grossense de Puericultura; - CCEC.	- Vereador (1951-1954), (1955-1959); - Presidente da Câmara Municipal (1957).
Orlando Malucelli Moro	Conselho Superior - Membro.	1915, Ponta Grossa - 2015, Ponta Grossa.	Foi médico da Santa Casa de Misericórdia e do Operário Ferroviário Esporte Clube, presidente do Clube de caça e pesca do Paraná e do Rotary Club (1952/1953); segundo secretário da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ponta Grossa e conselheiro social da SCABI-PG.	- Rotary Club; - Clube Paranaense de Caça e Tiro de PG; - Clube de caça e pesca do PR; - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de PG; - SCABI-PG.	- Membro.
Lourival Santos Lima	Conselho Superior - Membro.	1914, Antonina - 1988, Ponta Grossa.	Bacharel em Direito, foi Promotor Público, Oficial do Cartório - Segundo Registro de Imóveis de Ponta Grossa; relator da Subcomissão de Cultura e Divulgação da Conferência de Ponta Grossa (1947); gerente e colunista do Jornal Diário dos Campos, diretor e redator do Jornal do Paraná, diretor da sucursal do jornal O Dia; diretor do programa literário semanal "Momento Cultural" na Rádio Clube Pontagrossense; vice-presidente da Comissão dos Professores Secundários do Interior, professor no Colégio Regente Feijó, professor-chefe da Escola Profissional Ferroviária Tibúrcio Cavalcanti, e professor de Introdução à Ciência do Direito da Faculdade de Direito.	- Clube Ponta-grossense; - Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá; - Centro Operário Cívico e Beneficente (COCB); - CCEC; - Clube dos Advogados.	- Participou da fundação do PSD no Paraná; - Membro do departamento de propaganda (1949).

Quadro 2 – Características da trajetória dos diretores da Associação de Amigos de Ponta Grossa

(continuação)

DIRETOR	SECÃO E FUNÇÃO	ANO E LOCAL DE NASCIMENTO E MORTE	CARREIRA	ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	PSD
Otoniel Santos	Conselho Superior - Membro	-	Foi aluno da primeira turma de Odontologia da extinta Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa. Secretário da Escola Normal de Ponta Grossa, Secretário e Tesoureiro do Clube de caça e pesca do PR; diretor do Departamento de Tênis da Liga Desportiva de Ponta Grossa.	-Clube de caça e pesca do PR; -Liga Desportiva de PG.	-Membro.
Paulo Bitten-court	Conselho Superior - Membro.	-	Médico. Relator da Subcomissão de Saúde da Conferência de Ponta Grossa (1947) e integrante do Conselho de Curadores da Prefeitura Municipal. Foi sócio, orador e secretário do CCEC; e aluno do Colégio Regente Feijó.	-CCEC; -Associação Médica de PG.	-Membro.
Olavo Alberto de Carvalho	Diretoria executiva - Diretor administrativo.	-	Foi dentista no Hospital Infantil de Ponta Grossa e professor da extinta Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa. Representante do Centro de Comércio e Indústria e secretário e presidente do Rotary Clube (1949-1950; 1972-1973).	-Jockey Club Pontagrossense; -Rotary Clube.	-Membro.
Lauro Justus	Diretoria executiva - Secretário.	1917, Ponta Grossa - 2002, Ponta Grossa.	Foi médico especialista em cirurgia geral e ginecologia e obstetrícia; participou da criação da Maternidade Sant'Ana; foi professor da FEFCL-PG; escrevia e publicava vários textos na imprensa local; ocupou diversas funções no CCEC, inclusive a de vice-presidente e foi presidente da SCABI-PG e do Rotary Clube de 1953 a 1954 em ambas as instituições.	-CCEC; - Rotary Clube; -SCABI-PG; -Associação Médica Pontagrossense; -Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de PG; -Centro Inter- Americano.	-Membro.

Quadro 2 – Características da trajetória dos diretores da Associação de Amigos de Ponta Grossa

(continuação)

DIRETOR	SECÃO E FUNÇÃO	ANO E LOCAL DE NASCIMENTO E MORTE	CARREIRA	ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	PSD
Olegario Solano Batista	Diretoria executiva - Tesoureiro.	-	Foi presidente do Lions Clube e tesoureiro da Organização Telefônica do Paraná (Ortepa).	-Lions Clube.	-Membro.
Ary Ayres de Mello	Diretoria executiva - Assistente Local.	1911, Passo Fundo, - 1964, Ponta Grossa.	Foi aluno da primeira turma do Colégio Regente Feijó, advogado, teve um escritório de advocacia com Mário Lima Santos. Foi Promotor Público, secretário do Clube de Advogados de Ponta Grossa (1949-?) e professor na Faculdade de Direito de Ponta Grossa.	-Associação Pontagrossense de Puericultura; -Clube de Advogados de Ponta Grossa; -CCEC.	-Membro do departamento jurídico do Diretório de Ponta Grossa.
Alberto Salles	Diretoria executiva - Assistente distrital.	-	Integrante da diretoria da Associação Beneficente 26 de Outubro e representante do interior da Federação Paranaense de Football.	-Associação Beneficente 26 de Outubro.	-Membro.
Francisco Matheus da Silva	Diretoria executiva - Assistente distrital.	1901, Ponta Grossa, - 1985, Ponta Grossa.	Conselheiro Social da diretoria do Instituto João XXIII; secretário da Liga Ponta-grossense de futebol e vice-presidente da Associação Beneficente 26 de Outubro.	-Associação Beneficente 26 de Outubro.	-Membro.
Lauro Nascimento	Seção Distrital - Diretor Administrativo.	1911, São José dos Pinhais - 1986, Ponta Grossa.	Comerciante, vereador de Ponta Grossa e candidato a deputado pelo PTD (1954; 1958).	-	-Membro.

Quadro 2 – Características da trajetória dos diretores da Associação de Amigos de Ponta Grossa

(continuação)

DIRETOR	SECÃO E FUNÇÃO	ANO E LOCAL DE NASCIMENTO E MORTE	CARREIRA	ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	PSD
Altair Mongruel	Seção Distrital - Tesoureiro.	1911, Lapa - 1968, Ponta Grossa.	Foi professor formado na segunda turma da Escola Normal de Ponta Grossa, começou suas atividades docentes na Escola de Aplicação anexa à Escola Normal. Criou juntamente com seu pai, Roberto Mongruel, a Academia Pontagrossense de Comércio que atualmente é o Colégio SEPAM (Sociedade Educacional Professor Altair Mongruel); nessa instituição também foi professor e diretor.	-	-Membro.
Raul Pimentel	Seção Distrital - Auxiliar.	1915, Castro - 2007, Campinas.	-	-	-
Valdevino Lopes	Seção para Fins Específicos - Educação.	1913, Castro - 1988, Ponta Grossa.	Foi aluno e professor do Colégio Regente Feijó e de outras escolas em Ponta Grossa e Castro. Foi aluno da primeira turma de Farmácia da extinta Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa. Foi diretor dos Grupos Escolares - General Osório, Professor Colares e Becker e Silva. Chefe do departamento da Secretaria Municipal da Educação de Ponta Grossa; inspetor municipal de ensino; secretário do Jockey Club Pontagrossense (1956-); presidente da Comissão Municipal de Educação dos Adultos. Participou da comissão de criação da FEFCL-PG.	-Jockey Club Pontagrossense	-Membro.
Ubirajara Sabatela	Seção para Fins Específicos - Social.	1913, Ponta Grossa - 1977, Ponta Grossa.	Dentista no Hospital Infantil de Ponta Grossa. Integrou o conselho consultivo do Clube de Caça e Pesca do Paraná.	-Clube de caça e pesca do PR.	-

Quadro 2 – Características da trajetória dos diretores da Associação de Amigos de Ponta Grossa

(conclusão)

DIRETOR	SECÃO E FUNÇÃO	ANO E LOCAL DE NASCIMENTO E MORTE	CARREIRA	ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	PSD
Eurico Taques Guimarães	Seção para Fins Específicos - Econômico.	1918, (?) - 2006, Ponta Grossa.	Engenheiro Civil, presidente da Liga de Futebol Regional de Ponta Grossa e da Cooperativa Agrícola Mista de Ponta Grossa, diretor-secretário da Cooperativa Agropecuária Central do Paraná (COCAP), professor da FEFCL-PG e vereador de Ponta Grossa.	-	-Membro
José Antônio Daros	Seção para Fins Específicos - Recreativo	1898, Curitiba - 1981, Curitiba.	Artista plástico e professor de desenho no Colégio Regente Feijó. Expôs seus trabalhos em diversas cidades do Brasil. Foi membro da Subcomissão de Cultura (biblioteca) da Conferência de Ponta Grossa (1947).	-	-Membro.
Jorge Silveira	Seção para Fins Específicos - Esportivo.	1915, (?) - 1982, Ponta Grossa.	Professor, diretor do Departamento de Tênis da Liga Desportiva de Ponta Grossa.	-	-Membro.

Fonte: A autora.

Nota: Esse quadro foi construído com informações baseadas na pesquisa com diversas fontes documentais espalhadas nos acervos consultados, as quais se encontram listadas no Apêndice B.

Esse grupo de indivíduos levantava demandas da cidade e se comunicava diretamente com o governador do estado, Moysés Lupion²⁶, pelo PSD. Entre os problemas, estavam, por exemplo, desastres de trânsito ocasionado pelo aumento gradual de tráfego, e a partir dessa situação, conforme noticiado pelo jornal O Dia em 25 de novembro de 1949: “[...] o Governador Moyses Lupion, satisfazendo o pedido de um memorial da Associação de Amigos de Ponta Grossa, designou uma secção de guardas-civis, para dar conta dos serviços de policiamento do trânsito”.

Propuseram também a criação de um Hospital de Isolamento para o tratamento de doenças infectocontagiosas e firmaram um acordo com o governo do estado para a ampliação do ensino primário rural (O Dia, 1949). Outra questão levantada pela Associação era a da necessidade da criação da FEFCL em Ponta Grossa, e a presença de alguns integrantes da comissão nessa Associação dá indícios do engajamento desses professores, da proximidade com o Partido Social Democrático, da articulação com outras pessoas da sociedade ponta-grossense para a criação da Faculdade, e da rede de sociabilidades da qual faziam parte.

Outro dado interessante é que não foram encontradas informações sobre essa Associação depois de 1950, e o PSD também deixou de ser o partido na situação do governo estadual em 1951. Como podemos observar no Quadro 2, dos 21 integrantes da diretoria da AAPG, identificamos que 19 eram filiados ao PSD, um número bem expressivo, o que, evidentemente, favorecia a comunicação do grupo com o governo estadual. Além disso, 1950 é o mesmo ano em que a FEFCL-PG começou a atuar e em que o presidente da Associação se tornou o primeiro diretor da Faculdade, o que pode significar que a AAPG tenha deixado de existir e que a luta para a criação da Faculdade possa ter sido uma de suas principais frentes.

Nessas e em outras frentes, com essas e outras possíveis motivações, Mário Lima Santos, José Pinto Rosas, Valdevino Lopes, Faris Salomão Michael e Lourival Santos Lima integraram, em 1948, uma comissão para projetar a fundação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Não se pode

²⁶ Moysés Lupion (1908-1991) nasceu em Jaguariaíva e graduou-se em contabilidade pela Escola Álvares Penteado em São Paulo. Após, voltou ao Paraná, foi morar em Pirai do Sul, casou-se com Hermínia Borba Rolim, neta do Coronel Telêmaco Borba, político em Tibagi; e atuou como empresário no ramo agrícola e madeireiro - o que o aproximou do interventor Manoel Ribas, que contribuiu no processo de interiorização do estado com uma política de apoio à agricultura familiar (Ferreira; Cristofolini; Chimin Junior, 2021). Posteriormente, mudou-se para Curitiba e iniciou sua carreira política, investiu também no ramo de comunicação, foi presidente da Seção Paranaense do PSD (1946-1950; 1956-1960), Governador do Paraná (1947-1951; 1956-1961), e Senador (1955-1956; 1961-1963).

deixar de afirmar que o contexto nacional, como visto anteriormente, era fecundo, assim como o contexto local, como se observa na coluna Notícias dos Campos Gerais, publicada em janeiro de 1950, no jornal O Dia, com o título de *Nova era para Ponta Grossa*: essa cidade

[...] incontestavelmente vive os seus maiores dias intelectuais. Como bem disse, renomado articulista conterrâneo, por toda parte há como que um esforço sobre-humano, no sentido de recuperar o tempo que perdemos. Fundam-se centros de culturais, associações cívicas artísticas, grêmios literários de profunda repercussão social, academias de várias modalidades técnicas [...], e muitas outras coisas mais. E o mais interessante é que desta vez, os nossos objetivos vão, lenta porem seguramente, sendo atingidos, sem nenhum desfalecimento prematuro ou costumeiro pessimismo.

Nessa ocasião, conforme a notícia, o contexto parecia mais otimista. O “desfalecimento prematuro” pode ter sido apontado como uma alusão ao fechamento precoce da Escola de Farmácia e Odontologia em Ponta Grossa. Sobre as instituições fundadas nesse período, podemos mencionar o Centro Cultural Euclides da Cunha, de 1948, bem como o seu Museu e o seu jornal Tapejara, ambos criados em 1950; o Centro Cultural Inter-americano, conhecido como Centro Brasil-Estados Unidos, também fundado por Faris Michael em 1944 como uma extensão da instituição de mesmo nome em Curitiba, voltado para o ensino de língua inglesa (Guebert, 2018, p. 101); e a filial de Curitiba da Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê (SCABI), de 1949, que desempenhou papel relevante na dinamização da vida cultural da cidade ao promover apresentações para um público restrito de sócios pagantes, trazendo a Ponta Grossa orquestras, instrumentistas, cantores líricos e bailarinos de renome nacional e internacional, contribuindo para a difusão da cultura erudita²⁷.

Além desses elementos contextuais, a comissão responsável por projetar a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras contava com características que poderia tornar esse projeto exequível, como veremos no próximo capítulo. As interseções entre sociabilidades, educação e política contribuíram para fundação da FEFCL-PG, na medida em que possibilitaram a articulação de apoios, a legitimação

²⁷Fundada em setembro de 1949, essa instituição viveu seu período de maior atuação ao longo da década de 1950, quando promoveu cerca de dez apresentações anuais. Na década seguinte, entretanto, observa-se uma redução significativa desse número, que passou para uma média de três apresentações por ano. Após um período de progressivo declínio em suas atividades, a instituição deixou de funcionar em 1972. Mais sobre o assunto pode ser visto em: ALMEIDA, I. F. de. **“Grande” arte para quem faz parte**: atuação da sociedade de cultura artística Brasília Itiberê em Ponta Grossa (PR). 2021. 154f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

pública da iniciativa e a construção dos encaminhamentos necessários junto às instâncias governamentais.

CAPÍTULO 2 – FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA

Graças à ação firme e decidida de uns poucos aráutos, esta pequena cidade do interior brasileiro, já está com fama de verdadeira Meca intelectual [...]. Com um pouco de boa vontade e prestígio pessoal, os referidos mentores da nossa intelectualidade conseguiram, em reduzido número de anos, o que não conseguiriam milhões de cruzeiros.

(O Dia)

2.1 A COMISSÃO DE CRIAÇÃO

A partir da análise das edições impressas do jornal Diário dos Campos de 1948, foram encontradas as primeiras menções referentes à comissão de criação da FEFCL-PG. Antes da emergência dos telejornais e dos jornais virtuais, que são comuns atualmente, vale ressaltar que os jornais impressos estiveram muito presentes na vida urbana do contexto estudado. Para sua ampla circulação era necessário que tivessem um custo baixo para o consumidor, o que influenciou a materialidade do jornal, sendo utilizado para a impressão o papel-imprensa, um tipo de papel reciclável (Barros, 2021, p. 405).

Barato, periódico, socialmente penetrante, formador de um hábito de consumo, fácil de manusear e descartável – o jornal rapidamente ganhou as massas, armou-se de suas máquinas e se revestiu de seus papéis, pronto a se tornar parte do cotidiano da vida citadina e um dos seus símbolos mais imediatos. Comprar jornais para lê-los, ou espiar a sua primeira página de notícias mesmo que no exemplar fixado à porta de uma redação ou na banca de jornal, tornou-se um hábito para um grande número de habitantes das cidades. Depois: comentar suas notícias; acreditar nelas, comover-se com o que dizem, temer as suas consequências, encher-se de alguma esperança ou simplesmente assistir, nos diversos textos articulados de um jornal [...]. Todas estas coisas trazidas pelo jornal, sob a forma de diversão, esperança, medo ou angústia, tornaram-se parte da vida moderna (Barros, 2021, p. 405).

Todas essas características fizeram dos jornais impressos um instrumento de comunicação cotidiano na vida das pessoas, o que configurou os jornais como uma importante fonte para esta pesquisa. Cada edição, em geral, trazia uma multiplicidade de autores, identificados ou não, e se dirigia a um público diverso de letrados e também de não letrados, à medida que as notícias não se prendiam ao papel-imprensa e se espalhavam pela sociedade. Nesse sentido, os jornais tinham diversas funções no período estudado, como informar, problematizar, entreter, evidenciar disputas de poder, atuar como espaço de sociabilidade e influenciar a opinião pública. Sobre a opinião pública, Elias afirma que ela:

[...] está sempre potencialmente presente, no mesmo sentido em que o espectador está sempre diante do ator que representa no palco. Os

espectadores estão presentes, em silêncio; assistem. Apesar disso, têm uma influência sobre aqueles que atuam no palco político pelo menos em países democráticos [...]. Em uma democracia, os espectadores têm a possibilidade [...] de vaiar ou aplaudir, ou se levantar e tirar de cena aqueles que estejam atuando na cena política. [...] Nesse sentido, a opinião pública de um país democrático é uma força potencial e muito forte (Elias, 2006, p. 124-125).

Ao mesmo tempo em que os jornais são socialmente construídos, eles também constroem representações sobre a sociedade que buscam convencer a opinião pública, que é uma força a não ser desconsiderada em um país democrático. Sendo enunciados a partir de um posicionamento que se diz verdadeiro, até para conseguir estabelecer um vínculo com os seus receptores, cabe salientar que os jornais não são neutros e estão inseridos nos jogos de poder, o que faz com que um mesmo acontecimento possa ser noticiado sob diversos ângulos. Por trás de cada edição, de cada notícia, tiveram indivíduos com interesses variados, tanto particulares quanto públicos, que usavam o recurso da escrita a seu favor, para se dirigirem a um público que também era diverso.

Sobre a ligação entre emissão e recepção existente na mídia, Charaudeau (2006, p. 124-125) argumenta que existe uma relação de poder entre a primeira instância e a segunda, decorrente da influência dos emissores sobre o fazer saber, fazer pensar e fazer sentir; mas, essa influência é indireta, por conta da assimetria existente entre os emissores, que por si só são complexos, e os receptores, que não são diretamente acessíveis. Nesse sentido, essa ligação entre os dois lados é de ressonância: um lado “só pode sintonizar provisoriamente com o outro pelo viés de representações supostamente compartilhadas, as quais, levadas pelos discursos, circulam por entre os membros de uma determinada comunidade cultural” (Charaudeau, 2006, p. 125).

Os discursos veiculados nos jornais possuem a capacidade de mobilizar as massas para fins sociais, políticos, culturais e econômicos; valendo-se de aspectos das representações, em alguma medida, socialmente compartilhadas, que orientam as percepções e ações dos indivíduos e dos grupos sociais, modelando aspectos da forma como vemos o mundo, como nos relacionamos e como nos entendemos. Ao abordar as facções oligárquicas no início do século XX, Miceli (2001, p.55) comenta que o controle dos jornais era um dos seus principais instrumentos de luta, tanto por parte dos que estavam no poder quanto dos que, momentaneamente, estavam excluídos do poder. Podemos dizer que, no contexto estudado, o controle do jornal também era um instrumento dos diferentes grupos políticos paranaenses.

Ao adotarmos os jornais como fonte, precisamos considerar esses elementos. Independentemente do grupo que estivesse à frente do projeto de criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, o processo de implantação da primeira instituição pronta-grossense de ensino superior, e a primeira do interior do Paraná, era um assunto relevante para ser publicado nos jornais. A edição do Diário dos Campos, do dia primeiro de outubro de 1948, trouxe a seguinte matéria:

[...] de algum tempo a esta parte vem sendo cogitado, em nossos círculos intelectuais, a criação, em Ponta Grossa, de uma Escola de Filosofia, Ciências e Letras. [...] Para coordenar esse movimento já esboçado em nossa cidade, e que foi debatido pela imprensa ainda há pouco, foi constituída uma comissão de ilustres nomes do nosso magistério e assim composta: **Dr. Mario Lima Santos, presidente, Dr. José Pinto Rosa, vice-presidente, Dr. Lourival Santos Lima [advogado], secretário, Prof. Valdevino Lopes, tesoureiro.** [...] vai ser dirigido, em breve um memorial às autoridades competentes, expondo essa justa reivindicação da mocidade ponta-grossense, a qual, sem dúvida, será satisfeita pelos nossos poderes estaduais. [...] cumpre-nos louvar a oportuna iniciativa dos cultos intelectuais conterrâneos, visando a criação de tão importante educandário superior, a que Ponta Grossa faz jus pelos seus foros de progresso e adiantamento social (Diário dos Campos, 1948, grifo nosso).

Nota-se que, nesse primeiro momento, o nome de Faris Michaelle não aparece na comissão; ele foi incorporado posteriormente, e sua participação, ao que tudo indica, foi estratégica para a comissão lograr êxito nos seus objetivos. Apesar de Faris Michaelle estar no início da atuação à frente das instituições culturais que dirigiu, nesse período, já participava de uma significativa rede de sociabilidades em nível internacional e já lograva de reconhecimento no estado. Em nota do periódico O Dia, de 21 de agosto de 1949, o nome de Faris Michaelle está presente:

Como é do conhecimento público uma plêiade de professores e intelectuais ponta-grossenses vêm promovendo junto ao Governo do Estado do Paraná, atendendo a aspiração dos nossos estudantes e do povo em geral, sadio movimento em prol da criação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ponta Grossa. Vão se destacando nesse sentido, entre nós, os professores **Dr. Mario Lima Santos, José Pinto Rosas, Lourival Santos Lima, Valdevino Lopes e Dr. Faris Salomão Michaelle** (O Dia, 1949, grifo nosso).

Ainda, no texto intitulado *À margem da Faculdade*, publicado posteriormente no jornal O Dia, em 30 de março de 1958, Lourival Santos Lima retoma o processo de criação da Faculdade e confirma os cinco nomes que integraram a comissão responsável por sua fundação. O autor menciona, ainda, a existência prévia, na cidade, de propostas voltadas à criação de faculdades em outras áreas do conhecimento, argumentando que a implantação de uma Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras mostrou-se mais adequada às condições e às demandas do contexto local. Por fim, destaca a importância do PSD no processo de efetivação da FEFCL-PG, evidenciando o papel das articulações políticas na concretização da instituição:

Em 23 de janeiro de 1948 [...] como responsável pela sucursal daquele jornal de Ponta Grossa **fora então por nós lançada a 'idéia' da fundação, entre nós de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ao invés de uma escola de Agrimensura, ou de Finanças, ou de Agronomia e Veterinária, como outros o sugeriram, anteriormente** fosse por parte do Governo, fosse por parte de elementos locais. **A nossa 'idéia', porém, apresenta também no seio do P. S. D. municipal, naquela época, vingou e generalizou-se, por ser inegavelmente a mais oportuna, absorvendo todas as demais, com plena receptividade, no seio do governo e dos políticos, que, em seguida louvavelmente a pleitearam, em memorável campanha.** Assim finalizava o referido comentário de imprensa, de que nasceu a primeira sugestão para nossa primeira escola superior '... o nome de Moisés Lupion, com quem poderão contar, em futuro próximo para a criação, entre nós, da primeira Escola de Filosofia, Ciências e Letras, necessária e adequada a Ponta Grossa e ao Paraná Central, como coroamento de uma obra educativa e cultural, fecunda e honrosa ao nível intelectual de nossa terra. Ao lado da comissão integrada pelo Dr. **Mário Lima Santos, José Pinto Rosas, Lourival Santos Lima, Valdevino Lopes e Faris S. Michaele**, em agosto de 1949, após a recomposição do P. S. D. pontagrossense' (O Dia, 1958, grifo nosso).

Como se pode observar nos escritos analisados, os professores envolvidos na comissão, que dialogaram com os órgãos estaduais, mobilizavam motivações de ordem educacional, social e política. Em consonância com Norbert Elias, compreende-se que o processo de criação da FEFCL-PG não pode ser entendido como um fenômeno isolado ou existente em si mesmo, mas como parte de processos de natureza histórica, cultural, social, política e educacional. Para elucidar essas questões, foram elaborados, a partir do método prosopográfico, os quadros a seguir, relativos a cada um dos integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG, aos quais também foram incorporadas fotografias individuais, visando aprofundar a análise de suas trajetórias e de suas inserções sociais.

Figura 2 - Fotografia de Faris Antônio Salomão Michael



Fonte: ÁLBUM FAFI 1952. Memória Digital, Culturas Regionais. Disponível em: <http://memoriasdigitais.museu.uepg.br/items/show/2038>. Acesso em: 14 mar. 2024.

Quadro 3 – Faris Antônio Salomão Michael

ANO E LOCAL DE NASCIMENTO E MORTE	1911, Mococa (SP) - 1977, Ponta Grossa (PR).
CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DA FAMÍLIA	Filho de Rada Salomão (1882-1951) e Antônio Salomão (1883-1936) que eram libaneses que imigraram para o Brasil em 1905, seu pai era poliglota. Foi casado com a professora Amélia de Oliveira Oberg (1923-).
FORMAÇÃO SUPERIOR	Direito, Faculdade de Direito do Paraná (1936).
CARREIRA	Advogado; diretor da Página Literária do Jornal do Paraná; presidente-fundador e professor do Centro Inter-Americano; ocupou a 12ª Cadeira da Academia Paranaense de Letras; foi vice-presidente da Sociedade pontagrossense de amadores de astronomia; sócio correspondente do Grupo Americanista de Intelectuais e Artistas de Montevideú (1949-?); foi tesoureiro do Clube dos Advogados (1949-?); membro da Comissão de Educação e Cultura (Subcomissão de instrução pública) da Conferência de Ponta Grossa (1947); professor-fundador da Faculdade de Direito de Ponta Grossa.
ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	-Centro Inter-americano; -Grupo Americanista de Intelectuais e Artistas de Montevideú (UY); -Sociedade pontagrossense de amadores de astronomia; -Clube dos Advogados.
PSD	-Membro (1949-).
COLÉGIO REGENTE FEIJÓ	-Aluno formado na turma de 1931; -Professor catedrático de Inglês, Português e Espanhol.
CCEC	-Fundador, sócio efetivo e Presidente (1948-1977); -Diretor e Redator do Tapejara (1950-1976); -Diretor do Museu do CCEC Secção de Antropologia e Etnografia (1951-?); -Comissão de organização e representante em diversos eventos.
FEFCL-PG	-Lecionou História da Antiguidade, História da Idade Média, Antropologia, Etnografia, Etnografia do Brasil, Língua Portuguesa, Língua e Literatura Espanhola, Literatura Hispano-Americana e Língua Inglesa; -Primeiro Chefe do departamento de Letras (1963-1966).

Fonte: A autora.

Nota: Esse quadro foi construído com informações baseadas na pesquisa com diversas fontes documentais espalhadas nos acervos consultados, as quais se encontram listadas no Apêndice B.

Figura 3 - Fotografia de José Pinto Rosas



Fonte: PONTA GROSSA. **Álbum de Ponta Grossa**. Impressora Paranaense, 1936.

Quadro 4 – José Pinto Rosas

ANO E LOCAL DE NASCIMENTO E MORTE	1902, Ponta Grossa (PR) - 1980, Ponta Grossa (PR).
CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DA FAMÍLIA	Filho de Ana Filícia Rosas (1870-1932) e Jayme Pinto Rosas (1860-1947), seu pai era funcionário público, coletor federal na cidade de Ponta Grossa.
FORMAÇÃO SUPERIOR	Medicina - Faculdade Nacional de Medicina, Rio de Janeiro (1928).
CARREIRA	Médico na Santa Casa, Hospital 26 de Outubro e Cruz Vermelha; delegado da Diretoria de Higiene do Estado do Paraná; diretor da Higiene Municipal e membro da Comissão de saúde pública municipal; conselheiro da Sociedade Filatélica Pontagrossense; relator da Comissão de Educação e Cultura (Subcomissão de Belas Artes e Patrimônio Artístico) da Conferência de Ponta Grossa (1947); diretor da Escola Normal; professor-fundador da Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, diretor do mesmo estabelecimento de 1938-1939; professor no Ginásio Paranaense (1946); e professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa.
ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	-Liga de Defesa Nacional (Ponta Grossa); -Sociedade Brasileira de Radiologia; -Sociedade Filatélica Ponta-grossense.
PSD	-
COLÉGIO REGENTE FEIJÓ	-Professor catedrático de História Natural, Biologia, Corografia, Cosmografia, Geografia, Física, Química e Latim; -Vice-diretor (1932 e 1935); -Diretor (1939, 1940-1945).
CCEC	-Sócio efetivo e Conselheiro (1948); -Conselho Administrativo de Zoologia do Museu do CCEC (1956).
FEFCL-PG	-Participou da comissão de criação como vice-presidente; -Lecionou Educação Biológica e Fundamentos Biológicos da Educação.

Fonte: A autora.

Nota: Esse quadro foi construído com informações baseadas na pesquisa com diversas fontes documentais espalhadas nos acervos consultados, as quais se encontram listadas no Apêndice B.

Figura 4 – Fotografia de Lourival Santos Lima



Fonte: Disponível no acervo Lourival Santos Lima do CDPH.

Quadro 5 – Lourival Santos Lima

ANO E LOCAL DE NASCIMENTO E MORTE	1914, Antonina (PR) - 1988, Ponta Grossa (PR).
CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DA FAMÍLIA	Filho de Aurora Pinto de Carvalho Lima (1891-1950) e Leovegildo dos Santos Lima (1889-1968), que foi militar, escrivão e coletor de rendas do estado do Paraná. Casou-se em 1944 com Margarida Santos Lima (1928-2023), que foi serventúria da Justiça e era filha de Augusto Côrrea dos Santos (1902-1969) e Maria Elvira Dantas dos Santos (1905-1958), que era irmã das professoras Marcelina Dantas (1916-2007), Judith Dantas Pimentel (1913-1989) e Emília Dantas Ribas (1907-1978).
FORMAÇÃO SUPERIOR	Direito, Faculdade de Direito do Paraná (1942).
CARREIRA	Poeta, advogado, jornalista e professor. Foi Promotor Público, Oficial do Cartório - Segundo Registro de Imóveis de Ponta Grossa; membro do Conselho Superior da Associação de amigos de Ponta Grossa; relator da Comissão de Educação e Cultura (Subcomissão de Cultura e Divulgação) da Conferência de Ponta Grossa (1947); gerente e colunista do Jornal Diário dos Campos, diretor e redator do Jornal do Paraná, diretor da sucursal do jornal O Dia; diretor dos jornais A Voz da Escola e Jornal da Manhã; diretor do programa literário semanal "Momento Cultural" na Rádio Clube Pontagrossense; vice-presidente da Comissão dos Professores Secundários do Interior, professor-chefe da Escola Profissional Ferroviária Tibúrcio Cavalcanti, e professor de Introdução à Ciência do Direito da Faculdade de Direito.
ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	-Clube Ponta-grossense; -Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá; -Academia de Letras José de Alencar; -Associação de Amigos de Ponta Grossa; -Centro Operário Cívico e Beneficente (COCB); -Clube dos advogados.
PSD	-Participou da fundação do PSD no Paraná; -Membro do departamento de propaganda (1949).
COLÉGIO REGENTE FEIJÓ	-Professor catedrático de Português, Geografia Geral e do Brasil.
CCEC	-Sócio efetivo - Cadeira 26 (1949); -Conselho Consultivo (1960 e 1968 até aproximadamente 1972); -Representante em diversos eventos.
FEFCL-PG	-Participou da comissão de criação como secretário.

Fonte: A autora.

Nota: Esse quadro foi construído com informações baseadas na pesquisa com diversas fontes documentais espalhadas nos acervos consultados, as quais se encontram listadas no Apêndice B.

Figura 5 – Fotografia de Mário Lima Santos



Fonte: Disponível no Acervo do Instituto de Educação Professor Cesar Prieto Martinez.

Quadro 6 – Mário Lima Santos

ANO E LOCAL DE NASCIMENTO E MORTE	1905, Corumbá (MS) - 1972, Curitiba (PR).
CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DA FAMÍLIA	Filho de Laudelina Gonçalves (1884-1968) e Arthur Mário dos Santos (1874-1916), seu pai foi médico capitão de corveta da marinha. Após a morte de seu pai, sua mãe casou com o advogado Milciades José Gonçalves (1887-1954), que foi procurador do Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro. Foi casado com Walacir de Oliveira Santos.
FORMAÇÃO SUPERIOR	Direito, Faculdade de Direito do Paraná (1932).
CARREIRA	Advogado, presidente da Junta de Conciliação e Julgamentos de Ponta Grossa (1937-1941), da subseção da Ordem dos Advogados de Ponta Grossa e do Clube dos advogados (1949-?). Consultor jurídico da Comissão dos Professores Secundários do Interior; consultor jurídico do município; relator geral da Comissão de Educação e Cultura da Conferência de Ponta Grossa (1947); professor na Escola Normal e na Academia Ponta-grossense de Comércio; professor-fundador (Teoria Geral do Estado) e Diretor da Faculdade de Direito.
ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	-Ordem dos Advogados; -Clube dos Advogados; -Sindicato dos Jornalistas.
PSD	-Secretário do Diretório Municipal (anos 1940); -Membro do Departamento Jurídico (1949-).
COLÉGIO REGENTE FEIJÓ	-Professor catedrático de filosofia e português; -Diretor (1946).
CCEC	-Sócio efetivo e Conselheiro (1948); -Conselho Administrativo de Etnografia do Museu (1956).
FEFCL-PG	-Participou da comissão de criação como presidente; -Primeiro secretário.

Fonte: A autora.

Nota: Esse quadro foi construído com informações baseadas na pesquisa com diversas fontes documentais espalhadas nos acervos consultados, as quais se encontram listadas no Apêndice B.

Figura 6 – Fotografia de Valdevino Lopes



Fonte: OLIVEIRA, J. C. de. **Educadores ponta-grossenses: 1850 – 1950**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002. p. 155.

Quadro 7 – Valdevino Lopes

ANO E LOCAL DE NASCIMENTO E MORTE	1913, Castro (PR) - 1988, Ponta Grossa (PR).
CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DA FAMÍLIA	Filho de Maria Augusta Carneiro Lopes (1894-1981) e Venâncio José Lopes (1884-1963), que foi funcionário público - escrivão da coletoria de rendas do estado do Paraná. Foi casado com Helena Defino Lopes (1915-2000), que também era professora.
FORMAÇÃO SUPERIOR	-
CARREIRA	Fez o curso de professor normalista e de especialização pedagógica; foi aluno da primeira turma de Farmácia da extinta Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa. Chefe do departamento da Secretaria Municipal da Educação de Ponta Grossa; secretário da educação de Ponta Grossa; inspetor municipal de ensino; secretário do Jockey Club Pontagrossense (1956-); diretor da Seção Educativa da Associação de Amigos de Ponta Grossa; presidente da Comissão Municipal de Educação dos Adultos; professor normalista no Grupo Escolar Vicente Machado, de Castro; professor da Escola Técnica Pontagrossense de Comércio e da Escola Coronel Tibúrcio Cavalcanti; professor e diretor do Grupo Escolar Noturno para Operários; diretor dos Grupos Escolares - Professor Colares (1937), General Osório (1938-1940) e Becker e Silva.
ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	-Associação de amigos de Ponta Grossa; -Jockey Club Pontagrossense.
PSD	-Membro.
COLÉGIO REGENTE FEIJÓ	- Aluno; -Professor catedrático de Geografia Geral e do Brasil.
CCEC	-
FEFCL-PG	-Participou da comissão de criação como tesoureiro.

Fonte: A autora

Nota: Esse quadro foi construído com informações baseadas na pesquisa com diversas fontes documentais espalhadas nos acervos consultados, as quais se encontram listadas no Apêndice B.

A partir dos quadros, alguns elementos em comum das trajetórias dos membros da comissão podem ser mencionados: 1) Dos cinco, quatro não nasceram em Ponta Grossa. 2) Os pais de três integrantes eram funcionários públicos. 3) Quatro tinham formação superior. 4) Quatro eram membros do Partido Social Democrático (PSD), mesmo partido do Governador do estado no período, Moysés Lupion. 5) Todos eram professores catedráticos no Colégio Regente Feijó. 6) Quatro eram sócios do Centro Cultural Euclides da Cunha. 7) A maioria trabalhou na FEFCL-PG posteriormente.

Ainda que os indivíduos construam suas próprias trajetórias, existe uma certa margem de ação, pois cada um ocupa um lugar específico dentro de uma figuração social que antecede as suas escolhas e também que condiciona as suas possibilidades; o que faz com que as trajetórias individuais sejam sempre atravessadas por estruturas sociais que orientam em cada contexto o que é possível, desejável e até mesmo permitido. É nesse sentido que Elias (1994, p. 21) afirma: “Cada um [...], em algum lugar, em algum momento, tem uma função, uma propriedade ou trabalho específico, algum tipo de tarefa para os outros [...] Não lhe é possível, simplesmente, passar para outra função, mesmo que o deseje”.

Mesmo que não possa ser facilmente percebida, existe uma ordem onde o indivíduo possui um conjunto um tanto quanto limitado de funções possíveis, ao qual poderá exercer os seus movimentos e posicionamentos. “Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce nessa teia humana, das funções e da situação de seus pais e, em consonância com isso, da escolarização que recebe” (Elias, 1994, p. 21). No caso da comissão, suas escolhas educacionais e profissionais não podem ser reduzidas apenas a preferências pessoais, é primordial que essas escolhas sejam observadas da perspectiva de que foram moldadas pelas próprias figurações da quais pertenciam e pelas pressões que as constituíam.

Quantas outras pessoas que faziam parte da sociedade ponta-grossense também não desejaram terem ido morar em outras cidades para poder ter a formação em um curso superior? Quantas queriam ser membros do PSD ou do CCEC, e não foram? Quantas nem mesmo sabiam da existência no CCEC? Quantas almejavam serem professores ou professoras no Colégio Regente Feijó? Quantas outras esperavam ter uma homenagem após a sua morte, tendo o seu nome em uma rua ou uma instituição em Ponta Grossa? Esses são exemplos de desejos que somente a vontade não basta para que aconteçam. Existe uma série de condições geográficas,

sociais, econômicas, culturais, educacionais e até mesmo de nascimento que são determinantes. Por nascimento o indivíduo “[...] está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele e, talvez, desenvolver-se mais, com base nele” (Elias, 1994, p. 21).

Os pais de três integrantes da comissão eram funcionários públicos, coletores de renda, e é possível que tenham trabalhado juntos. Nos espaços burocráticos de atuação, o funcionalismo público pode gerar conexões sociais vantajosas com diversos indivíduos, pode permitir o desenvolvimento de habilidades no exercício da função, pode possibilitar um status social relacionado ao cargo ocupado, e isso tudo gera recursos que podem ser mobilizados estrategicamente na sociedade, inclusive pelos seus descendentes.

Os professores estudados estavam inseridos numa estrutura que permitia eles fazerem parte da comissão. Pensando na figuração da comissão, dos indivíduos interdependentes que faziam parte dela, e do *habitus* que tinham, Norbert Elias pode nos ajudar nesse sentido, quando afirma que

Torna-se necessário não só explorar uma unidade compósita em termos das suas partes componentes, como também explorar o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros, de modo a formarem uma unidade. O estudo da configuração das partes unitárias ou, por outras palavras, a estrutura da unidade compósita, torna-se um estudo de direito próprio. Essa é a razão pela qual a sociologia não se pode reduzir à psicologia, à biologia ou à física: o seu campo de estudo - as configurações de seres humanos interdependentes - não se pode explicar se estudarmos os seres humanos isoladamente. Em muitos casos é aconselhável um procedimento contrário - só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações das pessoas individuais se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência, da estrutura das suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com os outros (Elias, 2005, p. 78-79).

Dessa forma, não podemos pensar apenas os integrantes da comissão isoladamente, nem mesmo somente a comissão separada da sociedade; é necessário considerar as interdependências entre os professores e entre a comissão e a sociedade. No quadro a seguir, alguns dados das interseções das trajetórias dos professores foram sistematizados:

Quadro 8 – Interseções entre os membros da comissão de criação da FEFCL-PG

Integrante Característica	Faris Antônio Salomão Michaelle	José Pinto Rosas	Lourival Santos Lima	Mário Lima Santos	Valdevino Lopes
Nascimento fora da cidade de Ponta Grossa	✓		✓	✓	✓
Pai funcionário público		✓	✓		✓
Formação superior	✓	✓	✓	✓	
Membro do PSD	✓		✓	✓	✓
Professor catedrático no Colégio Regente Feijó	✓	✓	✓	✓	✓
Sócio do Centro Cultural Euclides da Cunha	✓	✓	✓	✓	
Funcionário da FEFCL-PG	✓	✓		✓	
Nome de rua ou na instituição atualidade	✓	✓	✓	✓	✓

Legenda:  Possui esta característica.
 Não possui esta característica.

Fonte: A autora.

A partir dos quadros anteriores, pode-se visualizar que quatro dos cinco integrantes da comissão, não nasceram em Ponta Grossa; e que a idade média dos indivíduos ao ingressarem na comissão era de 39 anos, sendo que o mais novo era Lourival Santos Lima, com 34 anos, e o mais velho era José Pinto Rosas, com 46 anos.

Quatro deles tinham formação superior, Valdevino Lopes era o único que não a tinha, apenas era formado na Escola Normal de Ponta Grossa e foi aluno da primeira turma do curso de farmácia da Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa²⁸ (O Dia, 1938), mas não pôde concluir o curso, pois a instituição foi fechada. Os outros membros da comissão precisaram fazer deslocamento para outras cidades, para obterem a formação superior.

José Pinto Rosas cursou Medicina por quatro anos em Curitiba, na Faculdade de Medicina do Paraná, e, depois, nos dois últimos anos, foi para o Rio de Janeiro cursar na Faculdade Nacional de Medicina. Faris Michael, Lourival Santos Lima e Mário Lima Santos foram para Curitiba cursar Direito na Faculdade de Direito do Paraná.

Mesmo com a maioria do grupo tendo formação em Direito, a primeira faculdade de Ponta Grossa não foi de Direito. Isso nos ajuda a pensar que não podemos considerar a comissão separada da sociedade; a faculdade projetada precisava ter uma demanda social mais urgente, e, dessa forma, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fazia mais sentido por todas as questões que abordamos no primeiro capítulo.

Considerando essas características da comissão, e no contexto em que viveram e atuaram, concordamos com a formulação feita por Vieira (2011), sobre o comportamento dos intelectuais que se vincularam a projetos educacionais na primeira metade do século XX; ele levou em consideração as seguintes características:

²⁸ Conforme noticiado no jornal O Dia, em 21 de dezembro de 1938, os alunos fundadores da Escola de Farmácia e Odontologia foram: “De farmácia: Arminda Frare, Guitil Federmann, Julita Ditzel, Ida Santanta, Nair Mattar, Leoni Justus, Dalva Borges de Macedo, Wanda Mazur, Adelino A. Silva, Alfredo Berger, Candido Melo Jor., Dino Fecci Colli, Edipo F. dos Santos Ribas, Rubens Heike Braga, Sebastião Ribas Marcondes, Valentim Coelho, Valdevino Lopes, Valdomiro Carneiro dos Santos, Gueerd Irimm. De odontologia: Adalberto Ribeiro, Alexandre Aracema, Altamiro B. Dorcas de França e Souza, Edgard Zanoni, Francisco B. Dinnies, Hildegard Kossatz, Humberto M. Schena, Jair Lopes, José Moscoleski, Othon Nascimento, Othoniel Santos e Enendy M. Guedes”.

1) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos XIX e XX, produziu a identidade social do intelectual; 2) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; 3) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; 4) assunção da centralidade do Estado como agente político capaz de realizar as reformas sociais (Vieira, 2011, p. 3).

É possível perceber essas características nos textos do grupo da comissão, e nos textos escritos por outras pessoas contemporâneas, sobre o grupo. De forma geral, tinham um engajamento em suas falas, que eram enunciadas de uma posição de verdade; o argumento da modernidade era recorrente para justificar suas reivindicações, e o Estado era percebido enquanto um mecanismo fundamental para resolução de problemas.

Na sequência, iremos abordar três espaços institucionais dos quais os integrantes da comissão faziam parte e que também evidenciavam as características mencionadas anteriormente. Numa análise prosopográfica, consideramos que ao mesmo tempo que os indivíduos moldaram esses espaços, eles também foram por eles impregnados de diversas formas (Bulst, 2005, p.58), inclusive no modo de se expressarem e de como eram percebidos pela sociedade. Nesse sentido, podemos entender que esses espaços institucionais se configuravam como espaços de linguagem autorizada (Bourdieu, 1983).

Como falar não significa necessariamente em ser ouvido, nem escrever implica necessariamente em ser lido, concordamos com Pierre Bourdieu, que, a partir de seus estudos sobre linguagem nas interações sociais, considera que ela é um instrumento de poder, destacando a necessidade de “[...] levar em conta as condições de instauração da comunicação, porque as condições de recepção esperadas fazem parte das condições de produção” (1983, p.161). Nesse sentido, os cinco homens da comissão ocupavam uma posição privilegiada dentro da estrutura social local, que favorecia que fossem percebidos como locutores legítimos da causa de instalar a FEFCL em Ponta Grossa. Para Bourdieu

O uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima. O acesso aos instrumentos legítimos de expressão e, portanto, a participação no quinhão de autoridade institucional (1983, p.87).

Não temos como medir a eficácia da linguagem por si só, elementos como as condições institucionais de produção e também de recepção dos discursos, são elementares. A posição social dos enunciadores, bem como os vínculos institucionais

que estes possuem, influencia em como os seus discursos serão recebidos e também na quantidade de pessoas que esse discurso irá ressoar, considerando tanto o momento da enunciação, quanto a posteridade. Assim, a partir das posições que ocupavam dentro da estrutura social, as falas da comissão circulavam com maior credibilidade e alcançavam espaços decisórios que permaneciam inacessíveis a outros grupos.

Mulheres, negros, pessoas sem formação escolar formal e/ou com poucos recursos econômicos poderiam querer que existisse ensino superior em Ponta Grossa, e falar sobre isso. Mas até que ponto essas falas encontrariam ressonância na sociedade a ponto de chegarem até as instâncias governamentais e serem atendidas? Nas fontes pesquisadas não foi possível mensurar os possíveis posicionamentos destas comunidades mencionadas anteriormente, e salientamos que as fontes utilizadas não são neutras, nem fogem às disputas intencionais de memória e esquecimento que podem perpetuar, ignorar ou até mesmo esconder determinados discursos. Não é à toa que “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, grupos, indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (Le Goff, 2003, p. 422).

A questão não é apenas a possibilidade de fala, que cabe na liberdade de expressão, a questão é o reconhecimento social do que se fala, da sua valoração, da repercussão que o discurso pode ter na sociedade do presente, e talvez até mesmo na do futuro. Ao explicar discurso Bourdieu (1983, p. 164) pontua que:

[...] é preciso conhecer as condições de constituição do grupo no qual ele funciona: a ciência do discurso deve levar em conta não somente as relações de força simbólicas que se estabelecem no grupo em questão – que fazem com que alguns estejam impossibilitados de falar (por exemplo, as mulheres) ou devam conquistar seu público enquanto que outros estão em país conquistado, mas também as próprias leis de produção do grupo que fazem com que certas categorias estejam ausentes (ou representadas somente por porta-vozes). Essas condições ocultas são determinantes para compreender o que pode ou não ser dito num grupo.

Compreendemos que o grupo estudado não foi formado aleatoriamente, ele se entrelaçava a uma estrutura social que poderia torná-lo capaz de influenciar a população e o governo a respeito do ensino superior em Ponta Grossa. Suponhamos que algum dos cinco indivíduos da comissão de criação da FEFCL-PG tivesse proferido um discurso, e, antes disso, tivesse sido apresentado como professor catedrático do Colégio Regente Feijó, sócio do Centro Cultural Euclides da Cunha e

filiado ao Partido Social Democrático (lembrando que esse era o partido situacionista no governo estadual e federal); só essas colocações já teriam um peso invisível, que iria interferir na recepção do discurso.

Cabe ressaltar que a legitimidade linguística socialmente reconhecida desses indivíduos não se apresentava como um atributo dado ou plenamente consolidado, mas como um processo em constante construção, atravessado por elementos complexos. Entre esses elementos, destacava-se o pertencimento a determinados espaços institucionais, os quais serão abordados a seguir.

2.2 ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE LINGUAGEM AUTORIZADA

2.2.1 Colégio Regente Feijó

Como vimos anteriormente, todos os membros da comissão de criação da FEFCL-PG foram professores catedráticos no Colégio Regente Feijó²⁹, que ofertava ensino secundário. José Pinto Rosas também havia sido vice-diretor da instituição em 1932, e diretor em 1939 e de 1940 a 1945; em 1946, Mário Lima Santos foi diretor. Assim, não é possível abordar a Faculdade, sem pensar na atuação desses indivíduos no primeiro ginásio do interior do Paraná, o Regente Feijó. Martins (2022, p. 75) afirma que

[...] em 1927, o Ginásio Regente Feijó [...] foi fundado visando à ampliação e difusão do ensino no Estado do Paraná, mediante reflexões do governo e de sua equipe ligada à educação, frente aos números de alunos provenientes do interior do Estado. Ponta Grossa foi a cidade escolhida para a criação do ginásio por sua localização em um ponto de convergência entre outros municípios do interior.

Antes disso, a cidade contava apenas com escolas de ensino primário. Algumas famílias que tinham condição financeira, de Ponta Grossa e de outras cidades do interior, enviavam seus filhos para estudar em Curitiba, a partir do ensino secundário. Martins (2006, p. 52) aponta para a negligência do Estado em relação ao acesso ao ensino secundário e que a criação do Ginásio Regente Feijó foi resultado da alta demanda por matrículas, de pessoas vindas do interior do estado, no Ginásio

²⁹ No Anexo A estão os termos de posse dos professores integrantes da comissão, no Colégio Regente Feijó.

Paranaense³⁰ da capital. O fato de Ponta Grossa ter sido escolhida como primeira no interior do Paraná para ofertar o ensino secundário, remonta, mais uma vez, o destaque de Ponta Grossa no estado nesse período. Atrelado a ele está a ideia de modernidade que tanto se discutia nesse contexto:

Destaque-se o Ginásio Regente Feijó como uma instituição pública, equiparada ao Colégio Pedro II e que, naquele contexto, foi a única instituição de ensino ginasial de ensino no interior do Paraná. Ponta Grossa estava, portanto, inserida em um contexto de modernização de pressupostos norteadores da racionalização de recursos e da modernização educacional (Solomon; Martins; Weber, 2023).

O Colégio Regente Feijó foi, nesse contexto, um espaço de trabalho e também de formação, como é o caso do integrante da comissão Valdevino Lopes, que estudou no Regente (Cf. Anexo B) e depois voltou para trabalhar como professor de Geografia Geral e do Brasil, assim como, de Faris Michael (Cf. Anexo C), que foi aluno da primeira turma que se formou em 1931, e, durante o curso, teve destaque fundando o Grêmio Literário Visconde de Taunay e sendo um dos colaboradores da edição do jornal estudantil O Fanal (Lopes, 2011). Depois, foi para Curitiba estudar Direito na Faculdade de Direito do Paraná, e voltou a lecionar no Regente em 1937, até a sua aposentadoria, em 1967. Na sequência, podemos observar um dos termos de contratação de Faris Michael, feito pelo diretor da época, José Pinto Rosas:

O Dr. José Pinto Rosas, Diretor do Colégio Estadual Regente Feijó, desta cidade, autorizado pelo Governo do Estado, de acordo com ofício do Exmo. Snr. Dr. Diretor Geral de Educação, sob o nº 1240 de 31 de maio de 1944, contrata o Bacharel Faris Antonio Salomão Michael para lecionar a cadeira de Inglês do Curso Ginasial deste Estabelecimento [...] Ponta Grossa, 10 de junho de 1944 (Colégio Regente Feijó, 1944).

Dentro do espaço de trabalho no Colégio Regente Feijó, os integrantes da comissão tinham relações interdependentes e partilhavam vivências que embasavam ainda mais as discussões feitas por eles a respeito do ensino secundário. Por isso, quando, por exemplo, Mário Lima Santos escreveu o artigo *Alguma coisa errada no ensino secundário* (O Dia, 1949), discutido anteriormente, seus apontamentos ganharam ainda mais significados, pois está sendo enunciado por alguém que tem experiências no assunto. Esse artigo foi escrito em 1949, pouco antes da efetivação

³⁰ Antes da emancipação da província do Paraná (1853), a instrução secundária pública foi iniciada na capital com o Lyceu de Curitiba, que após a Proclamação da República passou a ser chamado de Ginásio Paranaense. Os integrantes da comissão Lourival Santos Lima e José Pinto Rosas estudaram nessa instituição, além de ter estudado, José Pinto Rosas também foi professor em 1946.

da criação da FEFCL-PG. Não sem pretensão, foram recorrentes textos publicados nos jornais, apontando problemas no ensino primário e secundário e sugerindo como alternativa, a fundação da FEFCL-PG; o que demonstra que não bastava a ideia de o projeto da Faculdade circular apenas entre professores (as), era necessário que atingisse também a sociedade em geral.

Outro apontamento que pode ser feito, é que mesmo com a maioria da comissão tendo cursado Direito, a Faculdade que escolheram lutar primeiramente, foi a FEFCL-PG³¹. Essa escolha como vimos, não está descolada dos processos de escalas maiores, e também pode indicar que: como todos lecionavam no Colégio Regente Feijó, sabiam da necessidade da formação de professores para o ensino, e assim a FEFCL-PG foi priorizada. Nesse sentido, o Colégio Regente Feijó foi também um espaço de linguagem autorizada dos professores que se engajaram na criação da FEFCL-PG. Para se ter uma melhor formação dos professores e para melhorar a qualidade do ensino, a argumentação foi de que era necessária a fundação da FEFCL em Ponta Grossa.

2.2.2 Centro Cultural Euclides da Cunha

Outra instituição que congregava quatro, dos cinco integrantes da comissão, era o Centro Cultural Euclides da Cunha. Criado em 1948, conforme seu estatuto (CCEC, 1948), era uma:

[...] sociedade civil para congregar intelectuais, prestando-lhes apoio cultural e moral, cooperando, assim, para o desenvolvimento da literatura, das ciências e das artes, bem como estimular o intercâmbio de idéias com o resto do país e das Américas.

Fundado e presidido por Faris Michael, o CCEC teve como sócios, indivíduos representativos na sociedade ponta-grossense, entre os quais, “[...] os mais conhecidos e mais conceituados professores, advogados, militares, médicos, comerciantes, artistas, escritores [...]” (Ditzel, 2007, p.65). Reunidos, esses indivíduos analisaram questões da nacionalidade brasileira, enfocando a importância ameríndia que também era entendida como uma interseção cultural entre os países americanos, e reverenciando o livro “Os Sertões” de Euclides da Cunha (1902)³², o

³¹ A Faculdade de Direito de Ponta Grossa foi a terceira a ser criada, em 1954.

³² Os Sertões é uma obra em que Euclides da Cunha analisa a Guerra de Canudos (1896–1897) e a realidade do sertão nordestino. As interpretações raciais presentes nesse livro ocupam lugar central na crítica do pensamento social brasileiro, segundo Souza (2010, p. 21-22) o autor buscou “[...]”

que explica esse autor ter sido escolhido como patrono do Centro Cultural.

A escolha de Euclides da Cunha como patrono e a temática recorrente do indianismo não eram isentas de ideologia. Ao apropriarem-se da figura do "sertanejo heróico" e do elemento ameríndio, esses indivíduos buscavam construir um nacionalismo que ignorava as tensões sociais e as marginalizações reais presentes nos Campos Gerais daquela época, mantendo uma estrutura social conservadora sob o pretexto de uma união intelectual "apolítica".

Os membros do Centro eram, em sua maioria, indivíduos que ocupavam posições estratégicas na estrutura de poder de Ponta Grossa, utilizando recursos culturais acumulados para consolidar sua hegemonia frente a outros grupos sociais. A exaltação de uma identidade culta servia, portanto, para demarcar uma fronteira simbólica entre a elite letrada e o restante da população, reforçando o papel desses intelectuais como mediadores legítimos do progresso e da civilização na cidade.

O CCEC elaborou variadas ações, como a organização de uma biblioteca com mais de cinco mil exemplares, a realização de reuniões, de conferências, de cursos e da Semana Euclidiana. Esse último evento, ocorrido anualmente no mês de agosto a partir de 1951, inspirava-se na iniciativa homônima promovida pela "Casa de Euclides", em São José do Rio Pardo (SP), e tinha como principal objetivo cultuar a memória e a obra de Euclides da Cunha. Durante sua realização, eram promovidas palestras diárias, proferidas pelos próprios sócios do Centro, sendo as sessões de encerramento, em geral, realizadas no Salão Nobre do Colégio Regente Feijó (Guebert, 2018).

Uma outra atividade que compunha a programação da Semana Euclidiana era a Maratona Intelectual, que configurava-se como um dos momentos mais expressivos. Tal iniciativa também mantinha estreita relação com o movimento euclidiano de São José do Rio Pardo, especialmente por meio da atuação de Oswaldo Galotti, figura central na "Casa de Euclides", onde exerceu as funções de secretário e, posteriormente, diretor. A relação estabelecida entre Galotti e Faris Michael caracterizou-se por uma intensa interlocução intelectual e institucional,

compreender a força da natureza e dos embates sociais presentes no processo evolutivo humano e, ao mesmo tempo, descrever os caminhos da formação nacional e da construção da identidade brasileira. De um lado, o cientificismo positivista e o evolucionismo de Euclides produziram amarras fortemente deterministas, como o darwinismo social e o racismo científico [...]; de outro, no entanto, esse mesmo instrumental serviu para identificar o sertanejo como um símbolo heróico da nacionalidade".

mediada por correspondências, nas quais Galotti atuou como um mentor e legitimador das atividades do CCEC. Essa dinâmica pode ser observada na carta enviada em 23 de abril de 1951, na qual, ao sugerir a realização da Maratona Intelectual em Ponta Grossa, Galotti (1951) afirmou: “Queremos que o Centro Cultural Euclides da Cunha, de Ponta Grossa, movimente a classe estudantina do Estado, incentivando-lhe cultivar Euclides” e colocou à disposição recursos financeiros para a premiação dos vencedores.

A Maratona contava, majoritariamente, com a participação de alunos do Colégio Regente Feijó e da FEFCL-PG, sendo a avaliação realizada por meio da produção de textos dissertativos acerca da vida e da obra de Euclides da Cunha. Os vencedores recebiam prêmios em dinheiro, frequentemente financiados pela própria Casa de Euclides, o que reforça os vínculos institucionais estabelecidos entre as duas entidades. Para além dessas iniciativas, o CCEC também se destacou pela criação, em 1948, de um museu próprio. Chaves (2015, p.10) pontua que:

[...]naquele momento, sobretudo em razão da ausência de instituições de ensino superior, os museus, as associações culturais (Centros, Grêmios, Institutos, etc.), cumpriam um importante papel de núcleos de congregação de intelectuais e de (re)produção do conhecimento científico. Assim, a abertura de um museu significava dotar a cidade de um importante espaço para a circulação e difusão de idéias e projetos que contribuíram para o desenvolvimento educacional e cultural local.

Esse Museu começou pequeno, funcionava dentro do CCEC, com materiais expostos em mesas envidraçadas, a partir de doações realizadas pela população, tendo bens relacionados à História Natural e, também, bens culturais relativos ao patrimônio histórico da região dos Campos Gerais; dividido em seções de Antropologia, Paleontologia e Entomologia. O Museu foi se desenvolvendo, à medida que os intelectuais faziam escolhas de como as exposições seriam organizadas.

Em carta escrita em 10 de setembro de 1950 e destinada a Faris Michaelle (Anexo D), o professor e jornalista Raul Gomes³³ escreveu que a criação do Museu

³³ Raul Rodrigues Gomes (1889-1975) nasceu em Piraquara-PR, seu pai Joaquim Rodrigues Gomes, foi o primeiro prefeito dessa cidade, e a sua mãe - Guilhermina Lisboa da Costa, foi professora (Negrão, 1927). Em 1907 Raul Gomes concluiu a Escola Normal de Curitiba, e iniciou sua carreira no magistério - lecionou em cidades do Paraná e Santa Catarina. No ano de 1921, passou a residir de forma definitiva em Curitiba para assumir um cargo nos Correios, mas não deixou de lado a educação; no ano de 1932 foi o único paranaense a assinar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Em 1935 concluiu o curso de Direito na Universidade do Paraná e, mais tarde, na década de 1940, passou a lecionar nessa instituição. Suas atividades como jornalista iniciaram em 1906, ainda enquanto estudante, com a fundação do jornal humorístico O Relâmpago, e perduraram ao longo de sua trajetória em diversos jornais, com destaque para o Diário da Tarde, o qual foi colaborador por décadas (Gomes, 1973). Além

Campos Gerais significava “[...] mais uma robusta e impercível prova da vitalidade e da riqueza dos ideais dessa corajosa mocidade ora em visita aos homens de letras do Paraná e do Brasil através deste belo e honesto e brilhante TAPEJARA”.

O “Tapejara” foi um jornal criado em 1950 pelo Centro Cultural Euclides da Cunha, com publicações trimestrais, que durou até 1976 e teve, no total, 24 edições. Esse jornal contava com assuntos relacionados ao Brasil e ao mundo, e era relevante na questão do intercâmbio de ideias, pois contava com muitos colaboradores, entre eles, os integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG Faris Michael³⁴, Lourival Santos Lima³⁵ e Mário Lima Santos³⁶. Ressaltamos que os colaboradores não se restringiam a domiciliados em Ponta Grossa ou no Brasil; um exemplo é o caso do já mencionado Raul Gomes³⁷ e de Fernando de Azevedo, que foram uns dos redatores do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e também foram colaboradores no Tapejara³⁸.

de professor e jornalista, Raul Gomes se empenhou em atividades de promoção cultural e contribuiu para criar diversas instituições no Paraná, segundo Brandalise e Osinski (2013, p. 2) ele teve participação “[...] na fundação da Academia Paranaense de Letras, da Academia Paranaense Feminina de Letras, da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, da Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê (SCABI), do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, e do Centro de Letras do Paraná. Criou o órgão OPALA - Operação Paraná de Liquidação do Analfabetismo, em Morretes, e também o GERPA - Grupo Editorial Renascimento Paranaense, dedicado à publicação de clássicos e de obras de autores paranaenses. Organizou concursos de literatura e participou das campanhas de federalização da Universidade do Paraná. Mobilizou ainda a opinião pública em favor da construção da Biblioteca Pública do Paraná e do Teatro Guaíra”.

³⁴ Faris Michael publicou mais de setenta textos no Tapejara, entre os temas destacam-se o indianismo e o pan-americanismo.

³⁵ Lourival Santos Lima publicou treze textos no Tapejara, entre os quais sonetos, poemas, artigos e discursos; que foram assim intitulados (Wanke, 1999, p. 289): “O 125º aniversário de Ponta Grossa” (edição nº 4), “O monge de Tibagi” e “Ter mãe” (edição nº 5), “Da filosofia da arte” (edição nº 7), “Arte e vida” (edição nº 8), “Filha de Maria” (edição nº 9), “Elogio da Justiça” (edição nº 12), “A cruz e a flecha” (edição nº 15), “Asas, Brasil!” (edição nº 18), “Poema do amor (Pierrot ou Arlequim)” (edição nº 20), “Dante” (edição nº 23), “Fim do mundo” e “Proposição ao Clube dos 21 Irmãos Amigos” (edição nº 24).

³⁶ Mário Lima Santos publicou cinco textos no Tapejara, entre eles poemas e artigos, intitulados (Wanke, 1999, p. 291-292): “A superstição engendrando o Direito” (edição nº 8), “A revolta dos sapos contra a estrela” (edição nº 9), “No altar da pátria - oferenda” (edição nº 10), “O respeito e a dignidade pessoal” (edição nº 13), “O Canhão” (edição nº 14).

³⁷ Nas diversas correspondências de Raul Gomes destinadas a Faris Michael, disponíveis no acervo do CCEC, é possível perceber as relações de proximidade, colaboração e afinidade intelectual entre ambos. Em carta datada de 10 de setembro de 1950, Raul Gomes informa o envio de uma contribuição financeira no valor de cem cruzeiros ao CCEC, destinada a apoiar sua manutenção material; manifesta, ainda, a intenção de doar livros para a biblioteca da instituição e reafirma sua solidariedade e apoio à atuação do Centro, destacando seu papel na promoção e expansão da cultura em Ponta Grossa.

³⁸ Foram encontrados dois artigos de Fernando de Azevedo no Tapejara, intitulados “O fato social” (edição nº 5) e “O nosso Indianismo” (edição nº 10); e um trecho de conferência intitulada “O homem Euclides da Cunha” (edição nº 10). De Raul Gomes, foram encontrados seis artigos, intitulados: “A arte da redação” (edição nº 3); “O elogio fúnebre de Euclides Bandeira, necrológio do fundador do Centro de Letras do Paraná” (edição nº 5); “Um anacronismo de Castro Alves” (edição nº 6); “Como vejo Emiliano” (edição nº 10); “Em louvor de uma academia” (edição nº 12); “Gregório de Matos, advogado da liberdade” (edição nº 13); e uma conferência: “Emiliano - O homem, o agitador e o artista” (edição nº 20).

O Tapejara não tinha anúncios e era enviado para diversas pessoas em diferentes localidades. Wanke (1999, p. 9) afirma que Michaelae “[...] mandava seu jornal Tapejara não apenas para os intelectuais, os professores universitários do Brasil inteiro e das Américas, como também estrategicamente para as autoridades”. No dia 13 de novembro de 1955 o escritor Durval Borges (1895-1984), em nome do jornal O Dia de Curitiba, fez o seguinte comentário a respeito do recebimento de números do Tapejara, que ajuda a compreender a divulgação do jornal do CCEC:

Recebemos o último número de ‘Tapejára’.
Outros têm nos chegado às mãos com regularidade.
Penitenciamo-nos da nossa falta em acusá-los e agradece-los, nesta lufalufa da vida agitada que levamos.
‘Tapejára’ é jornal pontagrossense.
Dizemos isto para um ou outro que ainda não o conheça.
Os seus quatro anos de existencia ativa representam um milagre de esforço e boa vontade da gente princesina. Essa gente de muque forte congrega-se, essencialmente, no Centro Cultural Euclides de Cunha. Ali batalham vultos da envergadura de um Dr. Faris Antonio S. Michaelae, o bondoso e muito culto guia da estudiosa moidade princesina, de um Daily Luiz Wambier, o jornalista cem por cento que todos apreciamos, e de outros mais como João Alves Pereira, Rolando Gazzoni, etc (O Dia, 1955).

Anos depois, Durval Borges também pontua (O Dia, 1959): “Nem a nossa cidade de Curitiba, capital do Estado, possui um órgão que se assemelhe a esse extraordinário ‘TAPEJARA’”. E acrescenta justificando a afirmativa anterior e evidenciando as suas características: “Jornal de vinte páginas, sem anúncios, e de distribuição gratuita. E todo ele enriquecido por colaborações de destacados homens de letras e de outros ramos do saber humano”.

Karvat e Guebert (2013) comentam que, no geral, os intelectuais pontagrossenses que faziam parte do Centro, escreviam para a imprensa local e regional, etretanto, tinham dificuldades em publicar suas obras. Nesse sentido, o Tapejara era ainda mais significativo para a veiculação de ideias desses intelectuais em outras escalas, atribuindo ainda mais poder simbólico a esses indivíduos. No entanto, é necessário problematizar os discursos produzidos pelos próprios integrantes do grêmio, especialmente aqueles que enfatizavam sua projeção e alcance, uma vez que tais narrativas também operavam como estratégias de legitimação simbólica. A nota publicada no jornal O Dia, em 10 de janeiro de 1950 - “O grêmio triunfou imediatamente. Ampliou-se e projetou-se até para fora do país, através de intercâmbio de livros e ideias em todo o continente” - constitui um exemplo desse tipo de discurso, que pode ser compreendido como parte de um esforço consciente de

construção de prestígio.

Convém lembrar que essa instituição foi criada no mesmo ano da comissão, e que, além de Faris Michael, mais três professores do grupo também faziam parte do CCEC: José Pinto Rosas, Lourival Santos Lima e Mário Lima Santos (sócios fundadores). O CCEC apoiou a ideia de criação da FEFCL-PG, como podemos perceber na notícia publicada no Jornal do Paraná, no ano de 1948, em que Helly Espíndola, secretário do Centro, em nome da diretoria dessa instituição, foi responsável por enviar “[...] ao Dr. Mário Lima Santos, Presidente da Comissão Pró-Faculdade de Filosofia, um ofício felicitando-o pela nobre idéia e expressando-lhe o desejo de, em prol da mesma, batalharem os intelectuais do referido Centro”.

Essa mobilização pode ser compreendida como parte de um projeto mais amplo de afirmação intelectual desse grupo, que buscava consolidar sua posição social por meio da institucionalização de espaços formais de produção de conhecimento. Nesse sentido, a criação e o fortalecimento de instituições culturais e educacionais não apenas ampliavam as possibilidades de circulação de ideias, mas também contribuíam para a legitimação desses indivíduos como autoridades no âmbito intelectual local.

Molar (2014, p.186) afirma que a maioria das reuniões da comissão de criação da FEFCL-PG, aconteceu nas dependências do CCEC, o que é compreensível, se pensarmos que quase todos os integrantes do grupo também faziam parte do CCEC, que, por sua vez, dispunha de um espaço físico para encontros. Ditzel (2004, p. 240) também argumenta que:

[...] os integrantes do CCEC eram, em sua maioria, professores. Muitos deles participaram da fundação das primeiras faculdades de Ponta Grossa e da implantação da universidade. No exercício do magistério agiram seguidamente como autodidatas, ultrapassando os limites e a competência de sua formação profissional. Esses intelectuais de província são grandes difusores do ideário que abraçam: nacionalismo, indianismo, panamericanismo e humanismo. Envolvidos a defesa desses ideais inserem-se na luta pelo desenvolvimento cultural, convencidos de sua neutralidade e imparcialidade.

A neutralidade e a imparcialidade era um argumento recorrente entre os integrantes do CCEC. Bourdieu (1983, p. 87) aponta que em instituições a linguagem tem características estilísticas específicas, uma delas é a neutralização. Nesse viés, a autodeclaração do Centro como uma entidade “apolítica” não pode ser tomada literalmente, mas compreendida como uma estratégia discursiva que buscava

produzir legitimidade, apresentando suas ações como universais e desinteressadas. Ao se posicionarem fora do campo político - posição que é impossível na prática, os dirigentes do CCEC reforçavam a ideia de que suas iniciativas culturais eram técnicas, neutras e que não se relacionavam com disputas de poder. Assim, mais do que evitar tensões internas ou externas, esse discurso operava como um mecanismo de autoridade simbólica. Um exemplo dessa estratégia aparece na edição do Tapejara, de julho de 1957, quando Faris Michael declara:

Declaramos que o Centro Cultural 'Euclides da Cunha', desta cidade, entidade fundada em 1.948, e com personalidade jurídica, não tem ligação de espécie alguma com partidos políticos, nem reconhece qualquer restrição à liberdade de pensamento. [...] Repetimos: é APOLÍTICO E INDEPENDENTE, promove a cultura pela cultura, procurando aproximar os povos e intensificar o intercâmbio de ordem intelectual, ao mesmo tempo que estuda os mais complexos problemas brasileiros.

Pelo tom das considerações do presidente do CCEC, é plausível inferir que algumas pessoas pudessem estar relacionando questões políticas ao Centro. Na pesquisa de Guebert (2018) é possível notar que os sócios dessa instituição, faziam parte de partidos políticos variados. Entretanto, se pensarmos os indivíduos consoantes do CCEC e da comissão de criação da FEFCL-PG, identificamos que esses eram membros do Partido Social Democrático, que era o mesmo partido do governador do Paraná, Moysés Lupion, no período da criação do CCEC e da FEFCL-PG.

2.2.3 Partido Social Democrático

Compreendemos que é inviável pensar a criação da FEFCL-PG, sem considerar a esfera política e o papel do Estado na sociedade. Rémond (2003, p. 20) explica que “a política organiza-se em torno do Estado e estrutura-se em função dele: o poder do Estado representa o grau supremo da organização política: é também o principal objeto das competições”. Sobretudo em um contexto que estava em formação o campo científico brasileiro, o grau de autonomia do CCEC e da comissão era incipiente, necessitando assim, da força política para a concretização das instituições científicas e educacionais (Molar, 2014, p. 187).

Norbert Elias (1995, p. 19) afirma que nós, envolvidos por uma sociedade, em algumas situações somos capazes de fazer coisas enquanto indivíduos, e outras que não, independente da nossa força, singularidade ou grandeza. Os professores por si

só, sem a participação na política e a autorização do Estado, não teriam a possibilidade de criar a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Dessa maneira, a participação dos professores no Partido Social Democrático foi primordial dentro da configuração de poder vigente. Em 1949 Lourival Santos Lima pontua no jornal O Dia: “Resta, ainda, recordar que apesar de há muito sonhada a ideia de um curso superior, em Ponta Grossa, nenhum governo levou a cabo esse ideal do povo pontagrossense” (O Dia, 1949).

É importante considerar que o PSD ocupava uma posição central nas esferas administrativas e educacionais do período, detendo a força necessária para moldar a política educacional no Paraná, influenciar decisões públicas e direcionar recursos. Essa centralidade do PSD não pode ser desvinculada do contexto histórico que marcou sua emergência.

O PSD foi um partido político brasileiro fundado em 1945³⁹, após o Estado Novo (1937-1945), fase da Era Vargas⁴⁰ que teve como principal característica o caráter ditatorial. Pós Estado Novo, os partidos foram mecanismos necessários para se chegar ao poder, e gravitaram em torno da figura de Getúlio Vargas (Costa, 2019, p. 250) - no geral, os que apoiavam Getúlio Vargas se organizaram no PSD e no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e os que eram contra Vargas integraram a União Democrática Nacional (UDN). Dessa maneira, após a redemocratização de 1945, o PSD funcionou como um herdeiro do Estado Novo, com conotação democrática. Na reabertura política, o Partido buscou conservar os atores políticos egressos do Regime Vargas, e teve bons resultados, “foi um dos partidos que mais ocupou espaços nas esferas do poder” (Oliveira, 2008, p.1).

³⁹ Durou até 1965, foi extinto na Ditadura Militar, pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2) de 27 de outubro, assim como os outros partidos políticos em funcionamento no país. O AI-2 extinguiu os partidos políticos existentes, substituindo-os por apenas dois - a Arena (Aliança Nacional Renovadora) que dava sustentação política ao governo ditatorial, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), um partido de oposição consentida. Em 2011 foi criado e oficializado por Gilberto Kassab um outro partido com a mesma sigla PSD, vale ressaltar que o PSD atual não se relaciona diretamente com o PSD criado em 1945, entretanto, recentemente algumas pessoas se utilizam da sigla como se os dois partidos fossem o mesmo, a exemplo do empresário e ex-governador de Brasília Paulo Octávio Alves Pereira (casado com Anna Christina Kubitschek Barbará - neta de Juscelino Kubitschek), que em um comercial de TV de 2022 fez o seguinte comentário “Somos todos PSD, partido que deu sustentação moral e política para a nossa cidade [Brasília]. Junte-se ao PSD, o partido de JK, o partido que tem planos e metas para o nosso futuro” (Waltenberg, 2022).

⁴⁰ Período que Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos de forma contínua (1930-1945). Dentro desse espaço temporal, historiadores costumam dividir em três fases, a saber: Governo Provisório (1930-1934) - momento de transição, até que fosse elaborada uma nova Constituição; Governo Constitucional (1934-1937), em referência a promulgação da Constituição de 1934; e Estado Novo (1937-1945), fase ditatorial iniciada com o cancelamento da eleição prevista na Constituição, em 1937.

No Paraná, o PSD foi organizado pelo interventor Manoel Ribas⁴¹ (que tinha sido nomeado por Getúlio Vargas), e por membros dos altos escalões da administração estadual, reunindo figuras ligadas à elite política e militar do estado⁴². O partido caracterizou-se por seu perfil conservador e clientelista, com forte influência no meio rural e estreita vinculação à burocracia federal. Representava, essencialmente, os interesses das oligarquias agrícolas e do grande capital financeiro, excluindo, na prática, o segmento dos trabalhadores, que era a base do novo regime político (Batistella, 2015a, p. 445).

O PSD teve bastante representatividade política no Paraná, e, no período em que foi criada a comissão para fundar a FEFCL-PG, era o partido na situação na federação, com Eurico Gaspar Dutra⁴³, e também no governo do estado, com Moysés Lupion. Nesse contexto, torna-se relevante considerar também as concepções políticas defendidas por Mário Lima Santos, que ao analisar o início do governo de Dutra no seu livro *Política Trabalhista*⁴⁴, afirma que ele “inicia bem o seu governo, [...] tanto que teve o ato louvabilíssimo de compreender que a nossa estrutura social precisa sim de liberdade e autonomia, porém dentro da organização unitária” (Santos, 1953, p.38). Essa formulação dialoga com o próprio posicionamento do PSD no período, marcado por uma orientação conservadora e pela valorização da ordem institucional.

A trajetória política de Moysés Lupion insere-se diretamente nessa conjuntura. Sua ascensão teve início a partir da aproximação com Manoel Ribas, figura central na reorganização política do estado no pós-Estado Novo. Conforme aponta Salles

⁴¹ Manoel Ribas (1873-1946) era natural de Ponta Grossa, filho de Pureza Maria da Conceição Ribas e Augusto Lustoza de Andrade Ribas, seu pai foi deputado provincial do Paraná. Oliveira (1997, p. 49) pontua que “Manoel Ribas era um típico herdeiro do poder das famílias históricas do processo de formação da sociedade paranaense. Descendia de famílias presentes na fundação de Curitiba e com longa preponderância política desde o século XVII”, o que ajuda a compreender sua trajetória política, marcada por treze anos consecutivos à frente do estado do Paraná durante a Era Vargas, ora como interventor (1932-1934; 1937-1945), ora como governador (1935-1937).

⁴² Conforme Batistella (2015a, p. 445), alguns desses foram: o Major Fernando Flores (1908-1982), o engenheiro Ângelo Ferrário Lopes (1902-1964), os advogados João Teófilo Gomy Júnior (1887-1959) e Lauro Sodré Lopes (1989-1964), e os filhos do general Teodorico Gonçalves Guimarães - o advogado Flávio Carvalho Guimarães (1891-1968), o médico Alô Guimarães (1903-1985) e o jornalista Acyr Guimarães (1896-194).

⁴³ Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) foi militar, ocupou o posto de Ministro da Guerra entre 1936 e 1945, durante a Era Vargas, e ficou ao lado dos oficiais que destituíram Getúlio Vargas em outubro de 1945. Logo depois, candidatou-se à presidência da República pelo PSD e foi eleito em dezembro de 1945; cabe salientar, que no final da campanha, Getúlio Vargas apoiou sua candidatura.

⁴⁴ Publicado em 1953, este livro é uma coletânea de artigos de imprensa veiculados anteriormente pelos jornais Diário dos Campos (Ponta Grossa) e O Dia (Curitiba).

(2004), Ribas mantinha vínculos estreitos com o Grupo Lupion⁴⁵, chegando a inserir membros desse conglomerado no aparelho burocrático do Estado. Como já mencionado, o PSD foi fundado no estado sob a tutela de Manoel Ribas, tendo, em seus primeiros anos, sede em uma sala de um edifício em Curitiba, onde também funcionava a administração do Grupo Lupion, o que evidencia, mais uma vez, a estreita relação entre ambos.

Manoel Ribas era considerado como favorito nas eleições para o governo do Paraná em 1947, entretanto, faleceu em janeiro de 1946. A partir de então, Lupion passou a ser visto como o herdeiro político de Manoel Ribas e aspirava ao cargo de governador do Paraná (Batistella, 2015a, p. 451). Lupion filiou-se ao PSD em 1946, mesmo ano em que arrendou o jornal O Dia⁴⁶. Esse jornal se tornou, a partir de então, um veículo oficial de propaganda política do Lupion, até 1961, ano em que o jornal foi fechado (Batistella, 2018, p. 41).

Para a eleição de 1947, da qual Lupion se candidatou a governador do estado do Paraná, ele ampliou seu campo de atuação empresarial e passou a atuar efetivamente também com o ramo da comunicação, área estratégica dentro da política pela capacidade de influenciar a opinião pública. Além do Jornal o Dia, adquiriu os jornais Gazeta do Povo, Correio do Paraná e a Rádio Guairacá (Dionizio; Mota; Denez, 2021). Sobre a relação entre política e veículos de comunicação, Silva (2018, p. 288) comenta que:

A posse ou concessão de empresas de comunicação e de imprensa pode servir para construção de carreiras políticas de forma pouco republicana, visto que a criação de canais de comunicação e imprensa de voz única, com visões uniformes, e enviesadas por interesses particulares, são ações frontalmente contrários ao que se espera de veículos de comunicação em sociedades democráticas e de uma imprensa que corresponda a seu papel ético e o poder que lhe é concedido na democracia.

⁴⁵ O Grupo Lupion constituiu-se como um conjunto empresarial da família de Moysés Lupion e sócios, surgido no início da década de 1930, no Paraná. Sua formação esteve vinculada à expansão do setor industrial e madeireiro no estado, e a sua organização reflete uma tendência nacional de diversificação de capital e de consolidação de negócios familiares em múltiplos ramos, caracterizando-se pela integração entre atividades produtivas e financeiras (Salles, 2004).

⁴⁶ O jornal O Dia foi criado em 1923 por Caio Gracho Machado Lima (1885-1954), filho de Vicente Machado da Silva Lima (político que entre outros cargos foi presidente do Paraná). Caio seguiu o caminho do seu pai e também foi deputado estadual entre os anos de 1908-1909, 1930-1931 e 1935-1937. Em 1942, Caio Gracho Machado Lima teve uma dissonância com o interventor Manoel Ribas, e como consequência, teve o seu jornal estatizado. Em 1946, Moysés Lupion arrendou o jornal O Dia (Batistella, 2018, p. 41).

Observa-se que o controle e o uso estratégico dos meios de comunicação permitiram que figuras como Lupion projetassem uma imagem pública favorável e ampliassem sua influência junto à sociedade. De acordo com Salles (2004, p. 69-70), a imprensa que apoiou a candidatura de Lupion reforçava a sua imagem como um homem de negócios, que enquanto empresário tinha um alcance limitado para promover grandes mudanças, mas que dentro do Estado, poderia construir um “Paraná Maior” - seu lema de campanha, articulando o setor privado com as políticas públicas e impulsionando o desenvolvimento econômico do Paraná. Nessa circunstância, o discurso já existente de modernização, foi revestido de uma linguagem empresarial.

A campanha, ao projetar a imagem de um empresário bem-sucedido capaz de fortalecer o Estado, articulava poder simbólico e reconhecimento social - elementos que configuram a noção de linguagem autorizada em Bourdieu (1983), e que contribuíram para o resultado nas urnas. Em 1947 Lupion foi eleito governador do Paraná, vencendo Bento Munhoz da Rocha Netto⁴⁷, seu maior concorrente. A vitória do PSD também se estendeu à Assembleia Legislativa do Paraná, elegendo dezesseis deputados à medida que a UDN elegeu sete, o PTB seis, o PR quatro, o PRP dois, o PSP um e o PCB um (Ipardes, 1989, p. 122). Essa conjuntura política, marcada pela ampla maioria do PSD, fortaleceu o projeto de governo de Moysés Lupion e possibilitou a continuidade de práticas e alianças herdadas do período anterior.

A proximidade entre Manoel Ribas e Moysés Lupion demonstra a relação entre as heranças políticas da Era Vargas e o PSD. Como mencionado anteriormente, em 1947, também foi realizada a Conferência Regional de Ponta Grossa, e pode ser observado no jornal A Manhã (RJ), de 27 de julho do mesmo ano, que, após encerrar a Conferência, o governador Moysés Lupion se dirigiu, juntamente com alguns participantes do evento, ao Cemitério São José para visitar o túmulo de Manoel Ribas,

⁴⁷ Bento Munhoz da Rocha Netto (1905-1978), nasceu em Paranaguá e era filho de Caetano Munhoz da Rocha, que foi entre outras coisas, Presidente do Paraná (1920-1924) - cargo correspondente ao de Governador do estado; genro de Affonso Camargo que também tinha sido Presidente do Paraná (1916-1920/1928-1930). Bento Munhoz da Rocha Netto graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade do Paraná e foi professor universitário; mas não fugiu as suas origens familiares, e foi deputado federal constituinte de 1946 a 1950 e 1958 a 1962; e governador do Paraná de 1951 a 1955. Para Oliveira (2001, p. 10), “Em pessoas e famílias como as de Bento Munhoz da Rocha Neto encontram-se o destino e a responsabilidade da classe dominante e dirigente do Brasil e do Paraná”, que estrategicamente se utilizam de vínculos familiares para acumular poder e riqueza.

que havia falecido no ano anterior; essa atitude evidencia, mais uma vez, a ligação entre os dois.

Vale ressaltar que quatro integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG já haviam participado da Comissão de Educação e Cultura da Conferência Regional de Ponta Grossa de 1947 - Faris Michaelle, José Pinto Rosas, Mário Lima Santos e Lourival Santos Lima. A recorrência desses nomes em espaços decisórios distintos não deve ser interpretada como mera coincidência, mas como parte de um movimento articulado de presença e influência em esferas estratégicas. A conferência, ao congregar autoridades locais e estaduais, inclusive figuras como Moysés Lupion, não apenas possibilitou contatos, mas operou como um espaço privilegiado de construção de alianças políticas.

Nesse sentido, para a criação da primeira faculdade estadual do Paraná em Ponta Grossa, a proximidade entre os professores da comissão e o governo funcionou como condição estrutural para transformar uma reivindicação local em política estadual. Com exceção de José Pinto Rosas, que pode ter estado na comissão pela sua experiência anterior na criação da Escola de Farmácia e Odontologia e enquanto último diretor, quando a instituição foi fechada; todos os outros membros eram filiados ao PSD. Diversos textos da imprensa indicam que a criação da Faculdade perpassava as discussões do PSD local, e que esse partido foi fundamental para a concretização do objetivo; a notícia publicada no jornal *O Dia*, intitulada *Reuniu-se o PSD local* exemplifica isso:

Sob a presidência do snr. Abílio Holzmann, presidente do PSD local, esteve reunida, terça-feira última, a comissão executiva do grêmio majoritário, com a presença de todos os seus diretores, sendo, durante a mesma reunião, ventilados vários assuntos de interesse geral e do partido. Entre estes, figura a designação da comissão destinada a entender-se com o Governo do Estado, no sentido da criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras em Ponta Grossa, conforme o movimento processado em nossos meios estudantis, nessa comissão figuram os nomes dos Drs. Mário Lima Santos, Faris Antônio Michaelle e Prof. Valdevino Lopes, que aceitaram a nobre incumbência e para tal serão credenciados perante os altos poderes estaduais (*O Dia*, 1949).

Em um artigo publicado posteriormente no jornal *Diário dos Campos*, em 26 de agosto de 1973, Faris Michaelle escreve sobre a importância do apoio dos

pessedistas Flávio Carvalho Guimarães⁴⁸, que era senador no momento de criação da Faculdade, e Lauro Lopes⁴⁹, que era deputado federal:

Foi pois, graças a ele, ao dr. Lauro Lopes [deputado federal paranaense] e outros mais que, em 1950, em reunião com o professorado da terra, se processou a criação da nossa célula-mater da atual Universidade. Mas, para que isso se realizasse, quanta celeuma e quanta suadeira! O mínimo que se exigiu foi que os representantes do magistério passassem a fazer parte do Diretório local do Partido situacionista (Diário dos Campos, 1973).

Em 24 de fevereiro de 1950, Lauro Lopes esteve em Ponta Grossa, e uma das suas atividades foi um almoço no União Síria Pontagrossense, no qual estavam presentes Faris Michael, Mário Lima Santos, Lourival Santos e Valdevino Lopes. Nessa ocasião, o então secretário do PSD, Valentim Coelho⁵⁰, fez um discurso publicado no jornal O Dia, em 3 de março de 1950, do qual destacamos o seguinte trecho: “Não ignoramos quanto tem sabido v. excia. servir ao nosso Estado, ao nosso partido e aos nossos amigos e conterrâneos, em quantas missões e encargos importantes e nobres”. Como exemplo, acrescenta: “Agora mesmo, fomos testemunha da boa vontade de v. excia interferindo em favor do funcionamento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa” (O Dia, 1950).

Assim, podemos notar que a possibilidade de criação da FEFCL-PG estava bastante ligada a estratégias políticas e ao PSD. Dos quatro integrantes da comissão filiados ao PSD, todos, exceto Faris Michael, já eram filiados antes de 1949. Dos outros três integrantes da comissão já filiados, dois ocupavam cargos no partido local em 1949, Mário Lima Santos era do departamento jurídico, e Lourival Santos Lima era do departamento de propaganda.

⁴⁸ Viveu de 1891 a 1968, era ponta-grossense, graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1916). Era primo de Manoel Ribas e foi Secretário da Fazenda do Paraná no seu governo, de 1932 a 1945 (Negrão, 1946, p.286-287); ajudou a organizar a formação do PSD no Paraná, e, foi também, deputado federal e senador por esse mesmo partido. Era muito conhecido e procurado por seu capital político e social; apoiou e foi benfeitor do Centro Cultural Euclides da Cunha, bem como, apoiou a criação da FEFCL-PG, que abriu posteriormente novas posições, algumas conquistadas pelos integrantes no CCEC (Guebert, 2018, p. 69-70). Seus sucessores também seguiram a carreira política, seu filho Plauto Miró Guimarães, foi prefeito de Ponta Grossa entre 1966 e 1969; e seu neto Plauto Miró Guimarães Filho, foi deputado estadual do Paraná, de 1991 a 2022.

⁴⁹ Viveu de 1898 a 1964, era curitibano, graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Paraná (1919), foi deputado federal por três mandatos.

⁵⁰ Viveu de 1918 a 1989, foi industrial, aluno do curso de Farmácia da extinta Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa; diretor social do Jockey Clube Pontagrossense, antes de ser pessedista foi integralista, e, também, foi locutor da Rádio Clube Pontagrossense (PR-J2). Foi casado com Leonor Justus, que era irmã do já mencionado Lauro Justus e também de Leoni Justus, que era colega de turma do curso de Farmácia de Valentim Coelho. Valentim Coelho era irmão de Irene Teixeira Coelho, casada com José Wille Lupion, que por sua vez era irmão de Moisés Lupion.

As adesões de Mário Lima Santos e Lourival Santos Lima ao PSD, em período próximo ao projeto de criação da FEFCL-PG, foram criticadas pelo jornal Diário da Tarde, de 17 de abril de 1950: “[...] agora, com os projetos de instalação da Escola de Filosofia em Ponta Grossa, estamos esperando outro grande discurso do já famoso advogado adesista” em alusão a Mário Lima Santos, que teria interesses pessoais “[...] afim de não perder a cadeira da nova escola e poder continuar lecionando na Escola Normal, Academia de Comercio, e também de Consultor Jurídico da Prefeitura” (Diário da Tarde, 1950).

Na sequência, a notícia aborda: “Outro caso interessante que se passa aqui, é o do não menos celebre advogado, adesista, Dr. Lourival Santos Lima após escrever uns 200 artigos de louvaminhas ao Governo” (Diário da Tarde, 1950) referindo-se ao que Lourival Santos Lima escrevia no jornal O Dia, do qual era diretor da sucursal de Ponta Grossa, onde teve uma coluna chamada “Notícias sobre os Campos Gerais”, que, entre as publicações, muitas enalteciam a figura de Moysés Lupion.

Conforme a notícia, Lourival Santos Lima também tinha interesses pessoais e dessa forma “[...] conseguiu o que desejava, isto é, polpudo cartório, o qual pertencia por justiça a antigos funcionários daqui, [...] após consumada esta grande injustiça, com a nomeação daquele advogado, pessoa estranha de Ponta Grossa” (Diário da Tarde, 1950). Considerando que Lourival Santos Lima não era natural de Ponta Grossa⁵¹, e que, em dezembro de 1949, assumiu o cargo de titular do 2º Ofício de Registro de Imóveis, Título e Documentos. De acordo com essa argumentação, Santos pode ser compreendido como aquilo que Elias e Scotson (2000, p. 20) definem como *outsider*, isto é, um indivíduo percebido como externo ao grupo estabelecido. Este grupo estabelecido, composto por sujeitos que podemos pressupor serem majoritariamente nascidos em Ponta Grossa, reivindicava para si características supostamente superiores e, a partir dessa lógica, sustentava que Lourival Santos Lima não seria legítimo para ocupar o referido cargo.

A Associação de Amigos de Ponta Grossa, mencionada anteriormente, também estava bastante ligada ao PSD, e tecia comentários elogiosos ao governo de Moysés Lupion, como é possível verificar na composição poética, em forma de acróstico, de 1949, apresentada na sequência:

⁵¹ Foi radicado em Ponta Grossa em 1943.

Figura 7 – Acróstico da Associação de Amigos de Ponta Grossa em homenagem ao Moysés Lupion



Fonte: Disponível no acervo Lourival Santos Lima do CDPH.

Mesmo não poupando apreço pela figura de Moysés Lupion, a Associação de Amigos de Ponta Grossa, assim como o Centro Cultural Euclides da Cunha, alegava não ter ligação com partido político, como publicado na coluna Notícias dos Campos Gerais do jornal O Dia, no dia 20 de setembro de 1949: “Não temos côr política. Tanto assim que aceitamos todos os homens de boa vontade em nosso quadro social, nascidos ou não nesta altiva Princesa dos Campos” (O Dia, 1949). A expressão “côr política” faz referência ao uso de cores pelos partidos políticos de diferentes países, que às vezes se assemelham conforme a ideologia; não é uma regra, mas, por

exemplo, na atualidade o verde é frequentemente usado para simbolizar as ideologias ambientalistas, vermelho para as ideologias de esquerda e o azul para as conservadoras.

Reiteramos que esse posicionamento é questionável, já que o patrono da Associação - Abílio Holzmann, também era presidente do PSD local; Joaquim de Paula Xavier era o presidente e também membro do PSD e os já mencionados Lourival Santos Lima e Valdevino Lopes, além de outros, estavam também nos dois espaços. Não se sabe até que ponto indivíduos com outras ideologias tinham abertura para participar e continuar no grupo. Esse tipo de argumentação que denota uma suposta “neutralidade”, não correspondia a realidade, mas funcionava como uma estratégia discursiva para uma maior aceitação das ideias da Associação na sociedade, inclusive, a ideia da criação da Faculdade; e também, poderia garantir maior flexibilidade política e uma margem de atuação, caso o governo da situação não fosse mais o PSD.

Essas articulações evidenciam que a sobreposição de vínculos institucionais e partidários não era circunstancial, mas parte do modo como esses indivíduos se movimentavam no cenário social e político do período. No caso dos integrantes da comissão que projetou a FEFCL-PG, eles tinham diferentes funções na sociedade, eram engajados, e ocupavam posições dentro de determinadas redes de sociabilidades significativas no contexto paranaense. Isso tudo contribuía para o caráter autorizado em suas falas, para validação pelos pares e para a legitimação da criação da FEFCL-PG, que aconteceu posteriormente; nesse sentido, foram mobilizados recursos para que conseguissem exercer poder no espaço social, definindo e valorizando uma visão de mundo em que Ponta Grossa precisava ter uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

2.3 A CRIAÇÃO

No dia 8 de novembro de 1949, a mobilização dos professores da comissão teve o primeiro resultado explícito, quando, com o Decreto nº 8837, Moysés Lupion autorizou a criação de uma Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras em Ponta Grossa (Anexo E). Um dia depois, foi publicado no jornal O Dia uma matéria

cujo título foi *Concretização magnífica do programa educacional do governo do estado*⁵², que trouxe a seguinte fotografia tirada após a assinatura do decreto⁵³:

Figura 8 – Fotografia tirada após a assinatura do decreto do governo do Paraná de criação da FEFCL-PG



Fonte: Disponível no acervo Lourival Santos Lima do CDPH.

O decreto foi assinado no Palácio São Francisco⁵⁴, que fica em Curitiba. Podemos ver na foto que só tinham homens, e todos vestiam terno, características

⁵² Através dessa matéria do jornal, identificamos alguns ponta-grossenses que estiveram presentes nessa solenidade, a convite de Moysés Lupion: “[...] as seguintes personalidades de evidência na vida cultural, política e social pontagrossense: Snr. Abílio Holzmann, presidente do Partido Social Democrático de Ponta Grossa; Dr. Joaquim de Paula Xavier, presidente da Associação de Amigos de Ponta Grossa; dr. Nivon Weigert, Diretor do Colégio Estadual “Regente Feijó”; dr. Mário Lima Santos, membro do Departamento Jurídico do P.S.D.; Prof. Valdevino Lopes, Presidente da Comissão Municipal de Educação dos Adultos; Dr. Ruy Ayres do Melo, membro do Departamento Jurídico do P. S.D.; Dr. Lourival Santos Lima, membro do Departamento do P.S.D.; Snr. Alfredo Holzmann e dr. Jorge da Silveira” (O Dia, 1949).

⁵³ Na foto conseguimos identificar, da direita para a esquerda, na fileira da frente: o segundo é o farmacêutico Leopoldo Pinto Rosas (1898-1961), irmão do integrante da comissão José Pinto Rosas, foi professor no Regente Feijó, professor de Zoologia e Parasitologia na Faculdade de Farmácia e Odontologia e sócio fundador do CCEC. O terceiro é Lourival Santos Lima. O sexto é Joaquim de Paula Xavier, o primeiro diretor da FEFCL-PG; e ao lado dele, o sétimo, bem ao centro, é o governador do estado Moysés Lupion. Na fileira do meio, ao lado esquerdo de Moysés Lupion, é Abílio Holzmann. Na fileira de trás, da esquerda para direita, o terceiro é Antônio Lustosa de Oliveira (1901-1995), compadre de Lourival Santos Lima, no momento dessa foto era deputado estadual pelo PSD, e antes, já tinha fundado e dirigido os jornais O Pharol e Folha do Oeste, tinha sido prefeito de Guarapuava e fundado e dirigido o diretório do PSD na mesma cidade.

⁵⁴ Edifício histórico tombado que atualmente abriga o Museu Paranaense. Foi a sede do Governo do Paraná entre 1938 e 1953, antes de o executivo se mudar para o Palácio Iguaçu, que foi construído no Centro Cívico de Curitiba, como parte do projeto de modernização do Paraná feito por Bento Munhoz

chaves se pensarmos o *habitus* dessa figuração. A ausência das mulheres no processo de criação da FEFCL-PG e na cerimônia de assinatura do Decreto dá indícios de que esses espaços não eram ocupados pelas mulheres da sociedade na época. A padronização da vestimenta dos homens também indica uma ferramenta de controle do *habitus*, que Norbert Elias argumenta que é adquirido pelo processo de socialização dos indivíduos desde a infância.

Caso esses homens, visivelmente brancos, preferissem estar vestidos de outra forma, ainda assim estariam submetidos a “[...] uma espécie de automatismo, uma autocompulsão à qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse” (Elias, 1993, p. 196). “Cada qual é obrigado a usar certo tipo de traje; está preso a certo ritual no trato com os outros [...], muito diferentes dos dos moradores de uma sociedade chinesa [...]” (Elias, 1994, p. 21). Cada figuração tem suas próprias características. Dentro da complexa teia de interdependência, há um autocontrole consciente do indivíduo e também do grupo, no sentido das vestimentas, assim como dos comportamentos que eram ou não aceitáveis na figuração.

No dia da assinatura do decreto de fundação da Faculdade, também foi nomeado o membro da comissão de criação, Mário Lima Santos, como secretário. Na imagem a seguir, publicada no jornal O Dia, em 9 de novembro de 1949, podemos observar o primeiro secretário da FEFCL-PG cumprimentando e olhando nos olhos de Moysés Lupion:

Figura 9 - Mário Lima Santos cumprimentando Moysés Lupion



Fonte: Disponível no acervo Lourival Santos Lima do CDPH.

da Rocha Netto; mais sobre esse projeto pode ser visto em: CORDOVA, M. J. W. **Tinguís, Pioneiros e Adventícios na Mancha Loira do Sul do Brasil**: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

Na mesma ocasião, Joaquim de Paula Xavier foi nomeado como diretor da FEFCL-PG, ele que já tinha sido fundador e tesoureiro da extinta Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, e não se diferenciava tanto das características gerais do grupo mentor da FEFCL-PG, pois como veremos no quadro na sequência, também era professor no Colégio Regente Feijó, sócio do Centro Cultural Euclides da Cunha e membro do Partido Social Democrático. Na fotografia tirada após a assinatura do decreto de criação da FEFCL-PG, não por coincidência, Joaquim de Paula Xavier está imediatamente ao lado esquerdo do governador Moysés Lupion, que por sua vez, ocupa a posição central da imagem.

Figura 10 - Fotografia de Joaquim de Paula Xavier



Fonte: ÁLBUM FAFI 1952. Memória Digital, Culturas Regionais. Disponível em: <http://memoriasdigitais.museu.uepg.br/items/show/2038>. Acesso em: 14 mar. 2024.

Quadro 9 – Joaquim de Paula Xavier: o primeiro diretor da FEFCL-PG

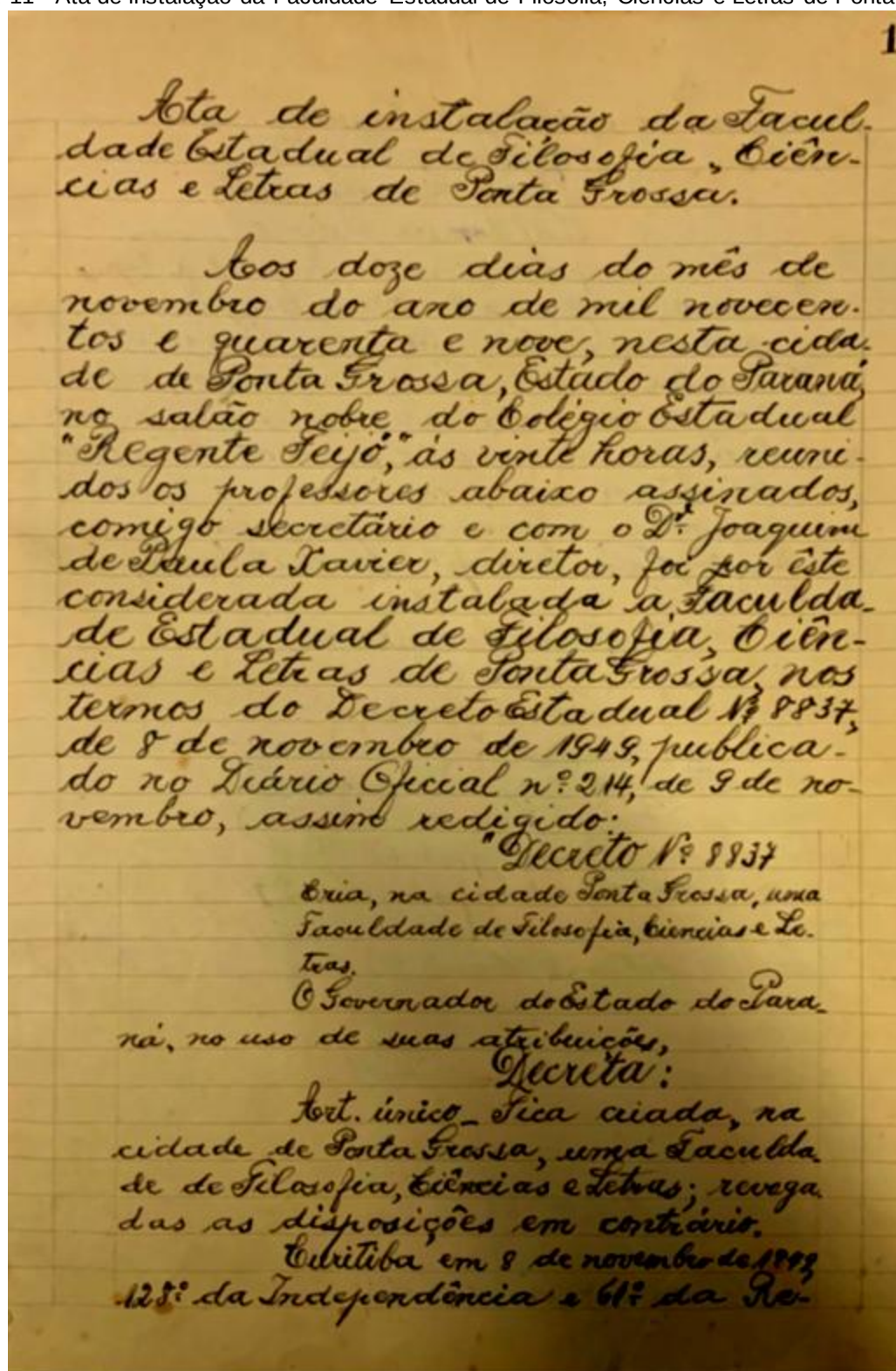
ANO E LOCAL DE NASCIMENTO E MORTE	1903, Ponta Grossa - 1956, Ponta Grossa.
CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DA FAMÍLIA	Filho de Carolina da Cunha Braga (1863-1958) e do médico de mesmo nome - Joaquim de Paula Xavier (1857-1903), que foi deputado estadual do Paraná (1891). A escolha de seu nome se deu por conta do falecimento do seu pai, enquanto a sua mãe ainda estava grávida. Era irmão de Olímpio de Paula Xavier, que foi vereador de Ponta Grossa em 1936 e o segundo diretor da Faculdade de Direito de Ponta Grossa.
FORMAÇÃO SUPERIOR	Medicina - Faculdade do Rio de Janeiro (1932).
CARREIRA	Médico, secretário e diretor geral de Saúde Pública (RJ), funcionário dos Correios, presidente da Sociedade Filatélica; tesoureiro do Clube Ponta-grossense; presidente do Centro Médico Eurico Branco Ribeiro; diretor das festas de Nossa Senhora de Sant'Ana; presidente da Associação de amigos de Ponta Grossa; professor da Academia Pontagrossense de Comércio, professor-fundador e tesoureiro da Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, e posteriormente, professor-fundador da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa.
ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	- Centro Inter-americano; - Sociedade Médica de Ponta Grossa; - Centro Médico Eurico Branco Ribeiro; - Sociedade Filatélica Ponta-grossense; - Clube Ponta-grossense; - Associação de amigos de Ponta Grossa.
PSD	- Membro (1949-).
COLÉGIO REGENTE FEIJÓ	- Professor de História Natural e Química.
CCEC	- Sócio efetivo - Cadeira 30 (1949); - Conselheiro (1952).
FEFCL-PG	- Primeiro Diretor; - Professor de Geografia Humana.
HOMENAGENS PÓSTUMAS	Nome de rua (Vila Estrela), do Estádio do Guarani Esporte Clube e do Diretório Central dos Estudantes da UEPG.

Fonte: A autora.

Nota: Esse quadro foi construído com informações baseadas na pesquisa com diversas fontes documentais espalhadas nos acervos consultados, as quais se encontram listadas no Apêndice B.

Alguns dias depois do decreto de criação e da nomeação do secretário e diretor, em 12 de novembro, foi realizado o ato de instalação no Colégio Estadual Regente Feijó, como mencionado na ata da FEFCL-PG:

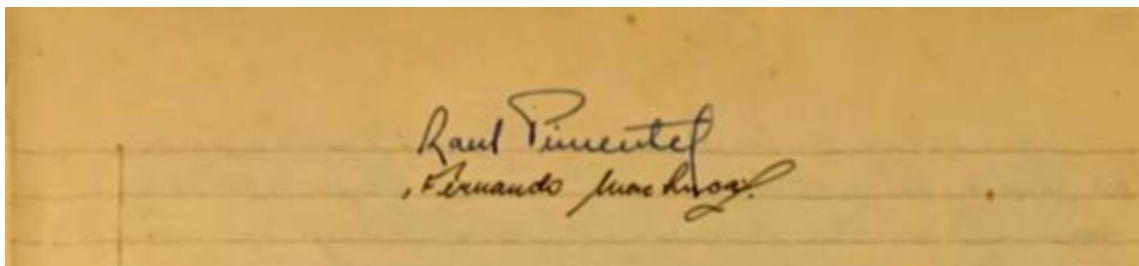
Figura 11 - Ata de instalação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa



pública. (a a). Moysés Luyion
 Erasmo Pilotto
 Pedro Firman Neto
 Waldemiro Pedrosa
 João Loprete Fiega, Dep. Exp. "

Como a presente reunião fosse apenas para a instalação da Faculdade, o D. Director encerrou os trabalhos, estabelecendo que as próximas reuniões serão realizadas na medida das necessidades. E por nada mais haver a tratar, foi lavrada a presente, por mim
 Leão L. de A. S. Secretário, indo por todos assinada.

Jaqueline de Paula Xavier
 Leonidas Justus
 Jorge Silveira
 Orlando de Freitas
 Euzio Jacques Guimarães
 Fariq Antonio J. Michael
 Vivian Weiger
 Gabriel de Almeida
 Gabriel Maria Figueira
 Estevão Luiz Coimbra
 Fátima Feller
 Fátima Caroline N. Lima
 Eurivaldo Santos Lima
 José Pinto Rosa
 João Orlando Malvado
 João de Deus
 Antônio Fernandes
 Valdivia
 Leão L. de A. S.



Fonte: Arquivo permanente da UEPG.

A partir do documento da reunião de instalação, é possível identificar a assinatura de vinte e duas pessoas, entre as quais, se encontram todos os integrantes da comissão⁵⁵. Além destes, constam as assinaturas de Joaquim de Paula Xavier, Leônidas Justus, Jorge Silveira, Orlando Arthur Justus, Eurico Taques Guimarães, Nivon Weigert, Gabriel Menna Barreto, Estevão Zeve Coimbra⁵⁶, Paschoal Salles Rosa e Fernando Machuca, todos os quais viriam a atuar posteriormente como professores na FEFCL-PG (Silva, 2002b; Carvalho, 2010). Também foram identificadas as assinaturas de Orlando Malucelli Moro⁵⁷ e Antônio Schawnsee, ambos vinculados ao PSD, bem como a de Raul Pimentel, membro da AAPG.

O ato de instalação e a própria Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências de Letras funcionou nos primeiros anos, até 1952, no prédio do Colégio Regente Feijó⁵⁸, frente à Praça Barão do Rio Branco (onde é até hoje), por falta de uma sede própria em um primeiro momento (Anexo F).

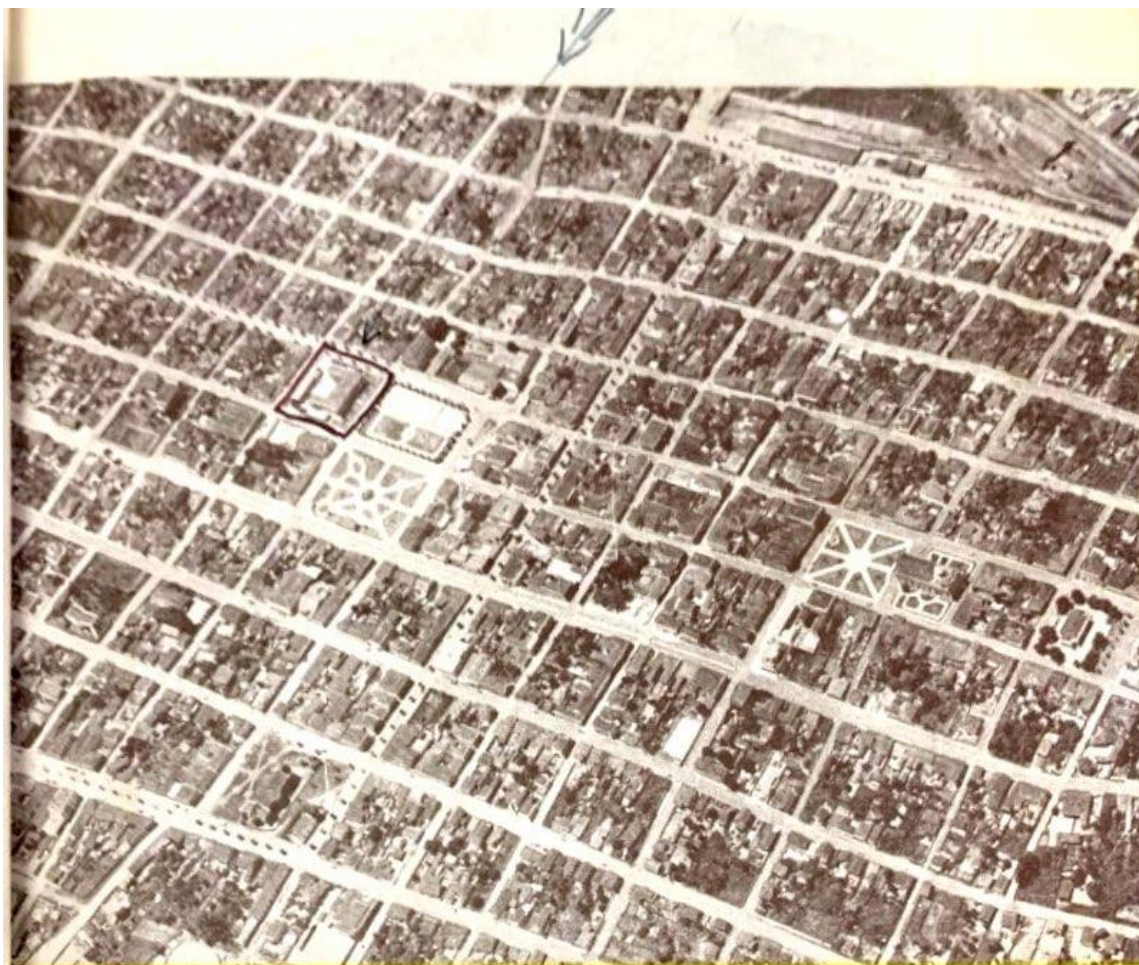
⁵⁵ Mário Lima Santos enquanto secretário foi o primeiro a assinar. Na sequência da lista de assinaturas, a sexta assinatura é de Faris Michaelle, a décima terceira é de Lourival Santos Lima, a décima quarta é de José Pinto Rosas e a décima oitava é a de Valdevino Lopes.

⁵⁶ Esse professor foi responsável pela aula inaugural da FEFCL-PG de 1951 (Tapejara, 1951).

⁵⁷ Coelho (2017) em seu artigo intitulado *O clã Malucelli – trajetória, empreendimento e principais atores no Paraná* analisa a trajetória histórica da família Malucelli no Paraná desde a chegada de seus primeiros membros ao território paranaense, destacando sua atuação contínua como empresários ao longo das gerações. A partir da análise dos dados, o autor conclui que a prosperidade dos negócios da família esteve frequentemente associada ao amparo do Estado, sobretudo em contextos nos quais políticas públicas, incentivos governamentais ou oportunidades vinculadas à ação estatal favoreceram o êxito de seus empreendimentos. Além disso, a família é apresentada como detentora de uma tradição consolidada no estado, sendo recorrentemente citada em homenagens promovidas por jornais e clubes ligados à elite paranaense. Seus membros mantiveram conexões relevantes com a política local, estabelecendo também alianças por meio de casamentos com integrantes de outros clãs tradicionais, o que contribuiu para a formação de uma densa rede de relações sociais, econômicas e políticas. No âmbito dessa genealogia familiar, o estudo menciona Lourenço Malucelli, avô materno de Orlando Malucelli Moro.

⁵⁸ Em 1952, foram mudadas as instalações da FEFCL-PG para o edifício que atualmente funciona o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) Paschoal Salles Rosa, próximo ao prédio do Colégio Regente Feijó, também situado em frente à Praça Barão do Rio Branco. Em 1960 a FEFCL-PG mudou para um edifício próprio, construído na Praça Santos Andrade, onde atualmente está localizado o campus central da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Figura 12 - Vista aérea de Ponta Grossa com destaque para a localização do Colégio Regente Feijó



Fonte: FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. Relatório 1º semestre 1950. Ponta Grossa, 1950.

Figura 13 – Fachada principal do Colégio Regente Feijó



Fonte: Acervo digital do Museu Cenas.

Figura 14 - Sala de aula da FEFCL-PG nas dependências do Colégio Regente Feijó



Fonte: FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. Relatório 1º semestre 1950. Ponta Grossa, 1950.

Figura 15 – Biblioteca da FEFCL-PG nas dependências do Colégio Regente Feijó



Fonte: FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. Relatório 1º semestre 1950. Ponta Grossa, 1950.

O fato do local da FEFCL-PG ser esse, revela, mais uma vez, a aproximação com o Colégio Regente Feijó, mas também, o problema que a instituição passou com instalação; e as tribulações não pararam aí, em artigo publicado no jornal Diário dos Campos, em 15 de julho de 1973, Faris Michaelle fala dessa fase:

Fundada a Faculdade de Filosofia, começaram os empecos e entraves, pois era coisa inédita no Paraná, havendo apenas Curitiba com tais luxos. Localização, patrimônios, corpo docente e a própria sobrevivência eram todos problemas não fáceis de resolver. Pois o dr. Joaquim nunca esmoreceu. Foi ao Rio várias vezes, e lutou por tudo [...].

Para que a FEFCL-PG começasse a funcionar, não bastava apenas a autorização do governo estadual, era necessário que fosse oficializada pelo governo federal. Em 4 de abril de 1950 o jornal Diário da Tarde, que era oposicionista ao Moysés Lupion⁵⁹, publicou uma matéria intitulada *E a razão estava, como está, ao nosso lado...* trazendo considerações de Mário Lima Santos de que a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras não seria instalada:

Contristado, disse ontem o dr. Mario Lima Santos, secretário da ex-futura Escola de Filosofia de Ponta Grossa, que não mais será instalado esse estabelecimento de ensino do ensino superior [...].

Em reforço de seu asserto, lembrou o colocutor de nosso redator-secretário que, depois de amanhã, deverá reunir-se o Conselho Nacional de Ensino. Na pauta de seus trabalhos não figura o reconhecimento da projetada Escola de Filosofia de Ponta Grossa. E como não se reunirá tão logo o Departamento Nacional de Ensino, fenece-se, assim, uma esperança tão ardorosamente acalentada.

O dr. Mario Lima Santos não revelou nenhum segredo que nós, [...] desconhecemos. Vinhamos, aliás, assegurando que a Escola de Filosofia, lamentavelmente, não passaria de mais uma promessa do sr. Moisés Lupion. Dir-se-á que o reconhecimento de um estabelecimento de ensino superior não é tarefa que se possa conseguir tão facilmente (Diário da Tarde, 1960).

Efetivamente, não foi fácil o reconhecimento da Faculdade, demorou mais do que o previsto e chegou a cogitar-se que não fosse possível pelo próprio Mário Lima Santos, que estava acompanhando de perto esse processo como secretário. No plano político local, cabe destacar que, à época da criação da Faculdade, o prefeito de Ponta Grossa era João Vargas de Oliveira (1908-1993)⁶⁰, filiado à União Democrática Nacional (UDN). Não foram identificadas ligações diretas entre sua atuação e o

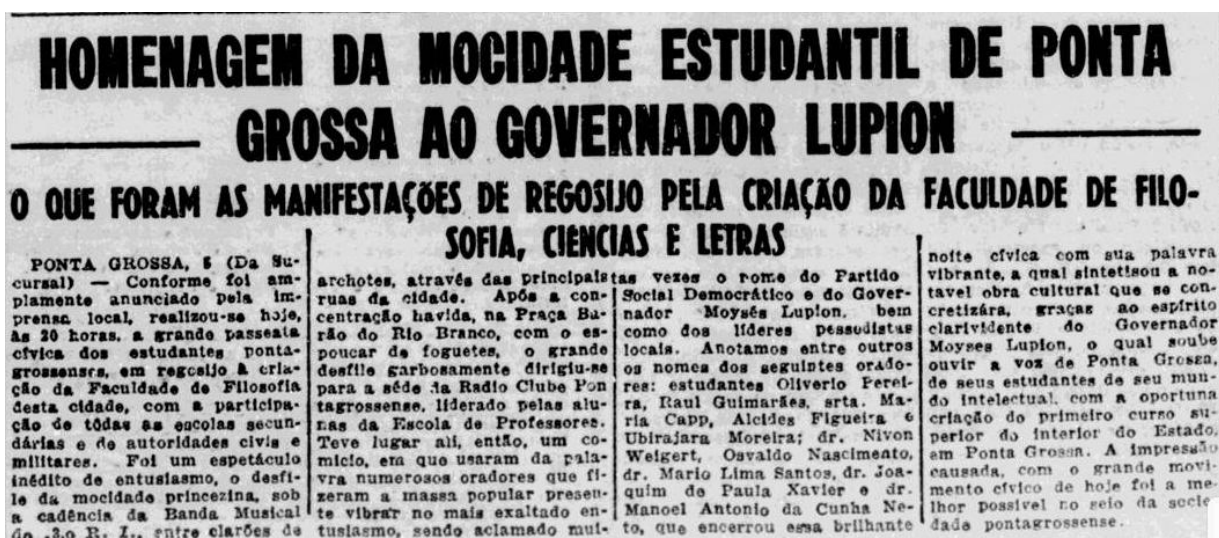
⁵⁹ Veremos mais sobre o assunto na próxima subseção.

⁶⁰ João Vargas de Oliveira nasceu em Ponta Grossa, estudou no Colégio Regente Feijó e formou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Curitiba (1951). Foi prefeito de Ponta Grossa (1947-1951), Deputado Estadual (1951-1954, 1959-1962, 1963-1965) e Deputado Federal (1971-1974, 1975-1978). Foi também, presidente do Rotary Club (1957/1958), diretor e proprietário do Jornal da Manhã (1962-1967), e dono de dois grandes empreendimentos comerciais: as Lojas João Vargas e a Companhia Pontagrossense de Automóveis.

processo de criação ou funcionamento inicial da FEFCL-PG, o que pode ser compreendido, em parte, por sua vinculação à UDN, em contraste com o grupo responsável pela criação da instituição, majoritariamente ligados ao PSD.

A oficialização da Faculdade só aconteceu em 1º de junho de 1950, pelo Decreto Federal nº 28.169 (Anexo G); e aí sim o objetivo da comissão foi plenamente atingido, a primeira Faculdade Estadual do Paraná e a primeira do interior do estado estava concretizada. Alguns dias depois, em 6 de junho de 1950, o jornal *O Dia* publicou uma notícia intitulada *Homenagem da mocidade estudantil de Ponta Grossa ao governador Lupion*, que abordou uma passeata de estudantes secundaristas⁶¹ que foi realizada em comemoração a oficialização da FEFCL-PG:

Figura 16 - Notícia sobre a passeata de estudantes em comemoração a oficialização da FEFCL-PG



Fonte: Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶¹O uso do termo “mocidade” para se referir aos estudantes secundaristas, merece atenção. Historicamente, regimes autoritários adotaram organizações juvenis para moldar a identidade nacional; podemos observar, como exemplo, o Estado Novo português de Salazar, em que existia a Mocidade Portuguesa, grupo estatal em que os jovens dos sete aos catorze anos eram obrigados a participar, e que funcionou como um “mecanismo para a intensificação da moralização, obediência e exaltação da ‘história oficial de Portugal’” (Dias; Prado, 2014, p. 205). Inspirado na Mocidade Portuguesa, em 1936 (contexto do Estado Novo de Getúlio Vargas), Francisco Campos propôs a criação da Organização Nacional da Juventude, que apesar de não ter sido aceita por Getúlio Vargas, influenciou a criação da Juventude Brasileira em 1940: “A partir de então, os jovens brasileiros, em idade escolar, estavam obrigados a fazer parte da Juventude Brasileira, movimento que cuidaria da educação física, moral e cívica dos escolares, além de formar uma camada social de apoio ao Estado Novo e a Getúlio Vargas” (Hoche, 2019, p. 116). A Juventude Brasileira acabou em 1945, junto com o Estado Novo. Nesse sentido, salientamos que o termo “mocidade” no contexto estudantil de Ponta Grossa pode ter conotações ideológicas mais profundas - não apenas juvenil ou cultural, mas alinhadas a projetos políticos de mobilização e controle social. Esse termo já apareceu e também aparecerá em outras notícias de jornais que iremos abordar.

Logo no título da notícia, é associada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras à figura de Moysés Lupion, o que foi uma prática comum do jornal O Dia, do qual o governador era proprietário. A partir das informações publicadas, podemos observar que participaram da passeata estudantes das escolas secundárias⁶², autoridades civis e militares. A concentração se deu na Praça Barão do Rio Branco, em frente ao colégio Regente Feijó, onde soltaram fogos de artifício em comemoração, e, depois, seguiram para uma das principais ruas da cidade, a XV de Novembro⁶³, na sede da Rádio Clube Pontagrossense⁶⁴, cujo diretor era Abílio Holzmann, presidente do PSD de Ponta Grossa e integrante da Associação de Amigos de Ponta Grossa, reafirmando as relações que perpassavam a criação da Faculdade, comentadas anteriormente.

A notícia da oficialização foi comemorada em outras cidades do interior do Paraná, o jornal O Tibagi, em 7 de junho de 1950, comenta a importância do acontecimento para Ponta Grossa e “[...] para todo o interior do Estado, cujos interessados não precisarão mais ir a Curitiba, muitas vezes, com grandes dificuldades, concluir os seus estudos”. Considerando que o número de ginásios no estado estava crescendo, e que Ponta Grossa é um ponto de convergência do sistema rodoviário e ferroviário, a FEFCL-PG ampliou as possibilidades de que paranaenses cursassem o ensino superior.

O primeiro ano de atividades da instituição começou a funcionar com os cursos de Geografia e História, Letras Neolatinas e Matemática⁶⁵, no relatório da FEFCL-PG de 1950 (Anexo H) é possível observar que o limite máximo era de

⁶² Entre os nomes dos estudantes secundaristas, encontra-se registrado “Maria Capp”. Destaca-se, contudo, que a grafia não corresponde à forma correta, sendo o nome “Maria do Rosário Kapp”, que, após o casamento, passou a assinar como “Maria do Rosário Knechtel”.

⁶³ Guebert (2018, p.130) afirma que “A XV, uma das principais ruas de comércio e circulação de pessoas e ideias, situava-se próxima à estação ferroviária e se notabilizava como um espaço de lazer e cultura. Andando-se por ali, em meados do século passado, era possível encontrar reunidas algumas das mais conhecidas lojas, o hotel Planalto Palace, a Rádio Clube, a Bombonière, o Cinema Renascença e o Cine-teatro Ópera, razão de um verdadeiro ‘vaivém’ diário dos cidadãos e da concentração de uma série de atividades da produção cultural. Em datas comemorativas, nas mediações dessa rua, também ocorriam desfiles cívicos, comícios políticos, etc”.

⁶⁴ Também chamada de PR-J2, foi a emissora precursora em Ponta Grossa, inaugurada oficialmente em 1940. Lourival Santos Lima dirigiu um programa literário semanal chamado “Momento Cultural”. Conforme noticiado no jornal curitibano Gran-Fina, de 14 de junho de 1941: “Pelo microfone de P.R.J.2 desfilam continuamente celebridades do “cast” nacional e, esse movimento se torna cada vez mais intenso graças a orientação e atividade que, sempre manteve a sua diretoria, representada nas figuras de Abílio Holzmann e Manoel Machuca, incansáveis batalhadores pelo progresso da Princesa dos Campos e consequentemente do Brasil”.

⁶⁵ Assim como várias IES paranaenses denominadas como Faculdades de Filosofia (Padilha, 2008), o curso de Filosofia não chegou a ser implantado em Ponta Grossa, mesmo depois da FEFCL-PG ter se integrado a outras Faculdades e formado a UEPG.

quarenta alunos para cada curso, entretanto, esse valor não foi atingido - para Geografia e História matricularam-se trinta e quatro, para Letras Neolatinas trinta e cinco, e Matemática apenas dezoito. Ainda assim, nesse relatório o Inspetor Federal Ovídio Bittencourt Ribas fez elogiosas considerações:

Podemos registrar, com agrado, que a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras desta cidade está fadada a prestar relevantes serviços à cultura do Estado do Paraná, principalmente no interior, por isso que observamos, tanto por parte do corpo docente como do corpo discente, inusitada dedicação e entusiasmo na realização dos seus misteres [...]. A Faculdade, não obstante o pouco tempo de existência, está agindo beneficentemente sobre o meio, no que tange à cultura geral, esperando-se que a sua influência se amplie cada vez mais, à proporção que se alargue a sua ação cultural na vasta e rica zona situada no interior do Estado [...]. Finalizando, pode esta Inspeção, como ficou dito, asseverar que a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa é uma esplendida afirmação de cultura e que, por isso mesmo, a sua criação veio preencher grande e sensível lacuna (Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, 1950, s.p.).

Mesmo após o início das atividades pedagógicas, circularam informações na imprensa de que não era possível a FEFCL-PG continuar funcionando. A partir disso, o já mencionado Daily Luiz Wambier (secretário da AAPG, vereador pelo PSD e membro do CCEC), em 31 de outubro de 1951, publicou um texto seu no jornal O Estado do Paraná dizendo que “[...] de vez em quando, não sabendo por que nem de onde, surgem boatos os mais desencontrados a respeito do primeiro estabelecimento de ensino superior do Estado”. Os quais “[...] dizem que a Escola não poderá funcionar permanentemente [...] É preciso que esses boatos tenham um paradeiro, a fim de permitir que a Escola prossiga, [...] no seu trabalho”. Wambier acrescenta que a Faculdade “Já constitui valioso patrimônio cultural do Paraná, pois soube vencer as dificuldades iniciais que cercam o aparecimento de casas de ensino superior e atua, com eficiência, no meio estadual” (O Estado do Paraná, 1951).

Mais uma vez, outro indivíduo, falando das dificuldades para instalar a Faculdade em Ponta Grossa; e também, podemos perceber que mesmo após a instalação, a FEFCL-PG não foi, a princípio, uma instituição consolidada. Além de todas as exigências legais que precisavam ser cumpridas, alguns grupos pareciam ser contrários ao funcionamento da FEFCL-PG, e a disputa político-partidária era um dos motivos para isso.

2.4 DISPUTAS POLÍTICAS EVIDENCIADAS NA FEFCL-PG

No mês seguinte ao Decreto Estadual de criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, no dia 3 de dezembro de 1949, o Governador do estado Moysés Lupion veio à Ponta Grossa. Sobre esse momento, o jornal O Dia noticia:

Ponta Grossa, como centro comercial e cultural posto em lugar imediato no da capital do Estado, tem recebido, graças a equidade que o Governador Lupion deu sempre nos seus propósitos administrativos, vem sendo alvo do grande interesse publico de s. excia, que sabe colocar as questões puramente administrativas acima das politicas partidário. Vários atos e iniciativas governamentais comprovam o carinho com que s. excia o governador Lupion, estuda, para resolver, os problemas de alto interesse para a vida da cidade e do povo de Ponta Grossa. Ainda agora o Chefe do Executivo, na «Capital Cívica» está presente com a sua clarividência, para estudar as questões dali entrosados com os de sua administração (O Dia, 1949).

Nessa ocasião, destacamos algumas das atividades feitas por Lupion em Ponta Grossa: foi à Rádio Clube Pontagrossense (PR-J2) que tinha como diretor o também presidente do PSD de Ponta Grossa, Abílio Holzmänn. Foi inaugurar um quadro seu no Colégio Regente Feijó, cujo diretor era Nivon Weigert, sócio efetivo do CCEC e vereador pelo PSD (1947-1951). Visitou a sede do PSD de Ponta Grossa e foi a um jantar oferecido pela Associação de Amigos de Ponta Grossa (O Dia, 1949). Essas atividades atestam as relações discutidas anteriormente, referente à fundação da Faculdade. Sobre esse assunto, em 25 de março de 1950, enquanto o Decreto Federal de criação da FEFCL-PG ainda não tinha sido assinado, o jornal Diário dos Campos publicou a seguinte matéria, cujo título é *Escola de Filosofia simples promessa*:

O P.S.D local vem fazendo alarde da criação da Escola de Filosofia de Ponta Grossa. Em reunião havida no Palácio São Francisco, quando até os fotografos das folhas governistas foram mobilizados, deu-se a solenidade da assinatura do decreto que criou esse educandario. Dias passados, O Sr. Moisés Lupion veio a Ponta Grossa, por esse mesmo motivo, os arautos do P.S.D. estiveram levantando loas condentes ao chefe do Executivo estadual por tão <<benemerita realização>> Fomos, então, por um ilustre orador, qualificados de derrotistas. Passaram-se os dias, estão passando os meses, porem, e a Escola de Filosofia não se instalou (Diário dos Campos, 1950).

Não tardou muito para que a ligação entre a FEFCL-PG e o PSD fosse criticada por outros grupos da sociedade ponta-grossense, com o argumento de que a fundação da instituição estaria sendo utilizada como propaganda eleitoral, já que, em 1950, ano em que a instituição começou a atuar efetivamente com os cursos, tratava-se também de um ano eleitoral, e a disputa principal, em nível de governo

estadual, estava entre Bento Munhoz da Rocha Netto, apoiado por uma ampla coligação de partidos⁶⁶ “antipessedistas e antilupionistas⁶⁷”, e Ângelo Ferrario Lopes, representante do PSD.

Ângelo Ferrario Lopes foi apoiado por Moysés Lupion para ser seu sucessor no governo do Paraná. O candidato Lopes era pecuarista e engenheiro, tinha sido nomeado, em 1947, como prefeito de Curitiba por Lupion, e, ainda no governo Lupion, entre 1948 e 1950, foi Secretário da Fazenda do Paraná (Barreiros, 2016). Lopes também havia morado anteriormente em Ponta Grossa e foi o primeiro diretor do Ginásio Regente Feijó, em 1927, bem como professor catedrático de aritmética e álgebra nessa instituição (Chamma, 1978, p. 15). Seu irmão, médico, chamado Milton Lopes, também foi professor de Física no Regente Feijó e sócio efetivo do Centro Cultural Euclides da Cunha (Guebert, 2018). Essas características o aproximam, de certa forma, do grupo da comissão.

A discussão sobre a ligação entre o PSD e a FEFCL-PG ficou evidente nas páginas do jornal da cidade, *Diário dos Campos*⁶⁸, cujo redator-chefe era José Hoffmann⁶⁹ - candidato a deputado estadual pelo PTB, partido que tinha uma fração que apoiava Bento Munhoz da Rocha Netto. Em notícia do jornal *Diário dos Campos*, de 2 de junho de 1950, logo em seguida da assinatura no Decreto Federal de criação da FEFCL-PG, é possível perceber a crítica ao PSD e à Associação de Amigos de Ponta Grossa, na notícia intitulada *Escola de filosofia e propaganda eleitoral*:

O PSD e a 'Sociedade dos Amigos' exultaram e ostentavam o fato [...] que o sr. Presidente da República assinara, ontem, o decreto reconhecendo a Escola de Filosofia de Ponta Grossa [...] Não estamos combatendo e nunca combateremos a Escola de Filosofia ou outra qualquer medida que objetive conceder ao nosso município um pouco daquilo a que ele faz jus. O que criticamos é esse alarido com o único objetivo de fazer-se propaganda

⁶⁶ Conforme Batistella (2018, p. 45) a coligação era composta pelo Partido Republicano (PR), União Democrática Nacional (UDN), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Libertador (PL), Partido Social Trabalhista (PST) - nesse momento liderado pelo jornalista Roberto Barroso; também recebeu apoio de uma significativa parte do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de uma ala dissidente do PSD.

⁶⁷ Antilupionismo refere-se aos que eram contrários ao lupionismo - “[...] a forma personalista do governo Lupion [...] usado frequentemente pela imprensa para acusações de corrupção na sua administração” (Pegoraro, 2008, p. 110).

⁶⁸ Mais sobre o assunto pode ser visto em: CAMPOS, N.; SOUZA, E. F. Ensino superior nas páginas do *Diário dos Campos* (1947-1950). **Educar em Revista**, p. 273-290, 2016.

⁶⁹ Juca Hoffmann (1904-1969), como era conhecido, era filho de um comerciante imigrante de origem russo-alemã, dirigiu o *Diário dos Campos* por três décadas, foi uma figura atuante no jornalismo e também na política desde 1947, quando se tornou vereador de Ponta Grossa. De 1950 a 1954, foi deputado estadual, em 1955, assumiu a prefeitura da cidade, foi, também, deputado estadual em 1959, e, em 1962, foi reeleito a prefeito e renunciou em 1966 em razão de pressões sofridas nos primeiros anos da Ditadura Militar do Brasil (Floriano, 2019).

partidária, propaganda do PSD. Que venha, pois, a Escola de Filosofia, não como o preço de nossa consciência cívica, não como o preço pelo qual pretende o PSD, comprar os votos de nosso eleitorado consciente, mas como uma parte das reivindicações devidas a Ponta Grossa. Que venha, pois, a Escola de Filosofia, se é que, apesar de tudo, ainda virá, ainda que tenhamos de assistir mais meia dúzia de comemorações para fins eleitorais do PSD... (Diário dos Campos, 1950).

Outro jornal oposicionista era o “Diário da Tarde”, cujo diretor era o jornalista, advogado e escritor Roberto Barroso (1895 – 1965), um inimigo e crítico ferrenho de Moysés Lupion. Nesse jornal tinha uma coluna chamada *Pingos* que trazia artigos curtos que atacavam diretamente membros do PSD de Ponta Grossa, com destaque para Lourival Santos Lima⁷⁰, que era diretor da sucursal ponta-grossense do jornal O Dia, e não poupava elogios a Lupion nesse jornal, cujo proprietário era o próprio Moysés Lupion. Neste artigo, de 1949, é possível observar a crítica:

Correspondência de Ponta Grossa, “O Dia” de domingo último, insere esta estupenda afirmativa:

‘No sentido de colaborar para segura e fecunda administração pública que vem realizando, em cumprimento ao seu programa, o Governador Moysés Lupion.’

Há no Estado o grande desejo de uma conferência do dr. Lourival Santos Lima para que ele mostre se é o seu programa, ou o do Governador o que está sendo cumprido nesses elogios descompassados e sem base (Diário da Tarde, 1949).

Os ataques não ficavam sem resposta. Na edição de 20 de junho de 1950 do jornal O Dia, na coluna Notícias dos Campos Gerais⁷¹, é possível perceber uma resposta à atitude dos dois jornais anteriormente mencionados:

O jornal ‘**Diário dos Campos**’, que segue, como é sabido, o mesmo diapasão de seu mestre ‘**Diário da Tarde**’, no afã inglório de combater com unhas e dentes a qualquer hora e por qualquer custo, o preclaro governador Lupion, seus ilustres colaboradores e o PSD, - voltou, pela milionésima vez, a desmerecer a obra governamental que se empreende no Paraná, e que está realmente á altura do presente e do porvir do nosso progressista e rico Estado (O Dia, 1950, grifo nosso).

As acusações com essa temática por parte dos jornais Diário dos Campos e Diário da Tarde e as respostas pelo jornal O Dia entre os anos de 1949 e 1950 foram bem comuns. Não se pode esquecer que os jornais estão inseridos nos jogos de poder. Ao abordar o jornalismo como um ofício compatível com o status de escritor,

⁷⁰ O próprio Lourival Santos Lima guardou recortes dessa coluna, o que dá indícios de que ele queria que isso fosse lembrado posteriormente.

⁷¹ Essa coluna antes era assinada por Lourival Santos Lima, mas possivelmente pelos embates com os outros jornais, em 1949 a coluna parou de ser assinada.

Miceli comenta sobre a identificação dos escritores com os interesses políticos do jornal ao qual trabalhavam, bem como que o “[...] êxito que alcançavam por meio de sua pena poderia lhes trazer salários melhores, sinecuras burocráticas e favores diversos” (2001, p. 55). Por trás das publicações mencionadas tinham indivíduos com vários interesses que usavam a escrita a seu favor, em um importante meio de comunicação que influenciava a opinião pública.

Em 29 de julho de 1950, após a assinatura do Decreto Federal de criação da FEFCL-PG, o Diário dos Campos divulgou que estudantes da Faculdade procuraram a redação do jornal para expor que estavam sendo coagidos pelo PSD por terem formado um Comitê Estudantil Pró-Candidatura de Bento Munhoz da Rocha Netto:

[...] Vieram pedir-nos para que divulgassemos o seu veemente protesto contra a coação que o pessedismo está voltando contra eles. Usando de um direito que ninguém pode-lhes negar, pois que estamos em regime democrático assegurado pelos canones de uma carta constitucional em pleno vigor, esses moços organizaram um Comitê Estudantil Pró Candidatura Bento Munhoz da Rocha Netto. Foi o bastante para que o pessedismo se saísse com um tom ameaçador contra esses valoroso jovens. Ousem os mandões pessedistas perseguir esses jovens e não nos limitaremos aos protestos telegraficos ao sr. Presidente da Republica e ao sr. Ministro da Educação. Os protestos não cingirão, tão pouco, à tribuna da Câmara dos Deputados e à do Senado [...]. Iremos nós também ocupar a tribuna, em praça publica para causticar esse desmando, si ele se consumir ou si a compreensão prosseguir (Diário dos Campos, 1950).

Obviamente, a procura dos estudantes pelo Diário dos Campos para expor a situação não foi desproposital, assim como o jornal, por sua vez, tinha interesse em divulgar esse tipo de assunto. Uma instituição de ensino superior é um espaço que propicia a circulação de assuntos relacionados à política, e, na FEFCL-PG, não foi diferente. Ao que parece, o apoio dos estudantes à candidatura de Bento Munhoz da Rocha Netto, principal oponente do PSD nas eleições estaduais, não agradou ao PSD, e os estudantes teriam sido coagidos pelo partido.

Nesse período, os jornais que se opunham ao PSD também acusavam Moysés Lupion de corrupção, com argumentações que não seriam veiculadas nos jornais que eram de Lupion, ou que eram favoráveis ao seu governo; nesse caso, em consonância com Oliveira (2001), o silêncio proposital desses meios de comunicação, dizia muito. Salles (2004, p. 68) também menciona que, no governo de Lupion, o nível de corrupção era tanto que nem seus colaboradores e amigos negavam o fato. Na edição de 10 de outubro de 1950 do jornal Diário da Tarde, podemos observar a crítica de Oscar Lopes Munhoz (1909-1976), que foi um deputado estadual paranaense

eleito pelo PSD em 1947, mas que, ao longo do seu mandato tornou-se um crítico ao governo de Lupion⁷²:

E muitas vezes, em nome do povo que nos elegeu, enfrentamos vis a vis o sr. Moyses Lupion, para dizer-lhe face a face, dos seus desmandos morais e da corrupção administrativa que implantou no Paraná. [...] Não podemos nos deter e por isso acusamos o sr. Moyses Lupion de elaborar escandalosos contratos de obras publicas, onerosos para o Estado, muitos deles inexequíveis, nessa louca sofreguidão que lhe abraza o cérebro de prometer o irrealizavel, arrazando com as reservas morais e financeiras do Paraná (Diário da Tarde, 1950).

A situação econômica do Paraná em 1950 não era favorável. O governo estadual tinha paralisado obras públicas, desde a construção menores, como a do Grupo Escolar Jardim Carvalho, em Ponta Grossa, até as melhorias que estavam sendo feitas na rodovia que liga Ponta Grossa a Guarapuava e a construção da Estrada de Ferro de Apucarana; além disso, estava atrasada a folha de pagamento dos professores da rede estadual de ensino desde outubro de 1949 (Silva, 2002a, p. 164). Essa conjuntura também contribuiu para o resultado das urnas em 1950. Bento Munhoz da Rocha Netto venceu o candidato do PSD, apoiado por Lupion, Ângelo Ferrario Lopes.

Entretanto, as aproximações entre Lupion e uma das suas ações de criação, a FEFCL-PG, não findaram com a perda do PSD nas urnas eleitorais. Em 13 de dezembro de 1952, aconteceu a formatura das primeiras turmas da FEFCL-PG, e o governador estadual da época, Bento Munhoz da Rocha Netto, foi homenageado na cerimônia como paraninfo (Anexo I). O que não mostram as fontes oficiais da instituição, como as atas e o relatório anual, é que os formandos foram coagidos a fazer isso depois de manifestarem o desejo de homenagear Moysés Lupion. Vejamos um trecho da notícia intitulada *Os estudantes de Ponta Grossa ao lado de Moysés Lupion*, publicada em 16 de dezembro de 1952 no jornal O Dia:

Causou revolta em Ponta Grossa o fato do Secretário da Faculdade de Filosofia [...], ter feito violenta coação sobre os estudantes que colaram grau no sábado, 13 do corrente, no sentido de impedir que prestassem uma homenagem própria ao ex-governador Moysés Lupion, e ao ex-secretário da Faculdade Dr. Mário Lima Santos. Esta ação foi conduzida pelo Partido Republicano. Toda a cidade já conhece o fato e está revoltada contra os métodos dos arbitrários do Secretário da Faculdade que impediu uma

⁷² Oscar Lopes Munhoz criticava principalmente a nomeação de cargos no executivo, de funcionários que não passavam por um concurso público, e que estavam em suas funções de acordo com os interesses de Lupion. Munhoz fazia parte de um grupo conhecido como “granadeiros”, em referência aos que arremessam granadas, juntamente com outros três deputados estaduais eleitos pelo PSD - Alfredo Pinheiro Júnior, Francisco Acioli Filho e Pedro Firman Neto (Batistella, 2015b, p. 330).

manifestação de simpatias dos estudantes ao sr. Moysés Lupion, fundador deste Centro de estudos superiores. Ponta Grossa não esquece isto (O Dia, 1952).

A mistura entre a política e a FEFCL-PG, que era tanto criticado pelos opositores do PSD quando foi criada a instituição, parece ter sido vivenciada pela oposição quando esta assumiu o poder. Nesse contexto, o jornal O Dia passou a ser oposicionista e não hesitava em divulgar a polêmica, na edição de 19 de dezembro de 1952, pontua-se que

[...] a Faculdade de Filosofia de Ponta Grossa é uma instituição que honra o ensino do Paraná. E que não tem nada de política, nem de partidarismo, cousa que os homens de caracter não costumam envolver nas questões de interesse popular.

Essa instituição, que tem sabido manter-se no lugar honroso que conquistou, desde o dia da sua fundação, nasceu do entusiasmo lúcido de um paranaense ilustre, o dr. Mário Lima Santos, que contagiou o espírito realizador e patriota de outro ilustre paranaense, o governador Moysés Lupion.

E porque se uniram as duas forças, nasceu a Faculdade de Filosofia de Ponta Grossa.

Pois agora, quando a primeira turma de diplomandos vivia a hora feliz da colação de grau, a política perreista impediu que os moços estudantes homenageassem os dois homens a cuja lucidez devem a existência da escola, negando-se a permitir que eles fossem sequer citados na solenidade. Não sabemos que denominação darão a esse procedimento os rapazes pensionistas do Tesouro. Para nós, isso é uma grosseria, inutil, por sinal, porque nenhum dos jovens diplomandos terá esquecido os dois nomes a quem tanto devem: Mário Lima Santos, Moysés Lupion (O Dia, 1952).

Fica evidente que existiam questões político-partidárias que influenciaram a escolha do homenageado da formatura dos bacharéis da primeira turma. Mesmo que não falassem nada sobre política na cerimônia, tanto Moysés Lupion quanto Mário Lima Santos representavam o PSD, e suas presenças reforçariam publicamente os vínculos entre a instituição e esse Partido, o que não seria conveniente para o partido da situação, o PTB. Nessa perspectiva, homenagear Bento Munhoz da Rocha Netto era uma solução estratégica.

Talvez a repercussão desse caso na imprensa tenha influenciado na formatura do ano seguinte da FEFCL-PG. Em 1953 Moysés Lupion foi escolhido oficialmente como paraninfo dos bacharéis. Num discurso na formatura, que justificava a escolha dos formandos, Abílio Holzmann comenta:

Eles foram buscar, longe dos bulícios da vida política, o cidadão que merecia uma consideração toda especial, pelo muito que realizou em prol do ensino no Paraná e, notadamente, por Ponta Grossa, ao compreender que não mais seria possível manter uma comunidade como a nossa, de nível intelectual avançado, restrita à instrução secundária. **Eles foram buscar o seu paraninfo no**

recesso de seu lar, no trato de sua vida particular, para reaproximá-lo da mesma Escola por ele criada em 1949, em favor da mocidade estudantil de Ponta Grossa, em favor da cultura de nossa gente. E é por isso, Sr. Moyses Lupion, que o valor desta homenagem reside unicamente em vossos méritos pessoais, pois agora não tendes o poder nas mãos: sois um cidadão simples como nós outros e igual ao homem que labuta na planície de sol a sol (O Dia, 1953, grifo nosso).

Ao que parece, como se pode observar em nota do jornal O Dia da edição de 3 de dezembro de 1953, no momento da fala do ex-governador durante a cerimônia, ele foi bem recebido pelos presentes:

Lupion abafou a banca em Ponta Grossa fez um dos seus famosos discursos. Recebeu do povo princezino uma verdadeira consagração, numa demonstração de que o seu prestígio crescem conforme passam as horas. A oração era constantemente interrompida pelos prolongados aplausos de todos que não se cansavam de homenagear o eminente cidadão que tanto fez pelo nosso Estado (O Dia, 1953).

Na mesma edição do jornal O Dia, é relatado um episódio envolvendo o secretário da FEFCL-PG, o mesmo funcionário que, segundo o jornal, em 1952, teria coagido os formandos do ano anterior e que, novamente, não gostou da escolha do paraninfo dos bacharéis. Dessa vez, ele tentou evitar a solenidade: “[...] sr. Bady Nasser, [...] chegou até a agredir um aluno do estabelecimento. Mas nem assim conseguiu conter que Moyses Lupion fosse o escolhido para Paraninfo”; a notícia ainda acrescenta que esse é “um belo exemplo de mocidade pontagrossense e uma lição para o valente que de agora em diante deve agir com mais cautela e saber, de uma vez por todas, que vivemos em um regime de Liberdade” (O Dia, 1953).

Por esses episódios, podemos entender que não é possível pensar a criação e atuação da FEFCL-PG sem ponderar as disputas de poder e os processos políticos; estes estão intrinsecamente ligados e perpassaram as relações dinâmicas entre os indivíduos, que, em alguns momentos, tinham mais poder e projeção social, e, em outros, menos.

2.5 AMPLIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA FEFCL-PG

A estrutura dos cursos de Geografia e História, Letras Neolatinas e Matemática da FEFCL-PG seguiu o Decreto-Lei Federal nº 1.190, de 1939, que estabelecia, como modelo para o ensino superior no país, a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) do Rio de Janeiro, tanto no que se refere à sua organização quanto aos seus programas de curso.

No contexto nacional, a formação de professores seguia o esquema chamado de 3+1, que "consistia na habilitação docente dos novos professores por uma formação pedagógica em sobreposição à formação científica" (Carvalho, 2010, p. 80). Dessa forma, existiam duas etapas para a formação: os alunos estudavam durante três anos conteúdos específicos e obtinham o diploma de bacharel, e depois, se assim desejassem, faziam o curso de Didática durante um ano, com disciplinas pedagógicas, para obter o título de licenciados.

Na FEFCL-PG o curso de Didática foi aprovado pelo Parecer nº 348, de 10 de novembro de 1952, da Comissão de Ensino Superior da Secretaria de Estado de Educação do Paraná (Anexo J). A necessidade desse curso decorria da existência dos bacharelados oferecidos na instituição. Em 1952, os bacharéis da primeira turma concluíram o curso, e necessitavam cursar Didática para obter a titulação de licenciados. Mário Lima Santos afirmou, em texto publicado no jornal Diário dos Campos, no dia 7 de março de 1953, que esse curso

[...] é um complemento de nossa faculdade, pois, sem esse curso, os diplomados seriam apenas bacharéis em um dos cursos, não podendo exercer o magistério secundário o que só é possível aos licenciados, isto é, bacharéis com o curso de didática [...].

Dessa maneira, se não fôra o curso de didática os bacharéis de nossa Faculdade para exercício do magistério, estariam sujeitos ao exame de suficiência, para, então, se registrarem e assumirem a cátedra (Diário dos Campos, 1953).

Em 1952, também foram mudadas as instalações da FEFCL-PG para o edifício onde atualmente funciona o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) Paschoal Salles Rosa, próximo ao prédio do Colégio Regente Feijó, também situado em frente à Praça Barão do Rio Branco⁷³; vejamos a fachada do prédio e algumas de suas salas:

⁷³ Esse imóvel tinha como proprietário Emílio Fiscardi, no início no século XX, ele o vendeu para as Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, e nele foi instalado o Colégio Sant'Ana. Em 1950, as Irmãs Missionárias fizeram um acordo com a Congregação do Verbo Divino (responsável pelo Colégio São Luiz) para trocarem os prédios de suas escolas. Dessa forma, o Colégio Sant'Ana mudou-se para a Rua Senador Pinheiro Machado, e o Colégio São Luiz passou a funcionar no prédio da Praça Barão do Rio Branco. Esse imóvel foi tombado em 2001 pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ponta Grossa (Ponta Grossa Histórica, 2024).

Figura 17 – Fachada principal do prédio da FEFCL-PG (1952)



Fonte: FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. Relatório 1º semestre 1955. Ponta Grossa, 1955.

Figura 18 – Sala de aula da FEFCL-PG



Fonte: FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. Relatório 1º semestre 1955. Ponta Grossa, 1955.

Figura 19 - Biblioteca da FEFCL-PG



Fonte: FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. Relatório 1º semestre 1955. Ponta Grossa, 1955.

Em 1953, aconteceu outro passo importante para a FEFCL-PG. O Decreto Federal nº 32.242, de 10 de fevereiro, concedeu reconhecimento aos três cursos iniciais da instituição, Geografia e História, Letras Neolatinas e Matemática. Dessa forma, a Faculdade, que tinha suas primeiras turmas recém formadas, pôde fornecer diplomas que teriam pleno valor em todo o território nacional.

Com o passar dos anos, a FEFCL-PG foi ganhando forma, tanto nas questões organizacionais quanto estruturais, pois “[...] para trabalhar com a formação de professores passou a necessitar de espaço físico, material didático, laboratórios e profissionais qualificados nas áreas das licenciaturas” (Silva, 2002a, p. 170). Nesse sentido, em 1960, a FEFCL-PG mudou para um edifício próprio, construído na Praça Santos Andrade⁷⁴, onde atualmente se localiza o campus central da Universidade

⁷⁴ Esse prédio foi pensado inicialmente para ser a sede do Colégio Estadual Regente Feijó e da Escola Normal. A Lei Municipal nº 182, de 19 de junho de 1949, decretou: “Art. 1º - Fica posta a disposição do governo do Estado do Paraná a Praça Santos Andrade, desta cidade, para nela ser construída, pelo mesmo governo, a nova sede para o Colégio Estadual e Escola Normal Regente Feijó. Art. 2º - A concessão estabelecida no art. 1º ficará considerada sem efeito se o governo do Estado não der início a construção do prédio para o Colégio Estadual e Escola Normal “Regente Feijó” dentro do prazo de seis meses a contar da vigência desta Lei”. O prédio começou a ser construído para esse fim; entretanto, quando essa lei foi criada, ainda não existiam instituições de ensino superior em Ponta Grossa. Com o aumento do número de instituições de ensino superior e os problemas que enfrentavam com a questão de instalação, optou-se por destinar esse edifício às Faculdades. Em 1959, foi decretada a Lei Municipal nº 1.200, de 10 de julho de 1959, a qual estabelece que a área do terreno da Praça Santos Andrade “[...] será destinada à construção da Faculdade de Ensino Superior, já instaladas, nesta

Estadual de Ponta Grossa.

Outros cursos foram incorporados à FEFCL-PG na década de 1960. Em 1961, o governo federal autorizou, por meio do Decreto nº 111, o funcionamento dos cursos de Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas. Além disso, em 1963, o curso de bacharelado em História e Geografia, que existia desde 1950, foi separado e se tornou Licenciatura em História e Licenciatura em Geografia.

Ainda em 1963, foram criados os departamentos na FEFCL-PG, enquanto unidades administrativas que congregavam disciplinas e seus respectivos professores, de acordo com as áreas de conhecimento. Assim, os departamentos ficaram divididos em: Matemática; História; Geografia; Educação (Pedagogia e Didática); e Letras, cujo primeiro chefe foi Faris Michael (1963-1966). Vejamos mais na próxima subseção sobre a atuação, na FEFCL-PG, da comissão que projetou sua criação.

2.6 A COMISSÃO NA FEFCL-PG

Dos cinco integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG, apenas Valdevino Lopes não trabalhou posteriormente nessa instituição. É possível que a questão de não possuir formação superior tenha contribuído para isso, visto que essa condição limitava os cargos que poderia ocupar; a atuação de Valdevino Lopes foi mais direcionada a outros níveis de ensino.

José Pinto Rosas, formado em Medicina, começou a lecionar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras após a abertura do curso de didática, em 1953, quando teve a chance de ocupar uma cadeira da área de sua formação - Fundamentos Biológicos da Educação (Anexo K). A partir dessa inserção, manteve atuação docente contínua na instituição até sua aposentadoria.

Faris Michael lecionou na FEFCL-PG desde o início da instituição, em 1950, até 1971⁷⁵, quando a FEFCL-PG já tinha se fundido à outras Faculdades e se tornado a UEPG (Molar, 2014, p. 189). Michael foi professor nos cursos de História e

cidade, ou que venham se instalar, ficando, assim, revogada a destinação prevista na Lei Municipal nº 182, de 9/07/49”.

⁷⁵ Em 1971, Faris Michael sofreu uma trombose e saiu de licença por motivo de saúde, ficando afastado até 1975, quando se aposentou do ensino superior (Wanke, 1999, p. 221).

Geografia, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas, dessa forma, ministrou diversas disciplinas - Antropologia, Etnografia, Etnografia do Brasil, Língua e Literatura Espanhola, Língua Portuguesa, Literaturas Hispano- Americanas e Língua Inglesa. Além disso, foi o primeiro chefe do Departamento de Letras da FEFCL-PG (1963-1966).

Mário Lima Santos foi o primeiro secretário da FEFCL-PG, e, fora da documentação oficial dessa instituição, que consultamos, existem alguns registros de que ele também foi professor. Em notícia publicada no jornal O Dia, em 6 de maio de 1951, intitulada *As demissões em massa, na Faculdade de Filosofia de P. Grossa: repercussão de uma injustiça*, aparece o nome dele como um dos professores demitidos⁷⁶:

A demissão de oito professores, ultimamente, pelo governo do sr. Bento Munhoz da Rocha Neto, foi mais um desses atos que não se esquecem facilmente. A razão é muito simples. Ela atingiu a oito pessoas cujos nomes se impunham pela alta capacidade e proficiência com que se apresentavam. Nomes que se tornaram respeitáveis, nos meios didáticos da cidade e que os alunos acatavam como verdadeiros mestres, nas respectivas cátedras. O dr. Mário Lima Santos, advogado de nosso foro e antigo componente do Magistério secundário foi, sem dúvida, um dos baluartes da fundação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Advogou brilhantemente, através da imprensa e por todos os meios ao seu alcance, essa justa causa do Município, de possuir, como outras cidades brasileiras do seu porte, um estabelecimento de ensino superior. Credenciou-se, desta forma, a ser um dos seus principais colaboradores. Colaborador cujos interesses pairavam muito acima das reivindicações pessoais. Foi, portanto um dos mais brilhantes fundadores da Faculdade (O Dia, 1951).

Em um texto escrito por Lourival Santos Lima sobre seu colega, alguns anos depois, intitulado *Lima Santos – lutador infatigável*, publicado em 7 de abril de 1956, no jornal O Dia, encontram-se as seguintes informações:

Resta ainda assinalar que o Dr. Mário Lima Santos, com tantos serviços prestados ao ensino pontagrossense, foi demitido da cadeira que lecionava na Faculdade de Filosofia local, por pertencer a partido político que estava na oposição (o P. S. D.); injustiça essa que vai ser reparada pelo Governador Lupion, sem cometer o mesmo erro de seu antecessor, isto é, sem fazer do ensino instrumento de vinganças políticas (O Dia, 1956).

A partir disso, consideramos que Mário Lima Santos pode ter atuado como professor na FEFCL-PG, mas não por muito tempo, se pensarmos que, em maio de

⁷⁶ Além de Mário Lima Santos, apareciam na notícia o nome de Nivon Weigert, Eurico Taques Guimarães, Orlando Justus, Gabriel Menna Barreto, Paschoal Salles Rosa, Leônidas Justus e Fernando Machuca (O Dia, 1951).

1951, ele foi demitido e que, antes disso, atuou por um período como secretário. Enquanto integrante da comissão de fundação da Faculdade e quando foi designado primeiro secretário por Moysés Lupion, no final de 1949, ele era do partido situacionista e foi beneficiado também por esse motivo. Em 1951, quando o governador era Bento Munhoz da Rocha Netto, ele passou a ser oposição e representar uma ameaça para quem estava no poder naquele momento; essas disputas de poder, instáveis por natureza, repercutiram na FEFCL-PG.

Na documentação oficial da instituição, que foi consultada, a única menção a Mário Santos Lima relacionada ao cargo de professor data de 13 de novembro de 1952, no Ofício 61/52, encaminhado à Diretoria do Ensino Superior (DESu) do Ministério de Educação e Saúde (MES):

[...] Em se tratando das substituições dos professores constantes da relação inicial, existente no relatório que apresentou em 17/03/1950 o Inspetor Federal Dr. Walter Clemente, relatório aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, autorizando o funcionamento da Faculdade de Filosofia de Ponta Grossa, estas substituições se deram em virtude de uns professores terem se mudado de Ponta Grossa como os senhores, Romeu Gonçalves Pereira, Dr. Clodoveu Holzmann, Major Melo Moraes, Capitão Gabriel Menna Barreto, Dulce N. Xavier, e **os seguintes por não quererem continuar a lecionar: Jorge Silveira, Pe. Fridolino Beuren, Mário Lima Santos e Lourival Santos Lima**. Assim, afigura-se-nos ficarem justificadas as substituições verificadas. [...] Esperando termos correspondido às[sic] exigências da circular nº. 3 de janeiro de 1952 apresentamos a V.Ecia. [sic] nossos respeitosos cumprimentos (Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, 1952, grifo nosso).

Nesse documento, consta que foi apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) uma lista de professores em 17 de março de 1950, e que alguns desses nomes foram substituídos, seja por os indivíduos terem deixado de residir em Ponta Grossa, seja por não desejarem mais lecionar. Mário Lima Santos e Lourival Santos Lima foram colocados nessa última categoria. Entretanto, confrontando com as informações citadas dos jornais anteriormente, questiona-se se realmente Mário Lima Santos não quis lecionar ou se foi demitido, como afirmou Lourival Santos Lima.

A informação presente no documento, de que Lourival Santos Lima não quis lecionar naquele momento na FEFCL-PG coincide com as informações registradas por ele. Em 1962, publicou no jornal Diário dos Campos que

Convites os tive e de sobejo, para lecionar naquela Faculdade, desde a fundação, pelos ilustres diretores Dr. Joaquim de Paula Xavier, de saudosa memória, e Nicolau Meira de Angeles, e não os aceitei, por aguardar, com honestidade intelectual, que não sobra alhures, disciplinas por mim preferidas

e não existentes então no programa escolar (Diário dos Campos, 1962).

Lourival Santos Lima escreveu isso em um contexto em que havia recém-prestado concurso para a FEFCL-PG, para a disciplina do curso de Pedagogia - História da Filosofia, área pela qual muito se interessava; contudo, outra professora foi aprovada no concurso. Lima considerou que o resultado não correspondia aos critérios estabelecidos, reportou o caso à Secretaria de Educação do Paraná, e obteve a seguinte resposta:

- 1 - Ambos os professores são Bacharéis em Direito.
- 2 - Quanto à atividade no magistério o Prof. Lourival Santos Lima APRESENTA ACENTUADA VANTAGEM sobre a professora concorrente.
- 3 - Quanto a atividades culturais, científicas, artísticas, jornalísticas e outras, o Prof. Lourival Santos Lima É SOBERANO PORQUANTO A SUA CONCORRENTE NADA APRESENTA EM TAIS SETORES.
- 4 - A questão fundamental, porém, é de ordem legal e neste ascendente está em condições de ser nomeada para cadeira somente a professora-concorrente nomeada para a cadeira de Hist. da Filosofia, em qualquer Faculdade de Filosofia do Brasil, em decorrência do diploma que possui de licenciada em Pedagogia por Faculdade de Filosofia.
- 5 - Não há, assim, como alegar a irregularidade ou parcialidade ou critério subjetivo de julgamento (Correio do Paraná, 1962).

Segundo essa argumentação, o único critério que colocava a outra candidata em vantagem em relação a Lourival Santos Lima era a formação em Pedagogia em uma Faculdade de Filosofia; entretanto, esse critério não estava explicitado no edital ao qual os candidatos se inscreveram para prestar o concurso. Nesse sentido, Lourival Santos Lima sintetizou sua contestação em três pontos:

- I - Professores leigos numa disciplina em concurso não têm competência para julgar o que não é de sua especialidade;
- II - Diploma de Faculdade de Filosofia não pode ser credencial eliminatória para a docência filosófica;
- III - Depois de encerrada a inscrição e julgado um concurso, não cabe exigir credencial imprevista (Correio do Paraná, 1962).

A Congregação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, que julgou o concurso, foi composta por quinze professores (de um total de mais de trinta), e estes, em sua maioria, não eram especialistas na disciplina de História da Filosofia nem em disciplinas correspondentes, como previa a legislação vigente:

[...] o que consta em geral da legislação federal de ensino superior, de que é modelo, no caso em foco, o Regimento da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade do Brasil, o qual preceitua, no artigo

noventa e nove: 'O julgamento do concurso para o provimento do cargo de professor catedrático será realizado por UMA COMISSÃO DE CINCO MEMBROS ESPECIALISTAS NA DISCIPLINA OU DISCIPLINAS CORRESPONDENTES' (Lima, 1962, s.p.).

Após a leitura da documentação dos dois candidatos, os professores da Congregação votaram, e, por diferença de um voto, Lourival Santos Lima não foi escolhido. Ao não assumir a cátedra, Lima afirma que o que aconteceu foi uma "[...] autêntica eleição e não concurso de professores, e muito menos de professores de curso superior numa faculdade estadual" (Lima, 1962, s.p.), e que acabou sendo:

[...] por voto de leigos com ou sem diploma - um 'SOBERANO' sem coroa... E depois ainda pontificam que eu devia é ficar 'bonzinho'... Nada disso! Desejo que todos saibam democraticamente os erros e as injustiças que atingiram o objetivo mas não o derrubaram. [...] Talvez assim, o meu protesto entre os males do presente sirva para o bem do futuro e da Mocidade que estuda para saber e não para ter diploma (Diário dos Campos, 1962).

Os critérios e o resultado desse concurso foram amplamente divulgados por parte de Lourival Santos Lima na imprensa diária do estado, vejamos alguns títulos de notícias sobre o assunto: *Mestre denuncia irregularidades em Concursos de Ensino Superior* (Diário dos Campos, 1962), *Escândalo na Faculdade de Filosofia de Ponta Grossa: concurso imoral!* (Correio do Paraná, 1962), *Voto cego* (Tribuna dos Municípios, 1962), *Ensino Superior em crise!* (Folha do Oeste, 1962); neste último, de 12 de agosto de 1962, Lima comentou aspectos do processo de seleção de docentes das faculdades: anteriormente, os professores do ensino superior eram nomeados pelo governo do estado, que escolhia quem julgava competente, mediante o mínimo de credenciais estabelecidas pelo CNE; esse tipo de decisão trouxe alguns problemas, como, por exemplo, os observados anteriormente com Mário Lima Santos, pois a escolha do governo estadual poderia ser tendenciosa e acabar tendo ligação com questões partidárias. Posteriormente, as faculdades passaram a selecionar os professores:

De um tempo a esta parte, a direção das faculdades chamou a si o 'costume' de escolher, por meio de eleição, aprovando ou desaprovando candidatos inscritos para suas cátedras. À primeira vista, parece a inovação louvável, para evitar as injustiças. Mas a emenda saiu pior do que o soneto... É que o critério dessa aprovação ou desaprovação, após chamados por editais públicos - os quais se tornaram simples engodos aos incautos - vem sendo por voto comum de professores interinos, sem concurso legal, como se estivessem elegendo vereadores, livres de qualquer forma adequada, capaz de aferir méritos cultural dos eleitos. Nestes votam todos - mormente nas faculdades de filosofia, constituídas de cursos diversos e matérias desconrelatas. [...] O voto numérico e incompetente decide a sorte das

capacidades científicas por mais um, menos um, representando semelhante votação, em última análise, apenas interesse subjetivo pelos catedráticos e catedráticas assim eleitos... Como se não houvera, neste país, leis e regulamentos da espécie, [...] Dêsse modo - sem o critério legal de PESO CERTO E COMISSÃO EXAMINADORA ESPECIALIZADA, para a seleção ou concurso de seu corpo docente supõe-se que as faculdades progridem, porque não faltam alunos. Ora, isto é argumento apenas para o nosso aumento demográfico. [...] Em suma: vota-se e elege; não se examina nem julga. Enquanto escolas secundárias exigem concursos regulares, registros, etc., as faculdades, assim procedem, alheias à seleção real, autênticas, só aferível pelo critério legal dos concursos (Folha do Oeste, 1962).

A publicização dessas informações, feita por Lourival Santos Lima, teve repercussão entre os próprios estudantes da FEFCL-PG. Pode-se observar, na ata da reunião do Conselho Administrativo do Diretório Acadêmico Joaquim de Paula Xavier (DAJPX), realizada em 26 de março 1962, que os estudantes discutiram o pedido de reconsideração de Lourival Santos Lima referente à escolha do professor no concurso, no qual alegava ter sido injustiçado, pois possuía maior número de títulos do que a candidata eleita. Na reunião, o presidente do Conselho, Daniel Albach Tavares⁷⁷ “[...] apoia a reconsideração do Prof. Lourival Santos Lima, enaltecendo qualidades no mesmo, e apontando falhas na escolha de Professor para a cadeira vaga”. O mesmo afirmou que “[...] houve empate na votação, sendo então desempatado em favor da Professora, diz ainda o [...] Presidente que o referido mestre possui nada menos que 18 anos de magistério, contra somente 18 meses da outra concorrente, e qual foi escolhida”, isso “[...] torna bem claro que o Prof. Lourival Santos Lima prova que os seus títulos possuem mais valor que os da outra Professora” (Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, 1962).

Mesmo não tendo silenciado diante da situação em que se sentiu prejudicado, nem poupado esforços para que a decisão do concurso fosse reavaliada, Lourival Santos Lima não foi docente na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras. Não se pode deixar de considerar que um dos interesses dos professores que projetaram a FEFCL-PG ao participarem desse grupo pode ter sido a possibilidade de criar um espaço onde pudessem trabalhar com o ensino superior em Ponta Grossa posteriormente. Mas, como vimos, isso pode ter trazido algum benefício inicial para a inserção dos professores na FEFCL-PG, mas não foi algo permanente, já que a instituição era atravessada por questões dinâmicas de ordem política, social e econômica, o que interferia nos jogos de poder que se estabeleceram dentro da

⁷⁷ Daniel Albach Tavares (1937-2016) foi, posteriormente, o terceiro Reitor da UEPG, de 1978 a 1983.

Faculdade, ora deixando os indivíduos em vantagem, ora podendo colocá-los em desvantagem.

Vale ressaltar que a atuação dos integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG não se restringiu apenas a essa instituição. O ensino superior em Ponta Grossa, na década de 1950, teve significativos avanços com a criação de outras Faculdades - a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa (1952), que foi desmembrada, em 1966, na Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa, e na Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa; e a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa (1954). No próximo capítulo, abordaremos a expansão do ensino superior em Ponta Grossa, marcada por disputas de poder e pelas atuações não retílineas dos professores da comissão de criação da FEFCL-PG nessa modalidade de ensino.

CAPÍTULO 3 – FACULDADES DA DÉCADA DE 1950 EM PONTA GROSSA

Firmaremos definitivamente em nossa terra o segundo Centro Universitário do Paraná, criando uma consciência mais arejada no estudante pontagrossense e com a extraordinária vantagem de fixar, entre nós uma geração de moços que não mais precisará dispersar-se por este Brasil a fora.

(Diário dos Campos)

3.1 FACULDADE ESTADUAL DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE PONTA GROSSA

Quando Ângelo Ferrario Lopes (PSD) perdeu para Bento Munhoz da Rocha Netto (PTB) nas eleições de 1950 para governador do Paraná, o jornal de Ponta Grossa *Diário dos Campos*, que antes era de oposição, passou a ser situacionista. Essa é a principal diferença entre a instalação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa; dessa vez, houve apoio da imprensa local.

A criação da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia também teve relação com a política. O já mencionado José Hoffmann, redator-chefe do jornal *Diário dos Campos*, após a eleição de 1950 tornou-se deputado estadual pelo PTB e também o “[...] grande interlocutor da cidade junto ao Governo do Estado. Com Hoffmann e outras figuras representativas do município, [...] surge o movimento para a abertura de uma segunda faculdade” (Frasson, 2002, p. 139).

As primeiras notícias da imprensa sobre a intenção de criar uma Faculdade de Farmácia e Odontologia em Ponta Grossa datam do início do ano de 1952. Mário Lima Santos, integrante da comissão de criação da FEFCL-PG e colunista no jornal *Diário dos Campos*, publicou no dia 8 de janeiro de 1952 que: “[...] há já alguns meses, tivemos a grata satisfação de tomar conhecimento de um louvabilíssimo movimento, visando a criação entre nós de uma Faculdade de Farmácia e Odontologia” (*Diário dos Campos*, 1952).

Mais uma vez a imprensa foi usada como meio de reivindicar a criação de uma nova faculdade e para isso veiculou argumentações que pudessem respaldar a instalação de outro estabelecimento de ensino superior. Isso pode ser observado na continuação da mesma notícia citada anteriormente:

São inúmeras as vantagens com uma Faculdade de Farmácia e Odontologia, vantagens tão evidentes que compensam todos os riscos e dificuldades: um estabelecimento que em três anos forma duas turmas de profissionais! Isso no que diz respeito aos que da Organização vão se valer. Por outro lado, há, ainda, os proveitos de ordem material, financeira e administrativa, concretizados na circunstância de se tratar de duas faculdades geminadas,

com o mesmo prédio e instalações, a mesma administração e o mesmo corpo docente (Diário dos Campos, 1952).

Outra argumentação trazida pelo Diário dos Campos, no dia 9 de janeiro de 1952, era a de que a cidade já tivera uma Escola de Farmácia e Odontologia, com estrutura e elevado número de alunos, mas que encontrou obstáculos impostos por aqueles que não desejavam o seu prosseguimento, sendo obrigada a encerrar as atividades. Entretanto, agora, “Em alguma cousa em prol da cultura e do preparo profissional da nossa mocidade os govêrnos deveriam recordar-se da Capital Cívica do Paraná” (Diário dos Campos, 1952).

Na projeção da Faculdade de Farmácia e Odontologia, Mário Lima Santos também esteve envolvido. Dessa vez, já possuía experiência anterior com a criação da FEFCL-PG, tomou a iniciativa e se cercou de outros quatro homens nesse novo intento. Em 8 de janeiro de 1952, o Diário dos Campos menciona que:

Na sessão de ontem da Câmara Municipal o dr. David Federmann, ilustre presidente da edilidade ponta-grossense em atenção a um convite que lhe formulou o dr. **Mário Lima Santos** Presidente da Comissão Executiva da Campanha Pró-Faculdade de Farmácia e Odontologia escolheu os ilustres vereadores: Dr. **Heitor Ditzel**, **Arthur Nadal** e **João Ricardo Borell du Vernay** para, sob a presidência do distinto vereador e presidente do Legislativo, Dr. **David Federmann** constituírem a comissão de representantes do município (Diário dos Campos, 1952, grifo nosso).

A comissão foi assim constituída: Mário Lima Santos, David Federmann, Heitor Ditzel, Arthur Nadal e João Ricardo Borell du Vernay; vejamos, no quadro a seguir, algumas características desses integrantes:

Quadro 10 – Integrantes da comissão de criação da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa (1952)

(continua)

MEMBRO	CARREIRA	CARGOS POLÍTICOS
ARTHUR NADAL (1907-1991)	Industrial, teve uma fábrica de produtos suínos; foi presidente da Associação Comercial, Industrial e Rural de Ponta Grossa. Foi do Conselho Fiscal do Jockey Club Pontagrossense (1956-) e do Operário Ferroviário Esporte Clube (1967-).	-Vereador de Ponta Grossa pelo Partido Republicano (1951-1955, 1959-1962); -Ocupou a presidência da Câmara Municipal de Ponta Grossa em 1953 e a vice-presidência em 1962; -Candidato a prefeito de Ponta Grossa pelo MDB (1968).

Quadro 10 – Integrantes da comissão de criação da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa (1952)

(conclusão)

MEMBRO	CARREIRA	CARGOS POLÍTICOS
DAVID FEDERMANN (1922-1980)	Médico do Hospital 26 de Outubro, fundador do Hospital São Lucas, professor no Colégio Regente Feijó e na Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa.	-Vereador de Ponta Grossa pelo PSD (1951-1955, 1963-1966); -Ocupou a vice-presidência (1951) e presidência (1952 e 1955) da Câmara Municipal de Ponta Grossa; -Candidato a prefeito de Ponta Grossa pela UDN (1955); -Deputado Estadual pelo ARENA (1967-1983).
HEITOR DITZEL (1919-1972)	Professor, contabilista, foi redator chefe/jornalista do Diário dos Campos e Jornal da Manhã. Sócio efetivo do Centro Cultural Euclides da Cunha. Participou da comissão encarregada da elaboração dos estatutos do Instituto Histórico e Geográfico de Ponta Grossa (1957). Fundador do Colégio Comercial Estadual de Ponta Grossa, no qual foi o primeiro diretor e também professor das disciplinas de Ciências Contábeis e Humanidades.	-Vereador de Ponta Grossa pelo PSD (1947-1950; 1951-1954); -Ocupou a presidência da Câmara Municipal de Ponta Grossa (1948-1950); -Vice-presidente do diretório municipal de Ponta Grossa do PSD (1949-); -Prefeito de Ponta Grossa pelo PSD (1951).
JOÃO RICARDO BORELL DU VERNAY (1907-1975)	Graduado em Agronomia pelo Instituto Zootécnico (RJ) e em Ciências Políticas e Sociais pela FFCL-PR. Foi redator do jornal Diário dos Campos. Sócio efetivo do CCEC. Secretário da Comissão de Estradas e secretário da Fazenda Experimental de Criação, secretário da FEFCL-PG e subsecretário do Clube Pontagrossense (1940). Foi diretor-técnico do Guarani Esporte Clube (1932) e presidente (1942). Fez parte do Conselho de Julgamento Fiscal da Liga Regional de Futebol (1942) e foi presidente da Liga Desportiva de Ponta Grossa. Foi inspetor regional e professor no Colégio Regente Feijó e Colégio Agrícola Augusto Ribas.	-Vereador pela UDN (1951-1954).
MÁRIO LIMA SANTOS (1905-1972)	Advogado, graduado em Direito na Faculdade de Direito do Paraná. Redator de diversos jornais. Presidente da Junta de Conciliação e Julgamentos de Ponta Grossa (1937-1941), da subseção da Ordem dos Advogados de Ponta Grossa e do Clube dos advogados (1949-?). Consultor jurídico da Comissão dos Professores Secundários do Interior; consultor jurídico do município; relator geral da Comissão de Educação e Cultura da Conferência de Ponta Grossa (1947); professor na Escola Normal e na Academia Ponta-grossense de Comércio; secretário da FEFCL-PG, professor-fundador (Teoria Geral do Estado e Direito Judiciário Civil e Direito Judiciário Civil) e Diretor da Faculdade de Direito de Ponta Grossa.	-Foi Secretário do Diretório Municipal e membro do Departamento Jurídico do PSD.

Fonte: a autora.

Nota: Esse quadro foi construído com informações baseadas na pesquisa com diversas fontes documentais espalhadas nos acervos consultados, as quais se encontram listadas no Apêndice B.

A partir das informações do quadro, ressaltamos que, apesar de os membros serem de áreas diferentes (comércio, medicina, contabilidade, agronomia e direito), em 1952, ano de constituição da comissão, com exceção de Mário Lima Santos, todos eram vereadores em Ponta Grossa, sendo que David Federmann era inclusive presidente da Câmara Municipal. Possivelmente esses indivíduos foram convidados estrategicamente por Santos em razão da posição política que ocupavam, pois não é possível instalar uma faculdade fora da via política. Nesse caso, não se pode atribuir essa articulação a uma questão estritamente político-partidária, uma vez que os membros não pertenciam a apenas um partido - Arthur Nadal era do Partido Republicano (PR); David Federmann, Heitor Ditzel e Mário Lima Santos eram do PSD; e João Ricardo Borell du Vernay era da União Democrática Nacional (UDN).

Outros deputados estaduais do Paraná também apoiaram o projeto, como informa o jornal *Diário dos Campos* em 8 de janeiro de 1952: “[...] na Capital do estado aludida caravana será integrada, também, pelos [...] srs. Deputados José Hoffmann, Dr. João Vargas de Oliveira, Dr. Amadeu Pupi e Dr. Chafic Cury” (*Diário dos Campos*, 1952). Entre esses, os partidos também variavam: José Hoffmann era do PTB, João Vargas de Oliveira era da UDN, Amadeu Pupi era do PRP e Chafic Cury era do PR.

A articulação desses representantes políticos na Assembleia Legislativa do Paraná e na Câmara Municipal de Ponta Grossa logrou êxito. José Hoffmann foi autor do projeto de lei que criou e instituiu a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa. Em 11 de julho de 1952, o jornal *Diário dos Campos* noticiou:

O ilustre deputado trabalhista Gastão Vieira de Alencar um dos mais operosos parlamentares parananenses proferiu, na qualidade de membro da Comissão da Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, parecer favorável ao projeto de lei de autoria do deputado José Hoffmann, objetivando a fundação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa (*Diário dos Campos*, 1952).

Pouco tempo depois, em 16 de setembro de 1952, o governador Bento Munhoz da Rocha Netto criou a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa pela Lei Estadual nº 921 (Paraná, 1952). Após isso, para que a instituição pudesse começar a funcionar, houve um árduo caminho a ser percorrido e foi necessário o cumprimento de formalidades estabelecidas pela Diretoria do Ensino Superior, como a escolha de um espaço físico e a aquisição dos materiais necessários para os cursos de Farmácia e Odontologia. David Federmann comentou que, após ir ao Rio de Janeiro enquanto parte da comissão especial em prol da Faculdade,

observou “[...] com os próprios olhos, a severidade, aliás justificável, da Diretoria do Ensino Superior nas questões atinentes à criação e ao funcionamento de escolas de nível universitário” (Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, 1954b).

No ano seguinte, o governo federal autorizou o funcionamento da Faculdade por meio do Decreto nº 33.338, de 21 de julho de 1953, e o início das atividades didático-pedagógicas ocorreu em 1954. O primeiro diretor escolhido foi o médico José de Azevedo Macedo (1889–1960), que, conforme noticiado no jornal *Diário da Tarde* em 1º de outubro de 1934, formou-se em 1916 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, especializou-se em obstetrícia e, na sequência, mudou-se para Curitiba, onde passou a lecionar na Faculdade de Medicina do Paraná. Em 1924, mudou-se novamente para Ponta Grossa, onde fundou e foi presidente da Sociedade Médica de Ponta Grossa e do Jockey Club Pontagrossense.

José de Azevedo Macedo pertencia a uma família influente, composta por políticos e comerciantes de erva-mate, e vale ressaltar que dois de seus irmãos eram advogados que atuaram no ensino superior em Curitiba. Um dos irmãos era Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (1872–1955), que foi, entre outras atividades, professor fundador da Universidade do Paraná e deputado estadual do Paraná por vários mandatos. Outro irmão era João Ribeiro de Macedo Filho (1883–1949), que foi secretário-geral e secretário da Fazenda do Paraná e, na Universidade do Paraná, exerceu os cargos de secretário, vice-reitor e reitor (1948–1949).

Em diálogo com Oliveira (2018, p. 39), essas relações demonstram que “[...] a família é unidade social, família é um elemento ativo no campo político”. Conforme o autor, muitas questões não são decididas apenas no campo político, pois já vêm definidas no âmbito familiar. O sobrenome Macedo possuía prestígio no Paraná, inclusive no que se refere ao ensino superior, e, considerando que os processos de socialização que ocorrem no interior da família refletem na estruturação da sociedade, os laços consanguíneos foram determinantes na escolha de José de Azevedo Macedo como diretor da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa.

Uma de suas primeiras ações enquanto diretor foi a indicação dos professores, o que resultou no Decreto Estadual nº 11.814, de 24 de fevereiro de 1954, assinado por Bento Munhoz da Rocha Netto (Anexo L). Alguns dias depois, em 27 de fevereiro, o jornal *Diário dos Campos* publicou a seguinte nota sobre isso:

Devidamente autorizada pelo sr. Secretário de Educação e Cultura e de acordo com o decreto assinado pelo sr. Governador do Estado, o dr. José de Azevedo Macedo digno diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia, deu posse ante-ontem, aos professores do primeiro ano desse estabelecimento de ensino superior, - os Drs. Amadeu Puppi, para a cadeira de Anatomia; Dr. José de Azevedo Macedo, para a de Fisiologia; Dr. David Federmann, para a de Histologia e Microbiologia; Dr. Romeu Prestes Matar, para a de Metalurgia e Química Aplicada, do Curso de Odontologia; Dr. José Pinto Rosas, para a cadeira de Zoologia e Parasitologia; Dr. Jaime Gusman, para a de Botânica; Dr. Abrão Federmann para a de Física Aplicada à Farmácia e Dr. Antonio Russo para a de Química Organizada para o curso de Farmácia (Diário dos Campos, 1954).

Dentre os docentes mencionados, destacamos a presença do próprio diretor, José de Azevedo Macedo; de Amadeu Puppi, radicado em Ponta Grossa e um dos deputados estaduais que apoiaram a criação da Faculdade; dos irmãos que também haviam sido professores no Colégio Regente Feijó - David Federmann, que era presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa e havia integrado a comissão Pró-Faculdade de Farmácia e Odontologia, e Abrahão Federmann⁷⁸, médico cardiologista; e de José Pinto Rosas, já tratado nos capítulos anteriores, pois havia sido membro da comissão de criação da FEFCL-PG, professor-fundador e último diretor da Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa.

A Faculdade de Farmácia e Odontologia foi instalada no mesmo prédio em que funcionava a FEFCL-PG desde 1952, situado em frente à Praça Barão do Rio Branco. Para o funcionamento dos cursos, houve a reorganização do espaço e a incorporação de diversos equipamentos. Nas imagens a seguir, podem ser observadas duas das salas estruturadas para aulas práticas⁷⁹:

⁷⁸ Abrahão Federmann era amigo de Faris Michael. Segundo Wanke (1999, p. 232), Abrahão Federmann e sua esposa, Helena Berger, foram intermediários do primeiro encontro entre Michael e sua futura esposa, Amélia de Oliveira Oberg, em 1954. Posteriormente, inclusive, foram padrinhos de casamento do casal.

⁷⁹ Conforme maquete do Relatório de setembro de 1954, tinha o laboratório de farmácia química, química industrial e química tecnológica; laboratório de química analítica, farmacologia e farmácia galênica; laboratório de química orgânica, física e botânica; laboratório de histologia, microbiologia, fisiologia e parasitologia; laboratório de prótese dentária; anfiteatro de anatomia e clínica odontológica (Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, 1954c, s.p.).

Figura 20 – Fotografia do Laboratório de farmácia química, química industrial e química tecnológica (1954)



Fonte: FACULDADE ESTADUAL DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE PONTA GROSSA. Relatório setembro de 1954. Ponta Grossa, 1954c.

Figura 21 – Fotografia da Clínica Dentária (1954)



Fonte: FACULDADE ESTADUAL DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE PONTA GROSSA. Relatório setembro de 1954. Ponta Grossa, 1954c.

O primeiro exame de vestibular ocorreu nos primeiros dias de 1954, com 40 vagas para o curso de Farmácia e 40 vagas para o curso de Odontologia. Para o curso de Farmácia, inscreveram-se 27 candidatos e foram aprovados 8 alunos; para o de Odontologia, inscreveram-se 52 candidatos e foram aprovados 24 alunos. Como o número de aprovações não foi significativo, o diretor José de Azevedo Macedo, com base no Regimento Interno da Faculdade, abriu um novo edital, divulgado nas rádios locais e na imprensa, para a realização de um novo exame de vestibular. Dessa vez,

para o curso de Farmácia candidataram-se 27 pessoas e foi aprovada apenas uma; para o de Odontologia, candidataram-se 35 pessoas e foram aprovadas 7. Assim, a primeira turma de Farmácia iniciou com 9 alunos e a de Odontologia com 31 alunos (Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, 1954c, p. 3). Sobre o número de candidatos aprovados, o inspetor federal Ovídio Bittencourt Ribas faz as seguintes considerações:

É verdade que esse número não atingiu o limite de vagas; mas não por desinteresse da classe estudantil e sim pelo seu descuido, pois não se prepararam como deviam para o concurso de habilitação, havendo por isso alto número de reprovações (Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, 1954c, p. 6).

Nessa argumentação, podemos verificar o problema da não aprovação nos vestibulares, já mencionado no primeiro capítulo, que Mário Lima Santos apontou em seu artigo *Alguma coisa errada no ensino secundário* (O Dia, 1949), no qual atribuiu como causa a falta de preparo dos professores, indicando que a formação na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa poderia contribuir para enfrentar essa questão. Contudo, essa não seria uma decorrência imediata, perceptível já em 1954, uma vez que as primeiras turmas da FEFCL-PG eram recém-formadas. O ponto aqui não é encontrar culpados, mas compreender o contexto de instalação das faculdades, que foram efetivadas mesmo sem o preenchimento total das vagas, como também ocorreu no primeiro ano de funcionamento da FEFCL-PG⁸⁰.

Após os exames de vestibular, em 15 de março de 1954, foi inaugurada solenemente a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa. Conforme a ata registrada nesse dia, José de Azevedo Macedo “[...] se expressou sobre a grandeza e importância do acontecimento, dizendo que Ponta Grossa se mostrava orgulhosa e contente por alcançar mais uma escola de nível superior”. Na mesma ocasião, o diretor comentou que não pouparia esforços para que a Faculdade “fosse um estabelecimento modelo, pois a preferia fechada a aberta e desmoralizada. Os erros de ontem são desculpáveis - continuou ele - mas os de hoje são imperdoáveis, pois constituem verdadeiros crimes”. Para isso, pediu a cooperação dos

⁸⁰ Cabe ressaltar, que as matrículas da FEFCL-PG não diminuíram com o início das atividades pedagógicas da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia, em 1954, como apontou o relatório do primeiro semestre de 1954 da FEFCL-PG: “Apesar da criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia nesta cidade a matrícula desta Faculdade não apresentou diminuição alguma, fato esse que bem atesta a eficiência do ensino aqui ministrado e o bom conceito que o estabelecimento desfruta nesta cidade” (Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, 1954c).

professores, dos alunos e dos funcionários (Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, 1954a).

Nessa fala, é possível notar uma alusão ao fechamento da primeira instituição de nível superior em Ponta Grossa, a Escola de Farmácia e Odontologia, que, inclusive, atuava nas mesmas áreas da que estava sendo instalada. Dessa forma, para que não ocorresse o mesmo desfecho, é perceptível que houve cautela no processo de criação e, em especial, nos primeiros anos de funcionamento da Faculdade, até o reconhecimento dos cursos de Farmácia e Odontologia, o qual seguia o Decreto Federal nº 421, de 11 de maio de 1938, legislação que regulava o funcionamento dos cursos de ensino superior.

No relatório de agosto de 1956 da Faculdade, observamos que há menção a esse decreto relacionado à autorização do governo federal, bem como a apresentação de uma justificativa para cada condição estabelecida pelo Artigo nº 4, as quais serão analisadas a seguir:

- a) se a entidade de caráter público ou privado, que se propuser instituir o curso, demonstrar que possui capacidade financeira para manter, de modo satisfatório, o seu integral funcionamento e que dispõe de edifícios e instalações apropriadas, sob o ponto de vista pedagógico e higiênico ao ensino a ser ministrado;
 - b) se o estabelecimento dispuser de aparelhamento administrativo, regular, sobretudo no que se refere à sua gestão financeira;
 - c) se a organização administrativa e didática proposta para o curso obedecer às exigências mínimas fixadas na lei federal;
 - d) se for demonstrada a capacidade moral e técnica do corpo docente que o estabelecimento pretenda utilizar;
 - e) se ficar desde logo fixado o limite da matrícula, para cada série do curso, à vista da capacidade das instalações disponíveis;
 - f) se a localidade onde o curso vá ser instalado possuir as condições culturais necessárias ao seu regular funcionamento;
 - g) se a criação do curso representar real necessidade sob o ponto de vista profissional ou manifesta utilidade de natureza cultural.
- Parágrafo único. O requerimento de autorização prévia deverá ser acompanhado de documentação que prove a satisfação das exigências constantes deste artigo. O ministro da Educação e Saúde determinará, a realização das diligências necessárias à verificação do cumprimento das aludidas exigências (Brasil, 1938).

Em alguns trechos das justificativas presentes no relatório de agosto de 1956 da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, percebe-se que foram elencados diversos motivos para legitimar a autorização da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia, o que fornece indícios de que esse processo não foi simples. Argumenta-se que Ponta Grossa apresentava densidade populacional crescente, estava situada em posição geográfica estratégica e dispunha de comércio

ativo, além de diversos estabelecimentos educacionais e instituições culturais, literárias e artísticas. Também se mencionam as pessoas que não tinham condições financeiras de se deslocar para Curitiba a fim de cursar o ensino superior e o fato de que essa cidade não dispunha de vagas suficientes nos cursos de Farmácia e Odontologia para atender ao número de candidatos que a procuravam. Por sua vez, Ponta Grossa vinha atraindo estudantes de cidades vizinhas e até mesmo de outros estados. Dessa maneira, “Observando a cidade de Ponta Grossa em seus vários aspectos, chegamos à conclusão de que, efetivamente, é essa cidade, no Paraná, o lugar mais indicado para a instalação de uma escola superior” (Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, 1956).

Alguns meses depois, a Faculdade obteve o reconhecimento definitivo e foi oficializada pelo Decreto Federal nº 40.445, de 30 de novembro de 1956. Logo na sequência, em dezembro, ocorreu a formatura das primeiras turmas do estabelecimento. Dos 40 alunos que se matricularam, 38 concluíram a Faculdade. Vejamos, em seguida, a notícia de 11 de dezembro de 1956 do jornal O Dia:

Figura 22 - Notícia sobre a formatura da primeira turma da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa

30 DENTISTAS E 8 FARMACÊUTICOS FORMAM A PRIMEIRA TURMA EM PONTA GROSSA

— OS NOVOS PROFISSIONAIS —

Ponta Grossa exulta de orgulho e satisfação pelo fato de que o ano em curso apresenta a formatura de sua primeira turma de Odontólogos e Farmacêuticos, pertencentes aos quadros universitários da sua Faculdade Estadual de Farmácia.

Ela é integrada por 30 Odontólogos e 8 Farmacêuticos, tendo como Patrono e Governador Lúcio e como Patrono respectivamente os professores dr. Othon José do Nascimento e dr. Mário Braga Ramos. Figuram como homenageados especiais os professores drs. Manoel Lôbo da Silva Brasil, Nelson Liro Coubert, Luiz Flávio de Araújo, José da Silva Ribeiro, Othon José do Nascimento, Mário Pereira Araújo, Fernando Machuca, Innocencio Ivo T. Guimarães, Mário Braga Ramos, Mieczyslaw Adolfo Celinski, Francisco Ailly Gevaerd, Fulton Vitól B. de Macedo, Gabriel de Paula Machado, Raul Pimentel, Alfredo Berger, Carlos Deszaunet Netto, Amadeu Puppi, José de Azevedo Macedo, David Federmann, Osmário Pimentel dos Santos, Antonio Russo, Abranção Federmann, Jayme Gussmann e Leopoldo Pinto Rozas, além do Inspetor Federal Ovidio B. Ribas e Secretário Edgar Zanoni.

Ponta Grossa enfileira-se, destarte, aos centros de Ensino Superior do país, cooperando sugestiva e magnificamente para dotar o mesmo e o Estado do Paraná em particular, de novos e brilhantes valores das nobres profissões escolhidas. Caminha ela para firmar-se no cenário educacional do Estado como uma das suas forças mais representativas e votadas às mais salutares e objetivas iniciativas.

E o Estado não pode, como tal não acontece, deixar de receber, com júbilo sincero, e por entre as mais francas manifestações de simpatia, a notícia sobre o honroso acontecimento, associando-se às manifestações de alegria dos recém formados, dos seus familiares e do povo pontagrossense em geral.

A seguir, registramos a nomenclatura dos formandos e que obedecem à seguinte ordem:

FARMACOLANDOS: — Dorival de George Rosas, Fábio de Mello Bonilha (orador), Horácio Droppa, Hertz Buffara, Ivete Erthel de Oliveira, Martin de Mello Bonilha, Paulino Hermerschmidt, Wilson Gonçalves Gonçalves.

ODONTOLANDOS: — Antonio Baptista de Souza, Antonio Osiris de Lima, Antonio Salles Lobo, Aurelio Grot, Alcides Marques Figueira, Dullio Rizenal, Dircen Szepilowski, Gerdt Glebel, Hamilton de Oliveira, Matsue Ueno, Henrique Federmann, Iran Salles Rosa, João Baptista de Oliveira, João Pedro Schoedre, Luiz Carlos G. de Oliveira, Manoel Pereira Pinto, Nelson Santos Mitke, Osni Vilaca Mongruel, Osvaldo Scheffer Portela, Paula Vieira Lisboa, Paulo Roberto Costa, Reni Moreira, René Sabbash, Raimundo Luiz Silveira Fontes, Radail Maria da Silva, Rangel de Souza Muller, Thiago Gomes de Oliveira (orador), Ubaldo, Cano Rodrigues, Valdomiro Honko.

Fonte: Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Observa-se, na notícia, mais uma semelhança com a FEFCL-PG: os formandos da primeira turma também decidiram homenagear Moysés Lupion, desta vez como patrono, ele que havia retornado ao cargo de governador do estado (1956-1961). Apesar disso, não foram identificadas ligações partidárias explícitas entre a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa e qualquer partido político específico, como ocorreu no caso da FEFCL-PG com o PSD.

Mesmo após a formatura da primeira turma e o reconhecimento da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia, o destino da instituição permanecia incerto, e o temor do fechamento ainda a rondava, revelando a fragilidade estrutural e administrativa que marcava parte do ensino superior estadual naquele período. Índícios dessa situação podem ser encontrados em notícia publicada no jornal Última Hora, em 5 de junho de 1963, na qual afirma que “[...] as possibilidades de fechamento da escola são inúmeras, uma vez que existem deficiências no que diz respeito às instalações e laboratórios. A Faculdade ressentia-se também da falta de material”. O texto acrescenta que, “apesar de insistentes apelos do Diretor junto à Secretaria de Educação, [...] a deficiência continua e poderá ser um dos fatores que determinariam o fechamento do estabelecimento” (Última Hora, 1963).

A mesma notícia comenta que a inspeção poderia ocorrer a qualquer momento e, por isso, o ambiente era de expectativa entre os aproximadamente 100 alunos, uma vez que a possibilidade de continuidade dos estudos encontrava-se ameaçada. Em paralelo, já se cogitava, nos meios universitários, a organização de um movimento de protesto contra as autoridades responsáveis pela manutenção da instituição (Última Hora, 1963). Os protestos, contudo, não se concretizaram, pois a Faculdade não foi fechada; ainda assim, esse episódio demonstra, mais uma vez, que a falta de investimento de recursos financeiros por parte do governo constituiu uma preocupação constante, e que manter a instituição em funcionamento não foi uma tarefa simples.

3.1.1 O desmembramento

Uma década após a oficialização e a formatura da primeira turma da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, foi decretada a Lei Estadual nº 5.261, de 13 de janeiro de 1966, que desmembrou a referida Faculdade

em duas instituições: a Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa e a Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa.

A ideia de separação vinha sendo fomentada desde 1960 pelo corpo docente e, ano a ano, ganhava mais adeptos. Percebendo a situação, em 1956 o então diretor Jayme Gusman (1896–1984) convocou a Congregação da Faculdade para debater o assunto, em reunião realizada no dia 11 de novembro. Após a discussão, houve uma votação, na qual os professores decidiram, por unanimidade, pela separação da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia (Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, 1966, p. 2).

Após esse momento, para que a ideia se consumasse, foram tomadas as medidas cabíveis junto à Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná e à Superintendência do Ensino Superior, o que foi resolvido com a promulgação da Lei Estadual nº 5.261, de 13 de janeiro de 1966. Em 18 de março de 1966, foram nomeados os diretores de cada Faculdade, efetivando o desmembramento (Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa, 1966, s.p.). O primeiro diretor da Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa foi Fernando Machuca (1923–2002), professor da disciplina de Bioquímica; e o primeiro diretor da Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa foi Osmário Pimentel dos Santos (1920–1996), professor da disciplina de Materiais Dentários.

Na sequência, as Faculdades precisaram se adaptar à nova fase e se reorganizar no mesmo prédio de antes, situado em frente à Praça Barão do Rio Branco. A partir de então, tornou-se necessário dispor de mais um gabinete para os diretores, assim como de mais uma sala para os professores, outra biblioteca e outro arquivo morto, demandas que o espaço físico existente não comportava, tampouco as condições financeiras da instituição. Diante disso, foram realizadas uma série de adequações provisórias. A solução pensada para tais problemas foi a ampliação da planta do Edifício das Faculdades (Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, 1967, s.p.), situado na Praça Santos Andrade, a qual só foi concluída depois da criação da UEPG.

3.2 A POSSIBILIDADE DA CRIAÇÃO DE UMA ESCOLA DE AGRONOMIA E VETERINÁRIA

Em 1953 foi preconizada a ideia de criação de outra instituição de ensino superior em Ponta Grossa, a Escola de Agronomia e Veterinária⁸¹. A iniciativa partiu de estudantes, que buscaram apoio inclusive do jornal O Dia, sediado em Curitiba. Na edição de O Dia de 12 de março de 1954, foi transcrito o seguinte apelo:

Parece nos ser muita ousadia que estudantes de uma cidade do interior do estado, venham pleitear junto a um jornal da capital, apoio para seus ideais mas, [...]. vimos nós estudantes de p. grossa, apelar a esse prestigioso jornal a fim de que nos empreste seu apoio para conseguirmos o funcionamento da escola de agronomia e veterinária de ponta grossa ainda este ano (O Dia, 1954).

Continuando, o jornal em questão afirma que se solidariza com a campanha e que prestará apoio. Em 6 de abril de 1954, o assunto retorna às páginas de O Dia: “Vem [...], mais uma vez, a mocidade [...], apelar para nosso jornal no sentido de que cooperemos juntamente com ela para que as autoridades competentes processem o expediente necessário, a fim de que possa aquela escola funcionar ainda este ano” (O Dia, 1954). Ressaltamos que o apoio das autoridades competentes era, de fato, essencial para que o projeto se efetivasse.

Nesse período, Bento Munhoz da Rocha Netto era governador do Paraná, mas, em abril de 1955, renunciou⁸² para assumir o Ministério da Agricultura no governo do então presidente do Brasil, João Café Filho, seu amigo próximo (Batistella, 2018, p. 69). Esse evento foi, conforme publicado no jornal Diário do Paraná em 29 de abril de 1955, um “[...] impedimento ao grande sonho de Ponta Grossa. Em consequência, uma série de providências não puderam ser tomadas, tais como a aprovação do quadro de professores e a aquisição de material escolar”; acrescenta ainda que “[...] Ponta Grossa terá que esperar mais um ano para ver realizada esta louvável iniciativa” (Diário do Paraná, 1955).

⁸¹ Não foi a primeira vez que foi pensada uma Faculdade dessa área em Ponta Grossa. Lourival Santos Lima em seu livro não publicado *Terra Coracional* afirmou: “Antes de cogitar-se uma Escola de Filosofia, Ciências e Letras, em Ponta Grossa, foi iniciado um movimento para a criação de uma Escola de Agronomia e Veterinária, lançado pelo Dr. Mário Lima Santos” (Lima, [19--]).

⁸² Após a renúncia, o deputado Antônio Annibelli, que era presidente da Assembleia Legislativa, ficou no cargo de governador do estado durante o mês de abril. Na sequência, para concluir o mandato de governador que seria de Bento Munhoz da Rocha Netto, uma eleição indireta elegeu Adolpho de Oliveira Franco para o cargo.

Em 13 de novembro de 1955, o jornal Diário do Paraná publicou o seguinte memorial, assinado por candidatos à Escola de Agronomia e Veterinária, destinado ao deputado estadual Antônio Annibelli, presidente da Assembleia Legislativa:

Senhores Deputados - Ponta Grossa há três anos aguarda com grande interesse o funcionamento da sua Escola de Agronomia e Veterinária; há três anos um considerável número de pontagrossenses - aguarda a oportunidade de poder ingressar no estudo de tão nobres e importantes carreiras.

[...]. Neste sentido dirigimos mais um apêlo aos homens públicos do Paraná, principalmente, aos senhores deputados; lídimos representantes do povo paranaense, a fim de levar avante a sublime missão de dotar o interior do Estado de escolas superiores.

[...]. O funcionamento da Escola de Agronomia e Veterinária de Ponta Grossa dependerá do apoio que lhe emprestarem os homens públicos do Estado, pois, até agora, a falta desse apoio, deu oportunidade para que se criasse uma série interminável de obstáculos, em prejuízo da coletividade e contrários ao progresso do Estado.

[...]. Senhores Deputados - em Vossas Excelências depositamos as nossas esperanças (Diário do Paraná, 1955).

As fontes a que tivemos acesso não explicitam o motivo pelo qual a Escola de Agronomia e Veterinária não se concretizou, embora tenham sido encontradas notícias sobre o assunto na imprensa até o ano de 1956. No entanto, é possível traçar algumas reflexões a partir das informações disponíveis acerca desse projeto e do processo de instalação das outras faculdades em Ponta Grossa.

A primeira questão é que o grupo de indivíduos que propunha essa ideia era composto por jovens estudantes e, por mais extraordinários que fossem, ainda se encontravam em processo de formação. Não possuíam ensino superior, não eram professores, não eram filiados a partidos políticos nem ocupavam cargos de poder, fatores que, para o objetivo que almejavam, mostravam-se relevantes.

Mesmo que, para obter apoio, os estudantes tenham tentado estabelecer alianças estratégicas com a imprensa e com lideranças políticas, isso não foi suficiente. Nas notícias de O Dia citadas anteriormente, o jornal fez questão de pontuar que foram os estudantes que solicitaram apoio e que o próprio jornal, por sua vez, estava se solidarizando e divulgando aquelas informações, o que o coloca em uma posição de superioridade simbólica. A notícia poderia ter sido redigida de outras formas, sem mencionar diretamente a fala dos estudantes ou sem deixar explícito que aquela publicação decorria de um pedido desse grupo. Afinal, muitas notícias são produzidas a pedido de indivíduos ou de grupos, mas esse aspecto, em geral, não aparece nas versões finais publicadas.

Ainda que a Escola de Agronomia e Veterinária pudesse trazer diversos benefícios, não era apenas o conteúdo da fala dos estudantes que estava em jogo. Sob a perspectiva de Pierre Bourdieu (1983), a linguagem desse grupo não era socialmente autorizada, o que se refletia na forma como suas falas eram recebidas pela sociedade. Isso incluía, inclusive, os indivíduos que atuavam nos bastidores da própria imprensa e detinham poder para decidir de que maneira essas informações seriam divulgadas.

Aqui temos um bom exemplo de que a vontade individual, por si só, não era nem é suficiente para a instalação de uma instituição de ensino superior. O poder é relacional, e a posição que os indivíduos ocupam dentro de uma rede de interdependências tanto amplia possibilidades quanto limita ações; a questão não se restringia apenas à Escola de Agronomia e Veterinária, mas a quem defendia a sua instalação, quais recursos sociais e simbólicos eram mobilizados e qual posição esses sujeitos detinham nos jogos de poder. As possibilidades de ação estavam condicionadas pelo status, pelo prestígio e pela capacidade de monopolizar elementos como conhecimento, reconhecimento público, autoridade e articulação política, tal como sugere Elias (1984, p. 53) em sua reflexão sobre o poder como relação.

É possível que, caso a Escola de Agronomia e Veterinária tivesse sido projetada por outro grupo, o projeto tivesse obtido êxito. Por essa razão, nesta pesquisa, interessamo-nos em identificar quem eram os indivíduos que fizeram parte das comissões de criação das Faculdades e em compreender como eles se articulavam entre si, pois suas posições nas redes de sociabilidades influenciaram diretamente as chances de êxito ou de fracasso dos projetos educacionais que defendiam.

3.3 FACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DE PONTA GROSSA

Em 1953, também foi iniciada outra campanha em Ponta Grossa para a instalação de uma Faculdade Estadual de Direito. A comissão que dirigia esse movimento surgiu a partir do Colégio Estadual Regente Feijó, sendo possível observar aspectos desse processo na notícia do jornal O Dia de 4 de julho de 1953:

Figura 23 - Notícia da campanha pró Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa

Campanha Pró Faculdade Estadual de Direito em Ponta Grossa

O Diretor d' "O Dia", deputado Hélio Setti, recebeu a seguinte honrosa comunicação:

— Temos a grata satisfação de trazer ao conhecimento de V. Excia. que, em data de ontem, fundamos nesta cidade o movimento denominado "CAMPAIGNA PRÓ FACULDADE DE DIREITO", com o objetivo de mobilizar a opinião pública do interior do Estado em favor da concretização daquele desiderato, preparando, ~~ampla~~ os aliceres da futura UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ.

Confando com o seu valioso apoio ao nosso movimento, bem como das pessoas gradadas desse município, antecipamos-lhe os nossos agradecimentos, apresentando-lhe, também os nossos protestos de elevada e distinta consideração.

Atenciosas Saudações

Prof. Dr. Mário Lima Santos — Presidentet — Prof. Dr. Faris A. S. Michaelle — Secretário.

A Comissão Dirigente desse movimento, que nasceu dentro dos corpos docente e discente do Colégio Estadual "Regente Feijó", em memorável assembleia desse Estabelecimento, por aclamação de seus elementos, ficou assim constituída:

Presidente: Prof. Dr. Mário Lima Santos

~~Secretário: Prof. Dr. Faris A. S. Michaelle~~

Vice-Presidente: Prof. Dr. Raul Pinheiro Machado

Secretário: Prof. Dr. Faris A. S. Michaelle

Tesoureiro: Prof. Dr. Othon Nascimento

Diretor de Propaganda, Sr. Abílio Holzhann

Comissão de Imprensa: Elzir Lacerda e Ottokar Hans Hoeldtke

Conselho Auxiliar: Prof. Bruno Eney, Prof. Antonio Armando Cardoso de Aguiar, Prof. Dr. Mário de Araujo, Dr. Eddie Santos Ribas e Prof. Dr. Erculano Torres Cruz.

Fonte: Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O comunicado foi assinado por Mário Lima Santos e Faris Michaelle, que, mais uma vez, estiveram à frente de um projeto de ensino superior e que, como mencionado no capítulo anterior, continuaram a atuar nesse viés mesmo após a instalação da

FEFCL-PG. Ambos tinham experiência nesse tipo de iniciativa e, dessa vez, a Faculdade era da mesma área de formação deles, o Direito. Para esse fim, cercaram-se de outros homens que se aproximavam deles principalmente pela atuação no Colégio Regente Feijó, como podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 11 – Características dos membros da comissão pró Faculdade de Direito de Ponta Grossa (continua)

MEMBRO	FUNÇÃO	CARREIRA	COLÉGIO REGENTE FEIJO
MÁRIO LIMA SANTOS (1905-1972)	Presidente	Advogado, presidente da Junta de Conciliação e Julgamentos de Ponta Grossa (1937-1941), da subseção da Ordem dos Advogados de Ponta Grossa e do Clube dos advogados (1949-?). Consultor jurídico da Comissão dos Professores Secundários do Interior; consultor jurídico do município; relator geral da Comissão de Educação e Cultura da Conferência de Ponta Grossa (1947); secretário da FEFCL-PG, professor na Escola Normal e na Academia Ponta-grossense de Comércio; professor-fundador (Teoria Geral do Estado e Direito Judiciário Civil) e Diretor da Faculdade de Direito de Ponta Grossa.	-Professor de filosofia e português; -Diretor (1946).
RAUL PINHEIRO MACHADO (1909-1974)	Vice-presidente	Advogado, formado na Universidade do Paraná. Foi presidente e vice presidente do Clube Pontagrossense; diretor de protocolo e orador oficial do Rotary Clube; tesoureiro do Jockey Club Pontagrossense; promotor público de Ponta Grossa e Irati; sócio do CCEC, membro da Comissão de Assuntos Jurídicos e Sociais do PSD; lecionou no Colégio Estadual do Paraná, no Colégio da Polícia Militar de Curitiba, na FEFCL-PG, na Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa e nos cursos de História, Geografia e Direito da UEPG.	-Aluno; -Professor de Economia Estatística; Sociologia; História da Civilização, Geral e do Brasil; -Diretor (1945-1946; 1951-1956).

Quadro 11 – Características dos membros da comissão pró Faculdade de Direito de Ponta Grossa

(continuação)

MEMBRO	FUNÇÃO	CARREIRA	COLÉGIO REGENTE FEIJO
FARIS ANTÔNIO SALOMÃO MICHAELE (1911-1977)	Secretário	Advogado; diretor da Página Literária do Jornal do Paraná; presidente-fundador e professor do Centro Inter-Americano; ocupou a 12ª Cadeira da Academia Paranaense de Letras; foi vice-presidente da Sociedade pontagrossense de amadores de astronomia; sócio correspondente do Grupo Americanista de Intelectuais e Artistas de Montevideú (1949-?); foi tesoureiro do Clube dos Advogados (1949-?); membro da Comissão de Educação e Cultura (Subcomissão de instrução pública) da Conferência de Ponta Grossa (1947); membro do PSD (1949-); fundador, sócio efetivo e presidente (1948-1977) do CCEC; diretor e redator do jornal Tapejara (1950-1976); diretor do Museu do CCEC Secção de Antropologia e Etnografia (1951-?); professor da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa; e na FEFCL-PG foi professor e primeiro chefe do departamento de Letras (1963-1966).	-Aluno formado na turma de 1931; -Professor catedrático de Inglês, Português e Espanhol.
OTHON JOSÉ DO NASCIMENTO (1915-?)	Tesoureiro	Farmacêutico, formado na Universidade do Paraná. Foi o 1º tesoureiro da Comissão de Professores Secundários do Interior (1948). Lecionou Química Farmacêutica na Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, e depois, na UEPG.	-Professor.
ABÍLIO HOLZMANN (1906-1991)	Diretor de Propaganda	Bacharel em Direito. Criou a “Rádio Verde” (1937) - ligada ao integralismo; foi diretor da Rádio Clube Pontagrossense (PR-J2), da Rádio Cultura do Paraná e da Rede Paranaense de Emissoras. Participou da diretoria do Guarani Esporte Clube como tesoureiro. Foi patrono da AAPG. Pelo PSD, foi presidente do Diretório de Ponta Grossa e Diretor do Serviço de Imprensa no governo de Moysés Lupion (1956-1957). Foi relator da subcomissão de rádio e divulgação da Conferência de Ponta Grossa (1947), e foi presidente do Sindicato das Empresas de Radiofusão (PR).	-

Quadro 11 – Características dos membros da comissão pró Faculdade de Direito de Ponta Grossa (conclusão)

MEMBRO	FUNÇÃO	CARREIRA	COLÉGIO REGENTE FEIJO
ELZIR LACERDA	Comissão de Imprensa	Contador.	-
OTTOKAR HANNS HOELDTKE (1931-1994)	Comissão de Imprensa	Trabalhou em rádio, jornal e foi revisor de editora. Foi sócio do CCEC.	-Aluno.
BRUNO ENEI (1908-1967)	Conselho Auxiliar	Doutor em Literatura pela Universidade de Florença, Itália. Escritor. Foi professor em diversas instituições na Itália e no Brasil. Na FEFCL-PG foi professor de Latim, Grego, Língua e Literatura Italiana e também livre-docente na Universidade do Paraná. Foi sócio do CCEC.	-Professor de Latim e Grego.
ANTONIO ARMANDO CARDOSO DE AGUIAR (1924-2010)	Conselho Auxiliar	Graduado em Geografia e História pela Universidade do Paraná. Foi professor no curso de Geografia e História da FEFCL-PG, e chefe do Departamento de Educação da mesma faculdade; supervisor do 2º Núcleo da Reforma do Ensino que criou a UEPG; Membro do Conselho Universitário e professor atuante em funções administrativas universitárias até sua aposentadoria na UEPG. Sócio efetivo e 1º Secretário (1948) do CCEC, além disso, ocupou diversas funções nessa instituição ao longo dos anos.	-Professor de Geografia Geral e do Brasil.
MÁRIO PEREIRA DE ARAÚJO (1922-?)	Conselho Auxiliar	Formado em química e farmácia pela Universidade do Paraná, foi professor na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa; conselheiro fiscal do Movimento Universitário Reformador (1950) e diretor do Departamento de Educação da Divisão da Delegacias de Ensino (1958-).	-Professor; -Diretor (1956-).
ÉDIPO (EDDIE) FERREIRA DOS SANTOS RIBAS (1915-1989)	Conselho Auxiliar	Poeta, advogado, e Promotor Público. Foi sócio efetivo do CCEC.	-Secretário.
HERCULANO TORRES CRUZ (1915-1983)	Conselho Auxiliar	Serviu ao Exército Brasileiro e foi formado em direito pela Universidade do Paraná. Foi vereador de Ponta Grossa pelo PTB (1955-1958); em 1957, foi vice-presidente da Câmara Municipal. Na FEFCL-PG lecionou as disciplinas de História Moderna e Contemporânea, no curso de Geografia e História.	-Aluno.

Fonte: A autora.

Nota: Esse quadro foi construído com informações baseadas na pesquisa com diversas fontes documentais espalhadas nos acervos consultados, as quais se encontram listadas no Apêndice B.

Dos 12 homens envolvidos no projeto, metade deles tinha formação em Direito, oito atuavam no Colégio Regente Feijó e, entre os que não atuavam, dois haviam sido ex-alunos. É desse núcleo que emerge a ideia, a qual, assim como nas demais iniciativas, buscou apoio por meio da divulgação na imprensa. Vejamos um trecho da notícia publicada em 27 de outubro de 1953 no jornal Diário dos Campos, de autoria de Abílio Holzmann, um dos membros da comissão:

A importância da criação da Faculdade de Direito em Ponta Grossa deve ser apreciado em conjunto com o estabelecimento dos cursos superiores em nossa cidade, uma lacuna que foi preenchida com o advento da FFCL. O que esse cometimento representou para Ponta Grossa, todos nós os sabemos. Rompemos o teto que limitava o ensino dos ciclos ginasias. Superamos uma situação que amordaçava o desenvolvimento intelectual de nossa comuna, progressistas sobre todos os aspectos menos no setor educacional. Prendíamos na divisa do município uma grande legião de jovens, impedida de completar os seus estudos pelas razões mais diversas (Diário dos Campos, 1953).

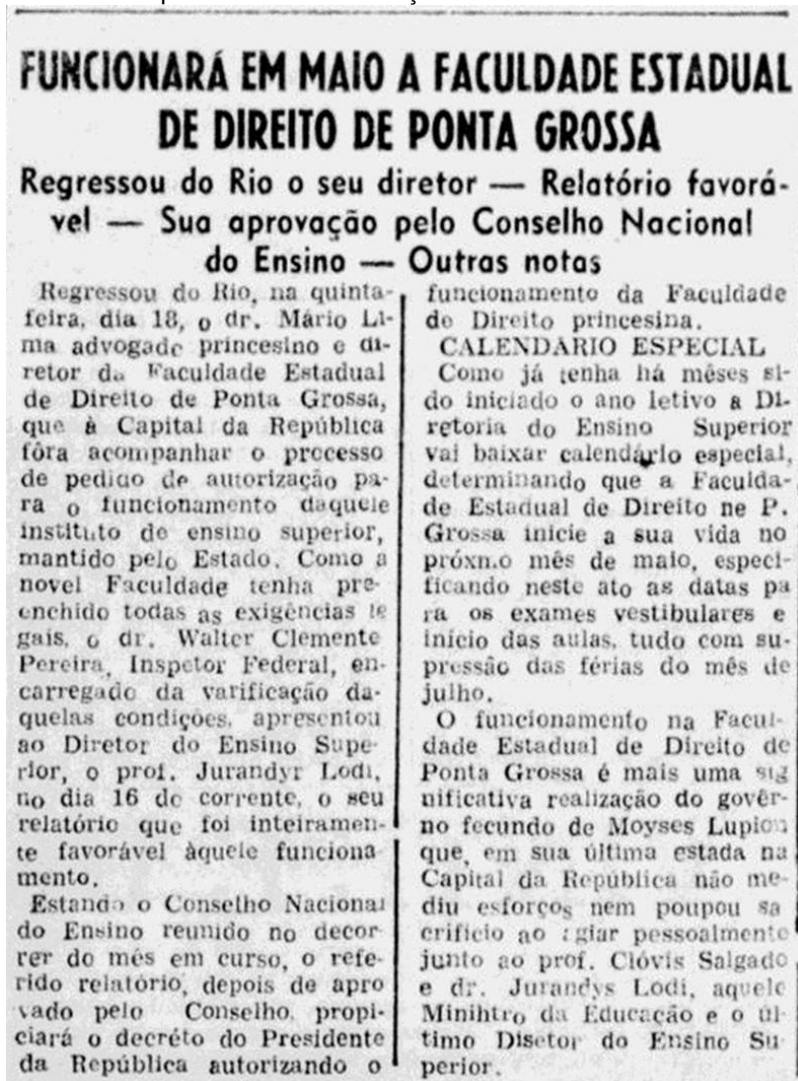
Além da divulgação na imprensa, as sociabilidades mobilizadas por essa comissão também desempenharam um papel central no processo. Faris Michaelle, inserido em uma ampla e significativa rede de relações intelectuais, convidou, em 1954, professores de outras cidades para integrarem o corpo docente da instituição que se encontrava em fase de projeção. Esses convites e suas repercussões podem ser identificados nas correspondências recebidas por Michaelle, nas quais os destinatários manifestam interesse e agradecem o convite - documentos hoje preservados no acervo do CCEC. Entre elas, destacam-se a carta de 23 de janeiro de 1954, enviada por Hamilton Portugal Soares Pereira, juiz em Castro (Pereira, 1954); a de 28 de janeiro de 1954, de Artur Heráclito Gomes Filho, juiz em Irati (Gomes Filho, 1954); e a de 8 de agosto de 1954, de José Virgílio Castelo Branco Rocha Filho, então residente em Laranjeiras do Sul e ex-professor da Faculdade de Direito do Piauí (Rocha Filho, 1954)⁸³.

Em 4 de agosto de 1954 o grupo da comissão teve a sua primeira conquista - foi criada a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, pela Lei Estadual nº 2.179 (Paraná, 1954); mais ainda teve um longo percurso para conseguirem a autorização

⁸³ Apesar das manifestações de interesse e agradecimentos, é importante destacar que nenhum dos indivíduos mencionados chegou, de fato, a ser contratado para atuar na instituição projetada. As correspondências indicam a existência de articulações, expectativas e diálogos iniciais em torno da composição de um corpo docente, mas não se converteram em vínculos efetivos de trabalho, o que sugere os limites e as dificuldades enfrentadas no processo de consolidação da iniciativa naquele momento.

do funcionamento da instituição. O jornal O Dia em 21 abril 1957 noticia aspectos desse processo protagonizado por Mário Lima Santos:

Figura 24 – Notícia sobre processo de autorização do funcionamento da Faculdade de Direito



Fonte: Disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Mário Lima Santos foi o primeiro diretor da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa e contribuiu bastante nesse processo de articulação com o governo federal para conseguir a autorização de funcionamento, inclusive indo à capital algumas vezes. É importante destacar que Santos já tinha tido experiências anteriores na criação da FEFCL-PG, e como o primeiro secretário dessa instituição, e, também, na criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia.

A notícia ainda destaca o apoio de Moysés Lupion, então governador do Paraná e também proprietário do jornal O Dia, responsável pela publicação. O apoio de dirigentes políticos era fundamental para que esse projeto se concretizasse no plano institucional, mas ainda assim, foi necessário mais tempo para que a

autorização fosse concedida. O calendário especial de funcionamento da instituição, que havia sido noticiado, não chegou a se efetivar.

No Paraná, o curso de Direito existia apenas na capital, e o projeto de criação da Faculdade Estadual de Direito em Ponta Grossa, que romperia a exclusividade de Curitiba, encontrou resistência por parte de alguns alunos do curso de Direito que integravam o Centro Acadêmico Hugo Simas da Universidade Federal do Paraná. Esses estudantes promoveram campanha contra a instalação da Faculdade de Direito em Ponta Grossa, alegando que não se deveriam disseminar de forma exagerada cursos superiores no interior do Paraná. Mário Lima Santos comentou esse assunto em entrevista ao jornal *Diário do Paraná* em 29 de janeiro de 1958, afirmando que “Em tese, [...] estou de acordo com as diretrizes de tal campanha. Não se deve disseminar, exageradamente, a instalação de cursos superiores pelo interior”, acrescentando que “Há necessidade de que tal disseminação obedeça certo critério: densidade demográfica, progresso e adiantamento cultural da comunidade onde se tiver que criar o curso superior”. Entretanto, “[...] a criação da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa obedeceu a todos esses requisitos. Foi disso que os acadêmicos daquele Centro não se aperceberam” (*Diário do Paraná*, 1958).

É possível que os acadêmicos de Direito tenham se sentido ameaçados com a possibilidade de crescimento do número de bacharéis em Direito no estado. Essas discussões podem ter interferido na demora para conseguir a autorização da Faculdade. Vejamos outro trecho de entrevista anterior concedida por Mário Lima Santos em Curitiba ao jornal *Diário do Paraná*, em 15 de maio de 1957, logo após ele regressar do Rio de Janeiro, onde acompanhou o julgamento do processo de funcionamento da Faculdade:

Não acha o senhor prof. Lima Santos, que em vista de já haver três Faculdades de Direito em Curitiba, seria exagero essa ideia do governo criando mais duas no interior?

— Não [...] Exagero seria se a criação fosse em Curitiba. Mas o interior não possui nenhum estabelecimento, por isso, Ponta Grossa, que serve o sul, o oeste e parte do leste do Estado, necessita de tal empreendimento, como Londrina, que atende toda a rica zona do norte.

Mas professor, perguntamos, há então para justificar esse empreendimento apenas o fator da situação geográfica?

— Não. Para justificar a criação dessas Faculdades há vários fatores de ordem sociológica e de ordem geopolíticos, como seja a fixação do homem na zona rural, o combate ao êxodo rural. Ninguém contesta [...] que o homem do interior também tenha direito ao ensino superior, que não é privilégio do habitante da Capital. Daí, como consequência, a necessidade da descentralização do ensino universitário no Paraná. Foi o que restou [...] com o atual governador do Estado com essa política de ensino. Não era possível

continuar como estava o ensino superior entre nós; para alguém ter tais estudos ou teria que morar em Curitiba, ou se do interior, ser rico para poder mudar-se para cá.

[...] interrogado se não viria a constituir problema grave o recrutamento do corpo docente para as novas faculdades, respondeu-nos o prof. Lima Santos: - A constituição do corpo docente se fará com elementos locais, quando seja possível, com elementos de fora, quando necessário. No caso de Ponta Grossa, conseguiremos formá-lo com os elementos locais, pois a cidade conta com um grande colégio de advogados militantes”.

Finalizando sua entrevista ao “DIÁRIO DO PARANÁ”, adiantou o prof. Lima Santos que as Faculdades de Londrina e Ponta Grossa poderão funcionar normalmente no próximo ano letivo de 1958 (Diário do Paraná, 1957).

Além da criação do curso de Direito em Ponta Grossa, a Faculdade Estadual de Direito de Londrina, criada em 4 de junho de 1956 pelo Decreto Estadual nº 2.781, também aguardava autorização para seu funcionamento e reforçava a discussão sobre a oferta do curso de Direito no interior do Paraná⁸⁴. Quase cinco anos após a formação da comissão pró-Faculdade de Direito de Ponta Grossa e após intensa argumentação, especialmente por parte de Mário Lima Santos, a autorização para o funcionamento foi concretizada em 21 de janeiro de 1958 pelo Decreto Federal nº 43.059.

Somente a partir desse momento, a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa começou a funcionar⁸⁵, inicialmente, nas dependências do Colégio Regente Feijó, local em que também foi ministrada a aula inaugural, em 3 de março de 1958. O primeiro corpo docente foi composto por Estevão Zeve Coimbra, que também havia sido professor da FEFCL-PG; Abramo Ovídio Guimarães Gasparetto, formado em 1952 pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Faris Michael; e Mário Lima Santos (Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, 1958).

Três dias depois da aula inaugural, José Hoffmann, então prefeito de Ponta Grossa, fez uma visita à instituição (Anexo M), assistiu uma aula ministrada por Mário Lima Santos e fez as seguintes considerações:

Com satisfação e justificado orgulho assisti à aula sobre Teoria Geral do Estado, prelecionada pelo Prof. Mario Lima Santos, Diretor do estabelecimento. Na ocasião pude sentir como vibrante realidade, esse almejado Templo de cultura, justo anseio da juventude paranaense, que tive a ventura de auxiliar a concretizar-se. Embora as instalações modestas ainda requeiram o devido amparo dos poderes públicos, felizmente já em fase de equação, graças às providências do Governador Moysés Lupion, mandando construir moderno e amplo edifício para as nossas Faculdades, encontrei o estabelecimento em plena atividade, comprovando o esforço e a dedicação

⁸⁴ As suas atividades foram autorizadas em 7 de março de 1958, pelo Decreto Federal nº 43.309.

⁸⁵ O reconhecimento do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Estadual de Direito aconteceu em 18 de março de 1961, pelo Decreto Federal nº 50.355.

do Diretor e Professores, suprimindo deficiências e cumprindo nobremente a honrosa missão que lhes foi confiada.

Assim como nas Faculdades anteriores, a questão do espaço físico para as atividades pedagógicas também foi uma preocupação. Em 1958, contudo, a expectativa era de que o Edifício das Faculdades já estivesse nas etapas finais da construção e passaria a abrigar as quatro Faculdades Estaduais locais: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; a Faculdade de Farmácia; a Faculdade de Odontologia; e a Faculdade de Direito. O edifício possuía três pavimentos, e é possível observar, na sequência, algumas fotos de como se encontrava a construção do prédio nesse período:

Figura 25 - Visão frontal esquerda do Edifício das Faculdades de Ponta Grossa em 1958



Fonte: Arquivo permanente da UEPG.

Figura 26 – Visão dos fundos do Edifício das Faculdades de Ponta Grossa em 1958



Fonte: Arquivo permanente da UEPG.

Pouco tempo depois, no segundo semestre de 1959, a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa foi transferida para o segundo andar do Edifício das Faculdades (Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, 1959, s.p.). Essa mudança possibilitou melhores condições de funcionamento da instituição, que, naquele ano, contava com aproximadamente 80 alunos matriculados.

A respeito do corpo docente, percebemos que, entre os cinco integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG, três possuíam formação em Direito e atuaram na Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa. Essa coincidência formativa e profissional não é irrelevante. A vinculação entre esses professores - que integraram uma figuração provisória durante o processo de fundação da FEFCL-PG - não se encerrou com a criação da instituição. Pelo contrário, suas trajetórias revelam uma continuidade significativa das relações estabelecidas nesse primeiro núcleo. Na Faculdade de Direito, Mário Lima Santos exerceu o mandato de diretor até 17 de abril de 1959, ao mesmo tempo em que lecionava Teoria Geral do Estado e, posteriormente, Direito Judiciário Civil; Faris Michaelle atuou como professor de Introdução à Ciência do Direito (Anexo N); e Lourival Santos Lima exerceu o cargo de professor substituto. Essa permanência conjunta em diferentes espaços acadêmicos

constitui um aspecto essencial, que merece atenção e será aprofundado na próxima subseção.

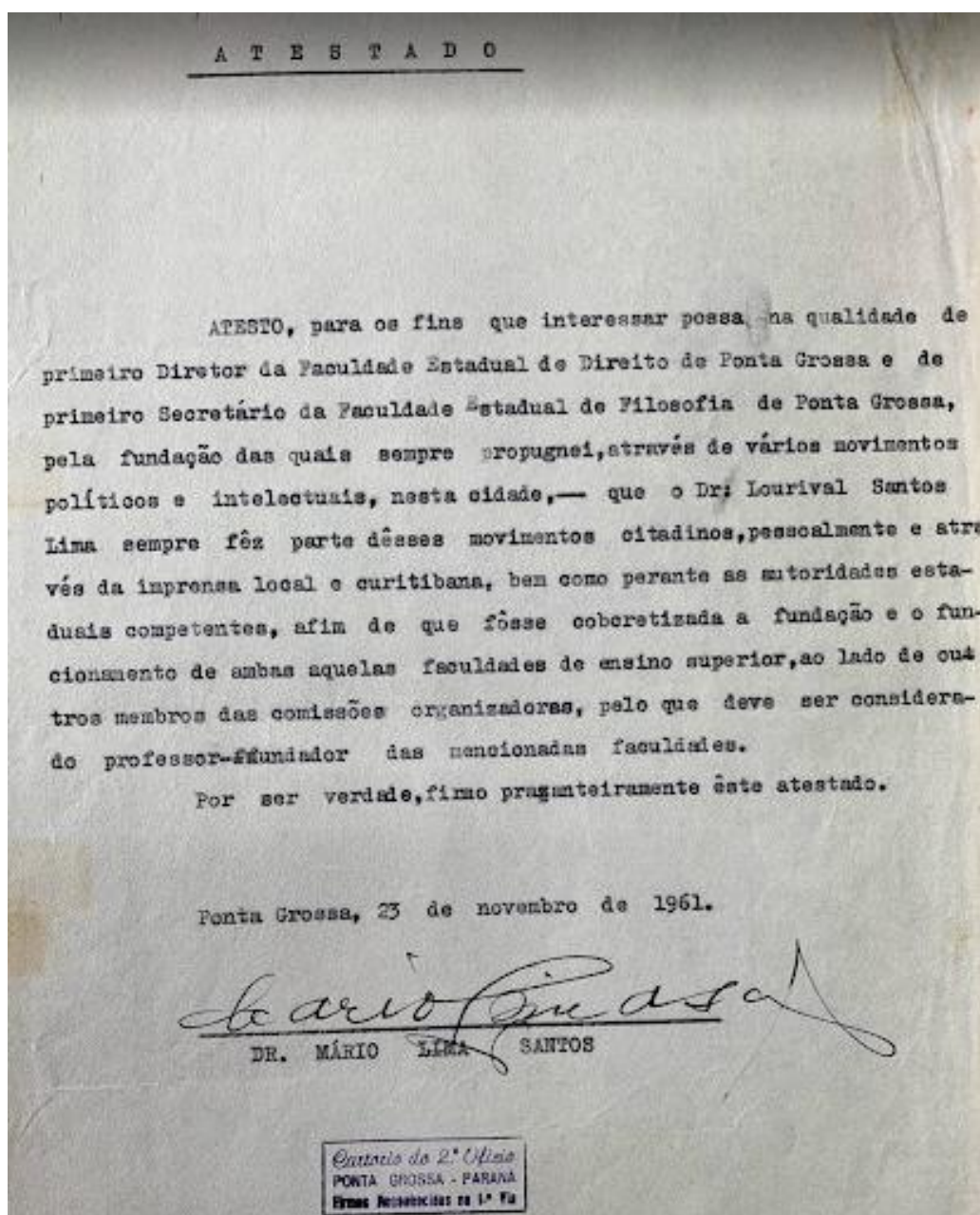
A partir das contribuições de Norbert Elias, é possível compreender que essas continuidades não resultam de coincidências individuais, mas da dinâmica das interdependências que conectam pessoas inseridas em uma mesma rede de sociabilidades. Nesse sentido, a presença de três juristas na comissão de criação da FEFCL-PG e a continuidade de sua atuação conjunta na Faculdade de Direito podem ser interpretadas como expressões dessa rede de funções interdependentes. Ao afirmar que “o que une os indivíduos não é cimento” (Elias, 1994, p. 20), o autor destaca que não se trata de uma substância rígida ou de uma decisão consciente que amarra os sujeitos, mas de vínculos produzidos pelo lugar e pela função que cada um assume dentro das redes de sociabilidade.

As trajetórias dos membros da comissão de criação da FEFCL-PG se entrelaçaram dentro de uma figuração maior, composta por relações sociais já existentes, pelos espaços institucionais que ocupavam e pelas demandas educacionais e políticas daquele contexto histórico. Indivíduos e estruturas sociais não existem separadamente; constituem-se mutuamente e se transformam simultaneamente. Sob essa perspectiva, os vínculos entre esses indivíduos e suas atuações em instituições de ensino superior devem ser interpretados como parte de uma figuração social mais ampla. Trata-se de uma teia de relações que atravessa os indivíduos e, ao mesmo tempo, é por eles atravessada, o que permite compreender como certos grupos se mantêm articulados ao longo do tempo na condução de projetos educacionais.

3.3.1 Lourival Santos Lima e a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa

Mesmo não estando entre os nomes citados anteriormente da comissão pró-Faculdade de Direito, por fazer parte da movimentação por meio da imprensa e junto às autoridades estaduais, Lourival Santos Lima foi considerado professor-fundador da instituição por Mário Lima Santos, que, por sua vez, foi presidente da comissão e também o primeiro diretor da Faculdade. Esse reconhecimento foi registrado em cartório por meio de um atestado:

Figura 27 – Atestado de que Lourival Santos Lima era professor-fundador da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa



Fonte: Disponível no acervo Lourival Santos Lima do CDPH.

Lourival Santos Lima também foi convidado para compor o primeiro corpo docente dessa instituição, mas, a princípio, não aceitou os convites, assim como havia recusado anteriormente os convites da FEFCL-PG. Lima era bastante atarefado e, além de tudo o que escrevia e publicava, exercia duas ocupações principais - professor no Colégio Regente Feijó (desde 1946) e titular do 2º Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos (desde 1949). A substituição de Lourival Santos Lima ao seu colega Faris Michaelle, na disciplina de Introdução à Ciência do Direito, foi o

primeiro convite que aceitou para lecionar no ensino superior. Sobre esse assunto, Lima comenta:

[...] como um dos fundadores de outra faculdade pontagrossense, a de Direito, de início, também, não desejei ocupar qualquer cátedra, apesar da honrosa insistência do Dr. Mário Lima Santos, diretor-fundador, fazendo-o mais tarde por convite do diretor que sucedeu àquele, Dr. Olympio de Paula Xavier, e por interesse momentâneo da própria Faculdade, em substituição do professor demissionário Dr. Faris A. S. Michael, na cátedra de Introdução à Ciência do Direito (Diário dos Campos, 1962).

Mal sabia Lourival Santos Lima que esse aceite marcaria o início de uma série de dissidências. Ele começou a lecionar em 4 de março de 1960 e, logo em seguida, foi acusado de acúmulo de cargos públicos. Lima não concordou com tal acusação e, nesse sentido, construiu uma argumentação consistente, expondo a situação na imprensa diária, bem como enviando diversas cartas a representantes do governo estadual sobre o assunto.

A polêmica durou pouco mais de um mês e foi encerrada em 28 de abril de 1960 com o pedido de demissão de Lourival Santos Lima, que alegou divergir dos métodos do diretor da Faculdade, Olímpio de Paula Xavier⁸⁶, considerados incompatíveis com a liberdade de cátedra. Durante esse período, Xavier instalou microfones e alto-falantes destinados à recepção e transmissão de falas, controlados a partir da sala do diretor e direcionados às salas de aula, o que possibilitava a audição ou a gravação de manifestações orais no interior da Faculdade. Essa medida foi o estopim para que Lima solicitasse demissão

Pois nunca fundimos e nem aplaudiremos que se confundam ensino e favoritismo, e mesmo tivéssemos oportunidade para tal, quando preferimos renunciar uma cátedra universitária (de Introdução à Ciência do Direito na Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa) por razões de ordem moral e pedagógica, as quais, graças a Deus! nos deram dignidade para discordar altivamente dos propósitos autoritários e inadequados ali reinantes por obra e graça da burocrática direção escolar. Atitude estimulada pela responsabilidade de ser um dos fundadores daquela Faculdade, depois da satisfação de ter sido um dos primeiros batalhadores pela criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, há mais de um decênio (Lima, [19--]).

Após a renúncia, mesmo tendo sido professor de Introdução à Ciência do Direito por pouco tempo, os alunos da turma do primeiro ano da Faculdade elaboraram

⁸⁶ Olímpio de Paula Xavier (1902-1972) foi vereador em Ponta Grossa (1936-1937), professor do Colégio Regente Feijó, da FEFCL-PG e da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, bem como diretor dessa última instituição. Joaquim de Paula Xavier, primeiro diretor da FEFCL-PG, era seu irmão; esse dado demonstra mais uma vez o poder da estrutura familiar.

e encaminharam a José Hoffmann (à época deputado estadual do Paraná) um abaixo-assinado solicitando que Lourival Santos Lima voltasse a assumir a cátedra. Esse documento foi registrado em cartório - cartório no qual, inclusive, Lima atuava como oficial:

Figura 28 - Abaixo-assinado dos estudantes da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa

Exmo. Sr. José Hoffmann
DD. Deputado Estadual à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Curitiba.

**Registro de Imóveis,
Títulos e Documentos
2a OFFICINA
Dr. Lourival Santos Lima
OFICIAL
PONTA GROSSA - Paraná**

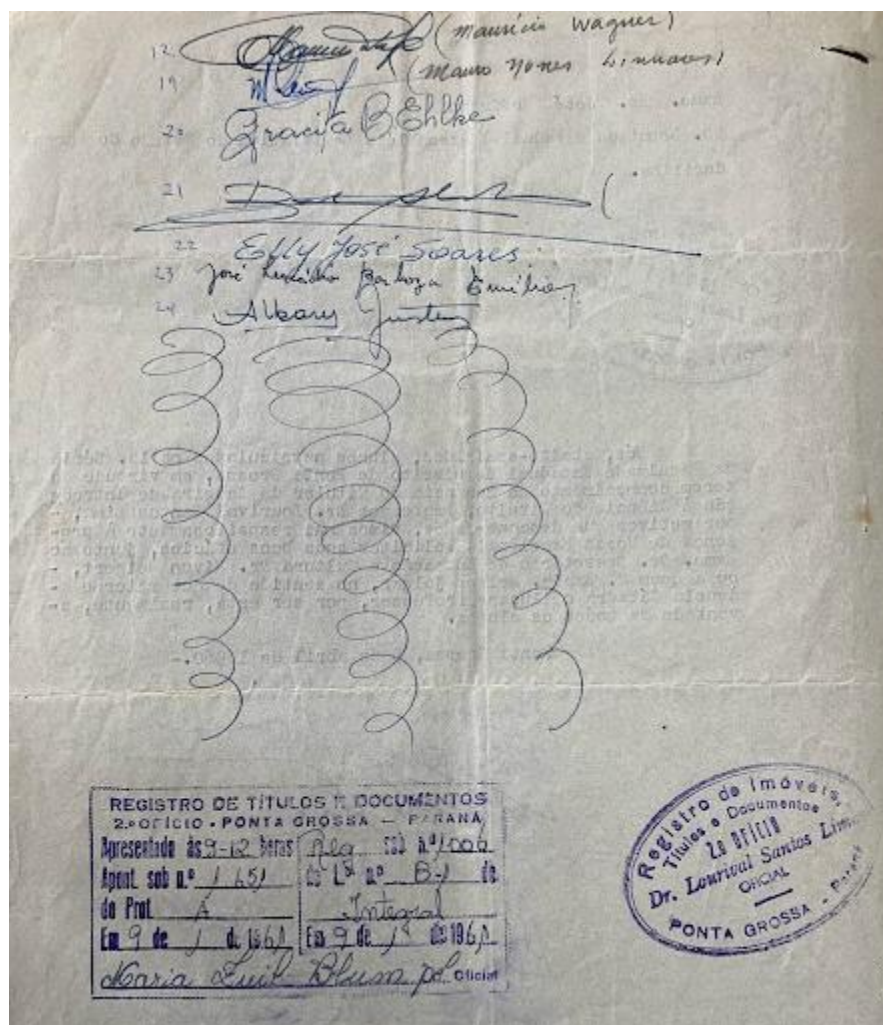
Nós, abaixo-assinados, alunos matriculados na 1a. Série da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, em virtude de terem conhecimento da renúncia do Titular da Cátedra de Introdução à Ciência do Direito, Professor Dr. Lourival Santos Lima, por motivos que desconhecemos, vimos aqui respeitosamente à presença de Vossa Excelência solicitar seus bons ofícios, junto ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura Dr. Nilton Weigert, - ou a quem V. Excia. melhor julgar, no sentido de que retorne - àquela Cátedra o ilustre Professor, por ser esta, realmente, a vontade de todos os alunos.

Ponta Grossa, 5 de abril de 1960.-

1. *Benjamin Maciel*
2. *Paulo Lopes*
3. *Francisco Paz*
4. *Franklin Marques*
5. *Armando Ramos*
6. *Roberto Pereira*
7. *Luiz Carlos Gomes*
8. *Américo*
9. *Roxi Maria Aparecida Araújo*
10. *Luiz José Mendes*
11. *Vicente Gomes*
12. *Edmundo Filla*
13. *Edson Raiook*
14. *Edson Raiook*
15. *Edson Raiook*
16. *Edson Raiook*
17. *Edson Raiook*

Os alunos
3
19/4/60

*Dr. Lourival Santos Lima,
como testemunha de nome autógrafo,*



Fonte: Disponível no acervo Lourival Santos Lima do CDPH.

Essa atitude dos alunos demonstra que havia o desejo de continuidade das aulas com Lourival Santos Lima a ponto de tentarem interferir na renúncia do professor já oficializada. Ainda assim, a decisão foi mantida. Alguns meses depois, Mário Lima Santos indicou Lourival Santos Lima para substituí-lo na Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa. Mário Lima Santos, professor da cadeira de Teoria Geral do Estado, precisou afastar-se do cargo e, conforme permitia a legislação vigente, indicou Lourival Santos Lima para assumir a substituição na disciplina:

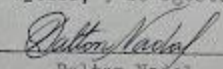
Figura 29 - Declaração de indicação de Lourival Santos Lima à cátedra de Teoria Geral do Estado


Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa
Estado do Paraná

RECIBO

Declaro que recebi do Sr. Professor MARIO LIMA SANTOS, do corpo docente desta Faculdade, nesta data, um ofício ao Sr. Dr. Diretor, fazendo indicação, na forma do parágrafo único, do art. 12, do Regimento Interno, do Professor LOURIVAL SANTOS LIMA, para seu substituto, durante o seu afastamento, temporário, da cátedra de TEORIA GERAL DO ESTADO.

Ponta Grossa, 9 de agosto de 1960


Dalton Nadel
Secretário

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
2.º OFÍCIO - PONTA GROSSA - PARANÁ

Apresentado às 12:17 horas Reg. sob nº 1007

Arquiv. sob nº J. 652 de 1.º nº B. 3 de

em 1961 Integral

Em 9 de 1 de 1961

Oficial

Registro de Imóveis
Títulos e Documentos
2.º OFÍCIO

Dr. Lourival Santos Lima

OFICIAL

PONTA GROSSA - Paraná

Fonte: Disponível no acervo Lourival Santos Lima do CDPH.

Pois bem, passaram-se meses e o processo de nomeação de Lima permaneceu congelado sem maiores explicações. Dessa forma, novamente o professor não se calou diante da situação e tornou o assunto público, expondo-o na imprensa diária:

No regime democrático, todos os assuntos que dizem respeito a quaisquer interesses públicos, ou que se relacionam com repartições e instituições públicas, devem ser ventilados publicamente. Não é só nas horas de eleições que o povo deve formar opinião à cerca de fatos e homens, mas em todas as horas, enquanto houver Democracia; [...] nada omita, como se víssemos numa ditadura totalitária; daí o esclarecimento necessário sobre o «caso» em tela a nomeação «congelada» para a Faculdade local, que é uma instituição pública e não particular. [...] Em agosto último, já tomei as primeiras atitudes com respeito ao «caso», Levei, telegraficamente, ao conhecimento do órgão competente do Governo do Estado, que é a Secretaria de Educação e Cultura, o meu protesto contra o visível, deselegante e injustificável desatendimento, por parte da Direção da Faculdade, a indicação regimental de meu modesto mas digno nome, feita pelo distinto professor titular da cátedra de Teoria Geral do Estado. Prof. Mário Lima Santos, que desejava que eu o substituísse. Como bem referiu uma nota do Diário dos Campos: se

eu já lecionei, antes, por designação encaminhada pela própria direção da Faculdade, como professor legalmente habilitado para tal, a cadeira de Introdução à Ciência do Direito, a qual depois, deixei espontaneamente e a contragosto de meus alunos, conforme lembra o «abaixo-assinado» dos mesmos, que conservo carinhosamente; se fui posteriormente indicado para outra cátedra, igualmente teórica e afinizada com a já lecionada por mim, segundo atual regimental [...], que determina, no caso do impedimento do professor titular, por prazo não superior a um período letivo, a substituição seja feita por indicação de próprio titular e, só na falta desta, pelo CTA.; se, sob o ponto de vista moral e intelectual não pode haver, como não há, qualquer restrição à minha pessoa, fundador que sou da Escola como outros mais, é então de perguntar-se a quem de direito o que tem impedido, até agora tal designação, decorridos mais de três meses da indicação regimental? (Lima, 1960a).

Houve um esforço de Lourival Santos Lima para expor a situação e reportá-la ao governo estadual. O não apoio, ou a “neutralidade”, do PSD diante da questão levou o professor a entrar em conflito inclusive com o partido do qual era membro desde 1945. Podemos observar isso nos trechos da carta enviada em 16 de novembro de 1960 a Moysés Lupion, que à época era presidente da seção paranaense do PSD:

[...] Há quinze anos milita o Signatário nas fileiras do PSD, sempre com a mesma fidelidade e prestando serviços, mormente no setor da imprensa e da tribuna política, em todas as campanhas municipais, estaduais e nacionais, desde a fundação do partido e através dos vários diretórios municipais que têm sido estruturados nesta cidade, pelo que já renunciou até honrosas funções e justas vantagens, como se deu, por exemplo, ao deixar a direção do ‘Jornal da Manhã’, tão somente para não se colocar contra os interesses do PSD e do Governo de V. Excia., [...].

[...] desagradável é hoje para o declarante assumir a presente atitude e que só o fez por não haver mais dignidade em esperar tanto por atos de Justiça reclamados e achar-se convicto de sua absoluta razão e inadiável dever moral.

[...] Sentindo-se, pois, desamparado, injustiçado e desconsiderado pelos homens do PSD que estão no Governo, permitindo tal descalabro e injustiça, ao Signatário (Lima, 1960b).

Nessa teia de interdependências, Lourival Santos Lima construiu um papel dentro do PSD ao longo dos anos, a fim de consolidar sua própria posição no interior do grupo. Em um jogo simbólico, Lima esperava ter apoio do Partido nessa ocasião, e o equilíbrio de poder, que tende a determinar a conduta das pessoas, acabou por determinar a conduta contestatória desse indivíduo nessa conjuntura. O apoio do PSD poderia ter sido um peso favorável para que Lourival Santos Lima assumisse a cátedra em substituição a Mário Lima Santos, e ele sabia disso:

Minha questão é de ordem moral. Ainda mais e principalmente pelo fato de pertencer eu a um partido responsável pelos atos da atual administração estadual. Se é permitido que eu passe por tal decepção e não seja reparada a berrante injustiça e gratuita desconsideração, nos devidos termos, isto é -

pelo exato e simples cumprimento da lei que rege a vida interna dos estabelecimentos de ensino superior do Estado, - é lógico e é inevitável que eu seja, obrigatoriamente, levado a desligar-me do PSD, da que sou membro do Diretório Regional, filiado há mais de quinze anos (inclusive quando o partido foi opositorista, no Governo Munhoz da Rocha), ao lado de alguns amigos caros [...]. O 'caso', portanto, aí está, é muito simples, sem acusações malévolas e retratado com a nudez pura da verdade: ou me fazem justiça (Pois não há mister favor), ou o meu caminho é afastamento sumário de atividades político-partidárias (Lima, 1960a).

Apesar do empenho, Lourival Santos Lima não chegou a ocupar a cadeira de Teoria Geral do Estado. Esses episódios relacionados à Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa também podem ter repercutido no concurso prestado por esse professor em 1962 para a FEFCL-PG, no qual se sentiu injustiçado por não ter sido aprovado, situação já explorada no capítulo anterior. Da mesma forma que fazer parte da comissão de criação das Faculdades em Ponta Grossa pôde possibilitar benefícios às trajetórias dos indivíduos envolvidos, as redes de sociabilidades às quais pertenciam eram móveis e também podiam assumir um caráter de exclusão (Sirinelli, 2003), uma vez que esses mesmos indivíduos também podiam criar tensões, posicionar-se de forma divergente e debater, o que não ocorria sem consequências. Na próxima subseção, veremos mais um desses casos.

3.3.2 Mário Lima Santos e a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa

Mário Lima Santos foi o primeiro diretor da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa até 17 de abril de 1959. Por motivos que desconhecemos, renunciou ao cargo antes de terminar o mandato, como se observa em nota do jornal Diário da Tarde de 21 de maio de 1959. Após isso, continuou na instituição como professor de Teoria Geral do Estado e, a partir de 1963, passou a lecionar a disciplina de Direito Judiciário Civil.

Em 31 de março de 1964 foi dado um golpe de Estado que derrubou o governo do então presidente democraticamente eleito, João Goulart. O golpe foi conduzido por militares com o apoio de setores da sociedade civil, os quais utilizaram a ação como justificativa de que estariam restaurando a ordem e contendo uma “ameaça comunista”, dando início, assim, a uma Ditadura Militar. Com o objetivo de construir uma imagem legalista para o movimento, que possuía caráter autoritário, em 9 de abril

de 1964 foi publicado um Ato Institucional⁸⁷, com força constitucional e execução imediata, que decretava, entre outras coisas, a eleição presidencial de forma indireta e suspendia a vitaliciedade e a estabilidade de servidores públicos:

[...] Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos (Brasil, 1964).

Logo nos primeiros dias, a Ditadura Militar mostrou ao que veio, e suas medidas interferiram diretamente em diversas áreas, inclusive na educação. Silva (2016, p. 464) argumenta que “Estudantes foram presos, professores foram expurgados (demitidos ou aposentados) e a crise política parecia não ter fim”; além disso, entre os militares existia uma convicção de que as instituições de ensino superior eram “[...] completamente dominadas por grupos comunistas. Em nome da segurança nacional, a ‘operação limpeza’ foi acionada para expurgar os supostos males advindos da subversão de esquerda”.

No Paraná, com base no artigo nº 7 do Ato Institucional anteriormente citado, o governador estadual Ney Braga⁸⁸ assinou em 9 de outubro de 1964 decretos que determinaram a aposentadoria compulsória, a demissão, a colocação em disponibilidade e a transferência para a reserva remunerada de uma lista de 21 servidores públicos estaduais⁸⁹ citados em notícia do jornal Diário do Paraná de 10 de

⁸⁷ Esse foi o primeiro de 17 Atos Institucionais decretados na Ditadura Militar, que foram utilizados pelos militares como uma forma legal de legitimar o poder e tomar decisões arbitrárias.

⁸⁸ Ney Aminthas de Barros Braga (1917-2000), natural da Lapa (PR), foi formado na carreira militar no Rio de Janeiro, regressou ao estado natal e, em 1952, foi nomeado Chefe da Polícia do Paraná pelo então governador Bento Munhoz da Rocha Neto, seu ex-cunhado. Sua trajetória política incluiu os cargos de prefeito de Curitiba (1954-1958), deputado federal (1959-1961), governador do Paraná (1961-1965, 1979-1982) e senador (1967-1975). Durante o seu primeiro mandato como governador, foi convidado pelo presidente Humberto Castello Branco para assumir o Ministério da Agricultura em 1965. Posteriormente, integrou o governo Ernesto Geisel como Ministro da Educação. Na fase de abertura política, foi convidado por Tancredo Neves para presidir a Itaipu Binacional, função que exerceu até 1990 (Curitiba Histórica, 2025).

⁸⁹ Batistella (2014, p. 203) destaca que “Ney Braga, teve participação ativa na conspiração e na deflagração do golpe civil-militar de 1964”. Possuindo formação militar, Ney Braga mostrou-se alinhado ao regime instaurado em 1964; não por acaso, nesse período ocupou os cargos de Ministro da Agricultura (1965–1966) e de Ministro da Educação (1974–1978).

outubro de 1964. Entre todos os servidores estaduais, apenas um tinha função relacionada à educação: Mário Lima Santos.

Dois decretos atingiram Mário Lima Santos: ele foi demitido da cátedra de Direito Judiciário Civil da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa e aposentado compulsoriamente do cargo de professor no Colégio Regente Feijó (Diário do Paraná, 1964). Não é possível precisar por qual motivo Santos sofreu essas punições. Nas fontes oficiais da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, como atas e relatórios anuais, não há nenhuma menção ao caso, e, na imprensa diária, o nome de Mário Lima Santos aparece apenas na listagem dos servidores atingidos, sem qualquer explicação adicional. Nesse sentido, o silêncio das fontes constitui-se também como um dado significativo de análise.

No período ditatorial não havia liberdade de expressão, e essa condição restringia ainda mais tanto o que era escrito oficialmente pela instituição quanto o que era publicado pela imprensa diária. Sabendo que a opinião pública é uma força potencial e muito forte (Elias, 2006, p. 125), não foi por acaso que uma das primeiras medidas do governo autoritário foi suspender as eleições diretas para presidente e criar formas legais de punir os indivíduos que contestassem ou manifestassem posições contrárias ao regime.

Esse processo revela as tensões entre diferentes projetos de sociedade em disputa no período. Se, por um lado, Santos defendia uma concepção de ordem social pautada na valorização dos indivíduos e em princípios democráticos, como expressa ao afirmar que “Democracia é o regime que valoriza os homens pelas suas qualidades, aquinhoando-os de acordo com a capacidade de cada um, abrindo a todos iguais possibilidades” (Santos, 1953, p.25), por outro, o regime instaurado após 1964 operou por meio da restrição de direitos, da perseguição política e da exclusão de indivíduos considerados indesejáveis.

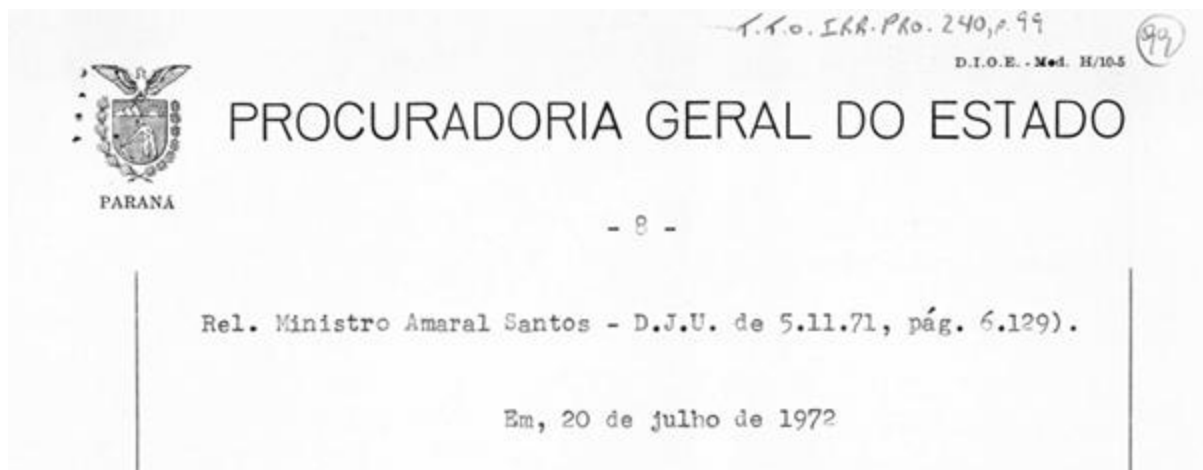
Bourdieu (1983, p. 133) pontua que uma das censuras mais eficazes é a exclusão de agentes da comunicação de seus grupos ou das posições a partir das quais falam com autoridade. Mário Lima Santos era um agente da comunicação e foi retirado de suas posições de professor na Faculdade Estadual de Direito e no Colégio Regente Feijó. Esses cargos lhe conferiam autoridade e foram estrategicamente suprimidos pelo governo.

Diante dessa lacuna documental, recorreremos ao acervo do Arquivo Nacional, especificamente aos documentos pertencentes ao fundo da Divisão de Segurança e

Informações do Ministério da Justiça (DS/MJ), nos quais foi possível identificar registros relacionados ao período da Ditadura Militar que auxiliaram a compreender o contexto político e institucional em que se deu o afastamento de Mário Lima Santos, evidenciando os mecanismos de vigilância, controle e punição acionados pelo regime. Nesse sentido, encontramos um documento no qual estavam registradas ações propostas por servidores estaduais punidos pelo governo do estado com base no Ato Institucional nº 1 bem como os resultados a que chegaram. Mário Lima Santos foi um dos indivíduos que contestaram juridicamente os decretos que o atingiram:

Figura 30 - Desfecho jurídico de um processo movido por Mário Lima Santos durante a Ditadura Militar

	17. <u>MANDADO DE SEGURANÇA Nº 6-65</u> IMPETRANTE : <u>MARIO LIMA SANTOS</u> (Professor. Aposentadoria, com proventos proporcionais, no cargo de Prof. do Ensino Médio, e demissão no cargo de Professor do Ensino Superior). LITISCONSORTES: <u>ALDO FERNANDES</u> e <u>ALFREDO PORTUGAL MITCZUK</u> (Magistrados. Aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais). Tribunal de Justiça do Estado. a) O Tribunal de Justiça do Estado concedeu a segurança em 1968 (ou 1969). b) R.E. nº 67.999 - PR - Recte.: Estado do Paraná; Recdo.: Mario Lima Santos. Relator : Min. Adalício Nogueira. Decisão : O S.T.F., pela sua 2a. Turma, em novembro de 1970, deu provimento ao recurso do Estado. c) O Prof. Mario Lima Santos apresentou embargos à decisão da 2a. Turma, aludida no item anterior, mas o Plenário do S.T.F., em 26.8.1971, não os conheceu, unanimemente. Esta decisão tem a seguinte ementa : "Demissão e aposentadoria, com base no Ato Institucional nº 1, de 64. No caso da investigação sumária foram repetidas as formalidades extrínsecas tendo o réu oferecido defesa escrita acompanhada de inúmeros documentos. Inobservância de divergência. Embargos não admitidos" (ERE nº 67.999 - PR - Rel.-	
--	--	--



Fonte: BRASIL. Ministério da Justiça. Divisão de Segurança e Informações. **Processo SECOM nº 57.988**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1972. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_TT/0/IRR/PRO/0240/BR_RJANRIO_TT_0_IRR_PRO_0240_d0001de0001.pdf. Acesso em: 3 dez. 2025.

Mário Lima Santos recorreu ao Judiciário por meio de um Mandado de Segurança, no qual contestava sua demissão do ensino superior e a aposentadoria compulsória no ensino secundário⁹⁰. Em um primeiro momento, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná concedeu a segurança, em decisão proferida entre 1968 e 1969. Contudo, o Estado do Paraná interpôs recurso ao Supremo Tribunal Federal (Recurso nº 67.999 - PR), que, em novembro de 1970, por decisão da Segunda Turma, deu provimento ao recurso estatal, revertendo a decisão favorável a Santos.

Na sequência, Mário Lima Santos apresentou embargos à decisão da Turma, mas o Plenário do STF, em 26 de agosto de 1971, não os conheceu, de forma unânime. A ementa da decisão elucida o contexto autoritário: o Supremo entendeu que, com base no Ato Institucional nº 1, de 1964, haviam sido respeitadas as formalidades extrínsecas da investigação sumária, destacando que o réu apresentara defesa escrita acompanhada de documentos, não reconhecendo qualquer divergência que justificasse a revisão do julgamento. Com isso, consolidou-se juridicamente a demissão e a aposentadoria compulsória de Mário Lima Santos.

Esse desfecho jurídico constitui um exemplo concreto de como o Poder Judiciário legitimou atos de exceção durante a Ditadura Militar, funcionando como instância de validação institucional de decisões arbitrárias. Ao confirmar a exclusão

⁹⁰ O documento refere-se como ensino médio, mas no contexto dos decretos a denominação correta era ensino secundário. A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, unificou o curso primário e o ginásio, criando o ensino de 1º grau (obrigatório, com 8 anos de duração), e transformou o colegial no ensino de 2º grau. A denominação ensino médio só se deu a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei nº 9.394/96), quando o antigo 2º grau foi redefinido.

de Mário Lima Santos do ensino superior, apesar de sua atuação educacional relevante, tal decisão não apenas selou o encerramento compulsório de sua carreira docente, mas também contribui para compreender os silêncios, os afastamentos e as reconfigurações posteriores de sua presença na vida pública.

Fica os questionamentos: De uma lista de 21 nomes de servidores públicos do Paraná, por que Mário Lima Santos foi o único professor punido? O que ele fez? Como no contexto existia repressão para quem se opunha ao governo, é possível que Santos tenha sido considerado uma ameaça ao poder dos militares. Assim, de forma arbitrária, um professor que participou ativamente da criação e consolidação do ensino superior em Ponta Grossa foi forçado a encerrar sua carreira docente, o que demonstra que as interseções entre política, educação e poder são dinâmicas e ambíguas: se, em determinados momentos históricos, essas articulações possibilitaram a criação de instituições, a ampliação do ensino superior e a legitimação de projetos educacionais, em outros produziram rupturas, silenciamentos e exclusões, com impactos profundos sobre trajetórias individuais e sobre o próprio âmbito educacional.

CAPÍTULO 4 - DAS FACULDADES À UNIVERSIDADE

E a Ponta Grossa - diremos neste ensejo - o nosso voto de esperança e de fé, ante a Universidade, que ela integrará, para tornar-se, de Princesa dos Campos, que nasceu, e Capital Cívica, que cresceu, a Cidade Universitária, a que espera, pois, em boa verdade, não pode haver Civismo sem Cultura. E a Universidade é a mãe que gera e alimenta a Cultura, para que a Cidade, o Estado, a Pátria viva na História.

(Lourival Santos Lima)

4.1 FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRAÇÃO DE PONTA GROSSA

Na década de 1960, o Paraná passou por um processo de modernização econômica, marcado por um conjunto de políticas voltadas à diversificação produtiva, com foco na transição da economia cafeeira para um modelo baseado na expansão agropecuária e no fortalecimento industrial. Nessa conjuntura, surgiram postos de trabalho nas carreiras ligadas aos negócios e houve uma demanda pela profissionalização das atividades empresariais.

Paulo Cruz Pimentel⁹¹, governador do Paraná entre 1966 e 1971 pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), considerava a escassez de mão de obra qualificada uma situação crítica e afirmava que muitos empreendimentos deixavam de se desenvolver justamente pela falta de profissionais capacitados para atender às novas demandas do processo de modernização econômica:

O Paraná estava diante de um dos mais graves problemas criados em consequência de seu próprio desenvolvimento: o da formação de quadros humanos especializados, não só para o setor público quanto para o setor particular. A escassez de pessoal técnico em nível de empresa é quase calamitosa no Paraná. Numerosos empreendimentos deixam de ser iniciados ou não são levados avante, não por falta do fator capital, do fator matéria-prima ou do fator equipamento, mas tão somente por falta do elemento humano adestrado, da mão-de-obra especializada e de gerência industrial para o trabalho operativo da empresa (Pimentel, 1966, p. 15 *apud* Stroparo, 2017, p. 126).

⁹¹ Paulo Cruz Pimentel nasceu em 1928, em Avaré (SP). Proveniente de uma tradicional família ligada ao ciclo cafeeiro, era neto de Camilo Pimentel, proprietário de vastas fazendas de café, e casou-se com Yvonne Lunardelli, filha de João Lunardelli, um empresário que teve grande poder econômico. Em 1952 se formou em Direito na USP, e em 1955 se mudou para o Paraná. Foi Secretário de Estado da Agricultura durante o primeiro governo de Ney Braga (1961–1965), depois, foi governador do Paraná (1966-1971), pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), deputado federal pela ARENA (1979-1982) e posteriormente pelo PFL (1987-1990). Ocupou a presidência da Copel (2003-2005), empresa pública de energia do Paraná; e teve uma importante atuação no setor da comunicação - foi fundador e presidente do Grupo Paulo Pimentel (GPP), que possuía jornais, rádios e emissoras de televisão. Seu neto Eduardo Pimentel Slaviero é atualmente prefeito de Curitiba.

Essa realidade refletia-se também em Ponta Grossa. As novas exigências do mercado e o desenvolvimento regional repercutiram na necessidade crescente de formação em administração e economia. Nesse contexto, em 12 de janeiro de 1966, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou a Lei nº 3/66, que criou a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração em Ponta Grossa. Essa lei foi publicada no Diário Oficial nº 16, de 18 de março de 1966, e dispôs o seguinte:

LEI Nº 3/66

DATA: 12 de janeiro de 1966.

SÚMULA: Cria uma Faculdade de Ciências Econômicas e uma Universidade na cidade de Ponta Grossa.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e promulgou nos termos do artigo 27, § 4º da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada uma Faculdade de Ciências Econômicas em Ponta Grossa, de acôrdo com o Decreto Lei Federal nº 7988, de 22 de setembro de 1945, abrangendo os cursos de Ciências Econômicas- e Ciências Contábeis e Atuariais.

Art. 2º - Fica criada uma Universidade Estadual em Ponta Grossa, integrada pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, Odontologia, Farmácia e Direito e as que vierem a ser criadas por iniciativa do Estado, naquela cidade.

Art. 3º - A Universidade Estadual de Ponta Grossa, com autonomia administrativa financeira, didática e disciplinar terá um Reitor, além dos órgãos técnicos e administrativos dotados de pessoal próprio na conformidade do estatuto e do regimento a serem organizados de acôrdo com as diretrizes e bases da educação, fixadas na Lei Federal, ficando o seu funcionamento condicionado às normas regulamentares que forem baixadas pelo Poder Executivo, através da Secretaria de Educação e Cultura.

Observa-se que a criação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa estava diretamente vinculada ao projeto mais amplo de implantação de uma universidade estadual na cidade. Essa vinculação demonstra a intenção de articular a expansão do ensino superior local por meio de uma estrutura universitária integrada que reunisse diferentes áreas do conhecimento. Na sequência, será abordada mais detalhadamente a criação e a consolidação dessa nova universidade.

Sobre o processo de criação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração, a reivindicação seguiu uma linha de argumentação semelhante à das Faculdades criadas anteriormente em Ponta Grossa - a necessidade de formar profissionais qualificados para atender às demandas do desenvolvimento econômico e administrativo da região e o argumento de que as instituições existentes no Paraná

não tinham vagas suficientes para isso. Em 17 de fevereiro de 1966, o jornal Diário da Tarde publicou a seguinte notícia:

Uma comissão que esteve ontem em contato com o Governador do Estado, para tratar da criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Ponta Grossa, visitou a redação da «Gazeta» mantendo palestra com o nosso Diretor.

Foram recebidos às 15:30 horas no Palácio Iguaçu, onde fizeram entrega ao Governador, do processo a ser encaminhado ao Conselho Estadual de Educação. Na oportunidade disse o Sr. **Paulo Pimentel** - «a Ponta Grossa muito devo e se a cidade efetivamente necessitar da Faculdade ela será criada».

[...] O grupo era composto do Professor **Roberval Carvalho** Economista, **José Gomes do Amaral** Professor, **Antonio Satyro** Diretor do Colégio São Luiz em Ponta Grossa, Economista **Edson Raicoski** e Professor **Pedro Pereira Martins** da Faculdade de Filosofia e do Colégio Regente Feijó (Diário da Tarde, 1960, grifo nosso).

Na sequência, será apresentada a caracterização dos indivíduos que compunham a comissão responsável pela solicitação de criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Ponta Grossa. Essa comissão, formada por nomes de destaque no cenário educacional e econômico local, desempenhou papel fundamental nas articulações iniciais junto ao governo estadual. Vejamos algumas características desses integrantes no quadro a seguir:

Quadro 12 – Integrantes da comissão de criação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração

(continua)

MEMBRO	CARREIRA
ANTONIO JOSÉ FRANÇA SATYRO (1931-2019)	Ingressou na FEFCL-PG em 1951. Em 1956, a partir do Diretório Acadêmico Joaquim de Paula Xavier, criou os Jogos Estudantis da Primavera. Foi o primeiro secretário Municipal de Educação e Cultura de Ponta Grossa (1967). Foi fundador, Diretor, Professor do Colégio Diocesano São Luiz. Criou a Copa do Mundo de Ponta Grossa em 1978. Foi professor na UEPG de 1971 até se aposentar em 1998 (*).
EDSON RAICOSKI	Economista.
JOSÉ GOMES DO AMARAL	Foi funcionário do Banco do Brasil, professor e primeiro diretor da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração.
PEDRO PEREIRA MARTINS (1920-2010)	Era Licenciado em Filosofia, foi presidente da União Pontagrossense dos Professores, professor do Colégio Regente Feijó e da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa.

Quadro 12 – Integrantes da comissão de criação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração

(conclusão)

MEMBRO	CARREIRA
ROBERVAL CARVALHO (1929-1996)	Contabilista, participou da fundação do Sindicato dos Contabilistas de Ponta Grossa em 1959 (**), foi presidente do Instituto Paranaense de Auditores e professor da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração.

Fonte: A autora.

Notas: (*) A REDE. UEPG lamenta morte do professor Satyro. A Rede, Ponta Grossa, 3 maio 2019. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/258466/uepg-lamenta-morte-do-professor-satyro>. Acesso em: 9 out. 2025.

(**) SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE PONTA GROSSA. Institucional. Disponível em: <https://sicopon.com.br/index.php?pagina=cliente3>. Acesso em: 9 out. 2025.

A comissão responsável pela articulação da criação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa era plural e influente, composta por cinco profissionais com experiências diversas - da economia à filosofia, cujas ações e trajetórias ajudaram a consolidar as bases do ensino superior em Ponta Grossa. Dentre eles, destacamos José Gomes do Amaral “funcionário do Banco do Brasil, que mantinha estreitos laços de amizade com o Governador do Paraná Paulo Cruz Pimentel” (Canteri, 2009), esses laços facilitaram o diálogo entre a comissão e o governo estadual. Em entrevista ao jornal Diário dos Campos em 27 de março de 1966, após uma visita a Paulo Pimentel no Palácio Iguaçu, Amaral afirmou que:

Em 1967 teremos em Ponta Grossa a Faculdade de Ciências Econômicas. A verba de 100 milhões de cruzeiros para sua instalação já está consignada. No ano corrente, uma série de formalidades deverão ser cumpridas o que impossibilita de preparar de imediato o projeto a ser encaminhado ao Conselho Superior de Ensino, Conselho Estadual de Educação e Ministério de Educação e Cultura. O governador disse que todos os pontagrossenses merecem parabéns por mais esta vitória, [...] com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e futuramente a Universidade de Ponta Grossa (Diário dos Campos, 1966).

Paulo Pimentel mostrou-se receptivo às demandas da comunidade pontagrossense e empenhado em promover a interiorização do ensino superior no estado. Assim, a aliança entre ele e José Gomes do Amaral foi essencial na articulação institucional e na organização dos trâmites necessários à implantação da nova unidade. O projeto avançou e foi concretizado com a Lei Estadual nº 5.506, de 3 de fevereiro de 1967, essa medida regulamentou a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração e possibilitou o início das atividades acadêmicas para os cursos de Ciências Econômicas e Administração.

A nova Faculdade, por não dispor de sede própria, iniciou suas atividades de forma improvisada. Os primeiros trabalhos, incluindo a elaboração do projeto de criação, do projeto pedagógico e do orçamento plurianual (exigido por se tratar de uma Autarquia Estadual), foram desenvolvidos nas salas 41 e 42 do 7º andar do Edifício Dr. Elizeu Campos Melo, localizado na Rua XV de novembro, nº 301. Esses espaços pertenciam ao Escritório de Contabilidade de Roberval Carvalho, que os disponibilizou voluntariamente, em razão de sua participação na comissão que projetou a instituição e também por no momento estar ocupando a presidência do Instituto Paranaense de Auditores. Somente às vésperas do concurso de habilitação ocorreu a transferência das atividades para o terceiro pavimento do Edifício das Faculdades, na Praça Santos Andrade (Canteri, 2009).

Logo na sequência da publicação da Lei que regulamentou a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração, uma diretoria composta por José Gomes do Amaral (diretor) e Mário Urbano Canteri (secretário) passou a atuar antes mesmo de qualquer nomeação oficial pela Superintendência do Ensino Superior do Paraná e foi responsável por formular questões pedagógicas, administrativas e orçamentárias necessárias à estruturação e à efetiva implantação da Faculdade (Canteri, 2009).

Entre os dias 27 e 30 de março de 1967, aconteceu o 1º Concurso de Habilitação, que ofereceu 40 vagas comuns aos dois cursos. Inscreveram-se 82 candidatos para disputar o ingresso na recém-criada instituição, dos quais 40 foram matriculados na primeira série. Alguns professores iniciaram suas atividades na Faculdade antes de receberem nomeação oficial (Canteri, 2009), sendo eles (Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa, 1967): Edilon Joaquim Teixeira Biscaia (Introdução à Economia), Manoel Pedro Ferreira dos Santos (Instituições de Direito), Ercindo Batista Valentim (Geografia Econômica), José Ely Stadler (Matemática), José Gomes do Amaral (Introdução à Administração) e Roberval Carvalho (Contabilidade). Esses dois últimos haviam participado da comissão de criação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração e permaneceram vinculados à instituição.

Esses professores foram nomeados pelo Decreto Estadual nº 6.789, de 18 de setembro de 1967. Na sequência, em 23 de novembro de 1967, o Decreto Estadual nº 7.671 nomeou como diretor da Faculdade Edilon Joaquim Teixeira Biscaia e como vice-diretor José Ely Stadler, ambos professores da instituição. Mário Urbano Canteri

foi nomeado oficialmente secretário pelo Decreto Estadual nº 8.017, de 21 de dezembro de 1967.

Após a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração requerer seu reconhecimento junto ao Conselho Federal de Educação, o Decreto Federal nº 69.697, de 3 de dezembro de 1971, oficializou a instituição bem como os cursos de Ciências Econômicas e de Administração por ela ofertados. Nesse momento, contudo, o contexto do ensino superior na cidade já era outro, pois já havia sido criada a Universidade Estadual de Ponta Grossa, como será observado na sequência.

4.2 UNIVERSIDADE: “A MÁXIMA REVINDICAÇÃO CULTURAL”

A aspiração por uma universidade em Ponta Grossa pode ser notada em diversos registros da imprensa local e estadual, antes da formalização da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração. A pauta universitária era de longa data e não era uma iniciativa restrita de um grupo específico. Vejamos a nota publicada no jornal *Diário do Paraná*, em 17 de setembro de 1958:

Toma corpo na cidade a idéia da criação da Universidade de Ponta Grossa, que congregaria tôdas as faculdades superiores estaduais existentes no interior do Estado. Segundo se propala o governador Lupion teria aderido à iniciativa, manifestando ao Secretário de Educação e Cultura a sua simpatia pela idéia da criação da nova Universidade.

Mais uma vez, a imprensa desempenhou um papel fundamental ao expressar o anseio pela criação de uma instituição de ensino superior. As narrativas davam uma conotação coletiva à reivindicação, demonstrando uma articulação de diversos grupos para influenciar o poder público e pressionar por políticas de interiorização do ensino superior com vistas à concretização da universidade em Ponta Grossa. Sobre esse assunto, Lourival Santos Lima comentou em seu texto intitulado *Ao secretário de educação: agora, as palmas!:*

[...] para que se formasse movimento de opinião pública, em prol da ‘Universidade também para Ponta Grossa’ - tínhamos a robusta convicção de que não podíamos, como ninguém nesta cidade, faltar à consciência do dever. acima de partidos, grupos ou pessoas, havia de sobrepairar, como realmente sobrepairou, objetivo comum e social, através das vontades unívocas de nossos deputados e prefeito, professores e estudantes, jornalistas e radialistas. Encarnaram, todos os nossos homens de pensamento e de ação, a voz do povo, que é a voz de Deus... Se tímidas omissões houvera, de início, úteis o foram, porque estimularam os ânimos

gerais, para logo desaparecerem, anuladas pela fortaleza da final unanimidade princesina, em defesa de **nostra máxima reivindicação cultural - a Universidade** (Lima, [19--], grifo nosso).

A perspectiva apresentada atribui ao ensino universitário um papel estratégico no desenvolvimento cultural da cidade. A universidade, nesse imaginário social, aparecia como símbolo de progresso, uma conotação que dialoga diretamente com a fala do acadêmico Adilson Luis Carneiro Baggio, então presidente do Diretório Acadêmico Coelho e Sousa, da Faculdade de Farmácia e Odontologia, publicada em 19 de novembro de 1962 no jornal Última Hora (PR):

Entendo que a criação de uma universidade é determinada, principalmente, pelo progresso cultural e, em seguida, por outros fatores, também importantes, mas de ordem secundária. Universidade é centro da máxima consciencialização do processo cultural, e cultura é sinônimo de processo histórico da realização do homem (Última Hora, 1962).

Essa compreensão de universidade sustentava e impulsionava as articulações sociais e políticas em torno dessa demanda. Foi nesse espaço de mobilização e expectativa que a reivindicação por uma universidade encontrou um novo cenário institucional quando, em 5 de dezembro de 1964, o governador Ney Braga sancionou a Lei Estadual nº 4.978, instituindo o Sistema Estadual de Ensino. A criação desse sistema, que visava articular todos os níveis de ensino - inclusive o superior - e ajustá-los à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁹², de 1961, abriu novas possibilidades para a reorganização e a expansão do ensino superior no interior do estado.

Em nível nacional, o ensino superior estava se expandindo de forma acelerada, se comparado aos anos anteriores. Teixeira (1989, p. 117) pontua que, entre 1960 e 1967, foram criados 276 estabelecimentos de ensino superior no Brasil. Essa expansão também repercutiu no aumento do número de universidades. Em

⁹²Em 20 de dezembro de 1961, foi aprovada a Lei nº 4.024 que organizava de forma sistemática a estrutura do ensino no país. Essa LDB tramitou por 13 anos no Congresso Nacional e, ao ser aprovada, assegurou o direito à educação financiada pelo Estado, além de garantir autonomia didática, administrativa e disciplinar às universidades organizadas como autarquias ou fundações. A lei também instituiu o Conselho Federal de Educação, composto por 24 membros nomeados pelo Presidente da República, responsável, entre outras atribuições, por decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior federais e particulares, e pelo reconhecimento das universidades mediante a aprovação de seus estatutos, bem como dos estabelecimentos isolados que estivessem em atividade regular por pelo menos dois anos. Com essa primeira LDB, reduziu-se a centralização das decisões no Ministério da Educação, ampliando-se a autonomia dos órgãos estaduais e municipais (Ministério da Educação, [20--]). Posteriormente, houveram novas versões da LDB - em 1971 e 1996 (versão atual).

1968, existiam 48 instituições, das quais 18 eram federais, 10 católicas, 7 fundações, 5 particulares, 4 universidades rurais, 3 estaduais e 1 municipal.

No Paraná, existiam apenas duas universidades - a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Católica do Paraná, do setor privado; as duas em Curitiba. Nesse sentido, o anseio de criar uma universidade em Ponta Grossa inscrevia-se no contexto de expressiva expansão das instituições universitárias no Brasil, o que reforçava a necessidade estadual de ampliar a oferta universitária para além da capital.

Em 1964 houve uma articulação formal da comunidade de Ponta Grossa com o objetivo de instituir uma universidade estadual na cidade. Foi encaminhado um projeto à Assembleia Legislativa propondo a criação dessa instituição o qual foi aprovado em votação plenária em 11 de dezembro de 1964. Entretanto, o governador Ney Braga posicionou-se contrariamente à proposta e vetou integralmente o projeto, argumentando que ele desrespeitava o artigo 31 da Lei nº 4.978, a qual estabelecia como condição indispensável para a criação de órgãos de ensino superior a emissão prévia de parecer pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) bem como a obrigatoriedade de que tais unidades fossem organizadas sob a forma de autarquias ou fundações (Stroparo, 2017, p. 111–112).

Todavia, sob a alegação de que o veto fora apostado fora do prazo regimental, a já comentada Lei nº 3/66 foi sancionada diretamente pelo Legislativo e criou a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração bem como uma Universidade Estadual em Ponta Grossa. Além das argumentações expostas na seção anterior para justificar a instauração da referida Faculdade, ressaltamos que ela foi essencial para viabilizar a criação da universidade, pois a LDB de 1961, no artigo nº 79, determinava que apenas as cidades que possuísem, no mínimo, cinco Faculdades poderiam constituir uma universidade.

Em Ponta Grossa, existiam até então quatro Faculdades - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica, Faculdade Estadual de Odontologia e Faculdade Estadual de Direito. A Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração tornou-se a quinta unidade necessária para que o município atendesse às exigências legais para a constituição de uma universidade.

Entretanto, essa Lei não representou “[...] a instalação e a implantação efetiva da estrutura universitária” (Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1972, p. 6), pois

houve ainda um longo processo para que ela fosse concretizada. Essa situação sugere que, àquela altura, Ponta Grossa talvez ainda não contasse com peso político suficiente para tornar sua reivindicação por uma universidade plenamente eficaz. Paralelamente, a imprensa continuou divulgando informações sobre o assunto. No dia 13 de dezembro de 1967, o jornal *Diário do Paraná* publicou uma matéria intitulada *Universidade sai*:

A instalação da Universidade de Ponta Grossa foi apoiada pelo governador Paulo Pimentel durante visita que lhe fez o deputado David Federmann, acompanhado de uma comitiva de diretores de Faculdades locais. O chefe do Executivo acolheu a reivindicação durante o contato com os professores Cercal de Oliveira (diretor da Faculdade de Filosofia), Brasil Borba (Escola de Direito), Osmario Pimentel dos Santos (Odontologia), Edilon J. Biscaia (Ciências Econômicas) e Fernando Machuca (Farmácia e Bioquímica), que foram apresentados pelo parlamentar pontagrossense (*Diário do Paraná*, 1967).

David Federmann, que havia integrado a comissão de criação da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa quando era vereador, nesse momento, na condição de deputado estadual, mobilizou seus recursos políticos para apoiar a reivindicação da universidade junto ao governador então em exercício, Paulo Pimentel. A atuação de David Federmann evidencia como a articulação política local foi importante para a pauta da interiorização universitária. Sua intervenção reforçou a legitimidade da demanda e contribuiu para que o governo estadual voltasse a considerar a criação de uma universidade em Ponta Grossa.

4.2.1 A possibilidade de federalização

O ensino superior público brasileiro passou por um movimento de federalização a partir da década de 1950, no qual o sistema mantido pela União incorporou instituições estaduais e privadas. Isso aconteceu em uma conjuntura brasileira de modernização administrativa, expansão do Estado e reconhecimento, por parte do governo, da necessidade de ampliação do acesso ao ensino superior. A aprovação da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, ocorreu no governo de Eurico Gaspar Dutra e deu base legal a esse movimento, dispondo o seguinte:

Art. 1º O sistema federal de ensino superior supletivo dos sistemas estaduais, será integrado por estabelecimentos mantidos pela União e por estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos locais, ou por entidades de caráter privado, com economia própria, subvencionados pelo Governo

Federal, sem prejuízo de outros auxílios que lhes sejam concedidos pelos poderes públicos.

Essa lei possibilitou que instituições estaduais e privadas passassem a integrar e a ser mantidas pelo sistema federal. No contexto regional, a federalização da Universidade do Paraná (UP), realizada em 1950, constituiu um marco desse processo, ao transformar uma instituição até então mantida pelo governo estadual em uma universidade sob responsabilidade direta da União.

Stroparo (2017, p. 148) argumenta que a federalização mostrava-se mais vantajosa para o governo estadual, uma vez que a responsabilidade constitucional sobre o ensino superior cabia ao governo central. Além disso, ao transferir para a União os custos de manutenção das instituições bem como da expansão do sistema, o governo estadual deixava de arcar com encargos financeiros significativos, aliviando, assim, o seu erário. Essa perspectiva pode ser observada na notícia publicada em 1º de junho de 1967 no Diário da Tarde:

Visando conseguir verbas federais para atendimento de excedentes, ampliação da Universidade de Ponta Grossa e posterior Federalização da mesma, o Professor Josefredo Cercal de Oliveira, seguiu viagem ao Rio de Janeiro, levando consigo os 'Planos de Aplicação', das Faculdades de Filosofia, de Direito, de Ciências Econômicas e de Farmácia para dar entrada na Diretoria de Ensino do Ministério de Educação e Cultura, e a liberação da parcela inicial de 60 mil cruzeiros novos, [...]. A ideia de todos os diretores das Faculdades existentes em Ponta Grossa, caso o MEC conceda as verbas do plano aplicação, é a ampliação imediata do Edifício das Faculdades, o que permitiria de pronto o funcionamento da Universidade de Ponta Grossa, sonho acalentado de há muito, o que também beneficiará o ensino superior. [...] As Faculdades visam acima de tudo, a Federalização e consequente independência, livrando o Estado do Paraná de ônus de grande monta (Diário da Tarde, 1967).

A notícia evidencia que as próprias direções das Faculdades Estaduais de Ponta Grossa compreendiam a federalização como uma estratégia essencial para garantir a continuidade e a expansão do ensino superior na cidade. A busca por verbas federais, bem como a elaboração de planos formais de aplicação de recursos, indica que a federalização era percebida não apenas como um desejo institucional, mas como uma necessidade diante das limitações financeiras do governo estadual.

Alguns anos antes, em 19 de novembro de 1962, o jornal Última Hora (PR) noticiou algumas considerações de Mário Lima Santos, que no período era professor na Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, ele "[...] acha que é um erro a criação de universidades estaduais. Melhor que isso, afirmou, 'seria propugnar-nos pela federalização das nossas faculdades [...]']".

As considerações de Mário Lima Santos já antecipavam um debate que ganharia força nos anos seguintes: a possibilidade de a universidade em Ponta Grossa vir a ser federal. Conforme registrado na Ata nº 103 da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, datada de 29 de abril de 1969:

[...] às 21,30 horas, na sala nº 10 da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, realizou-se mais uma reunião extraordinária, convocada verbalmente, na reunião anterior. [...] O Sr. Diretor, passou a tratar do assunto principal da reunião, dando conta da viagem que fez juntamente com o Sr. Dr. Osmário Pimentel, diretor da Faculdade de Odontologia e o deputado Federal, Dr. Mario Braga Ramos, à Guanabara, para entendimentos com o Sr. Ministro da Educação, Dr. José Tarso Dutra, para a Federalização da Universidade de Ponta Grossa. O Sr. Diretor, comunicou aos presentes a boa vontade do Governo Federal em tornar realidade a Federalização da Universidade. Depois do assunto ser bem discutido, foi aprovado por unanimidade o seguinte: a Universidade Federal de Ponta Grossa, com os professores e funcionários das atuais Faculdades Estaduais de Ponta Grossa, como pertencentes e mantidos pelo Governo do Estado do Paraná, à disposição da Universidade, e os novos professores e funcionários, seriam contratados de acordo com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). E, os atuais no futuro poderão optar se o desejarem. Antes de encerrar, o Sr. Diretor agradeceu aos presentes, a colaboração dos professores que aceitaram convocação para uma comissão nos trabalhos que versarão com a instalação da Universidade.

Essa Ata revela um momento importante de articulação entre os diretores das Faculdades Estaduais de Ponta Grossa e o Governo Federal. A viagem realizada demonstra a busca ativa por apoio político e institucional para viabilizar a concretização da universidade federal. Entre os professores, o clima registrado na ata é predominantemente de alinhamento e entusiasmo, enfatizando a colaboração docente e a organização de uma comissão destinada a acompanhar os procedimentos necessários para a instalação da universidade federal. Poucos dias depois, foi realizada mais uma reunião extraordinária que, entre outras coisas, também tratou desse assunto:

Ata nº 104

Aos cinco dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e nove, às 21,00 horas, na sala nº 10 da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, realizou-se mais uma reunião extraordinária, convocada conforme Edital nº 013/69, de 2/05/1969. [...] foi debatido a Federalização ou não da Universidade de Ponta Grossa. Vários Professores solicitaram esclarecimentos sobre a situação funcional dos professores, funcionários, e dos alunos no caso da Federalização, [...]. Tendo o Sr. Diretor e Prof. Brasil Borba procurado elucidar da melhor maneira as perguntas formuladas pelos Srs. Professores. O Prof. João Lubezyki pede a palavra, dizendo se é para o bem da cidade, os professores deveriam deixar de ver tanto as vantagens em benefício próprio... e olharem o que tem de bom para a cidade, a Federalização da Universidade de Ponta Grossa. Sua fala mereceu o apoio

da maioria dos presentes. Como o assunto estava bem discutido e não havendo dissidentes a respeito, foi pelo Sr. Diretor posta em votação o seguinte: "Se a possibilidade da Federalização com os professores e funcionários mantidos pelo Governo Estadual à disposição da Universidade, autorizariam a Federalização pura e simples". Apenas um (1) voto contra, sessenta e uma em favor da Federalização Pura e Simples da Universidade de Ponta Grossa.

Na mesma reunião, os participantes aprovaram quase por unanimidade a criação de uma universidade federal em Ponta Grossa. A única ressalva levantada, já presente no encontro anterior, referia-se à situação funcional dos servidores das faculdades locais. Apesar desse consenso quase geral, as fontes consultadas durante a pesquisa não esclarecem as razões pelas quais a universidade federal, embora aprovada, nunca chegou a ser instituída.

4.2.2 A concretização da UEPG

Na década de 1960, Ponta Grossa, Londrina e Maringá despontavam como os municípios interioranos mais populosos do Paraná, impulsionados por forte urbanização, dinamismo econômico e por uma rede de serviços que se irradiava para regiões ampliadas. Esse protagonismo regional motivou um anseio por instituições universitárias, que passaram a ser vistas como estabelecimentos estratégicos para consolidar esses centros como polos de desenvolvimento. Nesse sentido, Ponta Grossa não era a única cidade do Paraná que almejava ter uma universidade. Vejamos, a seguir, uma nota publicada no *Jornal do Commercio* em 13 de abril de 1966:

Londrina também quer Universidade
A criação de uma universidade em Ponta Grossa causou indignação entre os vereadores de Londrina que protestam pelo fato daquela cidade estar situada perto de Curitiba onde há numerosos centros de ensino superior [...] Por isso, resolveu a edilidade de Londrina criar comissão especial para estudar com autoridades e representantes de classes locais a possibilidade da implantação de uma universidade naquela região (*Jornal do Commercio*, 1966).

Essa informação foi veiculada depois da assinatura da Lei Estadual nº 3, de 12 de janeiro de 1966, que criou a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa bem como a Universidade Estadual de Ponta Grossa. Os vereadores de Londrina parecem não ter gostado dessa ação, argumentando que era devido à proximidade entre Ponta Grossa e Curitiba, que reforçava a desigualdade territorial, já que a capital concentrava boa parte da oferta de ensino superior.

Entretanto, isso também serviu de estímulo para a criação de uma comissão com o objetivo de implantar uma universidade em Londrina.

Além de as três cidades - Ponta Grossa, Londrina e Maringá - almejarem ter uma universidade, elas também disputavam entre si essa conquista. O acadêmico Adilson Luis Carneiro Baggio, presidente do Diretório Acadêmico Coelho e Sousa da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, deixou registrado esse sentimento em uma entrevista publicada no Diário da Tarde em 1º de junho de 1967:

Jamais pretendi, e acredito identificar-me com meus colegas, aferir se Londrina pede uma universidade para satisfazer sua vontade ou as necessidades da região norte do Estado, ou ainda se ela merece ou não o que solicita. O que se tem feito aqui, nunca em detrimento deste ou daquele interesse, é reafirmar que nossa cidade e a região sul necessitam de uma universidade, sendo ela unicamente o processo histórico em evolução. Criem-se universidades no Sul e no Norte, mas criem-se universidades para o povo (Diário da Tarde, 1967).

A criação da Comissão de Reforma do Ensino Superior do Paraná, designada pelo Decreto Estadual nº 14.923, de 12 de abril de 1969, por solicitação da Secretaria de Educação e Cultura, mudou o rumo dessas disputas. Essa comissão elaborou um projeto de lei que foi encaminhado pelo governador Paulo Pimentel à Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 13 de agosto de 1969, através da Mensagem Governamental nº 37/69 (*apud* Sheen, 2000, p. 219), cujo teor era o seguinte:

Senhor Presidente: Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa a criação das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa e da Federação das Escolas Superiores em Curitiba e adota outras providências no sentido da reforma do Ensino Superior. A medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa é de grande relevância e com alto significado, eis que, em conformidade com determinações emanadas da Legislação Federal, consubstancia normas objetivando a reforma do ensino superior no Estado do Paraná. Os estudos para elaboração do anteprojeto de lei em questão foram cometidos à Comissão de Reforma do Ensino Superior do Estado, instituída pelo decreto n. 14.923, de 12 de abril de 1969, da qual foi presidente o Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, tendo como membros, destacadas figuras desse ramo de ensino. Para melhores e mais detalhados esclarecimentos é anexada cópia autêntica da justificativa apresentada pela Comissão de que trata o decreto n. 14.923/69. Certo de que o Plano de Lei ora proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitera Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

O anteprojeto foi rapidamente discutido na Assembleia Legislativa do Paraná - durou pouco mais de um mês, no dia 29 de outubro de 1969 a discussão foi concluída e o anteprojeto foi aprovado. Essa medida atendia a demanda das três cidades de uma só vez e resultou na Lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969, que criou as

Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, a partir da congregação das Faculdades existentes em cada cidade.

A criação simultânea das Universidades Estaduais representou uma resposta estratégica às intensas pressões políticas vindas das três cidades, que disputavam entre si o direito de sediar uma instituição universitária. Ao atender de uma só vez às reivindicações, Paulo Pimentel se eximia de escolha e evitava desgastes políticos; como o que aconteceu quando o governador anterior, Ney Braga, vetou a criação da Universidade de Ponta Grossa, em 1964.

Essa estratégia também poderia gerar impacto político significativo em diversas regiões do estado, ao fortalecer o desenvolvimento regional e ampliar as oportunidades de formação especializada, o que igualmente atenderia aos interesses do próprio governo estadual, por contribuir para a modernização econômica que o Paraná almejava naquele período.

Desse modo, a criação das universidades estaduais não deve ser compreendida apenas como resposta a pressões locais, mas como um marco estrutural na reorganização do sistema educacional paranaense. Ponta Grossa, por sua vez, não apenas se beneficiou do projeto de interiorização do ensino superior, mas tornou-se um dos pilares desse processo. Com a criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a cidade passou a desempenhar um papel ainda maior na formação de profissionais qualificados, na produção de conhecimento científico e na ampliação das oportunidades educacionais para a sua região.

4.3 HOMENAGENS AO GRUPO QUE PROJETOU A FEFCL-PG

As homenagens dirigidas ao grupo que projetou a FEFCL-PG revelam a força de uma memória que ultrapassa os limites institucionais e se inscreve na cidade de Ponta Grossa. A construção das primeiras faculdades e, posteriormente, da universidade, não foi apenas um empreendimento administrativo, mas o resultado de esforços individuais e coletivos que mobilizaram convicções, disputas, afetos e visões de futuro. O poema escrito por Lourival Santos Lima em 1969, que está no seu livro *Terra Coracional*, relembra a gênese das escolas superiores da cidade, e trata do percurso marcado por desafios, persistência e idealismo daqueles que se dedicaram a transformar um projeto educacional em realidade:

(Antes da) UNIVERSIDADE DE PONTA GROSSA

Já vai longe o dia da primeira ideia
 Da primeira escola universitária...
 (É que o tempo passa sem a gente ver)
 Nós, um pugilo de visionários, então,
 Usamos a política e os políticos,
 Para criar algo acima deles e nós próprios.
 E saímos a pregar pelos jornais e comitivas,
 Quais D. Quixotes dos Campos Gerais,
 Agradando uns e outros, grandes e pequenos,
 Que, às vezes, riam de nós, pela pretensão princesina ...
 Batemos em todas as portas, que se abriam e fechavam ...
 Atentamos o Lupion, o Bento e tantos outros:
 'Queremos uma faculdade de Filosofia,
 A primeira do Interior do Paraná!
 Queremos uma faculdade de Odontologia e Farmácia!
 Queremos uma faculdade de Direito e outras! –
 Queremos, enfim, ainda queremos, desde antes até agora,
 Queremos a Universidade de Ponta Grossa!'

Quando a gente passa pela Santos Andrade,
 Ante o edifício soberbo e quadrangular,
 Vem à lembrança as mil e uma coisas,
 Que os estudantes de hoje e amanhã não sabem:
 As lutas, as injustiças, as ingratidões, etc.,
 Que os pioneiros sofreram, porque foram
 Os primeiros que acreditaram ...
 (Lima, [19--])

O poema de Lourival Santos Lima, ao rememorar a criação das primeiras faculdades de Ponta Grossa, oferece um registro singular sobre como determinados grupos buscaram legitimar sua participação na formação do ensino superior local. Ao enfatizar esforços, disputas e escolhas que marcaram esse processo, o texto revela não apenas a trajetória institucional, mas também as estratégias de construção de memória que selecionam determinados atores e episódios em detrimento de outros. Essa perspectiva é importante para compreender como certos nomes e acontecimentos passam a ocupar lugar de destaque no imaginário da cidade, sobretudo, quando são posteriormente transformados em homenagens que fixam essas narrativas no espaço urbano.

Homenagear é uma ação que presta um reconhecimento social para a contribuição de um indivíduo, e articula as dimensões do passado, presente e futuro. Esse ato não é neutro, consiste em uma prática social e simbólica complexa em que indivíduos e grupos selecionam uma lembrança, a partir de seus valores, e a transformam em um vestígio físico (monumento, rua, nome de instituição, etc), para que o passado escolhido tenha visibilidade e não seja esquecido.

Nesse sentido, a homenagem funciona como um reflexo direto das escolhas e prioridades simbólicas de quem a propõe, evidenciando qual segmento da memória coletiva o proponente busca reconhecer oficialmente e cristalizar no espaço para integrar a narrativa pública e a auto-representação da sociedade. A cidade, por sua vez, serve como um depósito da memória coletiva, assim como, um meio fundamental para a rememoração ao longo do tempo.

Maurice Halbwachs defende que as memórias são uma construção feita pelos grupos sociais no decorrer no tempo; e mesmo que as lembranças ocorram em nível individual, essas lembranças são influenciadas pelos quadros sociais, nos quais estão inseridos os símbolos, valores, linguagem, referências e experiências partilhadas com os grupos aos quais o indivíduo pertence. Assim, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva [...]” (Halbwachs, 1990, p. 51), a memória individual é socialmente moldada, a coletividade influencia no que vai ser lembrado:

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós (Halbwachs, 1990, p. 26).

Coexistem ao mesmo tempo, inúmeras memórias coletivas, e as cidades são um dos espaços que tornam isso evidente e funcionam como um organismo simbólico que compõem referências para os indivíduos ancorarem seu passado e estruturarem seu senso de pertencimento. Mas as vivências em uma cidade não são homogêneas e existem diversas memórias coletivas que não foram registradas, ou que foram perdidas no decorrer dos anos. Le Goff (2003) destacou que os documentos históricos e as instituições de memória são instrumentos de poder que operam na construção social da memória, dessa forma, a memória que chega até nós é fruto de uma seleção das classes dominantes, que priorizam informações que lhe são convenientes, enquanto apagam ou silenciam as memórias das classes subalternas.

A memória é um instrumento de poder e está sempre em disputa. Os nomes de instituições e ruas em uma cidade, por exemplo, refletem as escolhas de quem esquecer e de quem homenagear, materializando as memórias selecionadas em quadros sociais e perpetuando a narrativa dominante. Mesmo que nenhum dos integrantes da comissão que projetou a FEFCL-PG esteja mais vivo, seus nomes estão inscritos na memória coletiva da cidade de Ponta Grossa, através de diversas

homenagens em vida e póstumas que receberam⁹³. Vejamos isso nos quadros a seguir:

Quadro 13 - Homenagens a Faris Antônio Salomão Michaelé

(continua)

	ANO	PROPONENTE	HOMENAGEM
EM VIDA	1952	Câmara Municipal de Ponta Grossa, Lei nº 523, de 3 de julho de 1952.	Título de Cidadão Pontagrossense.
	1967	Câmara Municipal de Ponta Grossa, Lei nº 1.918, de 16 de maio de 1967.	Patrono da Galeria de Honra da Cultura Princesinha e primeiro Título de Cidadão Literato de Ponta Grossa.
	1968	Prefeito de Ponta Grossa Plauto Miró Guimarães, Decreto nº 349, de 1968.	Nome de Escola Municipal (bairro Chapada).
PÓSTUMA	1977	UEPG.	Nome de Biblioteca Central da UEPG.
	1987	Leonilda Hilgenberg Justus (*).	Nome de Centro Cultural.
	1992	Prefeito de Ponta Grossa Pedro Wosgrau Filho, Decreto nº 151, de 1992.	Nome de praça cultural (local público situado ao lado do prédio do Centro Cultural).
	1999	Academia de Letras dos Campos Gerais (ALCG).	Patrono da Cadeira nº 16.

⁹³ Foram anexadas fotografias sobre as homenagens para cada um dos integrantes da comissão de instalação da FEFCL-PG - Faris Michaelé (Anexo O, P, Q, R e S), José Pinto Rosas (Anexo T), Lourival Santos Lima (Anexo U, V e W), Mário Lima Santos (Anexo X) e Valdevino Lopes (Anexo Y).

Quadro 13 - Homenagens a Faris Antônio Salomão Michaelé

(conclusão)

	ANO	PROPONENTE	HOMENAGEM
PÓSTUMA	2011	Câmara Municipal de Ponta Grossa, Lei nº 10.682, de 26 de agosto de 2011, proposta pela vereadora Professora Ana Maria de Holleben.	Semana Faris Michaelé - instituída no calendário oficial do Município de Ponta Grossa, a ser comemorada, anualmente, na primeira semana do mês de setembro. Durante o evento, o Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, apoiará as atividades e manifestações propostas pelo Centro Cultural Professor Faris Michaelé. Nas escolas da rede pública de ensino acontecerão atividades programáticas, voltadas a conhecer a figura e o trabalho de Faris Michaelé.
	2024	UEPG e ALCG.	Placa no Bosque dos Escritores da UEPG.

Fonte: A autora.

Nota: (*) ACADEMIA DE LETRAS CAMPOS GERAIS. Faris Antonio Salomao Michaelé. Disponível em: <https://academialetrascamposgerais.org/academicos/faris-antonio-salomao-michaelé>. Acesso em: 2 nov. 2025.

Quadro 14 - Homenagem a José Pinto Rosas

	ANO	PROPONENTE	HOMENAGEM
EM VIDA	1972	Prefeito de Ponta Grossa Cyro Martins, Decreto nº 224, de 20 de julho de 1972.	Nome de Escola Municipal (Bairro Bonsucesso).

Fonte: A autora.

Quadro 15 - Homenagens a Lourival Santos Lima

(continua)

	ANO	PROPONENTE	HOMENAGEM
EM VIDA	1979	Câmara Municipal de Ponta Grossa, Lei nº 3.202, de 4 de dezembro de 1979, proposta pelo vereador Djalma de Almeida César.	Título de Cidadão Pontagrossense.

Quadro 15 - Homenagens a Lourival Santos Lima

(conclusão)

	ANO	PROPONENTE	HOMENAGEM
PÓSTUMA	1989	Câmara Municipal de Ponta Grossa, Lei nº 4.253, de 20 de abril de 1989.	Nome de Praça (Vila Liane).
	1997	Câmara Municipal de Ponta Grossa, Lei nº 5.815, de 20 de agosto de 1997.	Nome do símbolo da luminária pira olímpica, da Praça do Fogo, situada no Parque Ambiental Governador Manoel Ribas.
	1999	Academia de Letras dos Campos Gerais (ALCG)	Patrono da Cadeira nº 29.
	1999	Prefeito de Ponta Grossa Jocelito Canto, Decreto nº 35, de 9 de fevereiro de 1999.	Nome de Complexo Esportivo (Vila Liane).
	2024	UEPG e ALCG.	Placa no Bosque dos Escritores da UEPG.

Fonte: A autora.

Quadro 16 - Homenagens a Mário Lima Santos

	ANO	PROPONENTE	HOMENAGEM
EM VIDA	1956	Câmara Municipal de Ponta Grossa, Lei nº 902, de 29 de setembro de 1956.	Título de Cidadão Pontagrossense.
PÓSTUMA	1973	Câmara Municipal de Ponta Grossa, Lei nº 2.595, de 20 de setembro de 1973.	Nome de Rua (Vila Estrela).

Fonte: A autora.

Quadro 17 - Homenagens a Valdevino Lopes

	ANO	PROPONENTE	HOMENAGEM
EM VIDA	1986	Câmara Municipal de Ponta Grossa, Lei nº 3.957, de 20 de novembro de 1986.	Título de Cidadão Honorário de Ponta Grossa.
PÓSTUMA	2003	Prefeito de Ponta Grossa Péricles de Holleben Mello, Decreto nº 29, de 21 de janeiro de 2003.	Nome de Centro Municipal de Educação Infantil (foi situado inicialmente no Centro, e desde 2010 está no Bairro Contorno).

Fonte: A autora.

A observação das homenagens concedidas aos membros da comissão de criação da FEFCL-PG nos fornece indícios de como a memória pública é construída. Ao receberem nome de escolas, rua, praça, biblioteca e centro cultural, esses indivíduos são considerados dignos de serem lembrados e passam a ocupar um lugar privilegiado na narrativa histórica da cidade; isso faz com que as suas trajetórias individuais sejam transformadas em símbolos coletivos, que estão instaurados no imaginário urbano. A memória deles ganhou uma perspectiva material e duradoura, e reiteramos, novamente, que a escolha desses indivíduos, e não de outros, é reflexo de interesses dos grupos que estão no poder.

No que se refere a quem promoveu as homenagens, observa-se o protagonismo do poder público municipal, sobretudo da Câmara Municipal de Ponta Grossa e do Poder Executivo, por meio de leis e decretos. A concessão de títulos honoríficos, a denominação de espaços públicos e a institucionalização de datas comemorativas evidenciam o papel central do Estado local na legitimação da memória desses sujeitos. Paralelamente, instituições culturais e acadêmicas, como a UEPG e ALCG, também figuram como instâncias fundamentais desse processo por meio da atribuição de patronatos, cadeiras acadêmicas e inscrições simbólicas em espaços de memória, como o Bosque dos Escritores de 2024.

As homenagens distribuem-se ao longo do tempo e destacamos, analiticamente, dois momentos principais. O primeiro, que corresponde às homenagens em vida, está concentrado sobretudo entre as décadas de 1950 e 1980, período marcado pela atuação pública desses indivíduos e pelo reconhecimento imediato de sua relevância local, como no caso dos títulos de Cidadão Pontagrossense. Cabe destacar que todas essas homenagens foram concedidas após a participação desses indivíduos na comissão de criação da FEFCL-PG, o que pode estar relacionado com um peso simbólico e institucional atribuído a essa ação.

Um segundo momento, refere-se às homenagens póstumas, que se estendem das décadas de 1970 até os anos 2020, indicando um processo contínuo de atualização da memória coletiva. A recorrência de homenagens tardias sugere que o reconhecimento pleno dessas trajetórias ocorreu, em grande medida, após a consolidação de suas contribuições, quando já integradas ao patrimônio simbólico da cidade, o que reafirma a legitimidade histórica atribuída a esses indivíduos.

Destaca-se, ainda, que, das vinte homenagens identificadas, dezesseis ocorreram após a criação da UEPG em 1969, o que permite inferir o papel central da

Universidade como instância de mediação e amplificação da memória cultural local, seja por meio de homenagens diretas, seja pelo fortalecimento de circuitos institucionais que favorecem a consagração desses indivíduos no espaço público.

No que diz respeito a como essas homenagens se materializaram, percebe-se a predominância de formas institucionalizadas e normatizadas, como leis municipais, decretos e atos oficiais, o que confere caráter duradouro e público à memória desses sujeitos. Os títulos honoríficos e patronatos operam no plano simbólico, vinculando essas figuras a valores como cultura, educação e identidade local.

Destaca-se, ainda, a criação da Semana Faris Michaelle, que assume um caráter simultaneamente pedagógico e cultural ao promover ações sistemáticas de difusão de sua trajetória, especialmente no âmbito escolar. A dinâmica desse evento apresenta semelhanças com a Semana Euclidiana promovida anteriormente pelo CCEC, instituição da qual o próprio Faris Michaelle foi diretor, podendo ser compreendida como uma espécie de ressignificação contemporânea daquela iniciativa. Nesse sentido, a homenagem feita a partir da Semana Faris Michaelle, articula escola, cultura e poder público na formação de referências simbólicas para a comunidade.

Já a nomeação de espaços urbanos e educacionais inscreve os nomes dos integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG no cotidiano da cidade. Ao reconhecer esses nomes em locais de circulação, a população passa a interagir com uma memória seletivamente construída. Dessa forma, conhecer os nomes desses espaços implica reconhecer os valores de uma cidade (Faggion, Dal Corno, Frosi, 2008, p. 278). A visibilidade desses homenageados contribui para reforçar que suas atuações sejam lembradas pelas novas gerações, o que faz com que as homenagens não apenas registrem ações do passado, mas tenham efeitos contemporâneos.

Nesse contexto, a perspectiva de Elias auxilia para compreender como essas homenagens, materializadas na cidade, não são apenas registros isolados do passado, mas expressões de figurações sociais mais amplas. Para Elias, as figurações são formadas pelos seres humanos em suas relações mútuas, constituindo modos de vida conjuntos que se desenvolvem em grupos grandes ou pequenos. Esses modos de convívio são sempre singulares e co-determinados pela transmissão de conhecimentos e símbolos de uma geração a outra, de modo que cada indivíduo

ingressa em um mundo simbólico já estruturado pelas figurações anteriores (Elias, 2006).

Assim, quando nomes de membros da comissão criadora da FEFCL-PG permanecem inscritos na memória urbana de Ponta Grossa, o que se observa é a continuidade dessas figurações: redes de interdependência que ultrapassam a vida dos indivíduos e se projetam no espaço público por meio de homenagens que reafirmam determinados valores, trajetórias e posições sociais. A memória coletiva que se cristaliza em Ponta Grossa não apenas recorda esses indivíduos, mas também perpetua a figuração específica da qual fizeram parte, mantendo vivos os significados compartilhados e os padrões simbólicos que estruturaram e continuam estruturando a vida social da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comissão de criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, formada em 1948, teve sua origem num contexto de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil. Do ponto de vista geográfico e demográfico, Ponta Grossa apresentava condições que poderiam justificar sua inserção nesse movimento: com 125 anos de existência, a cidade já havia passado por um expressivo processo de urbanização e crescimento populacional, consolidando-se como a segunda principal cidade do Paraná. Esse panorama reforçava seu potencial para sediar instituições de ensino superior; no entanto, como evidencia este estudo, tais condições estruturais, embora relevantes, não foram suficientes para assegurar a criação de uma instituição dessa modalidade de ensino; sua efetivação dependeu de articulações políticas específicas, e de posições sociais ocupadas em redes de interdependência pelos professores que compuseram a comissão que projetou a FEFCL-PG.

A própria escolha por ser uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi estratégica. A criação da primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) no Brasil, em 1934, no contexto da fundação da Universidade de São Paulo (USP), consolidou um modelo institucional que se mostrou eficaz para a organização do ensino superior, sobretudo no que se refere à formação de professores e à articulação entre diferentes áreas do conhecimento. Ao longo das décadas seguintes, esse formato adquiriu legitimidade e passou a servir de referência para a implantação de instituições semelhantes em diferentes regiões do país.

No Paraná, a implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1938, representou um marco na consolidação do ensino superior. Embora a Universidade do Paraná já estivesse institucionalizada na capital desde o início do século XX, foi com essa Faculdade que as áreas de humanidades, educação e ciências puras passaram a ocupar um espaço estruturado no ensino superior paranaense. Esse modelo contribuiu para ampliar a produção de conhecimento, a formação intelectual e o desenvolvimento social, cultural e econômico do estado.

Decorridos dez anos da criação da FFCL-PR, a opção pela criação de uma Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras em Ponta Grossa revelou-se compatível com as condições políticas, econômicas e institucionais do período.

Embora tenham existido outras propostas para a instalação de faculdades, essas iniciativas não se efetivaram e o projeto da FEFCL encontrou maior ressonância por apresentar maior viabilidade e capacidade de articulação, ao congregar interesses diversos e alcançar receptividade junto ao governo estadual.

Além de atender à demanda pela formação de professores para o ensino secundário, a FEFCL-PG possibilitava a oferta de cursos superiores na cidade com custos relativamente reduzidos para o Estado, inclusive, pela possibilidade de funcionamento nas dependências do Colégio Regente Feijó. Sua implantação também favorecia a permanência dos estudantes em Ponta Grossa, evitando o deslocamento para outros centros urbanos. Dessa forma, a FEFCL-PG configurou-se como uma solução institucional viável, tornando-se um marco fundamental no processo de constituição e posterior expansão do ensino superior em Ponta Grossa.

A comissão, enquanto grupo formal que se colocou à frente do projeto de instalação da FEFCL-PG, foi composta por Faris Michaelle, José Pinto Rosas, Lourival Santos Lima, Mário Lima Santos e Valdevino Lopes, que desempenharam um papel central na organização do processo, na coordenação de ações, na negociação de interesses, na mobilização de apoios e na construção dos encaminhamentos políticos indispensáveis à efetivação da instituição. A centralidade desses sujeitos no processo de criação da Faculdade evidencia, ao mesmo tempo, quem pôde atuar publicamente em nome do ensino superior e quais posições sociais conferiam legitimidade para tal atuação.

Dessa forma, é necessário reconhecer os limites impostos pelas fontes mobilizadas nesta pesquisa e, de modo mais amplo, pelas próprias condições históricas de produção acadêmica sobre o ensino superior em Ponta Grossa. É plausível supor que mulheres, negros, pessoas sem formação escolar formal e/ou com poucos recursos econômicos tenham desejado, debatido ou mesmo defendido a existência do ensino superior na cidade. No entanto, tais vozes dificilmente encontravam condições de circulação, reconhecimento e legitimação suficientes para alcançar as instâncias decisórias do poder público. As fontes que acessamos, produzidas em sua maioria por indivíduos situados em posições socialmente privilegiadas, não permitem mensurar esses possíveis posicionamentos, de forma que as documentações consultadas também são expressão de uma configuração

específica de poder, na qual apenas certas falas foram autorizadas a produzir efeitos concretos na esfera educacional.

Nessa perspectiva, a questão central não se limita à possibilidade de fala - garantida, ao menos formalmente, pela liberdade de expressão, mas ao reconhecimento social dos discursos produzidos, à valoração que lhes é atribuída e à capacidade que possuem de gerar repercussão. Nem todas as falas circulam com o mesmo peso simbólico, tampouco alcançam os mesmos espaços de decisão. Como evidencia este estudo, apenas determinados indivíduos, situados em posições socialmente legitimadas, detinham as condições necessárias para transformar seus discursos em ações concretas no âmbito do ensino superior. Assim, compreender o percurso de constituição e expansão do ensino superior em Ponta Grossa, implica reconhecer que a eficácia do discurso esteve diretamente associada às posições ocupadas pelos indivíduos nas redes de interdependência, aos recursos culturais e políticos mobilizados, e aos mecanismos de legitimação que autorizavam certas vozes a falar em nome do interesse por instalar instituições de ensino superior, enquanto outras permaneciam à margem desse processo.

No que se refere às escolhas metodológicas e teóricas, a adoção da prosopografia mostrou-se fundamental para a interpretação do objeto investigado. Esse método possibilitou mapear as articulações entre os integrantes da comissão e evidenciar como trajetórias individuais distintas se entrelaçaram na constituição de um projeto coletivo capaz de produzir a legitimação social e política necessária à criação da FEFCL-PG. Ao dialogar com as contribuições de Norbert Elias, especialmente os conceitos de figuração, interdependência e *habitus*, a análise permitiu compreender os professores não como indivíduos isolados, mas como participantes de redes dinâmicas de relações sociais que condicionaram e, ao mesmo tempo, possibilitaram suas ações.

Do mesmo modo, a noção de Pierre Bourdieu de linguagem autorizada contribuiu para explicitar como determinados discursos e posicionamentos foram reconhecidos como legítimos no espaço público, em função das posições sociais ocupadas pelos membros da comissão. Assim, a articulação entre prosopografia e o referencial teórico favoreceu uma abordagem relacional com capacidade de identificar os mecanismos de poder, reconhecimento e legitimação que sustentaram a atuação

coletiva desse grupo no processo de constituição do ensino superior em Ponta Grossa.

As análises desenvolvidas ao longo desta pesquisa permitiram compreender que esse processo resultou de uma configuração específica de relações de interdependência, nas quais os cinco professores analisados ocupavam posições privilegiadas nos circuitos culturais, educacionais e políticos da cidade. A vinculação dos membros da comissão ao Colégio Regente Feijó, ao Centro Cultural Euclides da Cunha e ao Partido Social Democrático revela que sua autoridade para falar em nome do ensino superior não derivava apenas de competências acadêmicas, mas de ligações políticas e sociais, que lhes conferia reconhecimento como porta-vozes legítimos da causa.

Mesmo assim, a criação da FEFCL-PG esteve longe de constituir um processo linear ou isento de conflitos. As dificuldades e as incertezas amplamente divulgadas pela imprensa oposicionista demonstram que a efetivação da Faculdade foi marcada por entraves administrativos, disputas políticas e tensões em torno de sua legitimação institucional. A demora no reconhecimento federal, condição indispensável para o funcionamento da instituição, alimentou críticas, frustrações e a percepção de que o projeto poderia se limitar a uma promessa governamental em um contexto eleitoral de acirrada polarização política no Paraná.

Esse cenário reforça o argumento central desta tese de que a criação da FEFCL-PG exigiu mais do que condições estruturais favoráveis: demandou persistência, poder político e capacidade de articulação por parte dos integrantes da comissão, que atuaram de forma contínua até a oficialização da Faculdade, em junho de 1950. Assim, as tribulações enfrentadas no processo de reconhecimento federal não apenas confirmam a complexidade da implantação do ensino superior no interior do estado, como também evidenciam o papel decisivo desempenhado pela comissão na superação dos obstáculos que existiram entre o projeto e a sua concretização.

Para a compreensão dos debates públicos, das disputas políticas e das estratégias de legitimação em torno do ensino superior em Ponta Grossa, os jornais foram uma fonte fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. A imprensa foi um espaço em que recorrentemente eram divulgadas informações de reivindicação e defesa de projetos educacionais, traziam argumentos para sustentar a instalação de

novas faculdades, e também as críticas oposicionistas, revelando os jogos de poder que permeavam esse processo. As matérias publicadas sobre o assunto não apenas informavam, mas também selecionavam atores, hierarquizavam interesses e orientavam interpretações sobre a viabilidade dessas iniciativas, tornando visíveis os conflitos e alianças que atravessaram o período; para isso, foi importante compreender as vinculações políticas e editoriais, já que não se tratam de registros neutros. Nesse sentido, os jornais mostraram-se essenciais para compreender aspectos da criação da FEFCL-PG e das outras instituições de ensino superior instaladas ao longo das décadas de 1950 e 1960.

Cabe ressaltar que a atuação dos integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG no âmbito do ensino superior, com exceção de Valdevino Lopes, não se encerrou com a efetivação dessa instituição. Os demais professores investigados mantiveram participação ativa no processo de expansão do ensino superior em Ponta Grossa, envolvendo-se tanto na criação quanto no funcionamento de novas faculdades estaduais, como a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia (1952) - posteriormente desmembrada, em 1966, nas Faculdades de Farmácia e Bioquímica e de Odontologia - e a Faculdade Estadual de Direito (1954). A presença recorrente desses indivíduos em diferentes iniciativas institucionais evidencia a continuidade de um projeto educacional mais amplo, sustentado por vínculos, experiências e articulações.

Após a criação da FEFCL-PG, a implantação das demais faculdades em Ponta Grossa também foi marcada por dificuldades e entraves de diversas ordens. Os novos estabelecimentos de ensino superior enfrentaram limitações estruturais, escassez de recursos financeiros, indefinições quanto às instalações físicas, à composição do corpo docente e aos trâmites burocráticos junto aos órgãos estaduais e federais responsáveis pelo reconhecimento e funcionamento dos cursos. Nesse contexto, nem todas as iniciativas tiveram êxito: o projeto de criação da Escola de Agronomia e Veterinária, por exemplo, não se efetivou. Dessa forma, a criação das faculdades posteriores deve ser compreendida como parte de um movimento gradual e disputado de consolidação do ensino superior em Ponta Grossa, no qual os avanços alcançados coexistiram com incertezas, resistências e projetos que não se concretizaram.

A própria atuação dos membros da comissão de criação da FEFCL-PG nas Faculdades recém-instaladas também foi atravessada por embaraços, tensões e

descontinuidades. Um dos casos mais expressivos foi o de Mário Lima Santos, que, apesar de sua participação central na criação e consolidação do ensino superior em Ponta Grossa, foi demitido no contexto da Ditadura Militar da Faculdade Estadual de Direito, da qual era professor e tinha conduzindo o projeto de instalação, evidenciando que as posições ocupadas nas redes acadêmicas e políticas não garantiam estabilidade nem proteção diante das mudanças de conjuntura política.

De modo semelhante, Lourival Santos Lima enfrentou contratempos significativos ao longo de sua trajetória acadêmica e institucional. Na Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, após ser indicado por Faris Michaelle para substituí-lo na disciplina de Introdução à Ciência do Direito, foi acusado de acúmulo de cargos públicos, situação que, somada a divergências com a direção da instituição, resultou em seu pedido de demissão. Em outro momento, quando foi indicado por Mário Lima Santos para assumir, também como substituto, a cadeira de Teoria Geral do Estado, o processo acabou sendo suspenso e não se efetivou. Ainda, em 1962, Lourival Santos Lima prestou concurso para a FEFCL-PG, no qual não obteve aprovação, episódio que o próprio professor interpretou como uma situação de injustiça, e mesmo expondo o caso na imprensa e entre seus pares, a decisão de não aprovação foi mantida.

Essas ocorrências demonstram que a atuação dos integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG também esteve marcada por tensões, disputas e limites institucionais. Contudo, tais contratempos não significaram o esvaziamento do projeto educacional mais amplo do qual esses indivíduos participaram. Ao contrário, mesmo atravessado por conflitos e descontinuidades, o processo de expansão do ensino superior em Ponta Grossa manteve-se em curso, articulando novas iniciativas e reconfigurando estratégias.

A criação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa, na década de 1960, representou um desdobramento direto do processo de expansão do ensino superior analisado ao longo desta pesquisa. Essa Faculdade respondeu a demandas econômicas, administrativas e políticas emergentes, e não pode ser compreendida como uma iniciativa isolada, mas como parte de um projeto associado de implantação de uma universidade em Ponta Grossa.

A defesa da criação de uma universidade era articulada por diversos grupos a fim de influenciar o poder público. A possibilidade de criação de uma universidade federal integrou esse horizonte de expectativas e mobilizações. Tal projeto revelava a aspiração para conseguir mais recursos, estabilidade administrativa e inserção da cidade em um circuito nacional de ensino superior. Embora essa alternativa não tenha se concretizado, sua discussão evidencia o grau de articulação política e a capacidade de mobilização dos grupos envolvidos, bem como as disputas em torno dos diferentes modelos de universidade possíveis naquele contexto histórico.

A concretização da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 1969, resultou da convergência entre demandas locais, as experiências acumuladas pelas faculdades estaduais e as condições políticas e institucionais do período. A incorporação das faculdades existentes configurou um arranjo possível dentro das limitações e oportunidades daquele momento, ao mesmo tempo em que consolidou um projeto de longa duração, no qual alguns integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG também se fizeram presentes. Assim, a UEPG materializou não apenas uma reivindicação educacional, mas também um processo histórico marcado por interdependências, negociações, conflitos e estratégias de legitimação, reafirmando o entrelaçamento entre educação, política e poder que atravessa toda a trajetória do ensino superior em Ponta Grossa.

Por fim, a análise das homenagens póstumas dedicadas aos membros da comissão de criação da FEFCL-PG contribui para ampliar a compreensão sobre os modos pelos quais suas trajetórias foram inscritas na memória pública da cidade. Ao identificar quem promoveu essas homenagens, quando e em quais contextos, a pesquisa evidencia que a memória não é um dado natural, mas uma construção social marcada por disputas, silêncios e seleções. Esses processos de rememoração, materializados em nome de rua, instituições e outras referências simbólicas, funcionam como instrumentos de poder, pois consagram determinados indivíduos e projetos em detrimento de outros.

Todos os integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG foram contemplados com homenagens, ainda que de naturezas distintas. Faris Michaelle destaca-se como o membro que recebeu o maior número delas e, não por acaso, também é aquele cuja trajetória tem sido mais frequentemente abordada em pesquisas acadêmicas, o que evidencia sua centralidade na memória institucional e

na historiografia local. Além disso, foi o integrante que mais dedicou tempo de sua vida ao magistério no ensino superior, sendo também o único entre os membros da comissão que atuou na UEPG. Um dado simbólico que corrobora essa posição pode ser observado no Bosque dos Escritores da UEPG, iniciativa da Universidade em parceria com a Academia de Letras dos Campos Gerais, inaugurado em 2024, no qual a árvore dedicada a Faris Michaelle figura entre as de maior espessura do espaço, elemento que, ainda que simbólico, expressa a relevância atribuída à sua atuação na cidade.

Um aspecto particularmente significativo em relação às homenagens diz respeito a Mário Lima Santos, o único integrante da comissão homenageado por meio da denominação de uma rua, e não de instituições ou outros espaços públicos. Tal singularidade pode ser pensada em consonância com a sua trajetória: apesar de ter desempenhado papel decisivo na criação e expansão do ensino superior em Ponta Grossa, sua carreira docente foi interrompida de forma compulsória durante a Ditadura Militar. Esse contraste sinaliza como os processos de reconhecimento e memória pública são atravessados por disputas, silenciamentos e reconfigurações, refletindo as tensões entre política, educação e poder que também marcaram as trajetórias desses indivíduos. Assim, ao considerar a dimensão memorial, este estudo reafirma que a história do ensino superior em Ponta Grossa envolve não apenas a criação de instituições, mas também a permanente disputa pelos sentidos do passado e por sua legitimação no presente.

Nesse sentido, os objetivos propostos pela pesquisa foram alcançados. Ao identificar aspectos do ensino superior no Brasil e no Paraná, foi possível situar a criação da FEFCL-PG em um movimento mais amplo de expansão e reorganização educacional. A discussão acerca da figuração da comissão e das relações de interdependência entre seus integrantes permitiu compreender os mecanismos sociais que sustentaram sua atuação coletiva. A análise da participação desses professores nas Faculdades fundadas nas décadas de 1950 e 1960 evidenciou a continuidade do engajamento do grupo com o ensino superior local, bem como sua atuação no processo de incorporação das Faculdades Estaduais e na efetivação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 1969.

Dessa forma, a hipótese da pesquisa mostrou-se confirmada: a criação da FEFCL-PG ocorreu em um contexto fecundo, mas exigiu uma complexa gama de

articulações protagonizadas por um grupo específico de professores que compartilhava sociabilidades, recursos políticos e culturais. As contribuições desta tese residem, portanto, em demonstrar que o processo de institucionalização do ensino superior ponta-grossense se estruturou em figurações sociais dinâmicas, nas quais educação, política e sociabilidade se entrelaçaram de modo decisivo. Ao explicitar as estratégias, posições e relações que permitiram esses indivíduos ocuparem lugares centrais no cenário local, o estudo evidencia que a história do ensino superior em Ponta Grossa não é apenas a história de instituições, mas também de indivíduos que, situados em quadros sociais específicos, conseguiram transformar recursos acumulados em ações efetivas. A compreensão do processo de constituição da FEFCL-PG está diretamente vinculada às condições históricas e simbólicas que possibilitaram a posterior expansão do ensino superior em Ponta Grossa - expansão da qual o próprio grupo investigado foi, juntamente com outros indivíduos, simultaneamente idealizador e protagonista.

REFERÊNCIAS

ABREU JÚNIOR, L. M.; CARVALHO, E. V. Relações entre educação, higienismo, moral e patriotismo na I Conferência Nacional de Educação (1927). **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 45, p. 62-77, mar. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640136/7695>. Acesso em: 15 out. 2024.

ACERVO Museu Cenas. Edifício do Colégio Regente Feijó, década de 1930. Acervo da Casa da Memória Paraná, digitalizado e publicado em 26 ago. 2021. Disponível em: <https://www.museucenas.com.br/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ÁLBUM FAFI 1952. Memória Digital, Culturas Regionais. Disponível em: <http://memoriasdigitais.museu.uepg.br/items/show/2038>. Acesso em: 14 mar. 2024.

ALMEIDA, I. F. de. “**Grande**” arte para quem faz parte: atuação da sociedade de cultura artística Brasília Itiberê em Ponta Grossa (PR). 2021. 154f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3457/1/Isabele%20Foga%C3%A7a%20de%20Almeida.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

A MANHÃ. Rio de Janeiro, 1947. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ANTONIACOMI, A. A. **O curso de pedagogia da universidade estadual de Ponta Grossa: Uma análise histórica, a partir dos aspectos legais e do papel dos coordenadores do curso (1962-2012)**. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/1170/1/Adriana%20Aparecida%20Antoniacom.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2022.

A REDE. UEPG lamenta morte do professor Satyro. A Rede, Ponta Grossa, 03 maio 2019. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/258466/uepg-lamenta-morte-do-professor-satyro>. Acesso em: 9 out. 2025.

AZEVEDO, F. de. **A Cultura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

AZEVEDO, F. de. et al. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932): a reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1044145/mod_resource/content/1/3.Manifesto%20dos%20Pioneiros%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

BARREIROS, T. **Vozes do Paraná 7**. 2016. Disponível em: https://tomasbarreiros.com.br/wp-content/uploads/2016/07/VozesdoParana7_Angel. Acesso em: 28 nov. 2022.

BARROS, J. A. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas - uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, Lisboa, v. 52, p. 397-419, 2021.

Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rph/article/view/8691>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BATISTA, M. I. Escola Profissional Ferroviária Cel. Tibúrcio Cavalcanti de Ponta Grossa: (1940 – 1973) um modelo de educação profissionalizante. **HISTEDBR**, Campinas, p. 1-14, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Maristela_lurk_Batista_artigo.pdf. Acesso em: 5 de jun. 2025.

BATISTELLA, A. O governo Ney Braga e o golpe civil-militar de 1964 no Paraná. **Diálogos**, v. 18, p. 203-242, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305535325009.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

BATISTELLA, A. A redemocratização de 1945 no Paraná e as eleições de 1945 e 1947. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 2, p. 436-459, 2015a. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/7674/4820>. Acesso em: 8 set. 2025.

BATISTELLA, A. A trajetória de Abilon de Souza Naves no PTB paranaense (1945-1959). **História: Questões & Debates**, v. 63, n. 2, p. 317-361, 2015b. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/41490/28031>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BATISTELLA, A. A campanha oposicionista ao governador paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) por meio da caricatura política. **Revista de História Regional**, v. 23, n. 1, p. 37–69, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/10902/209209210097>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BONTEMPI JÚNIOR, B. **Laerte Ramos de Carvalho e a constituição da História e Filosofia da Educação como disciplina acadêmica**. Uberlândia: Edufu, 2015.

BONTEMPI JÚNIOR, B. Usos da prosopografia para a história dos intelectuais da educação. **Educação e Filosofia**, v. 33, n. 67, p. 57-82, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47897/27732>. Acesso em: 1 dez. 2025.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1983.

BRANDÃO, J. L. A universidade pública brasileira: crise e perspectivas. **Revista Chilena de Humanidades**, n. 17, p. 43-50, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879**. Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império. Rio de Janeiro, 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 21 mar. 2025.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 14 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 421, de 11 de maio de 1938**. Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior. Rio de Janeiro, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-421-11-maio-1938-350759-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950**. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 5 dez. 1950. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1254-4-dezembro-1950-362540-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 2 out. 2025.

BRASIL. **Decreto Federal nº 32.242, de 10 de fevereiro de 1953**. Concede reconhecimento aos cursos de Geografia e História, Letras neolatinas e Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1950-1959/decreto-32242-10-fevereiro-1953-337417-norma-pe.html>. Acesso em: 5 mai. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 40.445, de 30 de novembro de 1956**. Concede reconhecimento aos cursos de Farmácia e Odontologia da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa. Rio de Janeiro, 1956. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1950-1959/decreto-40445-30-novembro-1956-330704-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto Federal nº 43.059, de 21 de janeiro de 1958**. Concede autorização do funcionamento da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa. Rio de Janeiro, 1958a.

BRASIL. **Decreto Federal nº 43.309, de 7 de março de 1958**. Concede autorização para funcionamento do curso de bacharelado em direito da Faculdade Estadual de Direito de Londrina. Rio de Janeiro, 1958b.

BRASIL. **Decreto Federal nº 50.355, de 18 de maio de 1961**. Concede reconhecimento ao Curso de Bacharelado da Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa. Brasília, 1961a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1960-1969/decreto-50355-18-marco-1961-389988-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. **Decreto do Conselho de Ministros nº 111, de 6 de novembro de 1961**. Concede autorização para o funcionamento de cursos. Brasília, 1961b. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/373212/publicacao/15664982>. Acesso em: 2 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961c. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 9 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto Federal nº 69.697, de 3 de dezembro de 1971**. Reconhece a Faculdade de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Brasília, 1971a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69697-3-dezembro-1971-418119-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Divisão de Segurança e Informações. Processo SECOM nº 57.988. **Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, 1972. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_TT/0/IRR/PRO/0240/B_R_RJANRIO_TT_0_IRR_PRO_0240_d0001de0001.pdf. Acesso em: 3 dez. 2025.

BULST, N. Sobre o Objeto e o método da prosopografia. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, 2005.

CAMPOS, F. **Educação e cultura**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1940.

CAMPOS, N. de. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)**. Curitiba/PR: Editora da UFPR, 2008.

CAMPOS, N. de; SOUZA, E. F. de. Ensino superior nas páginas do Diário dos Campos (1947- 1950). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 61, p. 273-290, jul./set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n61/1984-0411-er-61-00273.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CANTERI, M. U. **Histórico**. Ponta Grossa, 20 mar. 2009. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Departamento de Administração. Disponível em: <https://www2.uepg.br/deadm/historico/>. Acesso em: 9 out. 2025.

CARNEIRO, C. F. G.; OLIVEIRA, J. C. Edificações escolares em Ponta Grossa a partir da gestão da “coisa pública” de Albary Guimarães. Publicatio UEPG: **Ciências Sociais Aplicadas**, v. 13, n. 1, 2005.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, S. M. B. **A formação do professor de história na Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual de Ponta Grossa de 1950 a 1970**: propostas curriculares e memórias docentes. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24853/_TESE%20%20Versao%20finalissima%20para%20Grafica%20UFPR.pdf?sequence=1&isAllowis=y. Acesso em: 5 abr. 2023.

CENTRO CULTURAL EUCLIDES DA CUNHA. **Estatuto**. Ponta Grossa, 1948. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha.

CHAMMA, G. V. F. **Colégio Regente Feijó: 50 anos de história**. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 1978.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CHARLE, C.; VERGER, J. **História das universidades**. São Paulo: Unesp, 1996.

CHAVES, N. B. Intelectuais, médicos e educadores: Inserções sociais, políticas e educativas em Ponta Grossa/PR em meados do século XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428368649_ARQUIVO_NiltonciBatistaChaves.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

COELHO, N. P. O clã Malucelli – trajetória, empreendimento e principais atores no Paraná. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 3, n. 1, p. 17–35, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/52555>. Acesso em: 21 set. 2025.

COLÉGIO REGENTE FEIJÓ. **Cadernos de Registros 1944**. Ponta Grossa, 1944. Acervo do Colégio Estadual Regente Feijó.

CORDOVA, M. J. W. **Tingüís, Pioneiros e Adventícios na Mancha Loira do Sul do Brasil**: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/22147/Maria%20Julieta.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 dez. 2025.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 1984. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CORREIO DO PARANÁ. Curitiba, 1962. Centro de Documentação e Pesquisa em

História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Pasta Faculdade de Filosofia 1947 1967.

COSTA, R. N. **Eleições vencem em campanhas?** Uma análise da organização político-partidária do Rio de Janeiro através das disputas eleitorais, da propaganda política e da trajetória do PSD-RJ (1945-1958). 2019. 264f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/55429/Downloads/Rafael%20Navarro%20Costa.pdf>. Acesso 20 out. 2023.

CURITIBA Histórica. **Ney Braga – Década de 1960**. Disponível em: <https://www.curitibahistorica.com.br/publicacoes/910/ney-braga-decada-de-1960>. Acesso em: 23 out. 2025.

CYTRYNOWICZ, M. M.; CYTRYNOWICZ, R. **História do departamento de psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae**. São Paulo: Narrativa Um, 2006. Disponível em: <https://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/arquivosComunicacao/Sedes%20Miolo%20Final%20dupla.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2023.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 1934-1967. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 1955-1967. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 1936-1973. Museu Campos Gerais. Acervo Histórico Hugo Reis.

DIAS, R. C.; PRADO, E. M. O regime salazarista português nas escolas elementares. **Revista Intersaberes**, v. 9, n. 17, p. 199–215, 2014. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/574>. Acesso em: 20 out. 2025.

DIONIZIO, L. A.; MOTA, F. L.; DENEZ, C. C. A cartografia do voto nas eleições paranaenses: uma análise acerca da eleição de 1955. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14., 2021. **Anais [...]** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77757>. Acesso em: 2 mar. 2024.

DITZEL, C. de H. M. **Manifestações Autoritárias – O Integralismo nos Campos Gerais (1932 – 1955)**. 2004, 305f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DITZEL, C. de H. M.; CHAVES, N. B.; ZULIAN, R. W. Da faculdade de filosofia à Universidade Estadual de Ponta Grossa: meio século de ensino superior nos Campos Gerais. In: DITZEL, C. de H. M. et al. **Visões de Ponta Grossa: cidade e instituições**. Ponta Grossa: UEPG, p. 182-193, 2004.

DITZEL, C. de H. M.; **Imaginário e representações: o integralismo dos Campos Gerais (1935-1955)**. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

DURHAM, E. **O ensino superior no Brasil**: público e privado. São Paulo: USP, 2003.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do Estado e Civilização. v. 2. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, N. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Tradução de Pedro Süsserkind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ELIAS, N. **Escritos & Ensaios 1**: Estado, Processo, Opinião Pública. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRAÇÃO DE PONTA GROSSA. **Relatório anual 1967**. Ponta Grossa, 1967. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DE PONTA GROSSA. **Relatório anual 1958**. Ponta Grossa, 1958. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DE PONTA GROSSA. **Relatório anual 1959**. Ponta Grossa, 1959. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA DE PONTA GROSSA. **Relatório anual 1966**. Ponta Grossa, 1966. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE PONTA GROSSA. **Ata de inauguração da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa**. Ponta Grossa, 15 mar. 1954a. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE PONTA GROSSA.

Ata da primeira reunião da congregação da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 22 mar. 1954b. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE PONTA GROSSA. **Relatório setembro de 1954.** Ponta Grossa, 1954c. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE PONTA GROSSA. **Relatório de 1956.** Ponta Grossa, 1956. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Ata da instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa.** Ponta Grossa, 12 nov. 1949. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Relatório 1º semestre 1950.** Ponta Grossa, 1950. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **M.E.C. expedidas 1951 a 1971.** Ponta Grossa, 1952. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Relatório 1º semestre 1954.** Ponta Grossa, 1954. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Relatório 1º semestre 1955.** Ponta Grossa, 1955. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Ata de reunião do Conselho Administrativo do Diretório Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier.** Ponta Grossa, 6 mar. 1962. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Ata nº 103 de 29 de abril de 1969.** Ponta Grossa, 1969a. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Ata nº 104 de maio de 1969.** Ponta Grossa, 1969b. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE ODONTOLOGIA DE PONTA GROSSA. **Relatório anual 1966.** Ponta Grossa, 1966. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE ODONTOLOGIA DE PONTA GROSSA. **Relatório anual 1967**. Ponta Grossa, 1967. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FAGGION, C. M.; MISTURINI, B.; DAL PIZZOL, E. V. Ideologias no ato de nomear: a toponímia revelando mudanças nas relações de poder de uma comunidade. **Revista Entreletras**, Universidade Federal de Tocantins, 2013.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12 ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

FÁVERO, M. de L. de A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: UFRJ/INEP, 2000.

FERREIRA, A. M. de M. P. **A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP** – Um estudo sobre o início da formação de pesquisadores e professores de Matemática e de Física em São Paulo. Tese (Doutorado em História da Ciência). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/13440/1/Alexandre%20Marcos%20de%20Mattos%20Pires%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

FERREIRA, G. de S.; CRISTOFOLINI, V. G.; CHIMIN JUNIOR, A. B. As eleições para governador do Paraná em 1947: uma análise do contexto e resultados. **Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 501-515, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/download/67309133/Atlas_Eleitoral_do_Parana.pdf#page=37. Acesso em: 10 abr. 2023.

FLORIANO, J. dos S. **"Não me interessa mais esta profissão"**: representações dos professores no Jornal Diário dos Campos (1932-1950). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2933/1/Jaine%20dos%20Santos%20Floriano.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

FLORIANO, J. dos S.; CORDOVA, M. J. W. Representações sobre professores nas páginas do jornal Diário dos Campos: a escrita de Mário Lima Santos. In: SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 3., 2019, Ponta Grossa. **Anais [...]** Ponta Grossa: UEPG, 2019. Disponível em: <https://www.doity.com.br/anais/sipers/-trabalho/91246>. Acesso em: 10 out. 2022.

FOLHA DO OESTE. Guarapuava, 1962. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Pasta Faculdade de Filosofia 1947-1967.

FRASSON, A. C. **O ensino superior em Ponta Grossa: o tempo das faculdades**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2002.

GALOTTI, O. **[Correspondência]**. Destinatário: Faris Michael. São José do Rio Pardo, 23 abr. 1951. Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha. Pasta Sub-Série: Correspondências Faris Michael/CCEC 1934-1983.

GOMES FILHO, A. H. **[Correspondência]**. Destinatário: Faris Michael. Irati, 28 jan. 1954. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha. Pasta Sub-Série: Correspondências Faris Michael/CCEC 1934-1983.

GOMES, R. R. **[Correspondência]**. Destinatário: Faris Michael. Curitiba, 10 set. 1950. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha. Pasta Sub-Série: Correspondências Faris Michael/CCEC 1934-1983.

GOMES, R. R. Entrevista. In: ARAÚJO, A. Raul Rodrigues Gomes: Semeador de Cultura. **Diário do Paraná**, Curitiba, 8 jul. 1973. Terceiro Caderno, p. 1.

GOULART, M. H. H. S. O poder local e o coronelismo no Paraná. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v.1, n.1, p. 15-39, dez. 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328079096.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

GOULART, M. H. H. S. Família Slaviero: uma história de grandes conquistas. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v.2, n.2, p.720-734, maio 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328079161.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

GRANATO, N. C. Os senadores do Paraná no contexto da Revolução de 1930: capitais políticos e familiares. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v.3, n.1, p. 46-63, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/viewFile/52557/32302>. Acesso em: 14 jul. 2024.

GUEBERT, C. A. **Da intelectualidade princesina, o coração do Brasil**: trajetória, sociabilidades cívico-letradas e a plasticidade do sertão imaginado no círculo euclidiano (Paraná, meados do século XX). 2018. 300 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/54970/R%20%20D%20%20CAROLINE%20APARECIDA%20GUEBERT.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 ago. 2023.

GUEBERT, C. A.; KARVAT, E. Intelectuais, ideias e instituição em cenário periférico: o Centro Cultural Euclides da Cunha, Ponta Grossa, 1948-1985 (notas de pesquisa). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. **Anais [...]** Natal: UFRN, 2013. Disponível em: https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364661327_ARQUIVO_AANPU2013ErivanKarvat.pdf. Acesso em: 9 nov. 2023.

GUIMARÃES, S. K.; MONASTIRSKY, L. B. O patrimônio cultural do tropeirismo no espaço urbano de Ponta Grossa (PR). **Patrimônio cultural**, v. 11, 2016.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HANICZ, T. **Modernidade, Religião e Cultura**: O círculo de estudos bandeirantes e a restauração do catolicismo em Curitiba (1929-1959). 2006. 385 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São

Paulo, 2006. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/2001>. Acesso em: 14 nov. 2023.

HEINZ, F. O Historiador e as elites - à guisa de introdução. In: HEINZ, F. (Org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOCHE, A. de A. A juventude brasileira e o presidente Vargas. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 19, p. 114–151, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/41109>. Acesso em: 21 out. 2025.

HOLLOWATE, I. Mídia e poder: o jornal O Progresso, Ponta Grossa (PR) 1907–1912. **Profanações**, v. 8, p. 160-179, 2021. Disponível em: <http://ojs.unc.br/index.php/prof/article/view/3525>. Acesso em: 31 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Serviço Nacional de Recenseamento. **Recenseamento geral do Brasil** (1º de setembro de 1940). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

IPARDES. **Resultados eleitorais**: Paraná (1945-1982). Curitiba: IPARDES, 1989.

JORNAL DA MANHÃ. Ponta Grossa, 1954. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1966. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

JORNAL DO PARANÁ. Ponta Grossa, 1948. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, L. S. [**Correspondência**]. Destinatário: Moysés Lupion. Ponta Grossa, 16 nov. 1960b. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Pasta Faculdade de Filosofia 1947-1967.

LIMA, L. S. **Ao secretário de educação: agora, as palmas!** [19--]. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Pasta Faculdade de Filosofia 1947-1967.

LIMA, L. S. **Certidão**. 1962. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Pasta Faculdade de Filosofia 1947-1967.

LIMA, L. S. **Ensino universitário X burocracia e empreguismo**. [19--]. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Pasta Faculdade de Filosofia 1947-1967.

LIMA, L. S. **Minha questão é de ordem moral**. 1960a. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Pasta Faculdade de Filosofia 1947-1967.

LIMA, L. S. **Terra Coracional**. [19--]. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Produção Literária/Manuscrito não publicado, caixa 1.

LOPES, I. C. **Os diletantes e as lides do espírito**: um estudo sobre o entusiasmo intelectual nas cartas do Centro Cultural Euclides da Cunha, de Ponta Grossa (1948-1959). 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/adde577c-3f9e-420d808d3a921b21e4d8/content>. Acesso em: 18 set. 2024.

LOWENTHAL, D. **The Past is a foreign Country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Ponta Grossa: Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2012.

MAINARDES, J.; MAYER, E. A.; STREMEL, S. Apresentação do Dossiê: Centenário da Escola Normal de Ponta Grossa - Instituto de Educação Prof. Cesar Prieto Martinez (1924-2024). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, p. 1–4, 2024. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/24439>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MANSANERA, A. R.; SILVA, L. C. da. A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. **Psicologia em estudo**, v. 5, p. 115-137, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/VSY9ddmBqr4ZmNXgDJ>. Acesso em: 15 out. 2024.

MARCHESE, E. **O intelectual Faris Michael (1940-1977) e sua dimensão regional**: questões da cultura e da educação. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/36186/R%20%20D%20-%20ELISA%20MARCHESE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 nov. 2022.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, p. 4-6, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/acb/a/8jQH56v8cDtWGZ8yZdYjHHQ/?lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2023.

MARTINS, C. R. K. **A disciplina escolar de História no ensino secundário público paranaense**: 1931 a 1951. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

MARTINS, L. M. **O primeiro ginásio no interior do Paraná**: o Regente Feijó e a educação secundária em Ponta Grossa-PR (1933-1945). 2022. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2022. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3807/1/Leonardo%20Miguel%20Martins.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

MASETTO, M. T. **Docência na Universidade**. Campinas: Papirus, 1998.

MESQUITA FILHO, J. **Política e Cultura**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 1960-1969. [20--]. Disponível em:
<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia/1960-1969>.
 Acesso em: 27 nov. 2025.

MOLAR, J. de O. **Faris Michaele: cultura e modernidade no Centro Cultural Euclides da Cunha de Ponta Grossa – CCEC (1930 – 1983)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em:
<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/37177/R%20-%20T%20%20JONATHAN%20DE%20OLIVEIRA%20MOLAR.pdf?sequence=3&isAllowed=y>.
 Acesso em: 25 nov. 2022.

MONTEIRO, L. M. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa?. **Pensamento Plural**, n. 14, p. 11-21, 2014. Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pensamentoplural/article/view/3798/3410>.
 Acesso em: 7 ago. 2025.

NASCIMENTO, E.; MATIAS, L. F. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). **Raega- O Espaço Geográfico em Análise**, v. 23, 2011. Disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/24833/16634>. Acesso 24 out. 2022.

NASCIMENTO, M. I. M. **Reconstrução Histórica das instituições Escolares Públicas dos Campos Gerais - PR**. Curitiba: Lisegraff, 2012.

NEGRÃO, F. **Genealogia paranaense**. v.2. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1927.

NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense**. v.5. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1946.

O DIA. Curitiba, 1938 - 1959. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 1951. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O JORNAL. Rio de Janeiro, 1948. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

OLIVEIRA, J. C. de. **Educadores ponta-grossenses: 1850 – 1950**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002.

OLIVEIRA, L. M. de. **O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias**. Porto Alegre: PUC-RS, 2008.

OLIVEIRA, R. C. de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. **Revista de Sociologia e Política**, n. 09, p. 47–56, 1997. Disponível em:
<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39297>. Acesso em: 20 set. 2025.

OLIVEIRA, R. C. de. **O Silêncio dos Vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. 1. ed. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, R. C. de. Como definir família? *In*: OLIVEIRA, R. C. de. (org.). **Família importa e explica**: instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: LiberArs, 2018. p. 27-48.

OSGA, T. da S.; KARVAT, E. C. Intelectuais, ideias e imprensa: a produção de Lourival Santos Lima. *In*: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 26., 2017, Ponta Grossa. **Anais [...]** Ponta Grossa: UEPG, 2017. Disponível em: https://siseve.apps.uepg.br/storage/eaic2017/13_Thais_da_Silva_Osga-150526530462890.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

OSINSKI, D. R. B.; BRANDALISE, A. C. Malhadas e remalhadas: Raul Gomes e o uso da imprensa em prol da educação e da cultura (1920-1970). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá. **Anais [...]** Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2013.

PADILHA, R. C. H. W. **Reconfiguração da Universidade Estadual do Paraná**: um estudo das mudanças no trabalho docente. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 921, de 16 de setembro de 1952**. Diário Oficial do Estado do Paraná, 1952.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 2.179, de 4 de agosto de 1954**. Diário Oficial do Estado do Paraná, 1954.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 2.781, de 4 de junho de 1956**. Diário Oficial do Estado do Paraná, 1956.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 4.978, de 5 de dezembro de 1964**. Diário Oficial do Estado, 1964.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 5.261, de 13 de janeiro de 1966**. Diário Oficial do Estado do Paraná, 1966a.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 16, de 18 de março de 1966**. Diário Oficial do Estado do Paraná, 1966b.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 5.506, de 3 de fevereiro de 1967**. Diário Oficial do Estado do Paraná, 1967a.

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 6.789, de 18 de setembro de 1967**. Diário Oficial do Estado do Paraná, 1967b.

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 7.671, de 23 de novembro de 1967**. Diário Oficial do Estado do Paraná, 1967c.

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 8.017, de 21 de dezembro de 1967**. Diário Oficial do Estado do Paraná, 1967d.

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 14.923, de 12 de abril de 1969**. Diário Oficial do Estado do Paraná, 1969a.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 6.034, de 6 de novembro de 1969**. Diário Oficial do Estado do Paraná, 1969b.

PEGORARO, É. Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações. **Revista IDeAS**, v. 2, n. 1, p. 109-133, 2008. Disponível em: <https://www.revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/28/29>. Acesso em: 24 jul. 2024.

PEREIRA, H. P. S. [Correspondência]. Destinatário: Faris Michael. Castro, 23 jan. 1954. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha. Pasta Sub-Série: Correspondências Faris Michael/CCEC 1934-1983.

PESAVENTO, S. Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da História. In: PESAVENTO, S. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PETUBA, R. M. S. Memória, história e historiografia na construção de uma cidade encruilhada (Ponta Grossa-PR, 1890-1964). **Revista de História Regional**, v. 28, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/21723>. Acesso em: 4 mar. 2024.

PONTA GROSSA HISTÓRICA. Antigo Colégio São Luiz. [20--]. Disponível em: <https://www.pontagrossahistorica.com.br/publicacoes/427/antigo-colegio-sao-luiz-ano-desconhecido>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PONTA GROSSA. **Álbum de Ponta Grossa**. Impressora Paranaense, 1936.

PONTA GROSSA. **Lei Ordinária nº 182, de 1949**. Deixando a disposição do governo do estado do Paraná a Praça Santos Andrade, desta cidade, para nela ser construída, pelo mesmo governo, a nova sede para o Colégio Estadual e Escola Normal Regente Feijó. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/1949/19/182/lei-ordinaria-n-182-1949-deixando-a-disposicao-do-governodo-estado-do-parana-a-praca-santos-andrade-desta-cidade-para-nela-ser-construida-pelo-mesmo-governo-a-nova-sede-para-o-colegio-estadual-e-escola-normal-regente-feijo?q=182+1949>. Acesso em: 5 out. 2025.

PONTA GROSSA. **Lei Ordinária nº 523, de 1952**. Concede título de cidadão pontagrossense ao sr. dr. Faris Antonio Salomão Michael. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/leiordinaria/1952/53/523/leiordinaria-n-523-1952-concede-titulo-de-cidadao-pontagrossense-ao-sr-dr-faris-antonio-salomaomichael?q=%5B+Visit+Sig8.com+now+%5D%2Canswer+survey+and+get+paid%2Cmoney+kamane+wala+app%2Capps+that+pay+you%2Conline+gaming+earning+app%2Cearnin+reddit%2Cgame+apps+to+win+real+money%2Cgame+se+paise>

+kamane+wala+app%2Creceptpal+app%2Cfree+paytm+cash%2Cmoney+earning+games%2C. Acesso em: 5 out. 2025.

PONTA GROSSA. **Lei Ordinária nº 902, de 1956.** Concede o título de Cidadão Pontagrossense ao professor Mário Lima Santos. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/1956/91/902/lei-ordinaria-n-902-1956-concede-o-titulo-de-cidadao-pontagrossense-ao-professor-mario-lima-santos?q=%22M%C3%A1rio+lima+Santos%22>. Acesso em: 2 nov. 2025.

PONTA GROSSA. **Lei Ordinária nº 1.200, de 1959.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/1959/120/1200/leiordinaria-n-1200-1959-doa-area-de-terreno?q=%5BSite%3A+Kunghac.com%5D%2Cpiratee+instagram%2Chack+sans+verification+humaine+instagram%2Cpirate+un+compte+instagram%2Cpirater+insta%2Chack+instagram+compte%2Cpiratage+instagram+fb%2Cpirate+un+compte+insta%2Cinstageek+piratage%2Cpirater+facilement+facebook+instagram+ou+twitter%2Cpirater+un+instagram%2C>. Acesso em: 20 dez. 2025.

PONTA GROSSA. **Lei Ordinária nº 1.918, de 1967.** Título de cidadão literato de Ponta Grossa. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/428026/lei-1918-67#art-3>. Acesso em: 20 dez. 2025.

PONTA GROSSA. **Decreto nº 349, de 1968.** Criando a Escola Municipal Professor Faris^a Michaelis, situada na Vila Borato. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/decreto/1968/35/349/decreto-n-349-1968-criando-a-escola-municipal-professor-faris-a-michaelis-situada-na-vila-borato?q=349%2F1968>. Acesso em: 27 mar. 2026.

PONTA GROSSA. **Decreto nº 224, de 1972.** Cria uma escola. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/decreto/1972/23/224/decreto-n-224-1972-cria-uma-escola?q=%22+jos%C3%A9+pinto+rosas%22>. Acesso em: 02 out. 2025.

PONTA GROSSA. **Lei Ordinária nº 2.595, de 1973.** Denomina de Dr. Mário Lima Santos uma das ruas desta cidade. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/1973/259/2595/lei-ordinaria-n-2595-1973-denomina-de-dr-mario-lima-santos-uma-das-ruas-desta-cidade?q=%22M%C3%A1rio%20lima%20Santos%22>. Acesso em: 2 nov. 2025.

PONTA GROSSA. **Lei Ordinária nº 3.202, de 1979.** Confere o título de Cidadão Pontagrossense ao Doutor Lourival Santos Lima. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/1979/321/3202/lei-ordinaria-n-3202-1979-confere-o-titulo-de-cidadao-pontagrossense-ao-doutor-lourival-santos-lima?q=%22lourival%20santos%20lima%22>. Acesso em: 2 out. 2025.

PONTA GROSSA. **Lei Ordinária nº 3.957, de 1986.** Concede ao senhor professor Valdevino Lopes o título de Cidadão Honorário de Ponta Grossa. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/1986/396/3957/lei-ordinaria-n-3957-1986-concede-ao-senhor-professor-valdevino-lopes-o-titulo-de-cidadao-honorario-de-ponta-grossa?q=%22Valdevino%20Lopes%22>. Acesso em: 2 nov. 2025.

PONTA GROSSA. **Lei Ordinária nº 4.253, de 1989**. Denomina de Dr. Lourival Santos Lima a praça a ser construída pelo município na Vila Liane. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/1989/426/4253/lei-ordinaria-n-4253-1989-denomina-de-dr-lourival-santos-lima-a-praca-a-ser-construida-pelo-municipio-na-vila-liane?q=%22lourival%20santos%20lima%22>. Acesso em: 2 nov. 2025.

PONTA GROSSA. **Decreto nº 151, de 1992**. Denomina de Praça de Cultura “Professor Faris Michael” o local público situado ao lado do prédio do Centro de Cultura. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/pontagrossa/decreto/1992/16/151/decreto-n-151-1992-denomina-de-praca-de-cultura-professor-faris-michael-o-local-publico-situado-ao-lado-do-predio-do-centro-de-cultura?q=fARIS%20mICHAELE>. Acesso em: 2 out. 2025.

PONTA GROSSA. **Lei Ordinária nº 5.815, de 1997**. Nomina os símbolos que compõem os elementos do Parque Ambiental Governador Manoel Ribas nesta cidade. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/1997/582/5815/lei-ordinaria-n-5815-1997-nomina-os-simbolos-que-compoe-os-elementos-do-parque-ambiental-governador-manoel-ribas-nesta-cidade?q=%22lourival%20santos%20lima%22>. Acesso em: 2 nov. 2025.

PONTA GROSSA. **Decreto nº 35, de 1999**. Denomina de Dr. Lourival Santos Lima o complexo recreativo situado na Vila Liane, nesta cidade. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/decreto/1999/3/35/decreto-n-35-1999-denomina-de-dr-lourival-santos-lima-o-complexo-recreativo-situado-na-vila-liane-nesta-cidade?q=%22lourival+santos+lima%22#>. Acesso em: 2 nov. 2025.

PONTA GROSSA. **Decreto nº 29, de 2003**. Cria os Centros Municipais de Educação Infantil como especifica. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/decreto/2003/3/29/decreto-n-29-2003-cria-os-centros-municipais-de-educacao-o-infantil-como-especifica?q=%22Valdevino%20Lopes%22>. Acesso em: 2 nov. 2025.

PONTA GROSSA. **Lei Ordinária nº 10.682, de 2011**. Institui a “Semana Faris Michael” no âmbito do Município de Ponta Grossa. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2011/1069/10682/lei-ordinaria-n-10682-2011-institui-a-semana-faris-michael-no-ambito-do-municipio-de-ponta-grossa?q=fARIS%20mICHAELE>. Acesso em: 2 out. 2025.

PONTA GROSSA. História da cidade. [20--]. Disponível em: <https://www.pontagrossa.pr.gov.br/historia>. Acesso em: 20 out. 2023.

RANGEL, L. A. S. Mulheres intelectuais capixabas: Espaços de sociabilidade, escrita e poder. *In: Mulher e gênero em debate: representações, poder e ideologia*. NADER, M. B.; RANGEL, L. A. S. (Orgs.). Vitória: EDUFES, 2014. p. 46. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rp=20&etal=-1&null=&offset=0. Acesso em: 14 jul. 2024.

RÉMOND, R. Uma História Presente. In: **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.13-36.

REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, p. 434-444, 2010.

RIBEIRO, A. F. M.; VIEIRA, A. M. D. P. O ingresso de mulheres nas universidades no Brasil (1940-1980). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 18, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/18047>. Acesso em: 25 mar. 2025.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. São Paulo: Autores associados, 1987.

ROCHA FILHO, J. C. B. [Correspondência]. Destinatário: Faris Michaelle. Laranjeiras do Sul, 8 ago. 1954. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha. Pasta Sub-Série: Correspondências Faris Michaelle/CCEC 1934-1983.

ROIZ, D. S. Dos “discursos fundadores” à criação de uma “memória coletiva”: formas de como se escrever a (s) história (s) da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de História da Educação**, p. 137-185, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38561/20092>. Acesso em: 25 jun. 2023.

ROSSATO, R. **Universidade**: nove séculos de História. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

ROTHEN, J. C. A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 8, n. 2, p. 141-160, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38581/20112>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SÁ, D. M. de. **A ciência como profissão**: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Editora Fiocruz, 2006.

SALLES, J. de O. A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950: o caso do Grupo Lupion. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa (Org.). **A construção do Paraná moderno**: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004, p. 35-142.

SANTOS, M. L. **Política trabalhista**. Ponta Grossa: Edição do Centro Cultural Euclides da Cunha, 1953.

SANTOS, R. D. dos. Francisco Campos e os fundamentos do constitucionalismo antiliberal no Brasil. **Dados**, v. 50, p. 281-323, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/Vqdd8pp6LvxyZsjKgRgt7rb/#>. Acesso em: 20 set. 2024.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. Editora Companhia das Letras, 2015.

SHEEN, M. R. C. C. **Política educacional e hegemonia: a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná na década de 1960**. 2000. 271 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SILVA, C. R. de S. e. O ensino superior em Ponta Grossa no contexto da expansão e interiorização. **Revista História Regional**, n. 22, p. 159-196, inverno 2002a. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2160>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SILVA, C. R. de S. e. **Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa/Universidade Estadual de Ponta Grossa: 50 anos do curso de história**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2002b.

SILVA, G. B. A educação superior no regime militar: rupturas ou continuidades? **Cadernos de História**, v. 17, n. 27, p. 455-474, 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2016v17n27p455/10518>. Acesso em: 8 ago. 2025.

SILVA, T. C. da. Comunicação e poder político: um estudo da família Pimentel no Paraná. **Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 278–290, dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/62654>. Acesso em: 9 out. 2025.

SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE PONTA GROSSA. Institucional. Disponível em: <https://sicoPON.com.br/index.php?pagina=cliente3>. Acesso em: 9 out. 2025. SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-270.

SOLOMON, S.; MARTINS, L. M.; WEBER, M. J. A educação pública em Ponta Grossa-PR: o Grupo Escolar Senador Correia e o Ginásio Regente Feijó (1912-1945). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180943092023000100129&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 nov. 2023.

SOUZA, C. dos S. **Utilitarismo, civismo e cooperativismo no projeto educacional de Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (1892 – 1947)**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/29584/R%20-%20T%20-%20CRISTIANE%20DOS%20SANTOS%20SOUZA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 ago. 2025.

SOUZA, V. S. de. O naturalismo de Euclides da Cunha: ciência, evolucionismo e raça em Os Sertões. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 7, n. 2, p.

1–22, 2010. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/258>. Acesso em: 20 out. 2025.

STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

STROPARO, E. J. **As motivações pela interiorização do ensino superior no Paraná**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://archivum.grupomarista.org.br/pergamumweb/vinculos//000061/00006174.pdf>. Acesso em: 21 set. 2025.

TAPEJARA. Ponta Grossa, 1950-1976. Memória Digital, Culturas Regionais. Disponível em: <http://memoriasdigitais.museu.uepg.br/collections/show/19>. Acesso em: 14 jan. 2024.

TEIXEIRA, A. **Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS. Irati, 1962. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Pasta Faculdade de Filosofia 1947-1967.

ÚLTIMA HORA. Curitiba, 1962 – 1963. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1939 - 1949). São Paulo: Seção de Publicações da USP, 1953. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/116036/Anu%C3%A1rio%20da%20Faculdade%20de%20Filosofia%2C%20Ci%C3%A2ncias%20e%20Letras%20da%20Universidade%20de%20S%C3%A3o%20PauloUSP%20%2819391949%29%2C%201953%2C%20SP%2C%20parte%201.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 16 nov. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Catálogo Geral. Ponta Grossa: 1972.

VIEIRA, C. E. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: Alves, C.; LEITE, J. L. **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas**, v. 1, p. 25-54, 2011.

VIEIRA, C. E. Conferências Nacionais de Educação: intelectuais, Estado e discurso educacional (1927-1967). **Educar em Revista**, v. 65, p. 19-34, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/MbsbLdVC9DC4ZLxySRNMx6z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2025.

VIEIRA, C. E. Intelectuais e jogos de linguagem: o discurso sobre a educação primária na I conferência nacional de educação (1927). **Revista Brasileira de**

Educação, v. 29, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782024290003>. Acesso em: 30 jul. 2024.

VIEIRA, C. E.; CAMPOS, N. de. Intelectuais e o processo de formação da Universidade Federal do Paraná (1912-1950). *In*: LEITE, R. L.; OLIVEIRA, R. C. (Org.). **Reflexões**: UFPR 100 anos (1912-2012). Curitiba: Editora UFPR, p. 15-46, 2012.

WALTENBERG, G. PSD diz na TV ser partido de JK, mas sigla não é a mesma. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/psd-diz-na-tv-ser-partido-de-jk-mas-sigla-nao-e-a-mesma/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

WANKE, E. T. **Faris Michaele, o Tapejara**: Uma Biografia. Rio de Janeiro: Plaque. 1999.

WARDE, M. J. A estrutura universitária e a formação de professores. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 127-148, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10322/9590>. Acesso em: 14 ago. 2024.

XAVIER, L. N. **O Brasil como laboratório**: educação e ciências sociais no projeto dos Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais CBPE/INEP/ MEC (1950-1960). Bragança Paulista: IFAN/ CDAPH/EDUSF, 1999.

APÊNDICE A – REVISÃO DE LITERATURA

1- Ensino superior em Ponta Grossa até a formação da UEPG

Nº	NATUREZA	ÁREA DE CONHECIMENTO	AUTOR(A)	TÍTULO	ANO
1	Tese	Educação	Antônio Carlos Frasson	O ensino superior em Ponta Grossa: o tempo das faculdades	2002
2	Tese	Educação	Silvana Maura Batista de Carvalho	A formação do professor de história na Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual de Ponta Grossa de 1950 a 1970: propostas curriculares e memórias docentes	2010
3	Tese	Educação	Edelcio José Stroparo	As motivações pela interiorização do ensino superior no Paraná	2017
4	Dissertação	Educação	Célia Regina de Souza e Silva	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa/Universidade Estadual de Ponta Grossa: 50 anos do curso de História	2002
5	Dissertação	Educação	Adriana Aparecida Antoniacomi	O Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa: uma análise histórica, a partir dos aspectos legais e do papel dos coordenadores de curso	2014
6	Artigo	Educação	Célia Regina de Souza e Silva	O ensino superior em Ponta Grossa no contexto da expansão e interiorização	2002
7	Artigo	História	Carmencita de Holleben Mello Ditzel, Niltonci Batista Chaves e Rosângela Wosiack Zulian	Da faculdade de filosofia à Universidade Estadual de Ponta Grossa: meio século de ensino superior nos Campos Gerais	2010
8	Artigo	Educação	Névio de Campos e Eliezer Felix de Souza	Ensino superior nas páginas do Diário dos Campos (1947-1950)	2016

2- Trabalhos sobre os integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG

Nº	NATUREZA	ÁREA DE CONHECIMENTO	AUTOR(A)	TÍTULO	ANO
1	Tese	Educação	Jonathan de Oliveira Molar	Faris Michael: cultura e modernidade no Centro Cultural Euclides da Cunha de Ponta Grossa - CCEC (1930-1983)	2014
2	Dissertação	Educação	Elisa Marchese	O intelectual Faris Michael (1940-1977) e sua dimensão regional: questões da cultura e da educação	2014
3	Dissertação	Educação	Jaine dos Santos Floriano	'Não me interessa mais esta profissão': representações dos professores no Jornal Diário dos Campos (1932-1950)	2016
4	Dissertação	História	Caroline Aparecida Guebert	Da intelectualidade princesina, o coração do Brasil: trajetória, sociabilidades cívico-letradas e a plasticidade do sertão imaginado no círculo euclidiano (Paraná, meados do século XX)	2018
5	Artigo	História	Cirlei Francisca Gomes Carneiro e Joselfredo Cercal de Oliveira	Edificações escolares em Ponta Grossa a partir da gestão da "coisa pública" de Albary Guimarães	2005
6	Artigo	História	Niltonci Batista Chaves	Intelectuais, médicos e educadores: inserções sociais, políticas e educativas em Ponta Grossa/PR em meados do século XX	2015
7	Artigo	História	Thais da Silva Osga e Erivan Cassiano Karvat.	Intelectuais, ideias e imprensa: a produção de Lourival Santos Lima	2017
8	Artigo	Educação	Jaine dos Santos Floriano e Maria Julieta Weber Cordova	Representações sobre professores nas páginas do jornal Diário dos Campos: a escrita de Mário Lima Santos	2019

APÊNDICE B - FONTES

ACERVO Museu Cenas. Edifício do Colégio Regente Feijó, década de 1930. Acervo da Casa da Memória Paraná, digitalizado e publicado em 26 ago. 2021. Disponível em: <https://www.museucenas.com.br/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ÁLBUM FAFI 1952. Memória Digital, Culturas Regionais. Disponível em: <http://memoriasdigitais.museu.uepg.br/items/show/2038>. Acesso em: 14 mar. 2024.

A MANHÃ. Rio de Janeiro, 1947. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

BRASIL. Ministério da Justiça. Divisão de Segurança e Informações. Processo SECOM nº 57.988. **Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, 1972. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_TT/0/IRR/PRO/0240/BR_RJANRIO_TT_0_IRR_PRO_0240_d0001de0001.pdf. Acesso em: 3 dez. 2025.

COLÉGIO REGENTE FEIJÓ. **Cadernos de Registros 1944**. Ponta Grossa, 1944. Acervo do Colégio Estadual Regente Feijó.

CENTRO CULTURAL EUCLIDES DA CUNHA. **Estatuto**. Ponta Grossa, 1948. Centro de documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 1984. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CORREIO DO PARANÁ. Curitiba, 1962. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Pasta Faculdade de Filosofia 1947-1967.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 1934 - 1967. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 1955-1967. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 1936-1973. Museu Campos Gerais. Acervo Histórico Hugo Reis.

FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRAÇÃO DE PONTA GROSSA. **Relatório anual 1967**. Ponta Grossa, 1967. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DE PONTA GROSSA. **Relatório anual 1958**. Ponta Grossa, 1958. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DE PONTA GROSSA. **Relatório anual 1959**. Ponta Grossa, 1959. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA DE PONTA GROSSA. **Relatório anual 1966**. Ponta Grossa, 1966. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE PONTA GROSSA. **Ata de inauguração da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa**. Ponta Grossa, 15 mar. 1954a. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE PONTA GROSSA. **Ata da primeira reunião da congregação da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa**. Ponta Grossa, 22 mar. 1954b. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE PONTA GROSSA. **Relatório setembro de 1954**. Ponta Grossa, 1954c. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE PONTA GROSSA. **Relatório de 1956**. Ponta Grossa, 1956. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Ata da instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa**. Ponta Grossa, 12 nov. 1949. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Relatório 1º semestre 1950**. Ponta Grossa, 1950. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **M.E.C. expedidas 1951 a 1971**. Ponta Grossa, 1952. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Relatório 1º semestre 1954**. Ponta Grossa, 1954. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Relatório 1º semestre 1955**. Ponta Grossa, 1955. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Ata de reunião do Conselho Administrativo do Diretório Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier**. Ponta Grossa, 6 mar. 1962. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Ata nº 103 de 29 de abril de 1969**. Ponta Grossa, 1969a. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Ata nº 104 de maio de 1969**. Ponta Grossa, 1969b. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE ODONTOLOGIA DE PONTA GROSSA. **Relatório anual 1966**. Ponta Grossa, 1966. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE ODONTOLOGIA DE PONTA GROSSA. **Relatório anual 1967**. Ponta Grossa, 1967. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FOLHA DO OESTE. Guarapuava, 1962. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Pasta Faculdade de Filosofia 1947-1967.

GALOTTI, O. **[Correspondência]**. Destinatário: Faris Michaelle. São José do Rio Pardo, 23 abr. 1951. Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha. Pasta Sub-Série: Correspondências Faris Michaelle/CCEC 1934-1983.

GOMES, R. R. **[Correspondência]**. Destinatário: Faris Michaelle. Curitiba, 10 set. 1950. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha. Pasta Sub-Série: Correspondências Faris Michaelle/CCEC 1934-1983.

GOMES FILHO, A. H. **[Correspondência]**. Destinatário: Faris Michaelle. Irati, 28 jan. 1954. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha. Pasta Sub-Série: Correspondências Faris Michaelle/CCEC 1934-1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Serviço Nacional de Recenseamento. **Recenseamento geral do Brasil** (1º de Setembro de 1940). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1966. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

JORNAL DA MANHÃ. Ponta Grossa, 1954. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG.

JORNAL DO PARANÁ. Ponta Grossa, 1948. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG.

LIMA, L. S. **Minha questão é de ordem moral**. 1960a. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Pasta Faculdade de Filosofia 1947-1967.

LIMA, L. S. [**Correspondência**]. Destinatário: Moysés Lupion. Ponta Grossa, 16 nov. 1960b. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Pasta Faculdade de Filosofia 1947-1967.

LIMA, L. S. **Certidão**. 1962. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Pasta Faculdade de Filosofia 1947-1967.

LIMA, L. S. **Ao secretário de educação**: agora, as palmas! [19--]. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Pasta Faculdade de Filosofia 1947-1967.

LIMA, L. S. **Ensino universitário X burocracia e empreguismo**. [19--]. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Pasta Faculdade de Filosofia 1947-1967.

LIMA, L. S. **Terra Coracional**. [19--] . Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Produção Literária/Manuscrito não publicado, caixa 1.

O DIA. Curitiba, 1938 - 1959. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 1951. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O JORNAL. Rio de Janeiro, 1948. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

OLIVEIRA, J. C. de. **Educadores ponta-grossenses**: 1850 – 1950. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002.

PEREIRA, H. P. S. [**Correspondência**]. Destinatário: Faris Michael. Castro, 23 jan. 1954. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha. Pasta Sub-Série: Correspondências Faris Michael/CCEC 1934-1983.

PONTA GROSSA. **Álbum de Ponta Grossa**. Imprensa Paranaense, 1936.

ROCHA FILHO, J. C. B. [**Correspondência**]. Destinatário: Faris Michael. Laranjeiras do Sul, 8 ago. 1954. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha. Pasta Sub-Série: Correspondências Faris Michael/CCEC 1934-1983.

SANTOS, M. L. **Política trabalhista**. Ponta Grossa: Edição do Centro Cultural Euclides da Cunha, 1953. Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha. Estante Autores Paranaenses.

TAPEJARA. Ponta Grossa, 1950-1976. Memória Digital, Culturas Regionais. Disponível em: <http://memoriasdigitais.museu.uepg.br/collections/show/19>. Acesso em: 14 jan. 2024.

TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS. Irati, 1962. Centro de Documentação e Pesquisa em História da UEPG. Acervo Lourival Santos Lima. Pasta Faculdade de Filosofia 1947-1967.

ÚLTIMA HORA. Curitiba, 1962 – 1963. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1939 - 1949). São Paulo: Seção de Publicações da USP, 1953. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/116036/Anu%C3%A1rio%20da%20Faculdade%20de%20Filosofia%2C%20Ci%C3%A7ncias%20e%20Letras%20da%20Universidade%20de%20S%C3%A3o%20PauloUSP%20%2819391949%29%2C%201953%2C%20SP%2C%20parte%201.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 16 nov. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Catálogo Geral. Ponta Grossa: 1972.

ANEXO A – TERMOS DE POSSE NO COLÉGIO REGENTE FEIJÓ ENQUANTO PROFESSORES CATEDRÁTICOS

Fac-Símile dos termos de posse de professores catedráticos no Colégio Regente Feijó (1946), dos que viriam a ser posteriormente os integrantes da comissão de criação da FEFCL-PG. Acervo Colégio Regente Feijó.

1- Faris Antônio Salomão Michaelle

Termo de posse do Professor Faris Antônio Salomão Michaelle

Aos dezesseis dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e seis, com a presença do Sr. Raul Pinheiro Machado, Diretor, houve posse o Sr. Faris Antônio Salomão Michaelle, nomeado por decreto de 27 de janeiro do corrente ano, para exercer interinamente o cargo de Professor Catedrático Padrão M, do quadro de ensino, do Colégio Estadual Regente Feijó.

E para constar, eu, Wandá Bittencourt Lapa-veiro de Sá, pelo Secretário, lavrei o presente termo de posse que vai assinado por mim, pelo Sr. Diretor e professor empossado.

Secretário do Colégio Estadual Regente Feijó, aos dezesseis dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e seis.

Wandá Bittencourt Lapa-veiro de Sá - Pelo Secretário.

Wandá Bittencourt Lapa-veiro de Sá

Faris Antônio Salomão Michaelle

2- José Pinto Rosas

Término de posse do Prof. José Pinto Rosas.

Do primeiro dia do mês de Dezembro de mil novecentos e quarenta e seis, com a presença do Dr. Mário Lima Santos, Director, tomou posse o Dr. José Pinto Rosas, nomeado para este Colégio por decreto de 25 de novembro do corrente ano, para exercer o cargo de professor catedrático, pachote M, do quadro de leccion do Colégio Estadual Regente Feijó.

E para constar, eu, Wandeg Bittencourt, lousa-buro de lá, pelo Secretário, lavrei o presente termo de posse, que vai assinado por mim, pelo Sr. Director e professor empossado.

Secretaria do Colégio Estadual Regente Feijó, 1 de dezembro de 1946.

Wandeg Bittencourt lousa-buro de lá. Pelo Secretário.

Caro fice de feijó

Jose Pinto Rosas

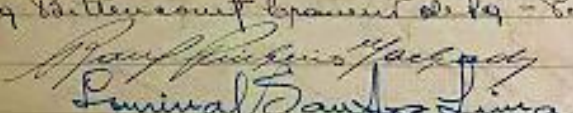
3- Lourival Santos Lima

Término de posse do professor Lourival Santos Lima.

Aos sete dias do mês de fevereiro de mil novecentos e quarenta e seis, com a presença do Dr. Paulo Pinheiro Machado, Diretor, tomou posse o Sr. Lourival Spator Lima, nomeado por decreto de 1º de fevereiro do ano em curso, para exercer, interinamente, o cargo de Professor Catedrático, Paduão M, do Grupo de Ensino, do Colégio Estadual Regente Feijó.

E para constar, eu, Leopoldo Bittencourt, Escrevente de 1ª, datilógrafo de 1ª classe, substituindo o Secretário, lavrei o presente termo de posse que vai assinado por mim, pelo Sr. Diretor do Estabelecimento e professor empossado.

Secretaria do Colégio Estadual Regente Feijó, sete de fevereiro de mil novecentos e quarenta e seis.

Leopoldo Bittencourt Escrevente de 1ª - Pelo Secretário

 Lourival Santos Lima

Em tempo:

O professor Lourival Santos Lima, apresentando o laudo de Inspeção de Saúde e oportunamente apresentará o título de honraria, conforme o memorando.

4- Mário Lima Santos

Termo de posse do Prof. Dr. Mário Lima Santos.

Às vinte e oito dias do mês de novembro de mil novecentos e quarenta e seis, com a presença do Sr. Dr. Oscar de Paula Soares Filho, Diretor em exercício, tomou posse o Dr. Mário Lima Santos, nomeado por decreto de 1946 para exercer o cargo de professor catedrático padrão M, para lecionar a cadeira de Filosofia do 2º ciclo deste colégio.

E para constar, eu, Yeda Novas Ribas pelo Secretário, lavrei o presente termo de posse, que vai assinado por mim, pelo Sr. Diretor e professor empossado.

Secretaria do Colégio Estadual Regente Heitor, em vinte e oito de novembro de 1946 (mil novecentos e quarenta e seis).

Yeda Novas Ribas - Pelo Secretário.
 Oscar de Paula Soares Filho - Diretor em exercício.
 Mário Lima Santos

5- Valdevino Lopes

Térmo de posse do Prof. Valdevino Lopes.

Aos treze dias do mês de junho de mil novecentos e quarenta e seis, teve a presença do Sr. Paul Fubius Machado, Diretor, tomou posse o Sr. Valdevino Lopes, nomeado por Decreto de 1 de maio em curso, para exercer, interinamente o cargo de professor catedrático, paduão M, e designado para reger a cadeira de Geografia do quadro de ensino do Colégio Estadual Regente Feijó.

E para constar, eu André Bittencourt Bravin de Sá, pelo Secretário, lavrei o presente termo de posse, que vai assinado por mim, pelo Sr. Diretor, e professor impetrado.

Secretário do Colégio Estadual Regente Feijó em treze de junho de mil novecentos e quarenta e seis, André Bittencourt Bravin de Sá - P. Secretário.

Paul Fubius Machado
Valdevino Lopes

ANEXO B – TERMO DE ENCERRAMENTOS DE INSCRIÇÃO DE EXAMES DO GINÁSIO REGENTE FEIJÓ DE 1934

Fac-Símile do termo de encerramento de inscrição de exames do Ginásio Regente Feijó, para habilitação na terceira série do Ensino Secundário em 1934. Na penúltima linha da primeira página lê-se o nome de Valdevino Lopes. Acervo Colégio Regente Feijó.

Ginásio "Regente Feijó"

*Termo de encerramento de inscrição em exames
de acordo com o artigo cem, do decreto 21.241*

Aos vinte e um dias do mês de Janeiro de mil novecentos e vinte e quatro encerrou-se a inscrição ao exame de acordo com o artigo cem do decreto vinte e um mil duzentos e quarenta e um, e em conformidade com as instruções baixadas pela Superintendência do Ensino Secundário, tendo-se inscrito os seguintes candidatos para habilitação na terceira série:

Antônio Lisboa Yungueira, Adalberto Ribeiro, Celina Ceci, Candido de Azeite Junior, Carlos Hirati, Francisco Barbosa Pinheiro, Lotario Kopsch, João Vargas de Oliveira, João Eugenio Zimmermann, João R. Aguiar, Jair Lopes, Aurora Julita Etzel, Arneton Aguiar, Paul Lagulle, Ismael Feliza Estache, Sebastião Moura, Vitor Sabaga - Valdevino de Nascimento Santos, Inscreveram-se para os exames de habilitação a quarta série os seguintes candidatos: Alfredo Berger, Antônio Blane, Angelica Cecília Rocha Ribeiro, Bruno Meisels, Carlos Frederico Amaral de Souza, Lezer Santos, Ciprian Silva, Dorcas de Franca Souza, Gintel Fredermann, Genesio de Franca Souza, Eliza Pereira Marques, José Joaquim Santos, Yalir Anata, Yaguim da Silveira, Jorge da Silveira, Jorge Macedo Ribeiro, Laura Chapet, Moema Capile, Arneton Barros Silva, Oscar Santos, Paulo Henri Tuntemburg, Paul Cipulino, Nacire de, Paul Brud Antônio, Tito Bonfili, Ubirajara Sabatini, Valdevino Lopes, e outros. Nada mais havendo para constar e estando tudo de acordo com as instruções em-

vacia pela Superintendencia do Ensino Secundario, em
Luzerna, Suiza, Secretaria - la vazi e p' o mesmo termo do
qual do f'inguntament, como Dr. Inspector e Director do te
f'ornio Secretaria de G'iracio Regent - la j' am dois de
fevereiro de mil novecentos e trinta e quatro.

Suzana Yeart

Secretaria

Digitor

Inspector Federal

ANEXO C – ATA DA PROVA ORAL DE EXAME DE INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA DE 1927

Fac-Símile da ata da prova oral de exame de Instrução Moral e Cívica aplicada no primeiro ano do curso seriado interno, em 1927. O primeiro aluno mencionado é Faris Salomão Michaelle, aprovado com "distinção" com nota dez. Acervo Colégio Regente Feijó.

Gymnasio Regente Feijó.

Acta da prova oral do exame de Instrução Moral e Cívica do primeiro anno do curso seriado interno.

1927

Aos dias do mês de Dezembro de mil novecentos e vinte e sete, na sala do primeiro anno presentes os membros da commissão examinadora, composta dos senhores doutores, Joaquim Meneses de Almeida Torres, Manoel Frederico Dias de Gracia e professor Estevan Jove Coimbra; presente tambem o doutor Benjamim Mourão, Fiscal Federal, junto a este Gymnasio foram chamados os vinte candidatos abaixo mencionados, para prestarem as horas em ponto, as provas oraes do exame de Instrução Moral e Cívica do primeiro anno do curso seriado interno deste Instituto de Ensino Secundario de accordo com o Regimento Interno do Collegio Pedro Segundo. Arquiados os candidatos de accordo com o programma do primeiro anno, passou a commissão examinadora ao julgamento obtendo-se o resultado seguinte: Approvados com distincão: Faris Salomão, nota dez. Approvados plenamente: Laura Brasilis Ribas, nota oito; Henrique Rudinski, nota sete; José Ramos Régio, nota seis e um terço; João nota seis e dois terços; Fausto de Castro Guimarães, João Xavier Dubois Junior, nota seis e um terço; Harvey de Barros Silva nota seis; Approvados simplesmente: Germano Justus, nota cinco e dois terços; Lucidoro Ferreira dos Santos, Fredericindo Mares de Souza nota, cinco e um terço; Eloy Cesar da Cunha Costa, Elton da Cunha Costa, Emilius Becker Junior, nota cinco; João Dias Ayres, nota quatro e dois terços, Jorge da Silveira, nota quatro. Reprovados: Dorival da Silva Ramos, Ethel de Franca Sousa, Epmar Schimmel-pfeng Pereira, Herir van der Broock e João Baptista. Nada mais havendo para constar, eu, Alcides Cesar, Secretario lavrei a presente acta da qual dou fe.

Manoel Frederico Dias de Gracia
Prof. Estevan Jove Coimbra
Benjamim Mourão (Fiscal Federal)

2/3
4/3

ANEXO D – CARTA DE RAUL GOMES PARA FARIS MICHAELE (1950)

Fac-Símile da carta de Raul Gomes escrita em 10 de setembro de 1950, destinada a Faris Michaelle, com considerações sobre o Centro Cultural Euclides da Cunha, o jornal Tapejara e o Museu Campos Gerais. Acervo Centro Cultural Euclides da Cunha do CDPH.

Curityba, 10 de setembro de 1950

Prezados confrades Faris Antonio Michaelis e seus companheiros do
brilhante TAPEJARA

Ponta Grossa

Entrou-me hoje cedo pela casa como um raio de sol da primavera o seu
TAPEJARA, fruto muito bem amadurecido da ação eficiente desse notável
grupo, organizado na valorosa Pitanguy, tão rica de tradições cívicas e
intelectuais.

Percorri-lhe as paginas. E senti o vigor e a opulencia das manifesta-
ções culturais, já não mais expressões de um nocivo e leviano improvisado,
porém, demonstração auspiciosa de estudo, pesquisa e meditação.

TAPEJARA nos traz, a nós curitybanos, verdadeira lição, proveitosa adver-
tencia ao rumo urgente imposto a nós pelas responsabilidades deco-
rrentes de um dos maiores centros universitarios do Brasil entretanto
sem ainda a posse de legítimas e fecundas bibliotecas nem dotado de
organizações permanentes, sólidas e eficazes de trabalho bem orientado.

Como sempre se podem apontar exceções, pois as demais entidades se
me afiguram ainda presas a rotinas e métodos obsoletos.

Estamos às portas do centenario. E nossa biblioteca(?) publica(?) conti-
nua sem sede com sua livreria a maioria sem valor apodrecendo num
porão.

O Centro Cultural Euclides da Cunha promovendo a realização da Semana
em honra de seu patrono, -o imortal fundador digo o imortal Libertador
de nossa literatura, o intimo criador da brasilidade pragmática,
fornece-nos um exemplo magnifico de esforço bem dirigido.

Seu programa concentrando-se no termo TAPEJARA cuja elucidação eti-
mologica tão impressionante se nos depara no contexto do artigo inau-
gural possui elevado conteúdo, pois traduz o anseio da intrépida
juventude de Pitanguy de espalhar pelo Brasil uma formosa mensagem

F.M.

afirmativa da sobrevivencia, da eternidade da obra gigantesca do incom-

paravel Euclides.

A criação do Museu dos Campos Gerais significa mais uma robusta e im-
perceptível prova da vitalidade e da riqueza dos ideais dessa florajosa
cidade ora em visita aos homens de letras do Paraná e do Brasil
através deste belo e honesto e brilhante TAPEJARA.

De mim digo-lhes nada valer. Disponho, porém, ainda de muito entusiasmo
para iniciativas como a sua. E ponho-o ao seu dispor, sinão para nutrir-lo
de contribuições mais duráveis e meritorias para nutrir com meus
aplausos seus designios tão altos e tão lindos.

A todos os falangistas do EUCLIDES DA CUNHA, meus mais sinceros e
mais profundos protestos de admiração, simpatia e solidariedade.

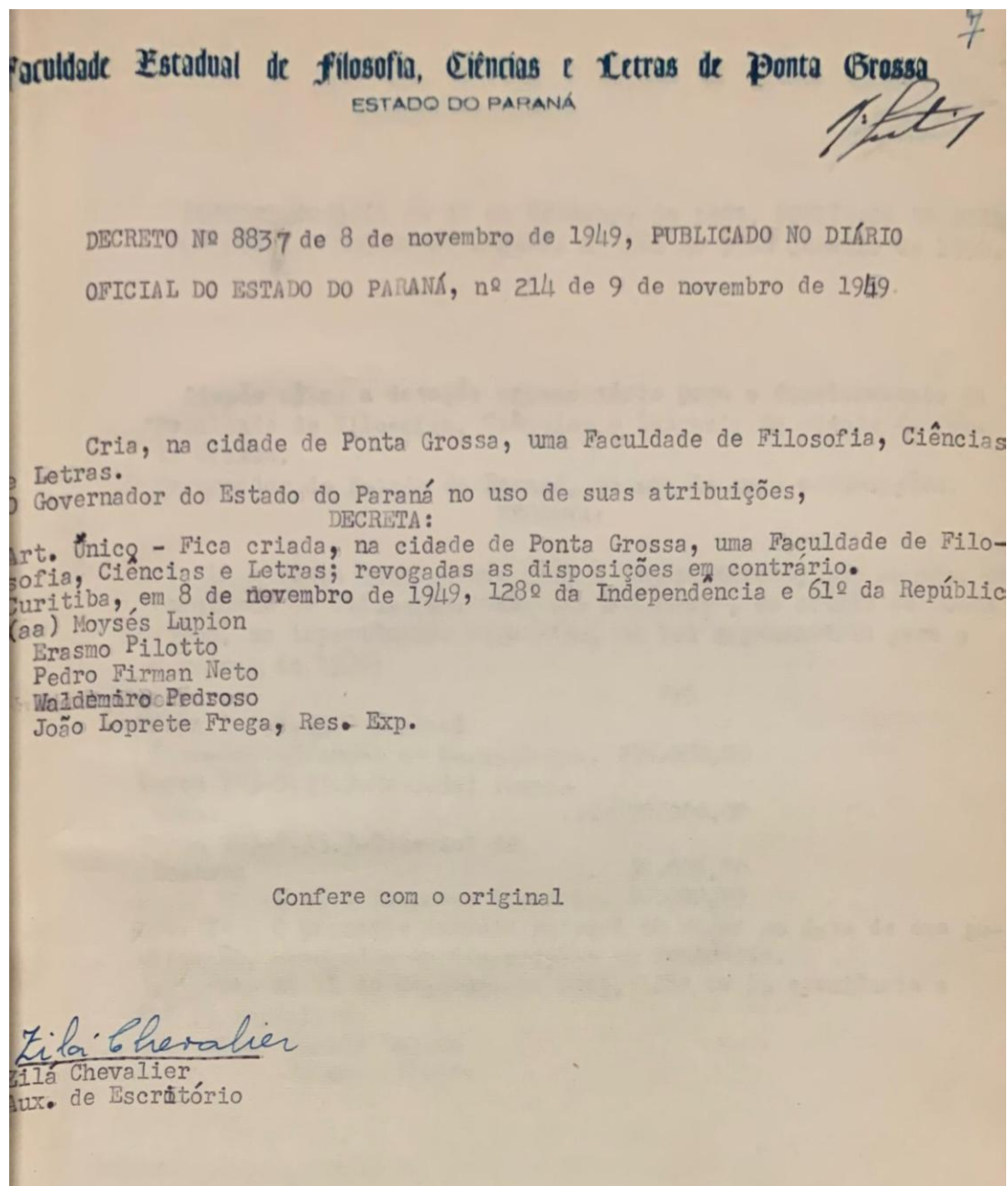
Dr Raul Gomes

Rua Ckotario Portugal, 244

Raul Gomes

ANEXO E – DECRETO ESTADUAL Nº 8837, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1949

Fac-Símile do Decreto Estadual nº 8837, de 8 de novembro de 1949, que criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.



**ANEXO F – PORTARIA QUE DETERMINA QUE O PRÉDIO DO COLÉGIO
REGENTE FEIJÓ SEDIARÁ A FEFCL-PG**

Fac-Símile da Portaria nº306 - que determina que o prédio do Colégio Regente Feijó sediará a FEFCL-PG. Arquivo permanente da UEPG.

10

[Assinatura]

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 306

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DETERMINA

QUE NO PRÉDIO ONDE FUNCIONA ATUALMENTE O COLÉGIO ESTADUAL
REGENTE FEIJÓ, EM PONTA GROSSA PASSE A FUNCIONAR A FACULDADE DE
FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA MESMA CIDADE.

O REFERIDO COLÉGIO CONTINUARÁ FUNCIONANDO NO MESMO PRÉDIO
ATÉ A ULTIMAÇÃO DO QUE LHE É DESTINADO, O QUAL SE ACHA EM CON-
STRUÇÃO.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, EM 15 DE MARÇO DE 1950.

s) ERASMO PILATTO,
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

VISTO

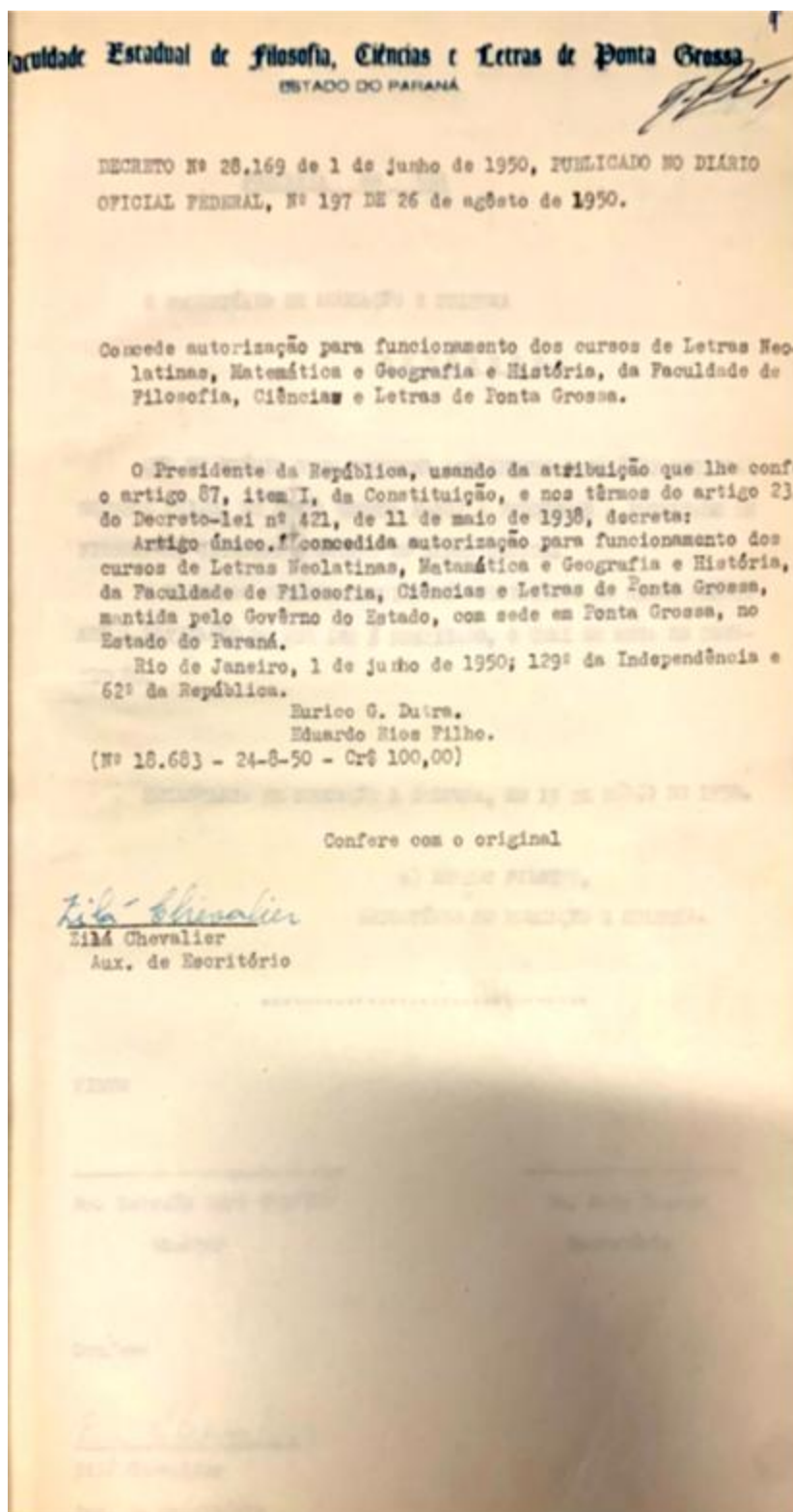
_____ Dr. Estevão Leve Coimbra Diretor	_____ Dr. Rody Rasser Secretário
--	--

Confere

[Assinatura]
Eilé Chevalier
Aux. de Escritório

ANEXO G –DECRETO FEDERAL Nº 28.169, DE 1º DE JUNHO DE 1950

Fac-Símile do Decreto Federal nº 28.169, de 1º de junho de 1950, que concede autorização para funcionamento dos cursos de Letras Neolatinas, Matemática e Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.



ANEXO H – RELATÓRIO DO 1º SEMESTRE DE 1950 DA FEFCL-PG

Fac-Símile do Relatório do 1º semestre de 1950 da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Arquivo Permanente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA
ESTADO DO PARANÁ

Em _____ de _____ 1950

**RELATÓRIO REFERENTE AO PRIMEIRO PERÍODO
LETIVO DO ANO DE 1950.**

I - INTRODUÇÃO.

A Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, criada pelo governo do Estado em data de 8 de novembro de 1949, por Decreto nº 8837, depois de haver preenchido tôdas as formalidades legais determinadas pela Diretoria do Ensino Superior, entrou em funcionamento normal, autorizada pelo Decreto nº 28169, de 1ª de junho do corrente ano, do Exmo. Sr. Presidente da República, em data de 22 de junho dêste ano, feitos os respectivos exames vestibulares.

Três cursos foram abertos no atual ano letivo, a saber:

- a) - GEOGRAFIA E HISTÓRIA;
- b) - LETRAS NEOLATINAS;
- c) - MATEMÁTICA.

Fixou-se em quarenta o limite máximo das matrículas para cada um dos cursos criados, não tendo êsse limite sido atingido, como passamos a relatar:-

* a) - No curso de GEOGRAFIA E HISTÓRIA matricularam-se trinta e quatro alunos, aprovados nos exames vestibulares; dêsses estudantes, posteriormente, cinco requereram trancamento de matrícula, por vários motivos, e apenas vinte e cinco compareceram às primeiras provas parciais a que se refere o presente relatório;

b) - No curso de LETRAS NEOLATINAS foram matriculados trinta e cinco alunos, também aprovados nos exames vestibulares; um dêles requereu trancamento de matrícula, permanecendo trinta e quatro e dêsses somente vinte e quatro submeteram-se às provas parciais em questão;

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA

ESTADO DO PARANÁ

Em de 1955

c) - Finalmente, no curso de MATEMÁTICA matricularam-se dezoito alunos regulares, sendo que quatro dêles, posteriormente, solicitaram trancamento de matrícula; dêsses, só onze entraram nas primeiras provas parciais (cadeira de Geometria Analítica e Projetiva) e dez nas duas outras, de Física Geral e Experimental e Análise Matemática.

Incluem-se, nos totais acima, dois alunos do curso de Letras Neolatinas e um de Geografia e História, os quais, por motivo de doença, requereram a esta Inspetoria, mediante apresentação do competente atestado médico, que se lhes permitisse exame de segunda chamada.

II - PARTE APRECIATIVA.

O titular desta Inspetoria, designado pela Portaria nº 41, de 14 de junho do ano em curso, para fiscalizar êste estabelecimento, além das visitas feitas regularmente, estêve presente aos trabalhos das primeiras provas parciais em causa e atesta que o funcionamento dos três cursos criados vem sendo de inteira conformidade com o Calendário nº *regime escolar* artigo 68, alínea c do *regimento interno* 747, de 10 de junho de 1950, organizado pela Diretoria do Ensino Superior.

1) - Edifício e instalações.

O edifício em que se encontra instalada a Faculdade possui as condições necessárias ao seu perfeito funcionamento, com salas amplas e instalações mais indispensáveis tanto aos professores como aos alunos. Aliás, do relatório arquivado na Diretoria do Ensino Superior, apresentado quando se pediu a autorização para o funcionamento normal da Faculdade, constam dados e fotografias alusivos a essas instalações, salas de aula, laboratórios, gabinetes, etc. Tudo vem sendo convenientemente conservado, conforme tivemos oportunidade de observar.

2) - Biblioteca.

A biblioteca possui noventa e nove volumes, sendo de oitenta e sete o número de obras incorporadas, de julho a setembro últimos. Essas obras foram adquiridas procurando-se as que interessavam

FAKULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA

ESTADO DO PARANÁ

Em de 195.....

mais de perto às disciplinas dos cursos em funcionamento. Está ela instalada em sala própria, orientada por um bibliotecário e oferecendo conforto e facilidade tanto aos professores como aos alunos. Para a organização dos trabalhos práticos que antecederam as provas parciais, a biblioteca do estabelecimento foi uma notável fonte de referência para os alunos.

3) - Serviços da Secretaria.

Observamos ordem, regularidade e presteza na execução das tarefas atribuídas à Secretaria da Faculdade. Os livros, fichas e mapas se encontram bem escriturados, e o arquivo da pequena vida do estabelecimento está organizado com cuidado e eficiência, para os casos de consulta, etc.

4) - Diversos.

Podemos registrar, com agrado, que a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras desta cidade está fadada a prestar relevantes serviços à cultura do Estado do Paraná, principalmente no interior, por isso que observamos, tanto por parte do corpo docente como do corpo discente, inusitada dedicação e entusiasmo na realização dos seus misteres. Os professores são eficientes e os alunos se mostram capazes de assimilar os ensinamentos que lhes vêm sendo ministrados.

Os programas vêm recebendo desenvolvimento normal, seja na parte teórica ou no seu aspecto prático e alguma dúvida de somenos constatada por esta Inspeção foi, de pronto, corrigida ou desfeita.

Observamos completa disciplina no corpo discente, durante o período de aulas referentes às provas ora realizadas. E isso se deve, em parte, à maneira como se conduz o corpo docente, perfeitamente integrado nas disciplinas que lecionam e imbuídos todos do louvável propósito de transformar o novel estabelecimento numa casa de ensino superior à altura das necessidades e exigências da região interiorana do Paraná.

A Faculdade, não obstante o pouco tempo de existência, está agindo benéficamente sobre o meio, no que tange à cultura geral, esperando-se

FAKULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA

ESTADO DO PARANÁ

Em _____ de _____ 195_____

que a sua influência se amplie cada vez mais, à proporção que se alargue a sua ação cultural na vasta e rica zona situada no interior do Estado.

Desejamos mencionar, em abôno de nossa assertiva, apenas um fato, por demais expressivo: dentro do prazo fixado pela Direção do estabelecimento, todos os alunos apresentaram os trabalhos práticos que lhes foram atribuídos pelos professores, para o que tiveram que recorrer a múltiplas fontes elucidativas, quer nos livros da biblioteca da Faculdade, quer nas bibliotecas particulares, dos professores, associativas, etc.

Finalizando, pode esta Inspetoria, como ficou dito, asseverar que a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa é uma esplêndida afirmação de cultura e que, por isso mesmo, a sua criação veio preencher grande e sensível lacuna.

Informamos, ainda, que a Congregação da Faculdade e o Conselho Técnico Administrativo, respetivamente, foram instalados em data de 23 de junho e 14 de setembro, ambos do corrente ano. Os dois órgãos vêm funcionando regularmente, como elementos de orientação e fiscalização dos atos da Direção e das atividades do corpo docente.

O Diretório Acadêmico foi fundado em 24 de julho p. passado e, de imediato, entrou em atividades. Não podemos, ainda, enumerar o acervo de suas realizações, tendo em vista o pouco tempo de sua instalação.

III - PARTE DOCUMENTÁRIA.

De acordo com o Calendário organizado pela Diretoria do Ensino Superior, as primeiras provas parciais do atual ano letivo foram realizadas no período de 1^a a 14 de outubro em curso.

1) - Trabalhos práticos.

Antecipando as referidas provas, de conformidade com as exigências legais, a Direção do estabelecimento determinou a confecção dos trabalhos práticos de cada uma das disciplinas dos cursos em funcionamento, os quais foram submetidos ao julgamento dos professores. O re-

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA

ESTADO DO PARANÁ

Em _____ de _____ 195 _____

sultado dêsse trabalho, executado pelos alunos, consta de um dos quadros inclusos.

2) - Provas.

Passamos a relatar, a seguir, as ocorrências relacionadas com as primeiras provas parciais a que aludimos linhas acima.

a) - CURSO DE MATEMÁTICA.

Conforme esclarecemos na Introdução dêste relatório, dos catorze alunos matriculados no curso de Matemática, somente onze entraram em provas (Cadeira de Geometria Analítica e Projetiva) e dez nas duas outras cadeiras (Física Geral e Experimental e Análise Matemática).

O resultado geral das provas consta de um dos quadros anexos ao presente relatório.

b) - CURSO DE LETRAS NEOLATINAS.

O resultado geral das provas de Letras Neolatinas consta de um dos quadros que incluímos a êste relatório. Conforme ficou dito, dos trinta e quatro alunos matriculados, vinte e quatro foram submetidos às provas e dez não compareceram.

c) - CURSO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA.

De acôrdo com o que ficou esclarecido, dos vinte e nove alunos matriculados neste curso, apenas vinte e cinco compareceram às primeiras provas parciais, faltando, por conseguinte, quatro alunos.

Consta o resultado dessas provas de um dos quadros anexos.

IV - CONCLUSÃO.

Esta Inspeção está satisfeita pela regularidade que observou durante a realização das primeiras provas parciais do atual ano letivo, bem assim pelo aproveitamento dos alunos, cujo nível de cultura, depois das aulas ministradas até o dia das provas, melhorou apreciavelmente.

Ao presente relatório são anexados quadros e mapas contendo todos os elementos elucidativos determinados pela lei em vigor. Não obs-

CADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA

ESTADO DO PARANÁ

Em _____ de _____ 195 _____

tante, esta Inspetoria está à inteira disposição para a prestação de quaisquer outros esclarecimentos ou informações que sejam necessárias.

Atenciosas saudações.

Ovídio Bittencourt Ribas

INSPETOR.

dlw.

**ANEXO I - TERMO DE COLAÇÃO DE GRAU DAS PRIMEIRAS TURMAS DA
FEFCL-PG EM 1952**

Fac-Símile do termo de colação de grau das primeiras turmas da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, em 13 de dezembro de 1952. Arquivo Permanente da UEPG.

Termo de colação de grau dos bachare-
landos da Faculdade Estadual de Filoso-
fia, Ciências e Letras de Ponta Grossa - 1952.

Cos treze (13) dias do mês de dezembro de 1952, às 15 horas, no Cine Teatro Opera, sob a presidência do Sr. Professor Doutor Estevão Zeve Boimbra, Diretor, sendo secretário o professor Doutor Rady Kossier, achando-se presente o Dr. Ovídio B. Ribas, Inspetor Federal e demais autoridades civis, militares e religiosas, convidados e bacharelandos de 1952, poraninados por S. Excia. Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto, Governador do Estado, falando o prof. Dr. Joaquim de Paula Xavier, homenageado especial, sendo orador da turma o bacharelando José Alfredo Bercal de Oliveira, foi, em sessão solene, observadas as disposições regimentais, conferido o grau de Bacharel em Geografia e História a Alfredo Augusto Amaral, Aracy Montes, Arithozina Moreira, Eugenio Molanski, França Aldo Lauria, Ismênia Pinheiro Machado, João Frederico Hohmann, João Cortin, José Alfredo Bercal de Oliveira, Lindamir Trehse, Lourival Ronchi, Maria da Conceição Ribas Martins, Nelson Trehse, Nestor Belso Imthor Bueno, Reusa de Castro Guimarães, Ilavo Soares, Rolando Guzzoni, Sofia Adamavicz

e Vany Banti Souza; em Letras Neo-Latinas:
 Albina Firak Ferraz, ^MAlgacir Rinkoski Za-
 metti, Carlota Ferreira, ^PAmastácia Streiski,
^MBlayton Gonçalves, ^MJálio Fernandes dos San-
 tos, ^PFany Taintyck, ^PGladys Cortin, ^PGracita
 Balhana, ^MHildenbrand Pedro Althaus, ^MJoão
 Alves de Freitas, ^MLuiz Borêa da Silva Reis,
^MMair de Moura e Silva, ^MSygesmundo Kodlins-
 ki, ^MSilvio de Castro Schoenberg, ^PTerzina
 M. Guimarães, ^PDerezinha Miranda, ^PCaide
 Blanski Ferreira; e em Matemática: a
 Eclia dos Passos, Tolando Taques Fonseca,
 Nelson José Rodrigues, Roberto Ehke Junior,
 Farcício Ricetti.

Todos os supra referidos concluíram
 os diversos cursos desta Faculdade, na
 presente época, consoante os atos de pro-
 moção e aprovação lavrados em livros
 competentes, de conformidade com a Le-
 gislação Federal vigente.

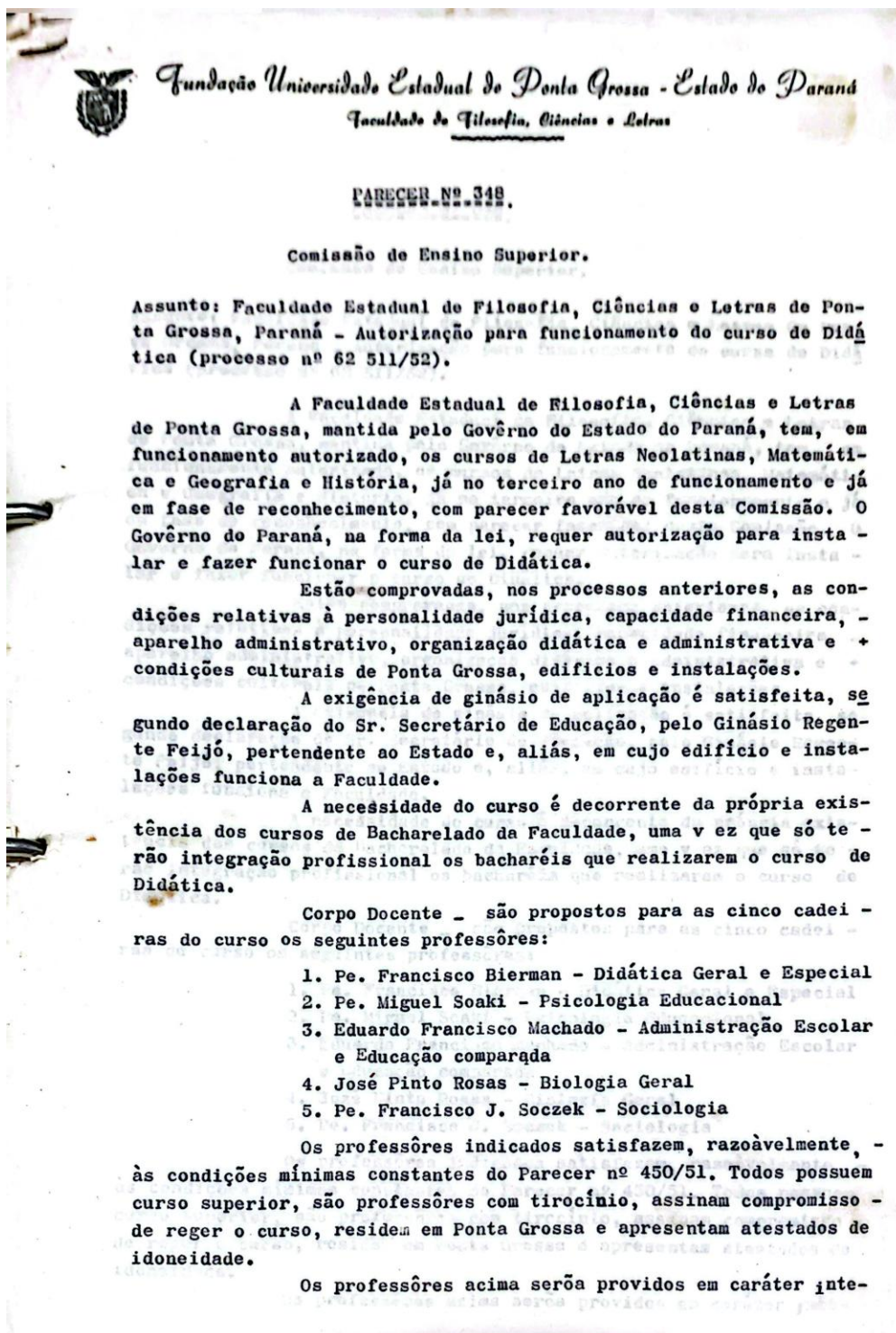
E para que tudo constasse, eu, Ba-
 dy Nasser, secretário, lavrei a presente ata
 que vai assinada pelo Diretor da Facul-
 dade, pelo sr. Paraninfo, pelo secretário, pe-
 las autoridades presentes, pelos senhores
 Bacharelados de 1952 e pelos professores
 da Faculdade.

Ponta Grossa, aos 13 dias de dezembro
 de 1952.

Bento Urdabaillet
 Parainfo
 João de Faria
 Gilda B. B. B.

ANEXO J – PARECER Nº 348, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1952, QUE AUTORIZA
O CURSO DE DIDÁTICA NA FEFCL-PG

Fac-Símile do Parecer nº 348, de 10 de novembro de 1952, que autoriza o funcionamento do curso de Didática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Arquivo Permanente da UEPG.





Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa - Estado do Paraná

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

continuação....

-rino. O Regimento já aprovado pelo Parecer nº 44, de -
2-3-1951, disciplina também o curso de Didática.

Além dos professores já referidos, são indicados
e apresentam documentação que os credencia, os seguintes assis-
tentes, para Didática Especial|:

1. Nivont Weigert - Geografia e História
2. Maria Biancarelli Enei - Letras Neolatinas
3. Adelaide Tomé Chama - Matemática

A Comissão, à vista do exposto, conclui, sendo de

PARECER

que pode ser concedida autorização para funcionar o curso de Di-
dática da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de
Ponta Grossa, Paraná.

Sala das sessões, 15 de dezembro de 1 952.

(a) Josué C. d'Afonseca, relator.

Paulo Parreiras Horta.

Samuel Libânio.

Confere como original

Em 12/11/71

Zilá Chevalier Kepp
Secretária.

ANEXO K – FICHA DE JOSÉ PINTO ROSAS PARA A CADEIRA DE FUNDAMENTOS BIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

Fac-Símile da ficha de 1952 de José Pinto Rosas para a cadeira de Fundamentos Biológicos da Educação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Arquivo Permanente da UEPG.

J. Pinto

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa
ESTADO DO PARANÁ

Cadeira de: FUNDAMENTOS BIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO.

Professor: Dr. José Pinto Rosas

Filiação: Jayme Pinto Rosas e Da. Anna Felícia Rosas

Naturalidade: Ponta Grossa, Estado do Paraná

Data do Nascimento: 27 de agosto de 1902

Estado Civil: *solteiro*

Quitação com o serviço militar:

Título Eleitoral: *W 6.575 - 1º Zona Eleitoral de Ponta Grossa*

Residência: *Av. de S. Leopoldo, Rio Grande do Sul, dirigida pelos padres Jesuítas*

Telefone:

Diploma ou Diplomas que possui de Curso Superior:

- 1) Médico pela Faculdade de Medicina da Univ. do Rio de Janeiro, em 14-12-29; registrado na 1ª. secção do Dep. Nac. do Ens. fls. 276
- 2) Professor secundário de Física, Química e História Natural, do 2º ciclo, certª D- 9661, proc. 359-14
- 3)
- 4)

Exerce outro cargo de magistério? Indique:

a) estabelecimento: 1) Colégio Estadual, Escola Normal Regente Feijó

2)

3)

b) cadeira: 1) Biologia e História Natural

c) em que caráter: Catedrático efetivo padrão R

Data 24 /10/52

Assinatura(a) Dr. José Pinto Rosas

ANEXO L – DECRETO ESTADUAL Nº 11.814, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1954

Fac-Símile do Decreto Estadual nº 11.814, de 24 de fevereiro de 1954, que deu posse aos primeiros professores da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa. Arquivo Permanente da UEPG.

FACULDADE ESTADUAL DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA
PONTA-GROSSA,
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO Nº 31

DECRETO Nº 11.814.

O Governador do Estado do Paraná, sob proposta da Secretaria de Educação e Cultura,

RESOLVE

nomear, de acordo com o Art. 12, item III, da Lei nº 293, de 24 de novembro de 1.949, para exercerem, interinamente, cargo de professor catedrático, padrão "R", de Quadro do Ensino, na Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa:

CURSO DE ODONTOLOGIA:

Dr. Amadeu Puppi - Anatomia;
Dr. José de Azevedo Macedo - Fisiologia;
Dr. David Federmann - Histologia e Microbiologia;
Dr. Romeu Prestes Matar - Metalurgia e Química Aplicadas.

CURSO DE FARMÁCIA:

Dr. José Pinto Rosas - Zoologia e Parasitologia;
Dr. Jayme Gusmann - Botânica;
Dr. Abrahão Federmann - Física Aplicada à Farmácia;
Dr. Antônio Russo - Química Orgânica.

Curitiba, em 24 de fevereiro de 1.954, 133ª da Independência e 66ª da República.

Visto, Diretor

aa) BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO
Lauro Portugal Tavares.

VISTO

CONFERE COM O ORIGINAL.

Dr. Mário Braga Ramos, Diretor. Edgar Zanoni, Secretário.

ANEXO M – REGISTRO DE VISITA DE JOSÉ HOFFMANN À FACULDADE DE
DIREITO DE PONTA GROSSA

Fac-Símile do registro de visita do prefeito José Hoffmann à Faculdade de Direito de Ponta Grossa, em 6 de março de 1958. Arquivo Permanente da UEPG

FACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DE PONTA GROSSA

Estado do Paraná

IMPRESSÃO DE VISITANTES

(Do Livro de Visitas)

"É com a mais grata emoção que registro a agradável impressão que me causou a visita que fiz, nesta data, à novel Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa.

Com satisfação e justificado orgulho assistí à aula sobre Teoria Geral do Estado, prelecionada pelo Prof. Mario Lima Santos, Diretor do estabelecimento. Na ocasião pude sentir como vibrante realidade, esse almejado Templo de cultura, justo anseio da juventude princesina, que tive a ventura de auxiliar a concretizar-se. Embora as instalações modestas ainda requeiram o devido amparo dos poderes públicos, filismente já em fase de equação, graças às providências do Governador Moysés Lupion, mandando construir moderno e amplo edifício para as nossas Faculdades, encontrei o estabelecimento em plena atividade, comprovando o esforço e a dedicação do Diretor e Professores, suprimindo deficiências e cumprindo nobremente a honrosa missão que lhes foi confiada.

Ponta Grossa, 6 de Março de 1958.

(a) José Hoffmann
Prefeito Municipal.

Confere com o original.

Em 2/10/58.

Ary Ayres de Mello.
Ary Ayres de Mello
Secretário.

ANEXO N – PRIMEIROS PROFESSORES DA FACULDADE DE DIREITO DE
PONTA GROSSA

Fac-símile da relação dos primeiros professores da Faculdade de Direito de Ponta Grossa (1958).
Arquivo Permanente da UEPG

FACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DE PONTA GROSSA

Estado do Paraná

CURSO DE BACHARELADO

RELAÇÃO DOS PROFESSORES DA PRIMEIRA SÉRIE

E RESPECTIVAS CADEIRAS

- | | |
|----------------------------------|--|
| 1 - Introd. à Ciência do Direito | - Dr. Paris Antonio S. Michaelo |
| 2 - Economia Política | - Dr. Abramo Ovidio Guimarães Gasparetto |
| 3 - Direito Romano | - Dr. Estevão Zeve Coimbra |
| 4 - Teoria Geral do Estado | - Dr. Mario Lima Santos |

Ponta Grossa, 10 de Novembro de 1958.

Haroldo Guassa
Diretor.

ANEXO O – CENTRO DE CULTURA FARIS MICHAELE

Fotografia do Centro de Cultura Faris Michaelle que fica localizado na Rua Doutor Collares, nº 436 - Centro. Esse prédio foi a primeira sede do Ginásio Regente Feijó e depois sediou a Escola Normal; enquanto Centro de Cultura ele foi inaugurado em 1988. Acervo pessoal da autora.



ANEXO P – PRAÇA FARIS MICHAELE

Fotografia da Praça Faris Michaelle que fica localizada ao lado do Centro de Cultura que também leva seu nome. Em baixo da placa com o nome, lê-se: “Esta é uma justa homenagem feita a um homem que dedicou sua vida ao estudo e ao conhecimento das nossas raízes. Um incansável tapejara da cultura de nosso povo”. Acervo pessoal da autora.



ANEXO Q – BIBLIOTECA CENTRAL FARIS MICHAELE

Fotografia da Biblioteca Central Faris Michaelle pertencente a UEPG. Fica localizada no Campus Uvaranas da UEPG. Acervo pessoal da autora.



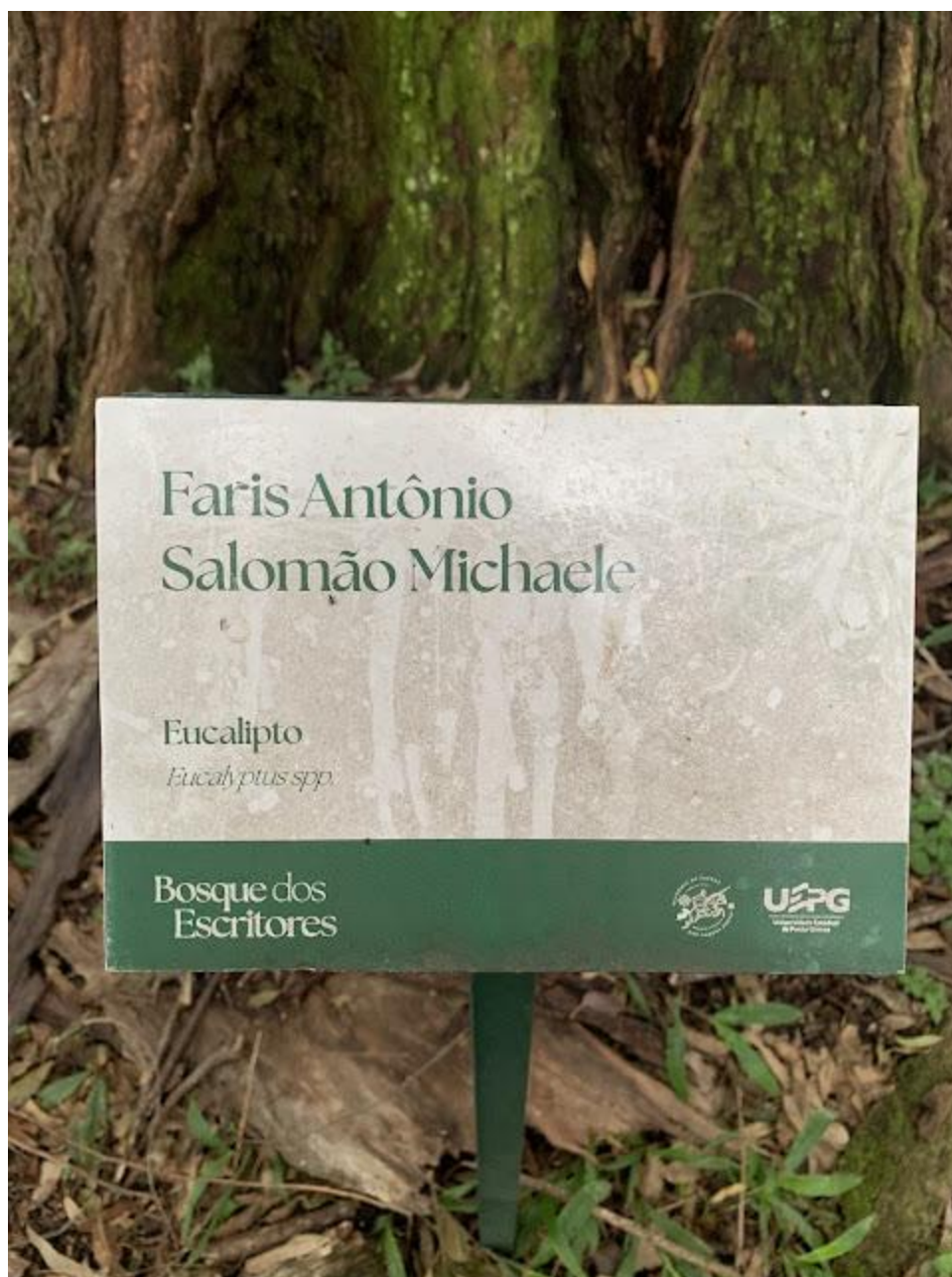
ANEXO R – ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR FARIS ANTÔNIO MICHAEELE

Fotografia da parede da Escola Municipal Professor Faris Antônio Michaelé, que fica localizada na Rua Andorinha, nº 666 - Chapada. Acervo pessoal da autora.



**ANEXO S – PLACA DE UM EUCALIPTO EM HOMENAGEM A FARIS MICHAELE
NO BOSQUE DOS ESCRITORES DA UEPG**

Fotografia da placa de um eucalipto em homenagem a Faris Antônio Michaelle, localizada no Bosque dos Escritores da UEPG - Campus Uvaranas. Acervo pessoal da autora.



ANEXO T – ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR JOSÉ PINTO ROSAS

Fotografia da Escola Municipal Doutor José Pinto Rosas, que fica localizada na Rua Foz do Iguaçu, nº 168 – Chapada. Acervo pessoal da autora.



ANEXO U – SOLENIDADE DE NOMEAÇÃO DA PRAÇA DOUTOR LOURIVAL SANTOS LIMA

Fotografia da solenidade de nomeação da praça Doutor Lourival Santos Lima, ocorrida em 1999. À esquerda está o então prefeito Pedro Wosgrau Filho, ao centro Margarida Santos Lima e à direita Marlou Santos Lima Pilatti – respectivamente viúva e filha do homenageado. Acervo Lourival Santos Lima disponível no CDPH.



ANEXO V – COMPLEXO ESPORTIVO LOURIVAL SANTOS LIMA

Fotografia do Complexo Esportivo Lourival Santos Lima, localizado na Rua Rio Grande do Sul – Vila Liane. Acervo pessoal da autora.



**ANEXO W – PLACA DE UMA ÁRVORE DE PITANGA EM HOMENAGEM A
LOURIVAL SANTOS LIMA NO BOSQUE DOS ESCRITORES DA UEPG**

Fotografia da placa de uma Pitanga em homenagem a Lourival Santos Lima, localizada no Bosque dos Escritores da UEPG – Campus Uvaranas. Acervo pessoal da autora.



ANEXO X – RUA MÁRIO LIMA SANTOS

Fotografia da placa da Rua Mário Lima Santos, localizada na Vila Estrela. Acervo pessoal da autora.



ANEXO Y – CMEI VALDEVINO LOPES

Fotografia da parede do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Valdevino Lopes, que fica localizado na Rua Jabuticabeira, nº 969 – Bairro Contorno. Acervo pessoal da autora.

